

A Defesa Nacional



JULHO
1952

NÚMERO
456

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

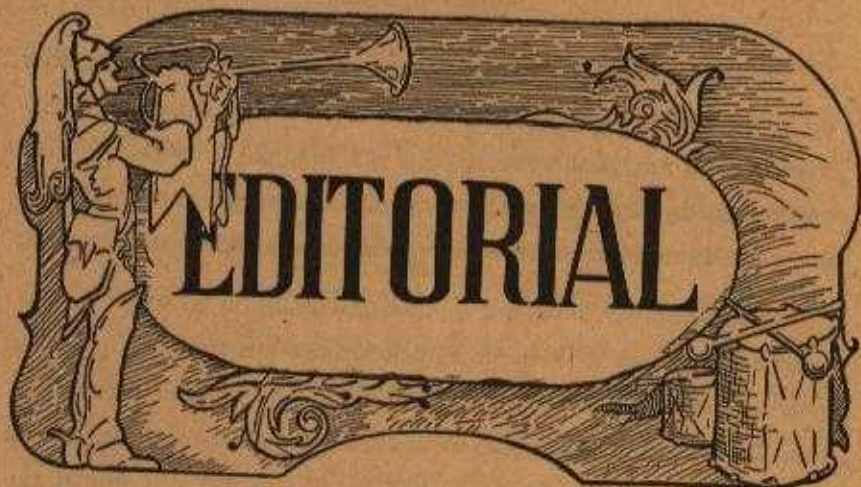
Ano XXXIX

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JULHO DE 1952

N. 456

SUMARIO

Editorial.....	Página.....
3	
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
O espaço e o tempo, fatores da direção da guerra — Trad. e adapt. dos Majores Cesar Gomes das Neves e Heraclides de Araujo Neison.....	7
Novas teorias para melhorar o rendimento da antiaérea — Trad. do Major Luiz Wiedemann.....	13
Aviação civil e potência aérea — Trad. e adapt. do Cel. Adalardo Fialho.....	21
O período de adaptação implica sobretudo em problemas psíquicos.....	27
O lança-chamas auxilia a Infantaria — Trad. do Cap. João B. Santiago Wagner.....	39
Exercícios no terreno (Cavalaria) — Ten.-Cel. A.C. Moniz de Aragão.....	43
O combate nas localidades — Maj. João Baptista Peixoto.....	53
Influências da ciência e da técnica na guerra — Transcrição da Redação.....	59
O radar — Trad. do Maj. Floriano Möller.....	71
Foguetes — Arma do presente — Ten. Iese R. Alves Neves.....	77
O tiro da Artilharia de Costa — 1º Ten. Egon de Oliveira Bastos.....	81
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Curso de Iniciação ao Serviço Social (Continuação) — Professor Amaral Fontoura.....	87
A preparação intelectual do oficial (Conclusão) — Cel. Aluizio de Miranda Mendes.....	91
Conduzi vosso filho à Batalha — Trad. do Major Floriano Möller.....	105
Reflexões sobre a formação cultural do oficial (Continuação) — Major Ge- rardo Lemos de Amaral.....	115
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Auto de fundação de Vila Bela de Mato Grosso e seus Brazões — General Silveira de Mello.....	119
A posição da Espanha na estratégia mundial — Trad. do Major Floriano Möller.....	127
A Batalha do "Saliente" e a manobra — Ten.-Cel. P.E.F. da Silva.....	137
Evolução das nossas fronteiras — V — Cap. Luiz Alberto de Freitas.....	141
DIVERSOS	
Melo século para trás — Gen. Dermeval Peixoto.....	147
Mecanização da lavoura no Brasil — Maj. Floriano Moura Brasil Mendes.....	149
Em defesa de nossa Revista — Cap. João B. Santiago Wagner.....	151
A Páscoa dos Militares — P.J. Busato.....	153
O Q.A.O. e a realidade — Ten. Iese Rego Alves Neves.....	155
Publicações militares dos Estados Unidos.....	161
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	163
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	167
ATOS OFICIAIS.....	175



14 DE JULHO



PARA muitos detratores gratuitos, a França era um país vencido, dividido pela política interna e incapaz, de ressurgir.

Noticia-se agora, contudo, que o rearmamento francês, com a ajuda americana e dentro do espírito do Pacto do Atlântico, ganha novo alento. Nada menos de doze Divisões completas e 27 Grupos de Aviação serão criados até o fim do corrente ano.

Quanto à Aviação, o auxílio americano se traduzirá por encomendas diretas feitas às próprias usinas aeronáuticas francesas, de forma a não paralizar-lhes, em nenhuma hipótese, as atividades. Todos os efetivos acima serão independentes dos mantidos na Indo-China, na guerra contra os comunistas, que o governo Pinay está disposto a continuar sem esmorecimento. De resto, a prisão de Duclos, "leader" comunista, que preparava manifestações violentas à chegada do General Ridgeway, Comandante dos Exércitos das nações do pacto referido, não só desarticulou os planos do partido vermelho, como fortaleceu moralmente o mencionado governo.

Não é sem íntima satisfação que assistimos ao ressurgimento do poderio militar e moral francês. E neste mês, em que se comemora a data nacional francesa, que o é também universal, o revigoramento do organismo militar gaulês não só dá cabal resposta aos seus detratores, como se reveste de um sentido todo especial.

Com efeito, em 1889, era o povo, humilhado e sofredor, que se punha à frente do movimento revolucionário para afastar o perigo interno, para derrubar o governo despótico de um monarca absoluto. O germen do mal, resto de um sistema intolerável, com raízes no obscurantismo da Idade Média, estava dentro dos muros da própria França e as massas, famintas e desiludidas, romperam o jugo de u'a minoria opressora. Era o fim de um sistema de governo e o despontar de outro, sob moldes democráticos, à luz das doutrinas de Rousseau e outros filósofos políticos. Grande e benéfica foi a influência do movimento francês, vigorosamente arejado pelas idéias de liberdade, igualdade e fraternidade, sobre todo o mundo civilizado de então.

O 14 de Julho do corrente ano encontra a França se rearmando materialmente para sobreviver a perigos externos e se unindo e fortalecendo, moralmente, para enfrentar os riscos internos. É seu governo, integrado no mundo ocidental, vale dizer, no mundo livre, quem promove o rearmamento das Forças Armadas da nação, isto é, do povo sob bandeira, para capacitá-lo a fazer face às ameaças de fora. De fora são também as idéias filosóficas más que querem miná-lo e instigá-lo a derrubar as instituições nacionais. A minoria detestável, aqui, não é a dos governantes, mas, sim, a dos que desejam enfraquecer a nação e reduzi-la a uma posição subalterna, dentro do lema "quanto pior, melhor". São os quinta-colunas, sempre prontos para sabotarem a obra do governo. São os estivadores comunistas dos portos mari-

timos, a impedirem a descarga de material bélico da ajuda americana. São os operários vermelhos das usinas Renault e outras a comprometerem os planos de produção.

Em 89, a abrogação dos poderes de Luiz XVI enfraqueceu e mesmo derrubou outras monarquias. Hoje, o governo francês quer lutar ao lado e pela manutenção dos governos dos povos livres, daqueles que estão dispostos a continuar a viver sob moldes democráticos, reconhecendo ao cidadão o direito de propriedade e livre iniciativa e sob a égide de tôdas as liberdades. A França, vencida e humilhada, sim, ressurgiu agora, mais espiritual do que nunca, para dar ao mundo, com o seu governo fortalecido e o seu povo unido, uma lição vigorosa de esperança e fé nos destinos da humanidade. Lição de que sempre há forças para as quais apelar e, com elas, vencer as dificuldades e transpor o abismo que nos ameaça tragar. É sempre possível sair do caos e ganhar de novo o caminho para um mundo de melhores possibilidades. É sempre possível reerguer-se e bater-se por ideais sãos, pelos quais a humanidade já derramou tanto sangue e ao lado de outros que pensam da mesma forma.

Sempre possível tornar a unir-se, ainda quando se estêve às portas da total desunião, fortalecer-se materialmente, quando bem se destruiu, com as próprias mãos, as armas da Nação e espiritualmente, quando se estêve à beira do materialismo ateuista.

Lição sublime, só própria de povos, como o da França eterna, que tantos rumos certos já deu à humanidade e que, mais uma vez, há de iluminar-lhe o caminho.

Eis porque, ao ensejo dêste 14 de Julho, todos os que labutam nesta casa cumprimentam o grande povo gaulês e felicitam as suas Forças Armadas pelos grandes progressos que está a ponto de realizar.



CULTURA PROFISSIONAL

O ESPAÇO E O TEMPO, FATORES DA DIREÇÃO DA GUERRA

General GUDERIAN

"Le Mond" (Traduzido para Ejército pelo Tenente-Coronel JOAQUIM DE SOTTO MONTES)

Tradução e adaptação dos Maiores CESAR GOMES DAS NEVES e HERACLIDES DE ARAÚJO NELSON



TEMPO e o espaço são fatores estratégicos tão velhos como o Universo e cuja importância remonta aos primeiros combates travados entre os primeiros representantes da raça humana.

É admissível que Clausewitz haja concedido a este problema uma atenção especial, consagrando-lhe dois capítulos do seu livro "Da Guerra"? No terceiro tomo de tal obra, dois de seus capítulos intitulam-se, respectivamente, "Concentração das forças no espaço" e "Reunião das forças no tempo". Estes estudos, repletos de tantos ensinamentos, não traçam o caminho a ser seguido, não só pelos militares, como também pelos governantes?

A obrigação de se familiarizar com os princípios da arte da guerra não deve ser exclusiva dos militares, pois, como afirmou Clau-

sewitz "a guerra não é outra coisa do que a política realizada por outros meios". Clausewitz certamente viu que "a guerra é uma ação política e não um simples ato militar". Consequentemente, os políticos, que embora pretendam ser pacifistas, devem estudar as regras da arte militar e penetrar-se delas; faltando-lhes tal base, certamente fracassarão, principalmente se afastarem toda idéia de conflito por temor ao mesmo.

"Ser forte em todos os momentos e sobre tudo no lugar decisivo", segundo Clausewitz, é o melhor princípio da arte militar. À parte o esforço gerador da força, que nem sempre emana do chefe, não existe lei estratégica mais importante nem mais elementar que a da coesão de forças.

Tais frases condensam toda uma doutrina militar, que relacionada a um passado próximo e aos acon-

tecimentos atuais, nos proporcionam os seguintes ensinamentos:

1º) Depois da derrota alemã de 1945 e do desarmamento da "Wehrmacht", as potências ocidentais vitoriosas desarmaram-se, enquanto que a URSS, igualmente vitoriosa, graças ao apoio de seus aliados ocidentais, continuou armando-se. Entre estes grupos de forças criou-se um vazio político, econômico e militar, isto é, a Alemanha, ou mais exatamente a Europa Central.

2º) A atual potência oriental está formada por um imenso e compacto continente, a Ásia, e uma das maiores partes da Europa, cuja reunião total podemos denominar de Eurásia. O elemento de mais importância deste bloco é a União Soviética, em torno da qual gravita uma série de pequenos Estados satélites. Ao mesmo tempo, a União Soviética é a aliada da potência asiática de população mais densa, a China, de 350.000.000 de quilômetros quadrados de extensão, com 773.900.000 de habitantes.

O ESPAÇO

As comunicações entre os diversos elementos do bloco oriental realizam-se por ar e por terra e, particularmente, por via férrea. Realmente, não conhecemos senão de maneira imperfeita a importância e a capacidade logística dos transportes aéreos deste bloco; entretanto, é possível supor que, presentemente, tanto os transportes terrestres como os aéreos são de rendimento inferior aos dos ocidentais.

No bloco oriental, as vias férreas estão relativamente pouco desenvolvidas e são vulneráveis; convém, entretanto, assinalar a habilidade dos russos para reparar, em tempo "record" as vias férreas danificadas.

Quanto aos transportes marítimos, embora seja, certo haver crescido a sua importância nas águas polares, estes não desempenharam, em tempo de guerra, nada mais do que um papel aparente-

mente suplementar no transporte de tropas e abastecimentos.

Em resumo: o defeituoso sistema de transportes constitui, para o bloco oriental, uma importante servidão.

Por outro lado, uma riqueza numérica de homens lhe permite — em função da importância dos armamentos — a concentração de suficientes forças, sejam ofensivas ou defensivas, sobre todos os centros e pontos escolhidos como lugares de atrito.

Enquanto a rede de transportes estiver intacta, os meios de locomoção disponíveis permitirão adequados movimentos de tropas.

Por outro lado, a existência de uma "cortina de ferro" permite manter em segredo todas as medidas militares adotadas, ficando, deste modo, as potências ocidentais diante de uma sucessão de surpresas, por parte do bloco oriental. Pois bem, não é a surpresa a primeira condição de êxito? A iniciativa política, portanto, pertence ao bloco oriental, que a aproveita atualmente.

3º) As potências ocidentais têm os Estados Unidos como nação "leader"; isto é, a potência principal do continente americano protege tanto o Leste como Oeste de qualquer invasão terrestre direta. Tal circunstância apresenta inestimável vantagem dada a situação geográfica da América do Norte.

A segunda grande potência ocidental é a Comunidade das Nações Britânicas, que compreende a Inglaterra, Canadá, Índia, Ceilão e Malásia — estes três últimos países situados geograficamente na região meridional do continente asiático — África Oriental, Austrália e um certo número de pontos, entre os quais figura, com mais destaque, o importante ponto de apoio de Hong-Kong.

A terceira potência ocidental é a França, apoiada, fora de sua metrópole, sobre o seu império colonial africano, sobre a ilha de Madagascar, sobre a Indochina — território limítrofe com o sul da República comunista da China —

e sobre algumas outras colônias de menor importância.

Ao redor destas três potências, aglomera-se uma série de estados, com um total de 35.000.000 de quilômetros quadrados de extensão e com uma população de 750.000.000 de habitantes.

Entre as potências ocidentais, os transportes são feitos principalmente por via aérea e por mar.

Embora seja certo que o fator tempo não deve ser levado em conta, nos transportes aéreos, o mesmo não acontece com os transportes marítimos, devido às grandes distâncias a serem cobertas. Portanto, o fator tempo, na segunda modalidade de transportes, transforma-se num problema crucial.

A inferioridade do bloco ocidental em material humano e em armamento, em relação ao oriental, torna indispensável, para estabelecer um certo equilíbrio, uma organização de transportes rápidos e uma preparação muitíssimo eficiente. Em tal caso, os princípios de Clausewitz, "ser forte no momento decisivo" e "Coesão de força" poderão ter todo o seu valor realçado.

4°) Entre os blocos citados, encontram-se outros países europeus — os neutros —, cujo potencial bélico constitui uma incógnita: Suíça, Suécia, Espanha e Iugoslávia; isto sem esquecer a Alemanha e Áustria. Ao total 1,7 milhões de quilômetros quadrados ocupados por 124 milhões de habitantes.

5°) Os ensinamentos obtidos na Coreia demonstram que as potências ativas da O.N.U. — isto é, as potências ocidentais —, apesar de haverem se oposto rapidamente, com uma ação militar, às intenções norte-coreanas, mostraram-se incapazes de impedir o desencadeamento desta dura prova, devido à distância em que se encontrava o teatro de operações de suas bases de aprovisionamento e mais a falta de preparação das forças combatentes e a lentidão dos transportes por mar.

As potências ocidentais terão de reconhecer que agiram contrariamente ao princípio de Clausewitz: "ser forte em todo o momento e sobre tudo no decisivo". Apenas respeitaram o princípio de "coesão de forças".

O LUGAR DECISIVO

6°) Para nós, europeus ocidentais (do Oeste), o que importa é o fato de que as forças militares empenhadas no Extremo Oriente dificilmente poderão ser retiradas, sem risco de uma derrota ou de perda de prestígio.

Assim, pois, sobre "o lugar decisivo", na luta disputada entre os blocos antagônicos, cabe perguntar: será a Coreia o lugar escolhido? É o Extremo Oriente a região escolhida por ambos os blocos para cruzar suas armas? O General norte-americano Omar Bradley, Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior, considerou os Estados Unidos, e depois a Europa, como regiões decisivas para a América do Norte. Pergunta-se: tal opinião terá o mesmo valor para os outros membros do Pacto do Atlântico?

Definir uma região decisiva não consiste, somente, em relacioná-la com o conceito militar; outros fatores — políticos e econômicos — também pesam na balança. É então quando o soldado entra em cena e a ele cabe informar aos Chefes de Estado quanto às possibilidades de resolver o problema planejado com a aplicação de medidas militares. Se os governantes têm confiança nos conhecimentos políticos, estratégicos e econômicos de seus conselheiros militares, seguirão, por certo, seus conselhos; caso contrário, ao governante cabe a responsabilidade das consequências de suas decisões.

A COESÃO DAS FORÇAS

7°) Chegando-se a um acordo sobre o lugar decisivo, ato contínuo deverá ser observado o princípio elementar da "coesão das forças".

Na guerra, os êxitos constituem o coroamento de medidas simples,

que são precisamente as mais difíceis de pôr em prática. A simplicidade deve ser levada em conta antes do desencadeamento do conflito, durante a sua preparação e no decorrer dos esforços para salvaguardar a paz; os atuais exemplos da Indochina, Malásia e Coreia demonstram o valor desses princípios.

Sendo a Europa o berço da raça branca, conseqüentemente o espaço decisivo para as potências ocidentais e não o Extremo Oriente, origem da raça amarela, não está em contradição com o princípio de coesão de forças empregar contingentes importantes de tropas no teatro de operações asiático?

A guerra da Coreia, atualmente, imobiliza importantes contingentes de tropas das Nações Unidas, em particular norte-americanas; na Indochina, a França viu-se obrigada a empregar 160.000 homens, saídos de suas forças ativas, assim como uma grande parte de sua aviação. A rebelião permanente da Malásia exige a mobilização de uns 140.000 homens do Exército britânico.

Outro importante contingente inglês, por certo não desprezível, acha-se guarnecendo o ponto de apoio de Hong-Kong. Pois bem, cada uma das três potências — Estados Unidos, França e Inglaterra — acham-se intimamente persuadidas de que tal repartição de forças tem sido realizada atendendo à mais pura ortodoxia militar e ditada por imperiosas necessidades políticas.

Os pontos de vista do europeu ocidental médio são, sem dúvida, distintos. Disse Clausewitz — “Ainda que pareça inverossímil, ocorre com frequência a separação e dispersão das forças sem uma verdadeira razão e sim, tão somente para satisfazer aos usos correntes ou à rotina. Se as atuais razões políticas obrigam as potências ocidentais a dispersar as suas forças, tal como agora o fazem, é necessário ver que esta linha de ação é má. É necessário, por conseguinte, que tais potências

se apressem a mudar de orientação, a fim de satisfazer o princípio “da concentração das forças”. Em caso contrário, tornar-se-ão impossibilitadas de obter a concentração necessária “no espaço decisivo e no momento oportuno”. Tal descuido poderá acarretar prejuízos incalculáveis, tanto no que diz respeito aos planos militares como nos políticos.

O TEMPO

“A guerra não é mais do que o choque entre duas forças entagônicas, o que supõe que o mais forte, não somente destrua o mais fraco como, também, que o absorva; daí a necessidade do emprêgo simultâneo de todas as forças previstas, a fim de ferir o adversário fulminantemente.

O PODER MARÍTIMO

Do estudo das duas últimas guerras, verifica-se a existência de duas categorias de beligerantes: as “potências continentais”, de um lado, que desde o começo das hostilidades se esforçam em utilizar, ao máximo, a massa de seus efetivos. Na outra, alinham-se as “potências marítimas”, que se podem dar ao luxo, e assim o fizeram, de situar, transportar e desembarcar as suas forças a seu gosto.

Durante os dois últimos conflitos, os Estados Unidos, em particular, só empenharam as suas forças quando os adversários já se haviam enfraquecido suficientemente, numa luta de vários anos, e, portanto, o último golpe lhes seria fatal.

A história das potências marítimas mostra claramente que estas sempre têm contado com o fator “tempo” a seu favor, sendo tal vantagem resultante da situação geográfica e também das grandes distâncias que as separavam de seus objetivos. De tal circunstância provém a política do “Wait and see”, que permite, em caso de dúvida e no último instante, trocar o fuzil de ombro e esperar até o momento em que não haja a

menor incerteza quanto ao lado que será vitorioso. Então toma-se rapidamente a decisão final.

... E AS SERVIDORES CONTINENTAIS

Bem diferente tem sido sempre a situação das potências continentais europeias. Apertadas umas contra as outras num espaço restrito e separadas por fronteiras abertas são sempre levadas a agir rapidamente, lançando nos combates a totalidade de suas forças disponíveis.

Para elas não existe o Oceano Atlântico, nem o Canal da Mancha, que permite completar os seus armamentos ou esperar, como espectadores, a evolução dos acontecimentos políticos ou militares. Daí a necessidade de manter Exércitos permanentes, os quais, em períodos confusos, pesam sobre as decisões dos Chefes de Estado.

Por tal razão, o "ponto de vista militar" desempenha, na vida nacional, um papel preponderante. Nossos ex-inimigos têm dado a este fenómeno o nome de "militarismo", assegurando que os alemães, e sobre tudo os prussianos, têm seu monopólio. Também creem, sem dúvida, poder extirpar esta tendência, difamando e arruinando os portadores do germem militarista: os soldados de profissão.

Cinco anos já decorrem desde que o militarismo alemão foi vencido e já se percebem com terror que, ao destruírem tal militarismo, puzeram abaixo, ao mesmo tempo, a muralha segura e sólida que até então detinha o perigo que ameaçava do lado Leste da Europa.

Encontraram-se bruscamente, frente a frente, o comunismo, ao destruírem, com as suas próprias mãos, uma defesa que até então ignoravam. No presente, o fator tempo adquire bruscamente um valor desconhecido para as potências ocidentais.

Depois da 2ª Guerra Mundial, desarmaram-se moral, militar e industrialmente, tanto sob o aspecto económico como no de matérias-primas. Entretanto, o Oriente tem trabalhado de maneira diametralmente oposta; o resultado — no que se refere ao conceito estraté-

gico de tempo — é que as potências ocidentais encontram-se atrasadas.

Pois bem, entre estas potências ocidentais existem algumas que ainda não compreenderam a importância do fator tempo na preparação de um futuro conflito. Na frente figura a França, que, com todo o empenho, está dificultando o rearmamento da Europa Ocidental; mas não são os soldados franceses, nem o povo, os responsáveis por tais erros e, sim, seus governantes. Torturados pelo temor a uma Alemanha forte e pelo comunismo de seu próprio país, os políticos franceses sofrem um complexo de inferioridade diante da superioridade económica das potências anglo-saxónicas e também, ao mesmo tempo, ante o bolchevismo amarelo. Os homens de Estado, incapazes de fazer frente às suas responsabilidades, com suas delongas e tergiversações estão perdendo o tempo precioso de que dispõem os europeus de Oeste para fortalecer a paz. Clausewitz escreveu: "Todas as forças disponíveis previstas para uma ação estratégica deverão ser lançadas simultaneamente em tal ação".

"Quanto mais completa fôr a unidade de ação e o tempo, melhor será o seu emprego". Poderão os governantes franceses reconhecer, em tempo, que sua política de delongas e paliativos poderá levá-los à ruína?

UMA DOUTRINA ANTIQUADA

Para as potências marítimas, a doutrina do "Wait and see" já passou de moda. A técnica da guerra moderna não estabelece limites para os bombardeiros pesados nem para os projetos dirigidos. Para tais armas, a Inglaterra deixou de ser uma ilha e até o continente americano, hoje, não é mais inviolável.

De agora em diante, tanto as potências marítimas, como as continentais, estarão submetidas aos mesmos efeitos das armas modernas. As hostilidades começarão sem prévia declaração; acabou-se

o tempo em que, com o começo de uma batalha, iniciava-se a guerra; atualmente, numa bela noite, sem ninguém esperar nem estar prevenido, poderão irromper as hostilidades. Ademais, agora, os vencidos são enforcados.

Se, em épocas anteriores, era possível remediar, embora com dificuldade, um erro cometido no início de um conflito ou na disposição das forças, na era mecânica é impossível sanar uma concepção errônea na preparação da

guerra. Um equívoco na repartição de forças proporcionará a uma potência marítima — dadas as grandes distâncias a cobrir — desastrosas consequências. O tempo perdido em um período de paz nunca mais poderá ser recuperado.

Se o bloco oriental tem a servidão de deslocar suas forças através de um sistema de transportes defeituoso e vulnerável, não é menos certo que não tem perdido um minuto de tempo na preparação de um futuro conflito.



NOVAS TEORIAS PARA MELHORAR O RENDIMENTO DA ANTIAÉREA

VANTAGENS DO TIRO DE PERCURSAO SOBRE O TIRO DE TEMPO

Comandante da Artilharia JOSE LUIZ REPISO
CONDE, da Chefia da Artilharia do Exército.
Tradução, "data venia", da Revista espanhola
"Ejército", pelo Major — LUIZ WIEDEMANN.



GRANDE consumo de munição necessário para se obter um número satisfatório de aeronaves abatidas (precisava-se, e em média, de um mínimo de 5.000 tiros dos C.A.A., de 88/56, para abater uma "Fortaleza Voadora" (B-17), a 6.000 m de altura) afetou, de maneira crescente, desde 1944, a possibilidade de ação da A.A.Aé. alemã, originando um desequilíbrio entre a fabricação da munição, e o número de canhões que se montavam, o que produziu, no final da guerra, uma situação em que a A.A.Aé. só podia utilizar 50 % das suas possibilidades reais.

Isto, juntamente com a constante preocupação do comando da Artilharia para conseguir a máxima eficácia no tiro, com o mínimo consumo de munição, deu lugar ao início do estudo da substituição das espoletas de tempo pelas de percursorão, procurando-se o impacto direto. Os resultados foram assombrosos. O consumo reduziu-se à quinta parte (1.000 disparos para "abater" em lugar dos 5.000 citados anteriormente).

Os cálculos (de origem alemã) foram feitos, considerando-se os dois casos extremos: voo em direção à bateria e voo horizontal, generalizando-se os mesmos, mediante

o estudo da influência dos fatores que intervêm, a saber: ângulo da rota, volume da dispersão, altura do voo, "distância da queda", o tipo da aeronave e finalmente, o calibre. O resumo dos dados obtidos analiticamente, foi o seguinte:

1. O "coeficiente de economia" média da espoleta de percursorão atinge o valor de 4,78 (ou de outra forma, reduz o número de tiros necessários para um acerto de 79 %). Para avaliarmos a importância do valor obtido, deve ficar esclarecido que, ao expor hipóteses distintas para o cálculo, tratou-se sempre de beneficiar a espoleta de tempo. Sendo assim, os valores podem ser considerados como os menores fatores de segurança.

2. Esta economia de projetos cresce, ao aumentar a altura de voo (além de 6.000 metros) e o tamanho e proteção das aeronaves. Isto se torna importante, uma vez que os futuros ataques inimigos previstos serão efetuados com aviões superiores ao B-17 (tipo do avião considerado nos cálculos) e em alturas superiores a 6.000 metros e, finalmente:

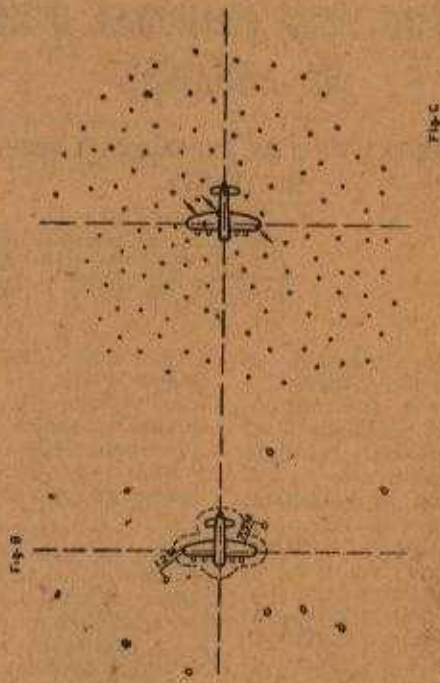
3. Se os valores das diferentes dispersões forem maiores que os considerados, também aumenta a economia.

Uma vez terminados os cálculos teóricos, procedeu-se a uma comprovação experimental com o em-

PROJEÇÃO SOBRE O PLANO VERTICAL DOS
ARREBENTAMENTOS DOS 1000 TIROS



PROJEÇÃO SOBRE O PLANO HORIZONTAL DOS PONTOS
CORTADOS PELAS TRAJETÓRIAS DOS 1000 TIROS



PROJEÇÃO SOBRE O PLANO HORIZONTAL DOS
ARREBENTAMENTOS COMPREENDIDOS ENTRE 6200 E 6395 METROS

Fig. C

prêgo de cineteodolitos, que apanhavam cada explosão no ar, fotografando todos os valores introduzidos no momento do tiro, tanto no dispositivo medidor do alvo fictício, como na D. de T. e nas peças. O coeficiente de economia resultou igual a 5, o que confirmou, logicamente, os cálculos feitos.

Em continuação, e não conformes com o resultado anterior, procedeu-se à sua comprovação em exercício, e os resultados obtidos foram considerados já definitivos para demonstrarem a superioridade da espoleta de percursão, ordenando-se que fosse posta em serviço, elegendo como modelo mais apropriado para a espécie de tiro de percursão o de "uma espoleta de percursão simples, de ação direta, instantânea, ultra-sensível e com o dispositivo de auto-destruição mecânica".

Por outro lado, seu emprêgo aumenta, consideravelmente, o alcance prático de utilização dos canhões (considera-se como alcance prático de utilização o alcance do tiro que corresponde a uma necessidade média de 5.000 tiros para abater um B-17).

As figuras A, B e C, nos dão uma ligeira idéia visual da realidade do tiro com espoleta de percursão e nos permitem meditar sem cálculos de qualquer espécie, sobre as limitações de acerto que se supõe para o tiro de tempo. Trata-se da representação gráfica de um tiro experimental de 1.000 tiros com espoletas de tempo, comprovando-se que as trajetórias dos projéteis atravessam a silhueta do avião e a que distância passam as que não a atingem.

Na figura A, projeção sobre o plano vertical, foram representadas as dispersões, em altura, dos 1.000 tiros, dos quais só apareciam 30 arrebatamentos dentro do espaço compreendido entre as alturas de 6.195 a 6.205 metros (± 5 metros do alvo, que é a distância de acerto para um B-17). Donde se supõe que 970 arrebatamentos não farão nenhum efeito de acerto no alvo, uma vez que, mesmo em uma

só dimensão, estão a uma distância superior à do impacto.

Na figura B, projeção sobre o plano horizontal, representavam-se as dispersões dos 30 arrebatamentos compreendidos entre 6.195 e 6.205 metros. O arrebatamento mais próximo produziu-se a uma distância horizontal de 7,5 metros do alvo e a que se segue, em proximidade, a 12 metros; ambos valores superiores "à distância de impacto"; portanto, nenhum dos 1.000 tiros dados com a espoleta de tempo conseguiu acertar na aeronave.

Na figura C, projeção sobre o plano horizontal dos pontos cortados pelas trajetórias, observa-se que dois dos pontos ficam sobre a aeronave e uma a atinge na borda de ataque, podendo-se assegurar que, se os mil disparos fossem feitos com espoleta de percursão, dois deles teriam sido impactos diretos, logo derrubariam a aeronave.

Se a isso acrescentarmos que o "alvo equivalente" no tiro com espoleta de tempo é considerado constante, uma vez que a blindagem dos aviões varia na razão direta do seu tamanho (quanto maior dimensão, maior blindagem, e vice-versa); e se para abater um B-17 é preciso que a explosão se dê a menos de 5 metros, para abater um B-39 (Super-Fortaleza Voadora), de dimensões maiores, haveria necessidade que arrebatamento se produzisse a uns 3 metros; e, se considerarmos a pequena diferença relativa que existe entre o alvo equivalente e o alvo real, e pensarmos na dispersão devida à gradação da espoleta, por mais preciso que seja o seu mecanismo de relojoaria (os ± 5 metros suficientes para que não se produza um impacto supõem só um centésimo e meio de segundo de erro) teremos consciência, então, da quantidade de trajetórias que se perdem no tiro com espoleta de tempo.

PROJETIS "SUBCALIBRADOS" E COMBINAÇÃO DE AMBOS OS PRINCÍPIOS

Não obstante o êxito real que se supunha com o tiro com espoleta de percursão, o aumento constante

da altura de bombardeio também aumentava a duração da trajetória, o que preocupava o artilheiro que pedia, mais e mais, maiores velocidades iniciais para se contraporem à perda de precisão que aquilo representava. Chegou-se, inclusive, ao emprego de maiores cargas de projeção, sacrificando a vida das peças. Isto não poderia durar, tudo tem um limite. Esta ânsia

de V_0 , unida à convicção de que um impacto direto, com um projétil cuja carga explosiva fosse de 450 gramas, era suficiente para abater uma "Fortaleza Voadora", deu margem ao seguinte raciocínio: Se o que queremos é aumentar a carga de projeção sem aumentar o desgaste das peças, por que não empregar os projéteis de um calibre em tubos de calibre superior, se

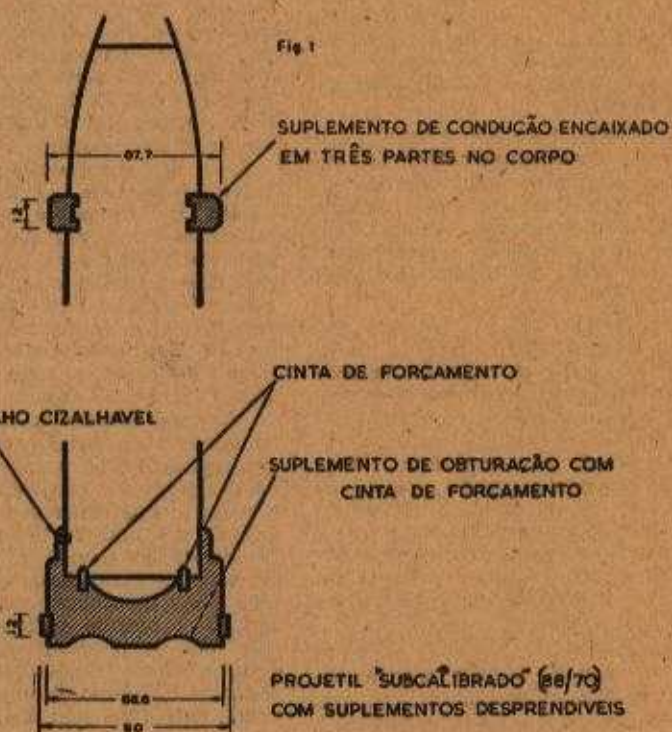


Fig. 1

maior quantidade de gases, logo pressão mais elevada sobre aquele projétil? E apareceu o projétil "subcalibrado" que aumentou a V_m em 30 %.

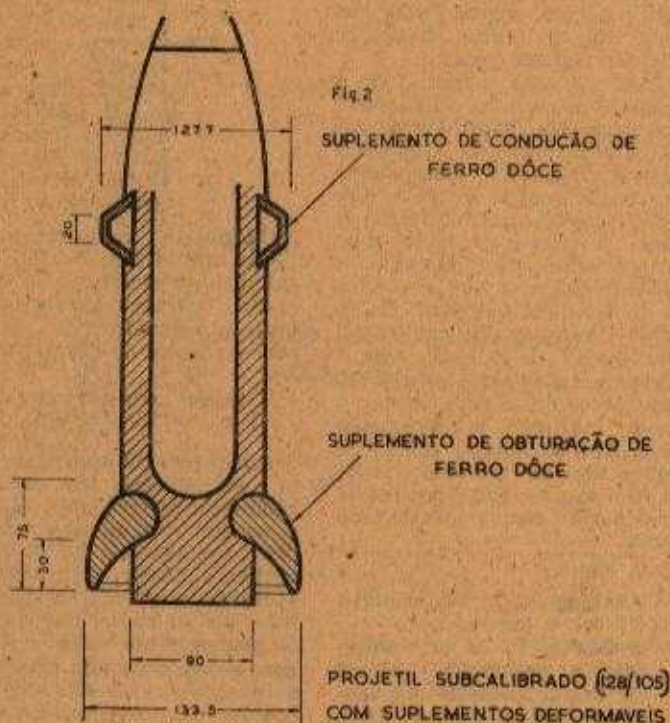
O projétil "subcalibrado" consiste, simplesmente, em um projétil de menor calibre que o do tubo e ao qual vão adaptados um suplemento de condução e outro de obturação.

Os estudos e experiências seguiram dois caminhos no desenvolvimento deste princípio: "projétil subcalibrado" com suplementos

desprendíveis e com suplementos deformáveis.

Na figura n. 1, vê-se o esquema do projétil "subcalibrado" com suplementos desprendíveis.

O suplemento de obturação, unido ao projétil por meio de dois passadores diametralmente opostos que se cizalham durante o tiro, transmite o movimento de rotação ao projétil por intermédio dos pinos embutidos em seu culote. Os gases, que durante a marcha do projétil pela alma penetram na câmara compreendida entre seu culote,



e o suplemento, agem sobre este antes da boca da peça, desprendendo-o.

O suplemento de condução, formado por três corpos, desprende-se pela ação da força centrífuga.

O segundo sistema experimentado consiste em unir, fixamente, ambos suplementos ao corpo do projétil e, mediante um tubo cônico ajustado à boca da peça, conseguir sua deformação até adaptá-los ao calibre real do projétil (Os suplementos são de ferro doce).

Este sistema tem sobre o anterior (de suplementos dispendíveis) a vantagem de que, não variando o peso do projétil, conserva toda a energia inicial e, além disso, não constitui perigo algum para as próprias tropas, no caso de não se desprender alguma peça.

Na figura 2, está representado o esquema do projétil "subcalibrado" com suplementos deformáveis, que nos dão idéia clara da ajustagem dos dois suplementos, assim como a deformação (adaptação ao calibre real do projétil) que sofrerão os mesmos, ao passarem pelo tubo cônico ajustado à boca da peça.

Torna-se evidente que a combinação do fator de superioridade do princípio "projétil subcalibrado" (maior precisão e alcance) com o tiro a percussão (menor número de tiros necessários para abater a aeronave) multiplica o rendimento da A.A. Aé. E, ainda, digno de menção o fato de que esta combinação não só não exige um gasto extraordinário como proporciona economia.

Com efeito:

- são menores as necessidades de aço e explosivos;
- a fabricação de uma espoleta a percussão, provida de um auto-destruidor sensível, exige menor gasto que uma espoleta de tempo, e, por fim,
- ao desaparecer a fase de graduar a espoleta, economiza-se o pessoal em serviço das peças e se aumenta a velocidade de tiro.

Esta combinação foi executada pelos alemães em 1944, e ainda que as provas não tivessem terminado, ao finalizar a guerra, conhecem-se alguns dados estatísticos das experiências realizadas que são bem eloquentes e dos quais vamos citar dois, em seguida:

— a V_n do material 128, que com um projétil normal era de 1.000 m/seg., aumentou para 1.400 m/seg., com um projétil subcalibrado de 88 (128/88);

— com material 88 (modelo 37) e para abater uma "Fortaleza Viadóra", a uma distância de tiro de 10.000 metros, precisava-se:

16.000 tiros com espoleta de tempo,

3.000 tiros empregando-se a espoleta de percussão, e somente:

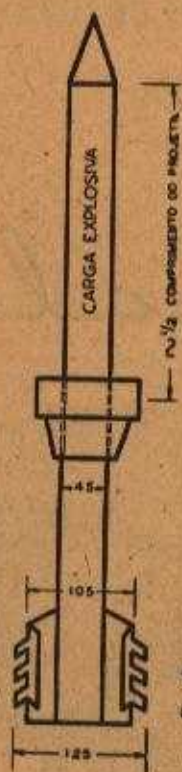
1.700 tiros com o combinado espoleta de percussão e projétil "subcalibrado" de 70 (88/70), resultando o alcance prático útil: 8.000, 11.000 e 12.000 metros, respectivamente.

Chegou-se, inclusive, a subcalibrar em 45 mm. o 105, com resultados excelentes. Na figura 3, vê-se o esquema do referido projétil, que devido à sua forma, recebeu o nome de "projétil-flecha".

TIROS COM ESPOLETA DE APROXIMAÇÃO

A espoleta de aproximação consta, em síntese, de um sistema rádio-emissor-receptor, que emite raios que voltam, uma vez refletidos na superfície do alvo que se pretende atingir. Um sistema amplificador aumenta os sinais refletidos de tal modo que, quando estes atingem um valor determinado (dependendo do raio de ação eficaz do projétil), atua sobre determinados órgãos, provocando a explosão.

Pode ser, pois, considerado como uma espoleta de tempo aperfeiçoada, por ser perfeitamente regulável e por eliminar os erros de graduação da mesma, ou senão, como uma espoleta de percussão, por provocar a explosão ao atra-



PROJETIL SUBCALIBRADO (05/45)
CHAMADO PROJÉTIL FLECHA

vessar uma determinada superfície, que é a que envolve o alvo, rodeando-o a uma distância igual ao raio de ação do projétil, ou seja uma espoleta de percursão melhorada, por ser a superfície "alvo equivalente" maior que a do alvo.

Os estudos feitos, ainda que não possam ser garantidas as conclusões obtidas, por se dispor de escassa informação a respeito desta classe de espoleta, permitem prever que o emprego de projéteis com

espoleta de aproximação reduz o número de tiros necessários para abater um avião dezesseis vezes, se comparado com o tiro com espoleta de tempo, e três vezes, se fizermos a comparação com o tiro percutente e se tratar de calibres superiores a 120 mm., pois com o calibre 88 é tão pequena a diferença, comparada com o tiro com espoleta de percursão, que não parece ser compensadora a enorme diferença de preço e dificuldades de fabricação.

AVIAÇÃO CIVIL E POTÊNCIA AÉREA

FRANÇOIS SERRAZ

Tradução e adaptação, para o caso brasileiro, de um artigo publicado na "Revue de Defense Nationale", de julho de 1951, pelo Coronel ADALARDO FIALHO.



Quais são as relações entre a aviação civil e a potência aérea de uma nação? Desde que uma nação produza aviões

comerciais, está capacitada para produzir, também, aviões militares. Da mesma forma, se ela mantém uma infraestrutura para serviços aéreos civis, as mesmas instalações podem servir-lhe de bases aéreas militares.

Em última palavra, há uma unidade de toda a aviação, de toda a indústria aeronáutica. Não se pode admitir a separação das duas aviações e, nesse ponto, a subordinação do nosso "Departamento de Aeronáutica Civil" ao Ministério da Aeronáutica revela bom senso. As concessões de linhas comerciais, principalmente as internacionais, são estudadas pelo D.A.C. e aprovadas pelo Ministério. Assim, também, os acordos e tratados internacionais, antes de passarem à esfera do Ministério do Exterior.

O princípio que rege a navegação aérea internacional é o que foi subscrito na Convenção de Paris, a 13 de outubro de 1919 e que estipula haver soberania completa e exclusiva dos Estados sobre o espaço atmosférico acima do seu território. É em virtude da referida convenção que um país pode interditar um avião comercial não autorizado de qualquer outro país e, se se tratar de avião militar, pode confiscá-lo, internar a sua guarnição e até protestar di-

plomáticamente, criando um caso internacional.

A situação geográfica de uma nação pode reforçar ou enfraquecer a sua posição em relação a outras, quanto às rotas aéreas internacionais. Se ela ocupa uma posição central, como a Alemanha, na Europa, por exemplo, torna-se uma encruzilhada vital e passa a ser solicitada pelas nações vizinhas para deixar cruzar-se em todas as direções pelas linhas aéreas. Tal nação pode e deve aproveitar-se dessa situação, para, estribada nas convenções aéreas, concertar acordos nos quais goze de posição forte. Se a nação ocupa uma posição excêntrica (Nova Zelândia), o seu território serve apenas de ponto final de escala e, nesse caso, a sua posição é fraca. É ela quem necessita apelar para outras nações para estenderem as suas linhas comerciais até o seu território. Há outras situações, como a da Islândia, por exemplo, nas quais o território serve apenas de alternativa de passagem, de ponto intermediário de escala e, nesse caso, a posição da nação é média, isto é, nem forte, nem fraca, podendo haver mais ou menos interesse em passar pelo seu território. Aqui, o jogo de concessões poderá equilibrar a posição da nação.

Mas, afinal, que é potência aérea? Definamo-la, antes de ir mais longe. Potência quer dizer faculdade de agir, de realizar o que se quer. Vê-se, desde logo, que "força aérea" não é disso senão um aspecto puramente físico. Potência

aérea é, antes de tudo, o poder de agir no espaço de três dimensões. Essa noção envolve:

1º) O direito de controle do espaço;

2º) A posse do potencial aeronáutico propriamente.

Em outras palavras: a faculdade de ação no ar supõe uma dupla condição. É necessário que a nação disponha do direito de voar e possua os meios de usar esse direito.

Pouco importa que ela disponha de aeródromos, usinas e parques aeronáuticos, estes bem providos, se não possui a livre disposição de seu espaço atmosférico, se sofre da incapacidade de controlá-lo, de nele exercer as prerrogativas de sua soberania nacional, seja porque se recusa a assinar as convenções internacionais reguladoras do direito aéreo, seja porque se trata de uma nação vencida e ocupada militarmente, como a Alemanha, ou o Japão, por exemplo, depois da vitória, na II Grande Guerra. É verdade que há nações, como a Rússia, que não assinou a Convenção de Chicago, mas que exerce plena soberania sobre o seu espaço aéreo. Mas estes casos são exceções próprias de Estados policiais e que não podem entrar em linha de conta nas relações do mundo ocidental. A Convenção de Paris, de 1919, foi ratificada pela de Chicago, de 1944, subscrita por 58 Estados, pois a última consagrou a atitude nacionalista das nações em relação ao espaço aéreo acima dos respectivos territórios.

Em última análise, não há "liberdade do ar" total senão acima do alto mar. Esse estreito direito nacionalista de controlar o espaço aéreo próprio, embora reconhecido, retarda as ligações aéreas internacionais, pois os acordos que dele resultam são sempre "bi-laterais", em vez de "multi-laterais", como seria de desejar e são sempre obedientes à regra do "toma-lá-dá-cá", isto é, fundamentam-se nos interesses políticos, econômicos ou militares das nações. Quanto ao potencial aeronáutico propriamente,

é tudo que permite à nação exercer a sua "capacidade de voar", ou, em outras palavras, é o conjunto dos meios que permitem a um Estado usar a sua potência aérea. Trata-se tanto de aviões, instalações, aeródromos, como de indústria aeronáutica ou de carburantes e do número e eficiência de suas empresas de transportes aéreos internos ou externos. Vê-se, por tudo o que foi dito acima, que "potência aérea" não é só "força aérea".

A idéia de poder aéreo está ligada à de transporte. Desde que um avião voe e possa transportar homens, mercadorias, bombas ou armas, está integrado na noção de potência aérea. Os aviões, quer militares, quer comerciais, são da mesma essência, como o são o carro de combate e o caminhão, a despeito das diferenças técnicas que os separam.

É por essa razão que as usinas aeronáuticas produzem tanto aviões militares, como comerciais, sem maiores dificuldades. Daí decorre que, para neutralizar as atividades aeronáuticas de uma nação vencida, como a Alemanha, por exemplo, depois da I Grande Guerra, não basta interditar-lhe a aviação militar, inclusive a fabricação de aviões militares. Foi por não terem seguido este princípio da unidade da aviação, deixando à Alemanha a faculdade de controlar e construir a sua aviação comercial, com o intuito de não impedir-lhe o desenvolvimento econômico, que os aliados se viram, de repente, em inferioridade e, com a ascensão de Hitler, até sofreram o amargor da derrota. Nações de grandes extensões territoriais, como o Brasil, tendem a desenvolver os seus transportes aéreos internos e a transbordá-los para o exterior, a fim de se aproximarem das outras nações. Isto tem sido verdadeiro, tanto para o Brasil, como para o Canadá, Estados Unidos e Rússia. É, então inevitável o choque de interesses com as nações vizinhas, principalmente no terreno econômico. Surgem os acordos aero-comerciais, na ela-

boração dos quais as nações usam o seu "direito de Voo" e o seu "potencial aeronáutico". Há nações de potenciais aeronáuticos diferentes. Uma delas, de potencial esmagador, em relação a outra, pode querer tirar vantagens excessivas no território dessa outra, mas esta pode impedir de ser avassalada por aquela usando as prerrogativas jurídicas de seu direito de voo. O pequenino Paraguai pode impedir que o Brasil vá 7 vezes por semana a Assunção, com a sua aviação comercial, em troca de uma visita semanal sua ao Rio. Em nome do seu direito de voo, pode limitar a nossa ida a Assunção a três, duas, uma vez por semana, ou nenhuma vez.

Seja como for, em matéria de vãos internacionais, reina ausência total de confiança coletiva e recíproca. Essa falta de confiança impulsiona, por vezes, as lutas de interesses econômicos até ao extremo de conflitos políticos agudos. Neste estágio, toda a aeronave, civil ou militar, torna-se suspeita. Não é sem razão que se diz emprestar o direito de voo à potência aérea o aspecto de uma arma de guerra fria. Citemos apenas, em abono de nossa asserção, o caso do avião "Privateer", dos Estados Unidos, que desapareceu misteriosamente no mar Báltico, depois de ter, inadvertidamente, penetrado no espaço soviético. É o caso de se perguntar se o uso da potência aérea não deve ser garantido pela intervenção de uma força aérea que esteja em condições de fazer respeitar a integridade do espaço nacional. É óbvio que, em caso de guerra, a manutenção da potência aérea de um Estado é função da eficácia de uma força de proteção que contribua para salvaguardar a segurança aérea e a invulnerabilidade de seus meios de produção. Nesse caso, trata-se do primado da Força sobre o Direito. Os aviões militares não mais têm missão de polícia. Participam da luta pelo controle dos espaços aéreos. Desaparecem as fronteiras entre as nações. Porém, ainda aqui, subsiste a noção de transporte. No escalão industrial,

o transporte e as forças aéreas se religam. As fábricas de aviões comerciais passam a produzir aviões militares.

Em conclusão, tentamos pôr em foco a indivisibilidade da noção de potência aérea. Esta não conhece compartimentagens entre as atividades aeronáuticas civis e militares, pois ambas têm uma mesma fonte e concorrem para um mesmo fim.

Escritas as linhas acima, volte-mo-nos para o caso do Brasil. É doloroso constatar que o Brasil, tendo logrado alcançar o brilhante 2º lugar no mundo, em tráfego comercial, não possui contudo, indústria aeronáutica própria. Temos que pagar caro pelos aviões comerciais importados e, em caso de guerra, não temos indústria para construir os aviões militares. A nossa situação ressenete-se, pois, de grave falha que anula, até certo ponto, o brilho referido. Até certo ponto, dissemos, pois que, de qualquer forma, uma aviação civil desenvolvida é sólida base para uma aviação militar potente. Nosso território está hoje recoberto de campos de pouso que servem tanto às linhas internas, como às externas. Neste ponto, inclinamo-nos ante o pessoal do "Correio Aéreo Militar", que, com o seu espírito pioneiro, contribuiu para desbravar as rotas aéreas do Brasil. Esse papel é hoje dobrado pela ação da "Fundação do Brasil Central", que se orienta na direção do Oeste. Os Aero-Clubes do país se multiplicam e eles são outras tantas escolas de aeronáuticas. Temos mais de 300. A nossa reserva de pilotos se multiplica e se conta hoje por milhares. Num país de grande extensão territorial, voa-se muito e quem voa muito torna-se excelente piloto. Possuímos uma situação geográfica excepcional. O Brasil detem algumas esquinas do mundo, em matéria aeronáutica. Natal e Fernando de Noronha são pontos-chaves estratégicos. De posse deles, poderemos, no futuro, quando possuírmos indústria aeronáutica própria, até fechar o Atlântico Sul. Poderemos comandar este oceano,

pois o bojo do Nordeste avança sobre a reintrança da África. Nosso território é necessário às rotas aéreas internacionais e, hoje, as atividades aeronáuticas constituem um dos elementos mais importantes das relações internacionais, tanto na paz, como na guerra. Lembremo-nos apenas do papel do "Corredor da Vitória", na última guerra, para confirmá-lo.

Países como o Brasil, de grande extensão e se limitando com muitas nações, guardam plena liberdade de ação, em matéria aeronáutica. No terreno econômico, as linhas comerciais dependem de nós. Todas ou quase todas as linhas da Europa que demandam os países da América do Sul necessitam passar pelo nosso território. As da América do Norte, pelo menos as mais curtas, precisam do Brasil para atingirem Buenos Aires. A nossa situação, em relação aos continentes vizinhos, é mais ou menos idêntica à de um país central, no interior de um continente. Somos uma encruzilhada para linhas aéreas internacionais. Isto coloca um trunfo inestimável nas mãos do Brasil, já que temos firmado todas as convenções aéreas. Reservamo-nos o direito de firmar acordos bi-laterais com todas as nações que dependam de nosso território, porém conformes aos nossos interesses econômicos, políticos ou militares. Estribados no direito de voo, podemos desviar as rotas comerciais internacionais dos pontos julgados críticos, para fazê-las passar por onde nos convenha. Podemos equilibrar a influência de certas grandes nações, fazendo entrar em jogo os interesses de outras. Ou podemos simplesmente recusar acordos. Podemos, igualmente, em troca de linhas que passem em nosso território, estender as nossas até os países de onde aquelas provêm. Já temos linhas que alcançam Londres, Roma e Beirute, na direção da Europa e aqui, na América do Sul, outras que alcançam Montevideú, Buenos Aires, Santiago, Assunção e Cayena. Temos que considerar que a situação de isolamento da América do Sul,

em relação à Europa e América do Norte, situação ainda mais dificultada pela barreira dos Andes, obriga as nações desta parte do continente a buscarem muito mais ligações com o hemisfério Norte, por meio de linhas longitudinais, do que entre si, por meio de linhas transversais. Mas quanto a estas e aqui passamos para o terreno militar, o Brasil goza de situação excepcional. Partindo do nosso território, guardamos a liberdade de poder atacar, pela via direta, qualquer país da América do Sul, à exceção do Chile. Desenvolvendo a nossa potência aérea, podemos mantê-los em xeque, conduzindo-os para a esfera dos nossos interesses, pois não necessitamos ferir a neutralidade de nenhum país para atingi-los. É verdade que, em câmbio, podemos sofrer o ataque concentrado de todos eles, embora, essa alternativa possa ser em parte, neutralizada por uma judiciosa distribuição de nossa força aérea ao longo das fronteiras. A ameaça latente, contida nessa distribuição, poderá constituir um fator de equilíbrio de forças em determinadas fronteiras, levando os países vizinhos, no mínimo, à posição de neutralidade.

Todas essas considerações estão a indicar a urgência do Brasil fundar, em bases definitivas, a sua indústria aeronáutica. Hoje, o problema é pacífico, na América do Sul. Mas não podemos atribuir aos nossos vizinhos do Continente a injúria de supor que permanecerão estagnados. Ao contrário, vemos que eles progridem e quanto mais tempo ficarmos de braços cruzados, mais nos distanciaremos deles, mais sujeitos ficaremos à ameaça da coligação deles contra nós. Alguns mesmo, como a Argentina, já constroem os seus aviões inclusive militares. Sem indústria aeronáutica, a nossa situação é aleatória. Sobrevinda a guerra, poderemos usar os aviões que dispomos até os limites da exaustão. Mas depois? Onde os compraremos? Venceremos as convenções sobre neutralidade que impedem a venda de material aos beligerantes?

Pela sua extensão e riqueza, o Brasil pode e deve ser uma potência aeronáutica, condição também indispensável para que possa unir e explorar vastos tratos de seu território, até aqui apartados da civilização.

Hoje em dia, as vias aéreas comandam o desenvolvimento de ricos e distantes territórios. Não se espera que cheguem até lá as vias

terrestres. É o que está acontecendo, na África, com as possessões francesas e inglesas. Grande tem sido o desenvolvimento da nossa aviação de carga, que pode atingir os mais longínquos rincões da nossa Pátria, uma vez orientada para eles. Mas tudo, tudo depende da indústria aeronáutica própria que está destinada a ser uma das mais poderosas alavancas do progresso do nosso querido Brasil.



O PERÍODO DE ADAPTAÇÃO IMPLICA SOBRETUDO EM PROBLEMAS PSÍQUICOS

Cel. J. H. GARCIA



ESTE período de instrução não é, como muitos o julgam, uma fase do ano de instrução sem importância.

Como os fatos que se passam na idade pré-escolar têm influências durante toda a vida dos indivíduos, assim, de certo modo, podemos comparar estes fatos com os que se passam no período de transição da vida civil para a militar, com relação às coisas militares.

Há indivíduos que, pela vida inteira, detestam os militares, as ordens, a disciplina, as formaturas e tudo que se relacione com as Forças Armadas... Se formos perscrutar, talvez, encontremos as raízes ou as razões dessa atitude em um longínquo mau período de transição, numa unidade qualquer do território nacional.

Há médicos, advogados, homens importantes que, hoje, bem colocados na vida, graças às carreiras que abraçaram, ainda se recordam, passados 30 anos, do tenente e do capitão que definitivamente os afastaram da carreira das armas, na qual se haviam iniciado com verdadeiro pendor. Raramente rapazes, com personalidade já bem formada e de caráter forte, persistem em seguir a carreira, após a desilusão de um tratamento rendidamente errado. Entretanto, isto não pode acontecer com os conscritos, aos quais, não sendo permitido deixarem o quartel, por lei, transformam o constrangimento em ódio, má vontade e, mais tarde, em completo desprezo e constante afastamento das coisas militares.

Quando se começa a falar na criação das unidades do Serviço de Relações Públicas e quando já o próprio Gabinete do M.G. possui um oficial encarregado destes serviços, é importante chamar a atenção para o de serviço social que os maus Períodos de Adaptação prestam às Forças Armadas, do Rio Grande ao Amazonas.

A importância deste Período cresce particularmente porque não basta o conhecimento comum dos indivíduos, para dispensar-lhes a atenção que merecem: há comandantes, instrutores e monitores que julgam estarem cumprindo integralmente as suas atribuições, ministrando estritamente as sessões pelos programas; o resto não lhes interessa, quando este resto é que é tudo.

A adaptação do indivíduo depende, como dissemos, muito pouco destas sessões e muito das atenções dos superiores e, particularmente da afetuosidade dos monitores e comandantes imediatos.

É um crime o regime da "gravata de couro", isto é, tratar o recruta como se fosse uma coisa, independente de sua personalidade e das necessidades que a nova vida cria para esta.

Só a chegada do indivíduo ao quartel, tendo deixado o convívio de sua família ou de seus companheiros de trabalho, já constitui uma transição de fortes consequências para o seu ânimo, mesmo tratando-se de indivíduos normais, e, muito especialmente, quando possuírem qualquer deficiência, como todos posuímos normalmente.

A mudança de alimentação, particularmente para pior, e mesmo, em certos casos, a deficiência, as mesas coletivas e o material, nem sempre muito limpo, afetam o estado físico do indivíduo e deprimem o seu moral.

Esta mudança de alimentação, com o esforço físico que é exigido, pela constante atividade, pela alteração dos hábitos, criam um estado da alma depressivo, se não forem equilibrados com momentos de prazer e de perfeito descanso.

Somente a mudança dos vestuários por uniformes, em geral abafados no verão e frios no inverno, e, particularmente, do calçado, influi na disposição do indivíduo e, portanto, em todas suas ações.

A instrução intensiva, as longas preleções em local inadequado, o tratamento em geral severo demais, o "nada de explicações", o "faz e não conversa", o "faz o que quer e o que gosta e também o que não quer e o que não gosta" na hora e como os outros querem, nem sempre seguido do "como deve ser", constituem outros fortes fatores de depressão.

A convivência, de um momento para outro, em todos os momentos e em todos os lugares, com indivíduos somente semelhantes na idade, acarreta restrições e constrangimentos vários que influem na conduta do indivíduo.

Este período, para o ano de instrução, corresponde aos momentos iniciais de uma aula, quando se procura motivar os alunos, isto é, despertar-lhes a atenção pelo que vão ouvir, ver e aprender. Ele tem valor justamente por esta motivação: nele devemos despertar a curiosidade dos recrutas pelas coisas com que vão tomar conhecimento nos outros períodos, devemos avivar neles o desejo de, no menor tempo, tornarem-se soldados completos, capazes de cumprir integralmente os seus deveres para com a Pátria; em síntese, nele devemos preparar os recrutas, isto é, colocá-los em estado da alma que lhes permita absolver os ensinamentos com rapidez, adestrarem-se nas habilidades com

firmeza e adquirirem logo os hábitos indispensáveis.

As exigências descabidas e estapafúrdias de monitores inexperientes e mesmo de oficiais, como sejam a execução repetida de movimentos, como castigo, exposição à chacota dos companheiros, etc., deprimem e constituem uma espécie de desencanto para civis, que julgavam tudo, dentro da caserna, refletindo método, ordem e coerência.

Indivíduos cujas obrigações eram poucas, de uma hora para outra, passam a ter mil e uma obrigações e estas preocupações múltiplas tiram-lhes o sono indispensável para reporem suas forças. Há, entretanto, outros fatores que perturbam o sono reparador dos soldados, particularmente dos novos — os comandantes os conhecem de sobra.

Em síntese, há indivíduos para os quais as mudanças são radicais e a adaptação quase impossível; há outros que se adaptam, após violentas batalhas íntimas.

Para quem tem sempre formado soldados para paz, em quase um século e considerando o primarismo da nossa penúltima formação, para a guerra do Paraguai, e considerando ainda muitos ensinamentos da preparação da FEB, chega-se à conclusão que nós ainda não sentimos necessidade de levar esta preparação às meticolosas regiões do mental e pouco temos feito no campo tão sutil do moral.

Dos indivíduos que são chamados ao serviço, somente uns 15 % se acham no quartel como se fôsse na própria casa, talvez porque não tivessem casa, não vivessem no convívio de uma família; 50 % se adaptam depois das lutas a que nos referimos e os restantes 35 % vão até o fim do serviço cumprindo com dificuldade as suas missões, por falta completa de adaptação.

Os ensinamentos consequentes destas observações (não precisamos escrevê-los) constituem conclusões naturais.

Quanto às consequências para as relações entre Forças Armadas e

povo, não há dúvida de que o tratamento em geral que damos na caserna aos conscritos influi, de forma categórica, nestas relações e, particularmente, a forma como os tratamos no Período de Adaptação.

Será que entre as razões da fuga da mocidade dos quartéis, por todas as válvulas possíveis, não se omilha, como causa principal a deficiência do tratamento que damos aos conscritos?

Um inquérito, orientado por quem de direito, podia mostrar surpreendentes resultados e nos orientar sobre as medidas aconselháveis.

Procurando mais detalhes e mais profundidade nos conceitos que desejamos apresentar aos leitores da "Defesa Nacional", passaremos, daqui por diante, a reportar-nos aos artigos sobre a Adaptação do Soldado do Major Capelão Alfred C. Longley, do Exército dos EE.UU., publicados na *Military Review*, ns. 11, de 1947 e 2, de 1948.

O artigo do n. 11 desta revista é iniciado pela afirmação de que os industriais americanos, depois de longas pesquisas, chegaram à conclusão de que menos adiantaram salários altos e poucas horas de trabalho, para a produtividade dos operários, que a *despreocupação com os problemas pessoais e os conflitos pessoais*: "Nem só do pão vive o homem".

"Os problemas pessoais apresentam sempre o mesmo caráter, qualquer que seja o meio. Essa asserção desfaz o hiato entre a indústria e o serviço militar".

"Em combate, os soldados produzem muito mais, em suas missões, quando se cuida de sua ambientação à vida militar. Por outro lado, conhecemos sobejamente o poder nocivo que os problemas sem solução exercem sobre o soldado que não se adaptou".

"No início da guerra, com a presença de efetivos, os americanos, embora reconhecessem a necessidade, não puderam prestar atenção às dificuldades individuais — pensavam em termos de unidades".

"Mais tarde, quando a mobilização entrou em seu ritmo normal, a dependência entre a adaptação do soldado ao meio militar e o seu moral tornou-se mais evidente".

"A instrução somente não é capaz de fazer um bom soldado — é necessário estimular a personalidade de cada homem".

"Entre a si mesmo, o homem mal adaptado torna-se descontente e, muitas vezes, neurótico. A atitude retraída e a ineficiência dos inadaptados prejudicam acentuadamente a eficiência das unidades. Em muitos casos, a instabilidade emotiva só se manifesta depois que o homem cedeu completamente sob a pressão externa. Chegado a esse ponto, não mais foi possível recuperá-lo para o combate. Os casos que vamos citar servirão apenas para mostrar a facilidade com que isto acontece e para salientar a necessidade dos comandantes estarem alertas para perceberem o menor sinal de falta de adaptação por parte de seus homens".

"Com os ensinamentos dos últimos 8 anos, podemos concluir que há necessidade de auxiliar o soldado que não consegue adaptar-se às exigências da vida militar, a fim de conservar o potencial humano de que tanto necessitamos".

Neste ponto, o autor conclui pela necessidade da organização, no exército, de um plano de assistência moral e, mais adiante, acha que esta missão pode caber a todos os oficiais e sargentos. Entretanto, diz que o Capitão, o Médico e Capelão são os que estão naturalmente indicados para esse trabalho.

"Em geral, o indivíduo que necessita de auxílio procura o conselho de alguém que não convive intimamente todos os dias, isto é, de quem sabe interessar-se por sua pessoa".

"Não se pode pretender que os soldados que precisam de assistência compareçam à presença do sargenteante e peçam licença para falar ao capitão para tratar de assuntos pessoais".

Em geral, os indivíduos que pouco entendem dessa especiali-

dade que é lidar com atitudes, condutas, ânimos, restrições, complexos, íntimos, temperamentos, mentes, caracteres, sentimentos, etc., julgam que uma ordem, a disciplina, bastam para resolver estes problemas simples; entretanto, o médico e o capelão não têm este direito, isto é, não têm o direito de cometer esse erro grave.

Já em um artigo que publicamos, meses atrás, nesta mesma revista, intitulado "Reflexões sobre um comando em tempo de paz", chamávamos a atenção dos companheiros para o valor do médico como fator de comando e lá explicávamos como viamos a utilização deste auxiliar.

Se, em tempo de paz, surgem tantos problemas visíveis a olho nu e inúmeros que passam despercebidos, estes, em grande maioria, o que não acontecerá em tempo de guerra?

Achamos que o médico, no momento atual que vivemos, deve ser concitado pelos comandos de unidades, como um dos seus mais eficientes meios de comando, a observar continuamente os homens por cuja saúde é responsável.

Não se compreende mais um serviço de saúde em uma unidade que não tenha tempo para auxiliar o comando em todos os seus setores: alimentação, moral e saúde.

Quem, melhor que o médico, para dizer ao comandante que seus homens estão sendo mal alimentados por estas e estas razões?

Quem, melhor que o médico, para apontar os desajustados? É claro que isto não pode ser feito por um médico que não dispõe de tempo!

Continuemos a examinar os artigos que citamos de início.

A seguir, o autor passa a tratar dos que fingem sofrer de perturbações.

"O conselheiro precisa ser dotado de muita paciência e tato para distinguir o verdadeiro "blefador", cujo fingimento encobre a covardia, do indivíduo que sofre realmente de perturbação emotiva".

"É necessário abordar todo o caso sem juízo preconcebido".

Aqui, após lembrar que todos concordam caber ao capitão, ao médico e ao capelão a assistência moral do soldado, o autor passa a expor a técnica que melhores resultados deu.

Parece um detalhe, mas, no fundo, é interessante a razão por que o autor diz empregar o verbo aconselhar em vez de persuadir, convencer, etc., — o verbo aconselhar implica em tomar decisão em conjunto.

"Na entrevista, o conselheiro deixa todo o estudo dos problemas a cargo de quem necessita de assistência e fixa sua atenção no indivíduo, não em seu estado intelectual, mas em seu estado emotivo: são as emoções subconscientes que dão origem aos distúrbios".

"O espírito da pessoa precisa ser despertado apenas para que possa apreciar o estado de inadaptação de seu lado emotivo".

"O indivíduo precisa compreender perfeitamente a si próprio".

Por esta parte, verifica-se que a Adaptação não envolve apenas problemas superficiais, cuja solução se encontra de boné na cabeça e sem esquentar o lugar; não trata apenas de se adaptar à alimentação, às novas vestimentas, ao novo tratamento e sim a resolver os problemas conseqüentes dos distúrbios provocado pela não solução completa destes problemas (isto em tempo de paz).

Em tempo de guerra, podem surgir problemas complexos, como o seguinte: "Um soldado de vinte e três anos começou a manifestar tanta irritabilidade, tensão e hostilidade ao Exército, revelados em sua atitude irascível para com os companheiros, que o comandante da companhia resolveu chamá-lo para dar-lhe uns conselhos. Após o primeiro contacto, pediu que o capelão continuasse a entrevista. A conversa com o soldado revelou que, antes de ser convocado, vivia numa pequena localidade, onde suas relações sociais eram muito precárias. Sendo-lhe difícil tomar parte em muitas das atividades sociais costumeiras, sempre dedicara quase

todo o tempo à lavoura, à pesca e à caça. Desde que entrou na adolescência, havia feito uso retivamente intenso das bebidas alcoólicas, embriagando-se de vez em quando. Depois de enviado para além-mar, soubera, de fonte fidedigna, que sua esposa, com quem se casara alguns meses antes de embarcar, estava morando com outro homem. Isso o enfurecia, indignado de não poder regressar e matar a ambos. A introspecção que produziu, enquanto expunha seu caso, fê-lo perceber como estava transferindo seu ressentimento e ódio à esposa infiel para o Exército. Seus complexos de infância reforçaram essa transferência. Vindo a compreender o conflito emotivo que estava afetando sua vida, o jovem foi se adaptando lentamente, porém com segurança, até se tornar um soldado normal e eficiente".

Quem não conhece, mesmo em tempo de paz, a interferência da preocupação dos casos a resolver sobre o modo de se proceder: um filho que insiste com as más companhias, a doença grave de uma pessoa da família, etc., são casos comuns na vida dos indivíduos, para não citar outros, não tão comuns, mas mais íntimos que perturbam o rendimento de trabalho, a eficiência dos mortais.

Quantas vezes um graduado de bom comportamento, já há vários anos, passa, de uma hora para outra, a cometer faltas, algumas até graves e, na roda dos oficiais, comenta-se o fato com estranheza; entretanto, para o problema insolúvel satisfatoriamente para a unidade e o graduado, a solução só será encontrada na entrevista, na intimidade das confissões ou na percepção, através de atitudes, casos contados, da verdadeira causa do mal. Quantas vezes este infeliz graduado luta só contra o seu mal íntimo e contra a incompreensão de seus chefes e termina, as mais das vezes, encontrando a saída ideal para ele, que o alivia de todos os males — o suicídio!

Comandar não é apenas dar vozes de comando, de cabeça erguida

e sentir o resultado pelo bater seco das soleiras das armas no chão. Comandar, particularmente, para o Capitão e muito especialmente em campanha, é ir com seus homens, é sentir seus pezares e suas alegrias, é ser o seu amigo e confessor de todas as horas...

Seguindo novamente o Major Alfred, agora já francamente no campo da psicologia, "o indivíduo é levado a compreender o seu caso à custa de esforçar-se por descrevê-lo pormenorizadamente, utilizando suas próprias palavras".

"A regra fundamental, para semelhante assistência moral, consiste em saber ouvir".

"Inicialmente, é preciso explicar ao soldado inadaptado que o conselheiro não tem a solução para o seu caso, mas que lhe vai dar a assistência de que necessita para resolvê-lo por si próprio.

O soldado deve ser ouvido com paciência, simpatia e imparcialidade.

O conselheiro não deverá ostentar autoridade de qualquer natureza.

Será evitada qualquer discussão com o soldado.

Os conselhos serão reduzidos ao mínimo absoluto. O objetivo da assistência é encaminhar o raciocínio do indivíduo, de sorte que ele próprio encontre a solução.

O conselheiro só deverá falar ou fazer perguntas para facilitar a exposição do soldado, afastar o constrangimento, conduzir a conversa para qualquer ponto importante que tenha sido omitido ou negligenciado.

Após indicar estes conselhos como frutos de longos trabalhos nesta guerra, termina declarando que hoje e sempre precisamos "mens sana in corpore sano".

Esta última guerra mostrou que as desordens de personalidade constituíram um sério problema e que a conduta dos oficiais pode contribuir para reduzir as perdas.

Progressivamente, de mal a pior, as perturbações da personalidade podem classificar-se em má-adaptação: ligeira perturbação resultante da dificuldade de adaptar-se satisfatoriamente ao ambiente; —

em *psiconeurose*, que já é uma forma de *má-adaptação* de certa gravidade, menos grave é verdade que a *psicose* (insanidade), mas mais grave que a *má-adaptação*. Entre as espécies de *psiconeurose*, citam-se a *histeria* (conflito subconsciente se transformando em perturbação física, por exemplo, cegueira, paralisia sem razão de ordem física, causadas por um choque emocional, como se acontecer nos combates) e a *ansiedade neurótica* (medo de ver-se impotente e abandonado em um meio hostil). Esta, quando aguda, pode transformar-se em *histeria*; continuando a citar as perturbações, temos ainda a *psicose*: grande perturbação mental; com exceção da que tem origem orgânica, é consequência de conflitos e se manifesta por um comportamento social muito irregular; a *psicologia*: não é *má-adaptação*; o *psicopata* é o que podemos chamar um louco manso, é dotado de uma personalidade fundamentalmente anormal.

Diz o Major Alfred, em seu artigo publicado em maio de 48, do qual extraímos as notas acima, que o problema das perturbações de personalidade no Exército (americano) se reveste de grande importância.

"Em 1943, o Exército verificou que o número de indivíduos excluídos quase estava igualando o de recrutados: havia mais homens deixando as fileiras por distúrbios nervosos que embarcando.

As cifras sobre desordens de personalidade, no período de 42-45, são as seguintes:

- de 15 milhões de homens examinados:
- 1.850.000 (12%) foram rejeitados por sofrer de perturbação mental ou de personalidade (38% do total dos rejeitados por todas as causas);
- de 12 milhões de homens e mulheres mobilizados:
- 1.000.000 baixou aos hospitais por distúrbios (mais

de 6% dos que baixam por todos os motivos); 3 ou 4 vezes este número foram tratados por psiquiatras sem ter necessidade de baixar;

- 545.000 indivíduos foram excluídos por sofrer de desordens mentais (49% de todas as exclusões por todos os outros motivos);
- em geral, em 80 a 90% dos casos tratava-se de desordens de personalidade do tipo mais brando, de *psiconeuroses* (mal adaptação de certa gravidade).

Feitas estas citações estatísticas, bem evidentes para serem comentadas por se referirem a números, podemos concluir ser a guerra um fenômeno completamente diferente da vida normal e de tal forma diferente e de tal modo impressionante que urge dispensar particular atenção à preparação moral dos indivíduos para ela.

Esta preparação não deve ter faltado na grande república americana, particularmente nesta última guerra e no entanto os números aí estão.

Não há dúvida que, quanto mais alto o nível cultural de um povo, mais afastado deve estar de um ambiente de guerra, portanto mais exposto aos seus males, mas por outro lado, em melhor situação de compreender a razão da guerra.

Quem estuda a colonização dos EE.UU. pode pensar no desinteresse de muita gente por uma guerra, seja contra quem for; quem, nos EE.UU. ou na América, pensa na vastidão dos recursos de que dispõe, em seus grandes territórios e se acha fechado no círculo de seus negócios ou de sua cultura especializada, pode não encontrar com facilidade razões para lutar.

As causas deste números já devem estar estudadas, mas não publicadas, e os remédios já estão sendo, com certeza, ministrados.

Feitas estas considerações despretensiosas, acompanhemos o autor no Recrutamento e na Seleção.

Inicialmente, recorda as dificuldades sentidas pelo incorporado no

início de sua nova vida, do que já tratamos de início; logo a seguir, passa a tratar dos homens que apresentam distúrbios durante o período de instrução e aponta as causas:

- deficiências dos instrutores ou dos métodos (os programas devem ser preparados levando em conta a fadiga dos instruídos e os instrutores o devem ser com esmero);
- nostalgia pelo afastamento de casa;
- desorientação por não saber o por que da guerra;
- perda da individualidade, vendo-se transformado em um número, pequeno dente de uma engrenagem. A arregimentação e o sentimento de ser manobrado sem objetivo aparente contrastam acentuadamente com a liberdade da vida civil.

"Se o número de soldados que passam a ausente, que cometem faltas, os casos de doenças venéreas, comparecimento à visita médica, é grande, há alguma coisa errada, implicando evidentemente isto em tomar medidas para modificar o ambiente da instrução e garantir os incentivos".

"O medo da morte acaba sempre por produzir o colapso na personalidade mais estável.

"Os índices de psiconeuróticos e de feridos são proporcionais.

"Os homens gastam-se como máquinas.

"O tempo máximo que um homem pode ficar exposto ao combate, antes de atingir o colapso, varia entre 200 a 240 jornadas de luta, isto é, 6 a 8 meses.

"As reações normais da batalha, que podem ser atenuadas pelo repouso, compreendem a fadiga física e o medo intenso e constante do combate, que dispensam cuidados médicos.

"As reações anormais exigem tratamento médico: incapacidade geral e tremor que perdura por muitas horas após o combate, desmaio nos momentos críticos, alta sensibilidade auditiva, insônia pro-

longada, histeria, depressão constante e sentimento de culpa, pânico ou desorganização do raciocínio e do domínio próprio; semi-inconsciência.

"Os fatores que facultam a resistência às provações do combate são: ausência de manifestação neurótica em sua adaptação civil, amor à responsabilidade, qualidades de chefe, ideais definidos, fé religiosa, ódio ao inimigo, objetivos limitados, orgulho e lealdade.

Do que ficou dito acima, conclui o autor que o ambiente exerce grande influência sobre a adaptação dos soldados.

"Compreendendo a força do ambiente e, dirigindo-o com habilidade para anular sua influência perniciosa, os comandantes, em todos os escalões, poderão reduzir ao mínimo os seus casos de psicose, tanto nos períodos de instrução, como em campanha.

"Embora estes cuidados sejam mais da alçada dos comandantes de divisão e de unidades, os comandantes de exércitos, grupos de exércitos e teatros muito poderão fazer para facilitar a tarefa daqueles. Além disso, poderão estabelecer o rodízio das unidades e garantir repouso e licenciamento satisfatório.

"Compete à 1ª Secção dos E. Maiores cuidar constantemente que:

— todos os oficiais e sargentos sejam perfeitamente instruídos sobre os problemas de adaptação dos soldados e sobre a técnica de sua resolução;

— as praças sejam colocadas em funções e incluídas nas unidades mais de acordo com suas aptidões, o que, além de muitas outras razões, atende ao objetivo da adaptação da personalidade;

Compete à 3ª cuidar:

— que os programas de instrução levem em conta a necessidade de reduzir as tensões do ambiente ao mínimo e desenvolver todos os possíveis estímulos para a tropa;

— que as licenças sejam concedidas tão liberalmente quanto a situação permitir;

— que o psiquiatra seja consultado sobre todos os assuntos de sua especialidade;

— que o capelão disponha de tempo e meios suficientes para cumprir sua missão; as atividades religiosas constituem valioso preventivo contra as perturbações de personalidade.

"Os batalhões de saúde devem contar com um médico psiquiatra.

"Todas as unidades dispõem de capelão".

Tratando das causas das perturbações de personalidade, diz o autor que podem ser de duas ordens: predisposição e precipitação.

As causas da predisposição são os instintos e os mecanismos mentais defeituosos.

"Quando os instintos dão lugar a problemas, o controle é assegurado pelo que podemos chamar de mecanismos mentais. Todo o ser vivo desenvolve meios e mecanismos para adaptar-se às condições da vida.

"O homem adapta-se fisicamente ao ambiente; às vezes, seus impulsos, instintos ou ideais entram em conflito com o código ou ideais do resto do povo, ou então, com sua própria consciência. Nestes casos, os mecanismos mentais entram em cena num esforço para resolvê-los. Às vezes, os próprios mecanismos contribuem, em grande parte, para a perturbação da personalidade.

"Impulsos indesejáveis são excluídos da consciência e recolhidos ao domínio inconsciente da personalidade; por exemplo, sentimentos de culpa, etc. (Repressão).

"Um outro mecanismo normalmente empregado é o da supressão: idéias reprováveis pela sociedade são deliberadamente repelidas, mudando-se a atenção para outra idéia.

"O mecanismo da regressão é altamente indesejável e entra em funcionamento quando o indivíduo reverte a um nível inferior ao desenvolvimento e exibe comportamento imaturo ou infantil.

"O mecanismo da conversão se manifesta quando o conflito mental altera um processo físico do corpo, produzindo uma cegueira funcio-

nal, a perda da audição ou uma paralisia; ocorre quando um conflito mental intenso, não conseguindo desabafo espiritual, procura a expansão física.

"O desassossego do espírito geralmente se exterioriza nos casos de má-adaptação, psicose ou psicose, dependendo da intensidade e duração do distúrbio.

"O comportamento desordenado não é a sorte apenas dos que possuem pequena tolerância para a frustração; exposto a um aumento anormal de tensões, por tempo excessivo, qualquer homem sucumbe à mal-adaptação.

Há outros fatores que favorecem o desenvolvimento de desordens da personalidade. Por exemplo, a estrutura social do país, a delinqüência infantil, os preconceitos raciais, políticos ou religiosos, os processos defeituosos de criação, a falta de educação, a falta do lar, etc...

"Entre as causas de precipitação das desordens de personalidade temos:

- as enfermidades prolongadas ou as fadigas acentuadas;
- o tédio, as missões demasiadamente difíceis ou a infelicidade doméstica.

"As alterações físicas, que ocorrem geralmente nos homens e nas mulheres após os quarenta anos, costumam dificultar a adaptação.

"As situações aterradoras que se verificam em combate desencadeiam a psicose mesmo em homens normais; sabe-se que as lebres, às vezes, morrem de medo, antes de serem tocadas pelos cães.

"As mudanças bruscas de ambiente criam um sério problema de adaptação.

"A prevenção das má-adaptações depende, em regra, mais do comandante que do médico ou do psiquiatra, seus auxiliares.

"As medidas preventivas são importantes para a conservação do potencial humano.

"São sinais da mal-adaptação:

- a incapacidade para dar-se bem com os companheiros, manifestada pelo isolamento

ou por uma atitude arrogante e arengueira;

- insegurança demonstrada pela atitude de retraimento, um complexo de perseguição, queixas, mentiras, embriaguez freqüente, insônia, falta de persistência nas tarefas, alegação de doença, e comparecimento muito repetido à visita médica;
- ansiedade e depressão, manifestada por fisionomia constantemente triste ou preocupada;
- falta crescente de amor próprio, revelada pelo desleixo com sua aparência pessoal.
- falta de interesse, demonstrada por expressão vaga, movimentos lerdos, cansaço no falar e no andar e desatenção.

"O ambiente é o grande fator das causas de mal-adaptação.

"Forjando com habilidade o ambiente de seus homens, o chefe terá dado o primeiro e mais importante passo para prevenir as desordens de personalidade:

- boa distribuição de funções;
- boa dosagem do serviço e da recreação;
- atividades para elevar o moral;
- bem organizado programa de instrução.

"A aplicação hábil dos princípios que regem os estímulos coroa os esforços do comandante para evitar as desordens de personalidade.

"Fortes incentivos para trabalhar e lutar são poderosos antídotos contra as más-adaptações, servindo ainda para dar expansão às energias emotivas que, de outra forma, poderiam dar lugar às tensões e aos conflitos causadores de perturbações.

"A fadiga é um grande obstáculo à adaptação.

"Em 1945, foi firmado o princípio de não manter em linha uma tropa mais que 120 dias.

Quanto à cura das desordens de personalidade, tratando-se de neurose branda, o sono, provocado por drogas, produz o efeito desejado;

nos casos sérios, entregues à psiquiatria, os distúrbios mentais são curados pelo afastamento das tensões que causam a desordem, o que é conseguido por meio de conversas francas com os pacientes, tendo em vista levá-los a compreender o que se passa. Entretanto, a experiência, diz o Major, tem demonstrado que o tratamento mais eficiente para esses casos é a serenidade proporcionada imediatamente nos postos de saúde ou de triagem ou ainda nos campos de repouso das divisões. O processo, continua, pode durar 2 a 3 dias e durante esse tempo, convém, sendo possível, fazer o paciente compreender a grande necessidade de seu retorno ao combate, apelando para o brio, o sentimento do dever, a lealdade e a ausência de qualquer justificativa médica para sua evacuação (50 % regressam e 5 % são evacuados).

"Os possuidores de psicose brandas não devem permanecer nos hospitais além do tempo necessário para o diagnóstico e o tratamento. Terminado este, devem iniciar imediatamente o curso de readaptação, em vez de ficarem inativos ociosamente nos hospitais.

"O médico tem responsabilidades especiais, quando propõe a exclusão de um soldado por motivo de neuropsiquiatria.

"Certos conceitos falsos, que abaixo enumeraremos, prejudicam a eficiência do comandante e do médico na prevenção dos distúrbios de personalidade:

- a reação neurótica é consciente e muita vezes simulada.

"O verdadeiro sintoma neurótico jamais constitui um pretexto consciente para escapar a uma situação difícil e, portanto, não é fingimento.

A neurose é uma doença.

As reações neuróticas, no Exército, não diferem das que se verificam na vida civil; os pacientes ignoram por completo a origem exata de seus sintomas e, enquanto permanecem doentes, são incapazes de os controlar.

— As reações neuróticas só se manifestam em pessoas anormais. Em alguns tipos de doenças mentais, constata-se a presença de um fator constitucional, mas os fatores ambientais são muito mais numerosos como causas destas reações.

— A simulação é muito comum. A simulação, o fingimento de doença por parte de um indivíduo em perfeitas condições físicas e psicológicas, não é frequente e constitui uma percentagem muito pequena de todas as baixas dos hospitais militares. Além disso, essa simulação é um sintoma psicológico, muitas vezes o único sintoma apresentado por um indivíduo de personalidade fundamentalmente doentia.

— Todo o indivíduo que sofreu de doença neurótica ou psicótica acha-se incapacitado para sempre. Muitas pessoas que sofrem de doenças mentais agudas recuperam-se inteiramente.

— O soldado neurótico pode tornar-se um combatente valioso por efeito de forçamento ou ameaça.

O neurótico é tão incapaz como o indivíduo que sofre de doença física; a ameaça ou a punição só servirá para agravar-lhe o estado e hostilizá-lo contra os oficiais e o Exército.

— Todos os psiconeuróticos devem ser excluídos.

Muitos são de natureza branda e se restabelecem com tratamento adequado.

Como conclusão a seus artigos, o Major Alfred apresenta uma relação das condições que conduzem às desordens de personalidade (tensões) e dos fatores que evitam tais perturbações (incentivos).

Tensões:

- combate;
- função incompatível;
- rigores físicos;
- fadiga;
- dificuldades domésticas;
- má administração do pessoal;
- isolamento;
- clima;
- prestações.

Incentivos:

- bons chefes;
- estímulos;
- apoio;
- moral elevado;
- amor próprio;
- zelo pela causa;
- espírito de corpo;
- boa orientação;
- educação mental;
- prática religiosa;
- personalidade normal.

Por fim, encerrando seu último trabalho, diz o autor que "convém frisar que as desordens de personalidades são progressivas; agravam-se rapidamente.

"Por outro lado, podemos dizer que, se os comandantes, em todos os escalões, se esforçarem por manter as tensões ao mínimo e garantir ao máximo os incentivos, os casos de doenças mentais diminuirão consideravelmente.

"A adaptação das personalidades é capital para a conservação dos efetivos."

Feita esta prolongada citação de trechos dos dois artigos a que fizemos referência, de início, entremeados, de longe em longe, com algumas modestas observações, terminamos perguntando aos comandantes de unidades e comandantes em geral se na preparação dos contingentes que lhes têm sido entregues aqui, em tempo de paz, têm feito o máximo para que os cidadãos que os constituem não só produzam muito e do melhor, para as Forças Armadas e a Pátria, mas, ao serem excluídos, levem do quartel, por toda a vida, os ensinamentos que guardaram e as habilidades e hábitos em que se exercitaram e que adquiriram, bem bem como ainda recordações agradáveis e por isso duradouras do ambiente sadio que lhes oferecetes e guardam para sempre as amizades que na caserna contrairam.

Há um comportamento comum aos tempos de paz e de guerra, ao qual se aplicam, escolhidos com facilidade, não só nossas observações iniciais, como muitos dos ensinamentos do Major Alfred, escritos

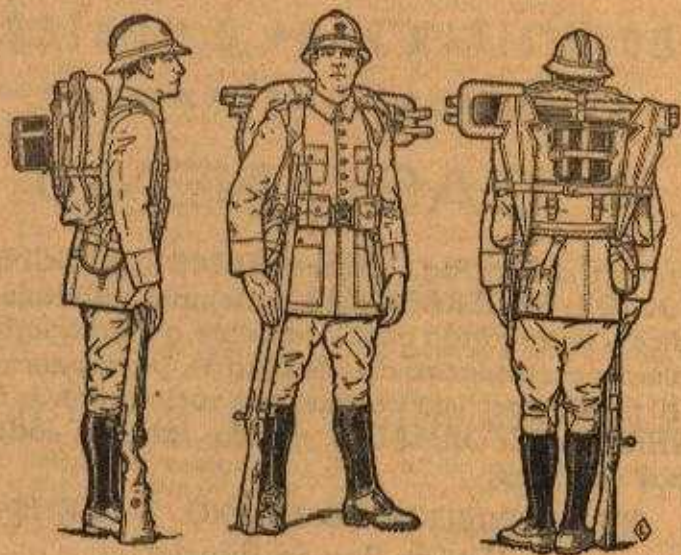
mais à luz das experiências da guerra.

Em tempo de guerra, não há dúvida, tôdas as tensões são multiplicadas por 100 e os incentivos divididos por 100, dadas a série de dificuldades que se apresentam, particularmente, às nações novas e pobres e de cultura média baixa. Mas existem sempre e em tôdas as situações devem ser atendidas, não só em consideração ao respeito que se deve ao homem, como à responsabilidade que temos pelas relações do povo com as Forças Armadas.

Há vários anos ouvimos referências, de quando em quando, à necessidade de se começar a estudar psicologia nas primeiras classes de nossas escolas militares, mas agora, após esta última guerra, há uma imposição a que não podemos fu-

gir, a qual se liga intimamente, como acabamos de ver, não só à eficiência do homem no cumprimento de suas missões em campanha, como, o que é também muito importante, à economia dos efetivos mobilizados, particularmente para as nações cuja porcentagem de indivíduos aproveitáveis, considerando as exigências da guerra moderna, não devem ser grandes; além dessas exigências, há as que citamos logo acima, relativas às relações do povo para com as forças armadas, que nos cabe, a nós, comandantes e instrutores, manter e incentivar ao máximo.

Ai deixamos, à observação dos companheiros, estas rápidas notas sobre um problema que merece toda nossa atenção: a adaptação do cidadão nas Forças Armadas e os reflexos da má-adaptação.



O Lança-Chamas Auxilia a Infantaria

LT COL WALTER L. MILLER, JR.

Tradução "data venia", do "Combat Forces Journal", de dezembro de 1931, pelo Cap. JOAO B. SANTIAGO WAGNER



OMENS e animais possuem um instintivo medo do fogo. Ainda que o homem tenha aprendido a controlar e a usar o fogo, ele o teme. Este medo pode ser tão grande, que poderá paralizá-lo ou levá-lo ao pânico.

Os Exércitos Aliados, no NW da Europa, durante a 2ª Grande Guerra, verificaram que as melhores tropas inimigas eram rompidas e debandavam quando atacadas com lança-chamas. Muitos soldados se rendiam quando esses engenhos eram usados. Este efeito do lança-chamas não é tão bem compreendido como deveria sê-lo. Mas os homens (e animais) instintivamente sabem que a distância é a única proteção contra o lança-chamas. Por isso correm. Mesmo a instrução não pode vencer essa reação.

O máximo efeito do lança-chamas obtém-se quando usado de acordo com as regras de emprego. Quando o inimigo se entrancheira, deve ser atacado com o lança-chamas. Seu alcance relativamente curto não apresenta obstáculo e, quando o inimigo se encontra enterrado, é que se obtém o maior efeito psicológico.

O lança-chamas produz vários efeitos. Ele é letal, causando a morte por queimaduras ou asfixia. O choque também pode ser causa de mortes. Muitas mortes serão evitadas se o inimigo render-se antes que enfrente o lança-chamas.

O lança-chamas tem efeito de pesquisa e de neutralização. Pode atingir regiões desentranhadas e fendas do terreno. Pode neutralizar o terreno dentro do seu raio de ação e obrigar o inimigo a evacuá-lo. Trincheiras, espaldões, casamatas, sébes, florestas, veículos e carros de combate são bons alvos. Quando não vemos o inimigo, mas suspeitamos de sua presença em determinado lugar, a cobertura da zona por um lança-chamas é suficiente para expulsá-lo de onde se encontra. O lança-chamas pode atingir a contra-encosta de uma elevação ou o fundo de um canal. Pode cegar uma casamata, penetrando pelas seteiras e também atingir o seu interior, para matar ou neutralizar a guarnição.

O lança-chamas tem efeito incendiário. Pode provocar incêndios em matos, pilhas de feno, celeiros ou munição. Pode ainda ser empregado para provocar incêndios atrás das linhas inimigas, a fim de desvendar as suas posições.

Finalmente, o lança-chamas produz um efeito psicológico de grande valor. Em virtude de poder ver e ouvir, antes de ser atingido por ele, um homem tem tempo para decidir se deve levantar-se e lutar, procurar um abrigo ou render-se.

O lança-chamas é uma excelente arma de apoio para a Infantaria. Pode ser empregado de dia ou de noite, com bom ou mau tempo. Mas não há muita compreensão a respeito do emprego do lança-chamas, especialmente em massa. A Infantaria tem visto o lança-cha-

mas como uma arma especial para determinadas situações e não como uma arma de apoio normal. Durante a 2ª Grande Guerra, o Exército possuía apenas limitada experiência com lança-chamas mecanizados e os veículos blindados os possuíam não como arma principal, mas sim como meio adicional. Isto significava que, normalmente, os lança-chamas eram utilizados depois que as armas normais houvessem falhado. Consequentemente, perdia-se o máximo do valor daquele engenho. Outra razão da deficiência do emprego do lança-chamas, pode encontrar origem no fato de ser ele considerado, quanto ao suprimento, como um artigo de Classe IV, em vez de ser de Classe II. Os Fuzileiros Navais, que tanto sucesso obtiveram no emprego de lança-chamas, os classificam na Classe II.

A Infantaria para obter um eficiente apoio dos lança-chamas, necessita três tipos deles. Em primeiro lugar, e mais importante, de um lança-chamas mecanizado leve, transportado em uma viatura de baixa silhueta que, além de dispor de outras armas, possa atingir casamatas e entrincheiramentos inimigos. É essencial que possua perfeita mobilidade através campo. Atualmente não dispomos de uma arma e viatura com tais características. Mas o Exército canadense tem obtido considerável sucesso com o lança-chamas mecanizado, leve, do tipo acima mencionado. Ele se desloca com rapidez e obtém a surpresa sobre o inimigo. Pode acompanhar o ataque da Infantaria, se o terreno não for demasiado ruim.

Em segundo lugar, necessita de um lança-chamas portátil, como o existente atualmente. Esta arma pode acompanhar as unidades de assalto, onde o lança-chamas mecanizado não pode ir. Podemos usá-lo contra pontos bem defendidos, que requeiram cuidadoso planejamento e adequado apoio de fogos, incluindo "claros" nos campos de minas e que devam ser neutralizados. Entre as desvantagens do lança-chamas portátil, incluem-se o seu peso, pequena ca-

pacidade de combustível e pequeno alcance. Ele não pode acompanhar de perto os elementos de assalto a grandes distâncias. Para compensar as desvantagens do seu peso, pode ser transportado na viatura mecanizada leve lança-chamas. O lança-chamas necessita do apoio imediato de outras armas.

Uma terceira necessidade é a de um carro de combate lança-chamas. Esta se impõe para o ataque a posições fortemente organizadas. Tal engenho pode ainda irromper através ou à retaguarda das posições do inimigo, cortar a sua retirada, bater as suas reservas ou atacar as linhas de suprimentos, depósitos ou postos de comando. Esta arma pode ser do tipo rebocado por carro de combate ou adaptado ao próprio carro de combate. Este último talvez seja melhor para a Infantaria, por não ficar tão sujeito às estradas.

O princípio do emprego em massa se aplica a todos os tipos de lança-chamas. Este emprego tem um efeito desmoralizador sobre o inimigo. Cobrindo uma área maior e alternando os jatos de vários lança-chamas, o alvo poderá ser mantido, por longo tempo, debaixo do fogo. Os operadores de lança-chamas devem estar perfeitamente a par das suas possibilidades e ser bem treinados e organizados. Os infantistas, de um modo geral, devem ser instruídos quanto à maneira de operar os lança-chamas e aprender como se mistura o combustível. Os canadenses têm obtido grande êxito no que se refere ao emprego dos lança-chamas, porque têm sido instruídos com perfeição para isso.

Julgo que unidades de lança-chamas poderiam ser orgânicas do Regimento de Infantaria ou fazer parte, com organização própria, da Cia. de Serviços. Sugiro uma Companhia de Lança-Chamas com 5 (cinco) oficiais e 82 praças, por R.I. Essa Cia. poderia ter três Pelotões, cada um com um oficial e 15 praças. Dois dos Pels. poderiam ser dotados do lança-chamas portátil (4 cada) e o outro poderia

ter quatro carros de combate lança-chamas.

O lança-chamas mecanizado leve deve acompanhar a Infantaria em todas as fases do combate. Durante a marcha de aproximação podem deslocar-se com a vanguarda. Quando a vanguarda for submetida à ação do fogo inimigo, a base normal de fogos deve ser estabelecida, a fim de fixar o inimigo. O lança-chamas mecanizado leve (com o apoio da Infantaria) deve então deslocar-se rapidamente e atuar sobre o inimigo.

No ataque, o lança-chamas mecanizado leve pode seguir logo atrás do escalão de ataque. Quando se encontram resistências, que apresentem alvos adequados, os lança-chamas podem avançar rapidamente e agir contra o inimigo. O lança-chamas é eficaz contra pessoal não só em trincheiras, como também em casamatas. Alternando-se o fogo dos lança-chamas, o objetivo pode ser mantido permanentemente debaixo do fogo por um considerável período de tempo. Pessoal em trincheiras, casamatas, locais de armas, grupos inimigos, pessoal coberto em arbustos ou matas, e localizados em porões ou outras partes de edifícios, constituem excelentes objetivos para os lança-chamas. Carros de combate e outros veículos também são bons objetivos. Os lança-chamas portáteis devem ser empregados em terreno difícil ou em outros objetivos especiais, onde são mais eficientes. Se forem transportados no lança-chamas mecanizado leve, logo à retaguarda da Infantaria, tornam-se eficientes quando necessário o seu emprego. Guarnições bem treinadas destes lança-chamas mecanizados leves podem cumprir as missões específicas dos portáteis. Ao mesmo tempo, o lança-chamas mecanizado pesado pode deslocar-se com tropas que operem num flanco, a fim de atuar contra reservas inimigas, pontos de suprimentos ou postos de comando.

O emprego agressivo dos lança-chamas pode, com grande eficiên-

cia, auxiliar a Infantaria a conquistar o seu objetivo e a reduzir o número de baixas no assalto.

Na defensiva, o lança-chamas mecanizado pode ficar abrigado na contra-encosta da posição defensiva, levando-se o tubo para a crista, no caso de uma aproximação do inimigo. Os lança-chamas portáteis podem também ser emastados, antes de aproximações perigosas, em regiões inacessíveis ao lança-chamas mecanizado. Neste caso, ainda o trabalho em equipe e a perfeita compreensão do emprego do lança-chamas é o mais importante. Os lança-chamas devem ser apoiados por fogos da Infantaria. É preciso tomar cuidado para não empregar o lança-chamas demasiadamente cedo contra elementos de reconhecimento, mas, pelo contrário, guardar o seu fogo para lançá-lo sobre o inimigo que faz o esforço principal. Deve deixar-se o inimigo aproximar-se ao máximo possível e, depois, fazê-lo cair numa armadilha, entre os lança-chamas mais próximos e mais afastados, de sorte que a totalidade destes engenhos seja aplicada sobre o grosso das tropas, no centro da área.

Na perseguição, o lança-chamas mecanizado pode ser empregado com grande vantagem para "torrar" o inimigo, antes que o mesmo se reorganize ou estabeleça nova posição defensiva.

O lança-chamas é de grande utilidade para ações de patrulha em força, a fim de agir sobre elementos que se retirem, depois do contato ter sido estabelecido.

Para as unidades de retaguarda, o lança-chamas mecanizado é o mais indicado.

Deve ser salientado que, em todas as situações, a ação agressiva da Infantaria deve ser acompanhada com o emprego do lança-chamas. Do contrário, o terreno não pode ser mantido.

Com qualquer outra arma, o emprego do lança-chamas deve ser feito de acordo com a situação. No entanto, do mesmo modo que para as outras armas, existem certos princípios básicos relativos ao

seu emprego. Infelizmente, pouca coisa trazem nossos manuais no que se refere ao emprego desse engenho. O comandante que emprega o lança-chamas com eficiência, naturalmente incluirá o seguinte:

- 1 — Reconhecimento.
- 2 — Planejamento cuidadoso e continuado.
- 3 — Isolamento dos objetivos.
- 4 — Adequado fogo de apoio de outras armas.
- 5 — Emprego em massa.
- 6 — Coordenação com a Infantaria de apoio.
- 7 — Isolamento, pelo fogo, dos caminhamentos.

8 — Escolha de pontos de reorganização e recarregamento de combustível.

Uma equipe de lança-chamas perfeitamente organizada e bem treinada possui fé na sua arma e compreende o papel que desempenha na ação conjunta das demais armas. Utiliza o lança-chamas para espalhar o terror no âmago dos soldados inimigos. Quando empregado de maneira adequada, o lança-chamas constitui sério problema psicológico para o inimigo. E é ainda um grande amigo e aliado do infante, no combate.



EXERCÍCIOS NO TERRENO

(CAVALARIA)

Ten.-Cel. A.C. MONIZ DE ARAGÃO

Apresentamos, a título de ilustração e complemento do artigo "Exercícios no Terreno", publicado no número 421, de fevereiro de 1952, da "Defesa Nacional", uma sessão de instrução organizada, em 1948, para os Cadetes do Curso de Cavalaria da Escola Militar de Rezende.

I

ESCOLA MILITAR DE REZENDE
CORPO DE CADETES
CURSO DE CAVALARIA

Abril de 1948

ASSUNTO: Segurança em marcha.
Vanguarda.

D.C./103

T.C./31

E.T./9

EXERCÍCIO NO TERRENO

(Jornada de 21-IV-948)

1. INSTRUENDOS:

— Cadetes do 3º ano de Cavalaria (Turma C/8).

2. INSTRUTORES:

a) Diretor do Exercício: Major ARAGÃO;

b) Auxiliares: Capitão FIGUEIREDO:

— Tenente MUSSOI;

— Tenente LEMGRUBER;

— Tenente FREIRE.

3. FINALIDADE DO EXERCÍCIO:

a) Desenvolver e aperfeiçoar o espírito de decisão dos CADETES, obrigando-os a solucionarem, no terreno, problemas referentes ao destacamento de segurança — VANGUARDA;

b) Ressaltar, particularmente, que o ESQUADRÃO VANGUARDA:

— reconhece o terreno e intercepta qualquer comunicação entre a zona ocupada e o inimigo;

— protege o grosso contra as surpresas de terra;

— repele os elementos ligeiros inimigos, a fim de assegurar a continuidade do movimento da coluna;

— proporciona ao chefe o tempo e espaço necessários à utilização de seus meios.

4. PONTO ATINGIDO PELA INSTRUÇÃO:

Os CADETES:

a) Em sala:

- estudaram os princípios regulamentares que regem a ação dos destacamentos de segurança, principalmente os referentes à VANGUARDA;
- estabeleceram, na carta, a concepção da manobra do ESQUADRÃO VANGUARDA (I/3º R.C.), cuja evolução vão examinar no terreno (SG/2, ST/21 e Sol/211).

b) No terreno:

- executaram três exercícios no campo, versando sobre o PELOTÃO no Escalão de Reconhecimento e no Escalão de Combate de um ESQUADRÃO VANGUARDA.

5. QUADRO DO EXERCÍCIO:

Ver Situação Geral n. 2 (SG/2), Situação Particular n. 22 (SP/22) e Solução n. 211 (Sol/211), estudadas em sala.

6. EVOLUÇÃO DO EXERCÍCIO:

Observa- tórios	Horas	Situações	Informações	Trabalho pedido	Solução	Observações
Obs/1 : Morrote	0600			Leitura da carta. Identificação dos acidentes do terreno. (2)		
	0630	1ª Situação inicial: O I/3º R.C. está; não alvorecer: — Esc. Rmb. em nó de estradas L. de Morrote; — Esc. Ren. na linha Faz. Castello — M. do Carrapicho.		Mostrar como o I/3º Reg. Cav. teria chegado ao Rio Alambarizinho, partindo de Qzatis às 0130 de 20 de abril. (1)		§§ 75, 77, 78 e 87 do R. E. C. C. — III Parte.
	0700		a) Do Esc. Ren.: Informações negativas. b) Do D.D.: Nenhuma informação.	Decisão do Cmt. do I/3º R.C.	O Cmt. do I/3º R.C. comanda o lance VI.	§§ 88 e 89 do R. E. C. C. — III Parte.
Obs/2 : Caixa d'água (Cota 446).	0800			Leitura da carta. Identificação do terreno. (2)		

Horas	Situações	Informações	Trabalho pedido	Solução	Observações
0830	2ª Situação: O 1/3º R.C. executa o lançamento VI: — Esc. Cmb. em bifurcação W. de Aviação. — Esc. Rcn.: 1º Pel. detido por a.a. em: P (0442-0501); Q (0499-0522). 2º Pel. atinge, sem encontrar elementos inimigos à região de R (0391-0732). — Observatório do Esq. em Cota 466 (Caixa d'água). Ver SP/22	O D.D. (1º IV/3º R.C.), depois de evitar as resistências de P (0442-0501) e Q (0449-0522), alcança sem outras preocupações o Rio dos Portinhos, prosseguindo para Campo Belo. (SP/22)	Mostrar como teria ocorrido o lançamento VI. Ordem do Cmt. do 1/3º R.C. (1)	O Cmt. do 1/3º R.C. decide: — fixar as resistências do Morro do Vigia e Bairro B e desbordá-las pelo N., na direção de Cota 448 — encostas N. de Monte Castelo — Morro do Vigia, visando destruí-las ou, pelo menos, repeli-las; — ficar em condições de manter o corte do Alambarrizinho, se o desbordamento não obtiver êxito. Ver Sol/221.	§§ 89, 90, 91 e 92 do R. E. C. C. — III Parte.
1030			Leitura da carta. Identificação do terreno. (2)		
1100	3ª Situação: O 1/3º R.C. atinge: — Esc. Cmb. na Est. para Faz. do Barbosa; — Esc. Rcn.: 4º Pel.: Estação Marechal Jardim; 2º Pel.: Faz. Penedo. Ver SP/23		Mostrar como o 1/3º R.C. depois de repelir as resistências de Morro do Vigia e Bairro B, chega ao Rio dos Portinhos (1).		
1120		O D.D. informa que o forte coluna do Cav. In. (1º R. C. 7), em marcha para L., atinge Monte Belo. Ver SP/23.	Decisão e ordem do Cmt. do 1/3º R.C. (1).	O Cmt. do 1/3º R.C. decide defender o corte do Rio dos Portinhos, barrando a direção Campo Belo-Rezende, a fim de assegurar ao Cmt. do 3º R.C. tempo para desdobrar os seus meios.	§ 92 do Reg. E. C. C. — III Parte.

Observa- tórios	Horas	Situações	Informações	Trabalho pedido	Solução	Observações
	1215			Conclusão : Resaltar os ensinamentos, particular- mente os fi- xados na ali- nea b) do § 1º (1).		§ 69 do Reg. E. C. C. — III Parte.

NOTA : (1) Diretor do Exercício.
(2) Auxiliares.

7. DIVERSOS :

- Uniforme : 7º, com equipamento completo e capacete ;
- Arreioamento : Completo, com alforge ;
- Alimentação : Os Oficiais e Cadetes receberão uma ração fria para o almoço ;
- Ferragem : Os Cavaleiros conduzirão, no alforge, uma ração de milho ;
- Ordenanças : 20 soldados, sob o comando do Sargento DIAS ;
- Partida das Boias : 0530 ;
- Material de Instrução : Carta de REZENDE : 1/20.000 :

Bússola ;
Binóculo ;
Duplo decímetro ;
Transferidor ;
Caderneta policopista ;
Papel de calco ;
Lápis ;
Borracha.

8. FIM DO EXERCÍCIO :

As 1230, seguido de almoço em FAZ. DO BARBOSA.

9. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES :

- Já distribuídos em sala : SG/2, SP/21 e Sol/211 ;
- Para distribuição durante o Exercício : SP/22, SP/23, Sol/221 e Sol/231.

(a) A.C. MONIZ DE ARAGÃO,
Major Instrutor-Chefe.

II

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

ESCOLA MILITAR DE REZENDE
CORPO DE CADETES
CURSO DE CAVALARIA

Abril de 1948
ASSUNTO : Segurança em marcha.
Vanguarda.

D.C./103
T.C./31
E.T./9
SG/2

SITUAÇÃO GERAL N. 2

1. CARTAS:

VALE DO PARAÍBA: 1/500.000;

REZENDE: 1/100.000;

REZENDE: 1/20.000.

2. Importantes forças inimigas (VERMELHAS) reúnem-se em CRUZEIRO — LORENA — PIQUETE.
3. A 1ª D.C. AZUL, desde a noite de 18 de abril, está desembarcando na região de QUATIS — POMBAL — RIBEIRÃO DA DIVISA.

ESCOLA MILITAR DE REZENDE

Abril de 1948

CORPO DE CADETES

ASSUNTO: Segurança em marcha.

CURSO DE CAVALARIA

Vanguarda.

D.C./103

T.C./31

E.T./9

SP/21

SITUAÇÃO PARTICULAR N. 21

Às 2200 horas de 20 de abril, o Cmt. do 3º R.C. AZUL dá à sua unidade, que estava de prontidão, a ordem cujo extrato é o seguinte:

1. a) (1) Numerosas forças de todas as armas em LORENA — PIQUETE — CRUZEIRO.

(2) Importantes tropas de Cavalaria, às 1800 horas de hoje, na região de QUELUZ — AREIAS (1 D.C.?).

(3) Elementos ligeiros de Cavalaria, às 1700 horas, em SALTO e BURACO QUENTE (Esq.?).

(4) Nenhum blindado foi visto, até 1800, a L. da linha PARATI — CRUZEIRO.

(5) O In. pode:

— atingir, na tarde de Abr. 20, 1948, o corte do PIRAPITINGA com forças importantes;

— ao amanhecer desse dia, o RIO ALAMBARI com elementos ligeiros.

b) 1ª D.C. iniciará movimento na direção geral BARRA MANSA — REZENDE — QUELUZ na madrugada de Abr. 22, 1948.

2. a) Manter o corte do RIO DOS PORTINHOS, até 1800 Abr. 22, 1948.

b) (1) Desembocar ao amanhecer de 21 do corte do RIO PIRAPITINGA, na direção de FAZ. DA MANGUEIRA — CAMPO BELO — NHANGAPI — QUELUZ, informado do RIO DOS PORTINHOS e coberto na linha do RIO ALAMBARIZINHO.

(2) Em seguida, prosseguir naquela direção, realizando os seguintes lanços:

— L₁: — G₁: — ESTRADA DA VARGEM GRANDE.

V₁: — Córrego sem nome a W. de PORTEIRA VERMELHA.

- L₂ : — G₂ : — ESTRADA PARA FAZENDA DO BANCO.
V₂ : — RIO DOS PORTINHOS.
- L₃ : — G₃ : — MORRO DO COCURUTO — MORRO DA MAN-
CHA VERMELHA.
V₃ : — RIO CAMPO BELO.
- L₄ : — G₄ : —
V₄ : —

3. a) I Esq., reforçado 1^a Sec. Mtrs. e 1 Can., esclarecer e cobrir o R.C., repelindo os elementos ligeiros inimigos. Em presença de forças superiores, manter a linha atingida.

- b) Pel. Cmdo.
- c) II Esq.
- d) Esq. Mtrs. Engo. (—).
- e) III Esq.
- f) IV Esq. (— 1^o Pel.).
- g) 1^o/IV Esq. informar sobre presença de elementos inimigos a L. da linha SALTO — BURACO QUENTE, mesmo negativamente :

- às 0630, do RIO DOS PORTINHOS;
- às 0730, do RIO CAMPO BELO;
- às 0845, de CAMPO BELO;
- às 0930,

TRABALHO A REALIZAR :

- NA CARTA : Concepção da manobra do I/3^o R.C.
Redação da ordem inicial.
- NO TERRENO : Conduta da manobra do I/3^o R.C.

ESCOLA MILITAR DE REZENDE
CORPO DE CADETES
CURSO DE CAVALARIA

Abril de 1948

ASSUNTO : Segurança em marcha.
Vanguarda.

D.C./103
T.C./31
E.T./9
Sol/211

SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PARTICULAR N. 21

I/3^o R.C.

QUATIS

N. 15

2300, Abr. 20. 1948

CARTAS : REZENDE : 1/100.000

REZENDE : 1/20.000

1. a) É possível encontro In. :

- elementos ligeiros desde alvorecer amanhã, a partir do RIO ALAMBARIZINHO;
- fortes, desde 1000 horas, a W. do RIO DOS PORTINHOS.

b) 1^o R.C., em marcha para W., chegará ao corte do PIRAPITINGA às 0600 de amanhã.

2. a) Esclarecer e cobrir o 3º R.C.
 b) Cerrar, durante a noite, sobre o RIO ALAMBARIZINHO, levando o Esc. Rcn. à linha: FAZ. CASTELO — COTA 446 — MORRO DO CARRAPICHO.

Prosseguir, ao clarear do dia, na direção de FAZ. CASTELO — AVIÁRIO — ORLAS N. DE REZENDE — MARECHAL JARDIM — CAMPO BELO — NHANGAPI:

— V_1 : R_1 : — ESTRADA PARA FAZ. SANTA MARIA — MORRO DO BASTIÃO.

C_1 : — FAZ. CASTELLO — MORRO DO CARRAPICHO.

— V_2 : R_2 : — PONTE SOBRE O RIO DOS PORTINHOS — MORRO DAS ÁRVORES COPADAS — FAZ. DO BANCO.

Partida, de um para outro lance, mediante ordem.

3. a) 1º Pel., tendo por limite N. MORRO DO CARRAPICHO — COTA 446 — MORRO DO BASTIÃO (exclusive) — PORTEIRA VERMELHA — MORRO DAS ÁRVORES COPADAS, atuar segundo o eixo do I/3º R.C., informando sobre o In. e terreno.

b) 2º Pel., agindo ao N. do 1º Pel. no eixo FAZ. MACUCO — ESTACÃO DA MONTA — FAZ. MEMBECA — MORRO DA MANCHA VERMELHA, informar sobre o In. e terreno.

c) 3º Pel.

d) 1ª Sec. Mtrs.

e) Can. C.C.

f) 4º Pel.

X. (1) Reunião às 0130 de Abr. 21. 1948, na saída W. de QUATIS.

(2) E.E.I.: Elementos In. apresentam-se na zona do Esq. ? Em caso afirmativo, onde? Qual sua natureza e força?

4. a) (1) 1 ração fria, consumo mediante ordem.

(2) 3 quilos de milho no alforge.

b) Individual e cargueiros completos.

c) (1) Doentes e estropiados até às 2400 horas à Sec. S.

(2) Indisponíveis à Sec. Vet. até às 2200 horas.

d) T.C. acompanharão o R.C.

5. a) Estafetas e rádio S.C.R.-538.

b) Deslocar-me-ei na testa do 3º Pel.

c) Duas turmas de Observação:

— 1ª em MORROTE;

— 2ª em nó de estradas ao N. de MORRO DA ÁRVORE GRANDE, pronta para receber ordens.

(a) Capitão FELIPE,
Cmt. do I/3º R.C.

Distribuição A.

ESCOLA MILITAR DE REZENDE	Abril de 1948
CORPO DE CADETES	ASSUNTO: Segurança em marcha.
CURSO DE CAVALARIA	Vanguarda.
D.C./103	
T.C./31	
E.T./9	
S.P./22	

SITUAÇÃO PARTICULAR N. 22

1. As 0615 de 20 de abril, o I/3º R.C. realiza o lanço intermediário previsto:

- Esc. Comb.: — Entroncamento (200 m N.W. de AVIÁRIO).
- Esc. Rcn.: — 1º Pel.:
- 1º G.C. detido no eixo da EST. PARA CAXAMBÚ, por fogos de a.a. partidos de P (0442-0501).
- 2º G.C., havendo manobrado pelo N., detido por fogos de a.a. partidos de Q (0499-0522).
- 2º Pel.:
- Chega sem novidades a R₁, região de R (0391-0722).
- Observatório (Turma n. 1) em COTA 446.

2. O D.D. (1º/IV/3º R.C.), tendo evitado as resistências de P e Q, alcança o corte do RIO DOS PORTINHOS e prossegue para CAMPO BELO.

3. O 3º R.C. (—), naquela hora, transpõe o RIO PIRAPITINGA. TRABALHO A REALIZAR: Decisão do Cmt. do I/3º R.C. e ordem consequente.

Tempo: — 30 minutos.

ESCOLA MILITAR DE REZENDE	Abril de 1948
CORPO DE CADETES	ASSUNTO: Segurança em marcha.
CURSO DE CAVALARIA	Vanguarda.
D.C./103	
T.C./31	
E.T./9	
Sol/221	

SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PARTICULAR N. 22

Em face da situação de 0615 de 21 de abril, dá o Cmt. do I/3º R.C. a seguinte ordem verbal ao seu esquadrão:

1. a) Resistências In. em P (0442-0501) e Q (0499-0522).
- b) 1º Pel. detido face às resistências apontadas. 2º Pel., sem encontrar In., chegou a região de MORRO DO BASTIÃO (0391-0722).
2. Fixar as resistências de MORRO DO VIGIA e BAIRRO B e desborda-las pelo N., na direção de COTA 446 — ENCOSTAS N. DE MONTE CASTELO — MORRO DO CADETE, visando repeli-las ou, mesmo, destruí-las.

Manter-se em condições de defender o corte do RIO ALAMBARIZINHO.

3. a) 3º Pel. progredir na direção de COTA 446 — ENCOSTAS N. DE MONTE CASTELO — MORRO DO CADETE, a fim de tomar sob seus fogos, de flanco e retaguarda, as resistências de MORRO DO VIGIA e MONTE CASTELO.

b) 1º Pel., mediante ordem, avançar na direção de CAIXA D'ÁGUA — ENCOSTAS S. DO MORRO DO VIGIA, tendo por objetivo essas encostas.

c) 1ª Sec. Mtrs., de CAIXA D'ÁGUA, neutralizar as resistências de P e Q.

d) Can. C.C. interdizer o eixo da EST. PARA CAXAMBÚ.

e) 4º Pel. (reserva) na região do entroncamento (200 m W. de AVIÁRIO) em condições de lançar-se na direção de AVIÁRIO — MARECHAL JARDIM — CAMPO BELO ou de interdizer a transposição do RIO ALAMBARIZINHO no eixo ESTAÇÃO DA MONTA — FAZ. MACUCO.

X. O In. retrai? Reforça MORRO DO VIGIA e BAIRRO B? Com que meios?

4.

5. a) Estafetas e rádio S.C.R.-536.

b) P.C. em COTA 446.

d) Observatório em COTA 446. Acompanhar a progressão do 1º e 3º Pls., bem como vigiar as atividades do In. entre o RIO PARAÍBA e FAZ. DA MONTA.

ESCOLA MILITAR DE REZENDE

Abril de 1948

CORPO DE CADETES

ASSUNTO: Segurança em marcha.

CURSO DE CAVALARIA

Vanguarda.

D.C./103

T.C./31

E.T./9

S.P./23

SITUAÇÃO PARTICULAR N. 23

1. As resistências VERMELHAS de MORRO DO VIGIA e BAIRRO B MONTE CASTELO, retiraram-se diante do ataque do 1/3º R.C., evitando o contacto estreito e o envolvimento.

2. O 1/3º R.C., tendo avançado na direção de MARECHAL JARDIM — CAMPO BELO, atinge às 0830 com:

a) Esc. Comb. a bifurcação da EST. PARA CAXAMBÚ com o caminho para a FAZ. DO BARBOSA.

b) Esc. Ren.:

— 4º Pel. na bifurcação da EST. PARA CAXAMBÚ com a SET. DE FAZ. DO PENEDO;

— 2º FAZ. DO PENEDO.

3. O D.D. (1º/IV/3º R.C.) informa que está detido por fogos de a.a., desde 0730, no corte do RIO CAMPO BELO e que forte coluna de cavalaria (1 R.C.?), em marcha para L., desembocava às 0815 de CAMPO BELO.

TRABALHO A REALIZAR: Ordem do Cmt. do 1/3º R.C.

Tempo: 30 minutos.

ESCOLA MILITAR DE REZENDE

Abril de 1948

CORPO DE CADETES

ASSUNTO: Segurança em marcha.

CURSO DE CAVALARIA

Vanguarda.

D.C./103

T.C./31

E.T./9

Sol/231

SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PARTICULAR N. 23

De posse das informações recebidas às 0830 de 21 de abril e depois de rápido reconhecimento do terreno feito do MORRO DO COCURUTO, o Cmt. do 1/3º R.C. dá a seguinte ordem verbal ao seu esquadrão:

1. a) Forte coluna de Cav. In. às 0815 em CAMPO BELO, em marcha para L.

b) D.D. (1º/IV/3º R.C.) detido por a.a. no eixo da EST. PARA CAXAMBÚ, ao tentar transpor o RIO CAMPO BELO.

2. Coberto na região de MORRO DA MANCHA VERMELHA, impedir a transposição do RIO DOS PORTINHOS no eixo CAMPO BELO — MARECHAL JARDIM — REZENDE.

3. a) 1ª Sec. Mtrs., em MORRO DO COCURUTO, interdizer a ponte sobre o RIO DOS PORTINHOS e bater as encostas W. do MORRO DA ÁRVORE SECA.

b. 1º Pel. na região da casa da FAZ. DO BARBOSA, interdizer a ponte sobre o RIO DOS PORTINHOS.

c) 3º Pel., nas encostas N.W. de MORRO DO COCURUTO, interdizer a transposição do RIO DOS PORTINHOS entre as encostas N. do MORRO DA ÁRVORE SECA e MORRO DA FERRADURA.

d) 2º Pel., em MORRO DA MANCHA VERMELHA, cobrir o flanco N. do Esq. barrando a direção de FAZ. DO PENEDO — FAZ. MEMBECA e vigiando na direção de COLÔNIA FINLANDESA.

e) 4º Pel., em encostas W. de MORRO DA ÁRVORE SECA, cobrir a instalação do Esq., barrando a direção de CAMPO BELO — MARECHAL JARDIM — REZENDE. Retrair, mediante ordem, para o colo entre MORRO DO COCURUTO e MORRO DA VACA AMARELA, onde passará a reserva.

X. E.E.I.: In. alcança as alturas das margens W. do RIO DOS PORTINHOS? Onde? Qual sua natureza e valor?

4.

5. a) Estafetas e rádio S.C.R.-536.

b) P.C. em MORRO DO COCURUTO.

c) Observatórios:

— Turma n. 1, em MORRO DO COCURUTO, vigiar a direção de CAMPO BELO, particularmente as orlas da ESTRADA PARA CAXAMBÚ e MORRO DA ÁRVORE SECA.

— Turma n. 2, em MORRO DA MANCHA VERMELHA junto ao 2º Pel., vigiar na direção de FAZ. DO PENEDO e COLÔNIA FINLANDESA.

O COMBATE NAS LOCALIDADES

EPISÓDIO COMUM DA GUERRA MODERNA

Major JOAO BAPTISTA PEIXOTO



ALIADOS a novos processos de comunicações, os modernos meios de transporte aumentaram consideravelmente a rapidez das ações militares, tanto em terra, como no mar e no ar.

Como consequência, os teatros de operações, outrora limitados a determinadas áreas, tornaram-se extremamente extensos, exigindo elevados efetivos e grande quantidade de material, o que veio complicar assustadoramente a guerra, principalmente quanto ao difícil problema de suprimentos.

A desmesurada e crescente quantidade de combustível, consumida em todas as frentes de combate, evidenciou que o petróleo foi incontestavelmente um dos principais fatores decisivos de todas as campanhas travadas na última guerra mundial, desde setembro de 1939 até agosto de 1945.

Podemos mesmo dizer que, nesse grande conflito, o "ouro negro" foi a força propulsora dos Exércitos, e assim sendo, parece desnecessário ressaltar a extraordinária influência que os transportes terrestres, marítimos e aéreos tiveram sobre a conduta das operações, inclusive as inúmeras rodovias ao longo de ricos vales, que serviriam de eixos de ação dos Exércitos.

E como muitas cidades importantes estão localizadas nesses caminhos, o combate nas mesmas passou a ser um episódio freqüente e ao mesmo tempo, um ato de grande relevo, porque, como sabemos as

grandes cidades não são somente objetivos militares, mas também importantes objetivos econômicos e políticos.

Sem embargo, podemos dizer que, até certos limites, a segunda guerra mundial foi, desde o começo, uma sucessão de combates travados pela posse de inúmeras cidades.

A impressionante manobra dos alemães para a invasão da Holanda, Bélgica, França e Luxemburgo, compreendeu três grandes fases:

— a ruptura e o desbordamento da Linha Maginot;

— o avanço para o litoral da Mancha e a separação das forças adversárias;

— a ofensiva do rio Somme ao rio Sena, seguida da conquista de Paris.

Tudo isso, porém, só foi conseguido após violentos combates pela posse de várias cidades de tradicional importância militar, localizadas, nos caminhos naturais de penetração dos invasores.

Do mesmo modo, gigantescos duelos foram travados entre alemães e russos, pela posse de inúmeras cidades soviéticas, tanto na fase da ofensiva germânica, como na fase da contra-ofensiva dos Exércitos vermelhos. As batalhas de Minsk, Smolensk e Moscou — Gomel, Briansk e Tula — Kiew, Kursk e Voroneze — Karkow, Ros-tow e Stalingrado — Odessa, Sebastopol e Maikop, todas travadas durante a invasão da Rússia pela Wehrmacht, foram violentos choques de forças que ficaram gravados na História.

No Norte da África, de El Alamein à Tunís, o VIII Exército Britânico travou sangrentas batalhas para retomar Tobruk, Bengázi, Trípoli e inúmeras outras cidades da Líbia e da Tunísia, que o "Afrika Corps" havia conquistado na sua investida sobre o Cairo e o canal de Suez.

Na Itália, as forças do XV Grupo de Exércitos, travaram inúmeros combates em localidades contra as forças nazistas que defendiam a península, desde a Sicília até os Alpes. A conquista de Palermo, Randazo e Catânia — Nápoles, Benevento e Foggia — Gargliano Cas-sino e Térmoli — Roma e Pescara — Pisa, Florença e Pesaro — Spézia, Bolonha e Ravena — Turim, Brenner e Trieste, custou dois anos de lutas — de maio de 1943 a maio de 1945.

As forças que executaram a "Operação Overlord", para libertarem a Europa Ocidental, não encontraram grande resistência nas cidades situadas ao longo dos seus eixos de ação, porque o Reich já estava debilitado e a Força Aérea Aliada havia reconquistado o completo domínio do ar. Os ataques aéreos levados a efeito sobre a "Muralha do Atlântico" reduziram a potência e as possibilidades de manobra do inimigo. Só na Normandia e nas Ardénas foi que os germânicos ofereceram forte resistência às poderosas forças do General Eisenhower, logrando retardar o avanço das mesmas para o Reno, pelo tempo necessário à redução do "bolsão" de Falaise e do "saliente" das Ardénas.

Uma das maiores batalhas travadas durante o segundo conflito mundial foi justamente a última batalha da guerra, isto é a batalha de Berlim.

A capital germânica foi atacada por dois Exércitos soviéticos — o I Exército da Rússia Branca, comandado pelo Marechal Zhukov, e o I Exército da Ucrânia, comandado pelo Marechal Konev.

O ataque principal à metrópole alemã foi executado pelo Exército do Marechal Zhukov, cujas forças, partindo das margens do rio Oder,

lançaram-se sobre Berlim, pelo Leste e pelo Norte, ao mesmo tempo que as tropas do Marechal Konev, partindo do Neisse, atacaram a cidade pelo Sul.

A luta começou a 17 de abril de 1945 e só terminou no dia 2 de maio, com a rendição da guarnição que defendia a cidade, cujo efetivo inicial era de duzentos mil homens aproximadamente.

O total de perdas alemãs, nesta dramática batalha, foi de 60 mil mortos e 120 mil prisioneiros.

A batalha de Berlim teve relativamente curta duração, mas foi de uma ferocidade indescritível.

Da exposição acima podemos concluir que as batalhas, nas grandes cidades, passaram a constituir capítulos de relêvo na arte de guerra, exigindo dos combatentes — oficiais, graduados e soldados de todas as armas e serviços — uma preparação especial correspondente à sua alta significação militar e política no conjunto das operações terrestres.

É que as cidades geralmente, são fortes áreas defensivas, porque suas construções constituem excelente proteção para os defensores, quer contra as vistas, quer contra os tiros dos atacantes, além de serem também sérios obstáculos aos seus movimentos.

Por isso é que o atacante geralmente evita o encontro decisivo no interior das cidades, preferindo conquistá-las pela manobra sobre pontos vitais circunvizinhos ou então pelo cerco.

Acontece, porém, que isso nem sempre é possível e assim o encontro decisivo tem de ser efetuado mesmo nos arredores e no interior das cidades.

Vou tentar resumir, aqui, algumas observações colhidas de diversas publicações que tive oportunidade de ler, por considerá-las de certa importância à ilustração dos que se interessam pelo assunto.

• •

O ataque às grandes cidades é uma operação muito difícil.

A condição fundamental do êxito é a superioridade de meios, para compensar as vantagens da defesa.

O domínio do ar é de importância capital, porque não só permite à aviação de bombardeio reduzir a capacidade de resistência dos defensores, como também possibilita melhor apoio às ações terrestres.

A despeito dos progressos da artilharia e outros engenhos de destruição, a eficácia dos projéteis sobre as cidades é relativamente limitada, devido às dificuldades impostas à regulação dos tiros.

A ação dos carros também é muito reduzida, não só devido às dificuldades ao movimento dos mesmos, como ao pequeno campo de vista dos seus tripulantes.

A infantaria é que desempenha o principal papel e o mais árduo.

Antes de alcançar o interior de uma cidade, o atacante sempre encontrará sucessivas posições defensivas, muitas vezes solidamente organizadas, atrás de rios, canais e outros obstáculos naturais e artificiais.

O ataque frontal deve ser sempre combinado com outro ataque de flanco, que, em certas circunstâncias, pode ser a ação principal, mormente quando se tem em vista interceptar as rotas de suprimentos do adversário.

O cerco é um recurso pouco indicado, porque exige a imobilização de elevados efetivos, prejudicando a perseguição, além de apersentar riscos à segurança do avanço.

O combate nas ruas e nos edifícios, escapa, muitas vezes, à ação do comando e, por isso, a coordenação torna-se difícil, ficando a sorte da luta entregue aos pequenos escalões.

Por esse motivo, o ataque a uma cidade exige sempre uma cuidadosa preparação.

Tendo em vista a execução descentralizada, todos os detalhes devem ser pormenorizadamente estudados na planta da cidade e em foto-cartas recentes e bem ampliadas.

O escalonamento em largura e profundidade deve corresponder

plenamente à missão, ao valor do inimigo e aos acidentes do terreno.

Em princípio, cada Btl., reforçado com meios de fogos adequados à sua tarefa, ataca uma, duas ou três ruas, em grupos de assalto, que progridem de edifício em edifício.

O extraordinário esforço físico e o esgotamento nervoso exigem freqüentes substituições, de difícil execução. As granadas e os morteiros são largamente empregados, assim como os lança-chamas e os explosivos incendiários.

Só combatentes bem treinados e de excepcional vigor físico, sangue frio e iniciativa resistem galhardamente a um demorado combate desta natureza.

A defesa de uma cidade é também uma operação muito difícil, conquanto seja relativamente mais fácil do que o ataque.

O valor defensivo de uma cidade depende de sua localização, de sua extensão e da espécie de suas construções. Em princípio, a organização defensiva de uma cidade, compreende:

- uma posição de segurança, fora da localidade;

- sucessivas posições de resistência, desde a orla até a parte central da cidade, organizadas com aproveitamento de obstáculos existentes e constituída de vários pontos de apoio, instalados de tal modo que todas as passagens obrigatórias fiquem interditadas por ajustados planos de fogos;

- vários redutos interiores, preparados para a resistência final. Além, disso, deve ser previsto a defesa anti-aérea e terrestre dos pontos sensíveis: depósitos de combustíveis, usinas elétricas, aeródromos, entroncamentos ferroviários, pontes, viadutos, hospitais, etc., e, se possível, abrigos anti-aéreos.

A população civil não deve permanecer na cidade, desde o momento em que esta fique sob a ameaça de um ataque terrestre. A evacuação deve ser feita em tempo e progressivamente, segundo um plano previamente estabelecido, po-

dendo permanecerem na cidade os homens e as mulheres capazes de prestar eficiente colaboração às forças encarregadas da defesa.

O escalonamento em largura e profundidade deve se ajustar à configuração da cidade, havendo, por isso, muitos casos em que as posições de artilharia deverão estar muito próximas da frente.

A cidade deve ser repartida em setores pelas unidades encarregadas de sua defesa. O Batalhão de Infantaria, reforçado com meios adequados à sua missão, poderá guarnecer uma frente de um a dois quilômetros.

A Cia. de Infantaria geralmente garante uma área de duzentos a quinhentos metros quadrados, ocupando várias casas de um mesmo quarteirão.

O atacante deve ser submetido à constante pressão, sendo necessário, para isso, que a defesa disponha de apropriadas reservas.

Para evitar que o inimigo efetue a captura da cidade por meio de um ataque de flanco ou uma manobra de envolvimento, forte reserva móvel deve ser prevista em posição judiciosamente escolhida e preparada. O sistema de observação e transmissões deve ser instalado com certa antecedência e dispor de certa flexibilidade, de modo a manter o comando perfeitamente informado sobre a conduta do combate nos diversos setores. Do mesmo modo, todas as destruições para obstar o avanço do atacante devem ser preparadas cuidadosamente.

Muitas vezes, a organização defensiva de uma cidade faz parte de um grande sistema, como no caso da Linha Maginot, da Linha Siegfried, assim como da Linha Curzon e da Linha Stalin, todas constituídas de várias cidades fortificadas.

A Linha Siegfried, por exemplo, era constituída de uma série de casamatas e posições de tiro, construídas ao longo da fronteira ocidental alemã, desde Klève até Lorrach.

Seu traçado desenvolvia-se atrás do primeiro obstáculo natural, a

Leste da fronteira, sendo maior a construção de casamatas nas partes onde os acidentes do terreno eram mais favoráveis ao ataque.

Assim, as defesas eram mais cercadas onde existiam corredores naturais, como no passo de Belfort, no vale do Mosela, na planície de Aachen e na Alsácia.

Além disso, a famosa linha alemã tinha, à sua frente, um obstáculo de grande importância militar e política que era o extenso curso do rio Reno, desde suas altas nascentes até o seu largo delta.

Desse modo, qualquer ataque à Linha Siegfried estava condicionado à prévia travessia do Reno, sendo poucos os trechos que ofereciam facilidades à execução destas complicadas operações.

A fronteira alemã estava defendida em toda parte. Entre Klève e Lorrach, existia uma série de cidades fortificadas, que eram verdadeiros baluartes de um sistema defensivo, cuja travessia só foi executada, sem maiores dificuldades, no final da guerra, quando o território do Reich já estava sendo atacado em todas as frentes e o poder combativo das forças alemãs já estava praticamente esgotado.

A Linha Stalin não conseguiu deter a ofensiva germânica de 1941, na direção de Moscou e do Cáucaso. Todavia, a resistência dos russos, naquela linha, consumiu muitos recursos dos alemães e reduziu o ímpeto do ataque, o que contribuiu poderosamente para limitar o avanço inimigo nas frentes de Moscou e Stalingrado. As heroicas resistências dos soviéticos, nestas duas grandes cidades, ficaram famosas no mundo inteiro, mas, em outras cidades, os combates também foram extraordinariamente violentos, como em Tula e Veroneze. Se qualquer uma dessas cidades caísse, os Exércitos vermelhos teriam que se retirar para a Linha do Volga, deixando toda a Rússia européia e o Cáucaso nas mãos do inimigo.

* *

A essas famosas linhas de defesa corresponde o nosso extenso litoral.

A imensa faixa litorânea que contorna o planalto brasileiro, face ao Atlântico, é a nossa fronteira com o mundo inteiro. Possuindo solo fértil, clima ameno e as facilidades da aquavia, o litoral brasileiro que é a orla marítima de 17 Unidades da Federação, abriga as principais cidades do país e grande parte da riqueza nacional, sendo, ainda, a mais importante rota aérea do continente.

Para defender essa importante fronteira há séculos passados, os portugueses construíram uma série de fortes ao longo da mesma, desde a larga fôz amazônica até a barra do Arroio Chuí.

Erigidas com enormes dificuldades, muitas dessas formidáveis obras, até hoje, se mantêm em pé, como verdadeiros marcos da vigilância e da defesa da nossa fronteira marítima, nos trechos mais acessíveis às investidas alienígenas.

Tais fortificações, como sabemos, foram os principais redutos da corôa lusitana contra as invasões estrangeiras efetuadas na sua colônia sul-americana, durante um século (1555-1654).

Depois disso, durante muito tempo, a tranquilidade tomou conta do litoral brasileiro, porém com o vertiginoso progresso da aviação, na segunda metade do século XX, houve a repetição da história.

Em face das possibilidades de uma investida dos Estados totalitários, no começo da segunda guerra mundial, a vigilância e a preparação da defesa foi novamente ativada.

Exatamente como no passado, certos trechos do litoral foram guardados por elementos da força terrestre, unidades navais foram empregadas no patrulhamento das águas adjacentes e o NE foi o cenário principal.

Apenas o submarino e o avião modificaram a fisionomia dos acontecimentos.

O N.E., que no passado fôra alvo de duas invasões estrangeiras, três séculos depois ficou na iminência de uma terceira, em virtude de sua posição geográfica, a meio

caminho de importantes rotas marítimas e aéreas.

A luta entre o monopólio e o comércio livre foi a causa originária dos insultos verificados em nosso litoral no passado.

A idéia de conquista surgiu depois, como consequência da rivalidade então existente entre a França, a Holanda e a Inglaterra, de um lado e Portugal e Espanha, de outro.

O abandono em que se encontrava a colônia ofereceu a oportunidade.

O que vimos, três séculos depois, foi a mesma coisa.

Felizmente, não houve nenhum desembarque, mas vários navios mercantes nacionais foram afundados por submarinos do "Eixo" na altura do litoral baiano e as restrições impostas à navegação marítima trouxeram graves prejuízos à economia nacional.

Foram colhidos muitos ensinamentos de grande importância, ficando evidenciado, por exemplo, que seriam necessários fortes meios aéreos e navais para se assegurar uma defesa relativamente eficaz à nossa extensa fronteira marítima.

Não dispondo de recursos próprios para possuir tais meios, nem por isso devíamos deixar indefeso o nosso importante litoral, pois, a despeito dos impressionantes progressos dos engenhos bélicos, o Homem ainda é o principal instrumento do combate e a guerra continua sendo uma luta entre duas vontades e sendo assim a contribuição da população civil representa um fator de grande importância que precisa ser bem aproveitado.

Desse modo, cada habitante do nosso litoral deve ser um autêntico "guerrilheiro", bem adestrado na vigilância e na defesa da área em que possuir sua casa, sua família e o seu meio de vida.

Todas as cidades, assim como todas as vilas e povoados da faixa litorânea, devem ser cuidadosamente preparados desde os tempos

de paz, para funcionarem como verdadeiros baluartes de nossa defesa, em caso de guerra.

Nada disso poderá ser improvisado. Tudo exigirá muito trabalho e muito tempo, mas o resul-

tado terá um imensurável preço — a certeza de que em qualquer ponto do nosso litoral, o invasor encontrará sempre uma resistência disposta a enfrenta-lo corajosamente.



INFLUÊNCIAS DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA NA GUERRA (*)

A NATUREZA DOS VÁRIOS PROBLEMAS ESTRATÉGICO-CIENTÍFICOS — ESBOÇO DA SUA POSSÍVEL SOLUÇÃO

Capitão do C.E.M. FERNANDO VALENÇA

Transcrito, "data vênia", da "Revista Militar Portuguesa"



Em número passado desta Revista, foram feitas diversas considerações a propósito do momentoso assunto cujo título geral epigrafa este artigo.

Nessa altura concentrou-se a atenção na análise dum seu aspecto particular, de forte e apaixonada actualidade:

"As perspectivas da importância que terão a ciência e a técnica num futuro conflito mundial".

Em obediência ao que então se enunciou, retoma-se agora o tema geral referido, abordando um seu outro capítulo cuja apreciação nos parece de indiscutível interesse para os que voluntariamente ou por dever de ofício se debruçam sobre a melindrosíssima matéria da organização e preparação da defesa de um país.

O carácter verdadeiramente total de um futuro conflito internacional parece poder definir-se nos seguintes termos:

- insegurança total quanto à obediência a qualquer preceito do Direito Internacional;
- participação geral de todos os recursos e de todas as pessoas no esforço da guerra;
- participação geral de todos nos seus perigos;
- participação geral de todos na luta, declarada ou clandestina.

É incontroversa a afirmação que para esse carácter verdadeiramente total dum futuro conflito contribuirão, de forma decisiva, os espantosos progressos realizados ou a realizar nos campos da ciência e da técnica.

Se dermos à palavra Estratégia (1) um sentido muito mais lato do que o consagrado por um passado

(*) Este artigo recebeu o prémio "Almirante Osório", de colaboração, na "Revista Militar Portuguesa".

(1) A noção da Estratégia, que tradicionalmente tem servido de pretexto às mais variadas especulações dialécticas, encontra-se, sem dúvida alguma, hoje mais precisada "à luz de acontecimentos político-sociais ocorridos ou decorrentes. O problema da concretização de idéias sobre esta matéria, quanto a nós, merece um interesse que transcende muito a mera preocupação de lograr rigor formalístico numa definição.

A existência de uma actualizada e esclarecida noção de Estratégia dar-nos-á a melhor compreensão do momento histórico que atravessamos e dos graves problemas que ele nos faz enfrentar.

Não será aqui, desta feita, que trataremos de expor o nosso pensamento sobre o assunto, mas desde que empregamos o termo — *problemas de natureza estratégica* — não podemos deixar de indicar que, para nós, tais problemas são "todos aqueles que se relacionam com a segurança dos Estados e liberdade de acção dos respectivos governos no campo internacional".

recente no tempo, mas distante na evolução dos fatos e dos conceitos, poderemos afirmar, com fundamento, que a ciência e a técnica constituem fatores destacados na resolução da grande variedade dos problemas de natureza estratégica que há a encarar, quer durante a fase que só muito convencionalmente se está chamando de paz, quer após um franco desencadear das hostilidades.

Mas um pensamento aferido pela escala apropriada à nossa época e aos seus fatos leva-nos a considerar, também, que, dentro do quadro geral dos problemas de natureza estratégica, se podem distinguir:

- os problemas de natureza estratégico-militar;
- os problemas de natureza estratégico-econômica;
- os problemas de natureza estratégico-psicológica;
- os problemas de natureza estratégico-científica;
- etc.

São os problemas de natureza estratégico-científica que tentaremos analisar no que se segue.

O que entendemos por problemas de natureza estratégico-científica infere-se imediatamente daquilo que se contém na nota da página anterior. De acordo com tal, designamos por problemas de natureza estratégico-científica "todos aqueles que, respeitando a matéria científica ou técnica, se relacionam com a segurança dos Estados e a liberdade de ação dos respectivos governos no campo internacional".

E quais serão as formas que revestirão tais problemas?

Sucintamente, poderemos considerar que os problemas de natureza estratégico-científica se podem agrupar, tendo em vista os seguintes objetivos:

- a) Estudos e trabalhos relativos à avaliação do potencial técnico-científico das várias nações, muito particularmente, das inimigas;
- b) Estudos, pesquisas e trabalhos relativos a novos meios de ação ofensiva ou defensiva, (ou desenvolvimento dos já existentes),

com caráter acentuadamente científico e que, só por si, possam constituir fator decisivo no resultado de um conflito internacional (caso da energia atômica, da guerra bacteriológica, etc.);

c) Estudos, pesquisas e trabalhos relativos a todos os meios técnicos de combate — de armamento e de equipamento — com a finalidade de obter o melhor rendimento possível das operações militares;

d) Estudos, pesquisas e trabalhos relativos aos métodos de aplicação dos conhecimentos técnicos e científicos nas várias operações ofensivas ou defensivas;

e) Estudos, pesquisas e trabalhos relativos ao fortalecimento do potencial econômico de uma nação para ou num conflito internacional.

A necessidade da avaliação do potencial técnico-científico das várias nações e, em particular, das inimigas é óbvia.

Os órgãos responsáveis pela organização e preparação da defesa de um país ou grupo de países aliados carecem de ser informados continuamente a tal respeito pois que, desse modo, poderão:

- fazer a preparação oportuna dos meios defensivos adequados;
- estudar e aplicar conceitos de estratégia e tática apropriados, de modo a reduzir ao mínimo a eficácia dos meios e métodos de ataque inimigos;
- promover o aperfeiçoamento dos meios próprios, mediante a adoção de novas idéias inspiradas nas informações colhidas, de forma a conseguir, pelo menos, a igualdade ofensiva com o inimigo.

Em última análise, a informação de caráter estratégico-científica contribui eficazmente para a melhor solução dos problemas de natureza estratégico-científica enunciados nas alíneas b), c), d) e e) anteriores.

Durante e logo após o termo da última conflagração foi dado ao assunto um interesse muito especial.

Para colher informações em campanha de natureza técnico-científica os americanos criaram a

"Agência de Informações de Campanha" (F.I.A.T.), a qual prestou serviços inestimáveis. A uma das suas ações se deve em grande parte a mudança no rumo das operações no Pacífico. Foi o caso de ter sido por ela apreendido um "processo" completo para a mais rendosa síntese da borracha, processo inventado, mas bem escondido, pelos alemães.

Depois do termo da guerra, a pesquisa de informações científicas não abrandou; mais de 700.000 patentes alemãs e um milhão de toneladas de documentos, foram vasculhadas pelos vencedores.

Informações seguras sobre:

- as atividades científicas das nações,
- os aspectos onde mais intensamente se estão realizando pesquisas,
- os recursos colocados disponíveis para esses trabalhos,
- o valor e o número dos cientistas nêles empregados,
- os resultados alcançados ou a pretender alcançar,

contribuem para completar e precisar a apreciação geral sobre as possibilidades e intenções das outras potências e, com maior acuidade, as das inimigas.

A questão tem um interesse que desnecessário é encarecer.

Segundo um articulista americano o método mais indicado para avaliar das intenções e processos de condução de guerra de uma dada nação é o seguinte:

1ª fase — Determinação do potencial científico dessa nação, fazendo o sucessivo exame das suas possibilidades em:

- cientistas eminentes,
- meios de laboratório,
- matérias-primas suscetíveis de uso no desenvolvimento científico,
- organização da pesquisa e desenvolvimento científico,
- adiantamento técnico geral do país,
- estabelecimentos industriais.

2ª fase — Avaliação do provável processo de condução de guerra, mediante o estudo da importância atribuída na nação em exame aos seguintes pontos:

- concentração dos cientistas em setores particulares de atividades, tais como energia atômica, condições árticas, aperfeiçoamento de aviões, biologia, guerra química, etc.,
- exploração de certas matérias-primas,
- empenho do país em multiplicar os laboratórios e meios de pesquisa de uma natureza particular,
- fração do orçamento nacional destinada a certas atividades,
- negociações com outros países para obter certas matérias-primas, ou intensificação de procura de sintéticos,
- proteção especial dada a certas atividades.

3ª fase — Avaliação das possibilidades de momento para o país em estudo levar a efeito uma guerra de uma dada natureza. Para isso sondar da existência:

- de grandes reservas de produtos acabados,
- de tropas de instrução especializada,
- de indústrias de determinados tipos com capacidade para manter a produção,
- de reservas suficientes de matérias-primas e técnicos para manter a produção.

A natureza das informações de caráter estratégico-científico cuja obtenção deve ser continuamente feita, quer pelo estudo dos progressos técnico-científicos anunciados ao mundo, quer por ações de espionagem, exige a interferência de pessoas esclarecidas sobre as várias questões em foco, já que, na generalidade, estas só são acessíveis a quem esteja da posse de largos conhecimentos científicos. Em alguns casos exige-se mesmo saber tão especializado e complexo que só reduzidíssimo número de sábios no mundo estão habilitados a precisar os respectivos problemas.

As considerações antecedentes levam a concluir ser hoje necessário haver seções especializadas no estudo particular das informações estratégico-científicas. Tais seções integrar-se-ão no departamento encarregado, em geral, do trabalho de informação de toda a espécie, no quadro da organização geral da defesa de um país.

Além desta medida, para o fim proposto, outras também devem ser tomadas. Com efeito, como a todo o momento pode ser indispensável recorrer a quaisquer órgãos científicos nacionais, no sentido de serem obtidas informações sobre questões altamente especializadas, devem estar tomadas as disposições convenientes para que qualquer elemento ligado à atividade científica de um país possa ser integrado, com o máximo proveito e de segurança, no campo das informações estratégico-científicas. Esta circunstância só por si justifica a necessidade, hoje flagrante, da perfeita coordenação de todas as atividades científicas com as que se relacionam diretamente com as de defesa dos respectivos países.

* *

No que toca aos estudos, pesquisas e trabalhos sobre os meios de ação ofensiva ou defensiva, novos ou já existentes, que apresentem um caráter acentuadamente científico e que, só por si, podem pesar, decisivamente, no resultado de um conflito internacional — caso da energia atômica, projéteis teleguiados de grande raio de ação, guerra bacteriológica, etc. — os problemas respectivos podem ser encarados sob duas fórmulas:

- ou as atividades científicas interessadas são rigorosa e completamente integradas na organização da Defesa Nacional e a elas subordinadas; todos os seus elementos se submetem às diretivas daquela organização e estão sujeitas às regras de hierarquia e disciplina ali vigentes;
- ou as atividades científicas interessadas, pelo menos parcialmente, gozam de livre ini-

ciativa no campo científico, submetendo somente o seu trabalho a um mínimo limitado de diretivas e prescrições de segurança, impostas pela Defesa Nacional. Estão previstas, porém, as disposições a adotar para o mais rapidamente possível passar à modalidade de trabalho anteriormente enunciada.

A questão da escolha da modalidade a adotar é extraordinariamente melindrosa, no que concerne ao período anterior ao franco desenvolvimento de um conflito internacional.

Em tempo de guerra, é de crer que todas as atividades de que estamos tratando serão regidas pelas normas inerentes à mais completa centralização e sigilo, pelo menos nos países em que os recursos de natureza científica permitam efetivamente alcançar resultados objetivos no campo das armas superiores.

Em tempo chamado de paz, porém, as condições são já outras. Só os países fortemente totalitários, civados da mais obscuro preocupação pelo alcance de hegemonia na esfera mundial, recorrendo se tanto for necessário à agressão, e sem quaisquer resquícios de respeito pela liberdade do espírito humano e pelo caráter verdadeiramente universal da ciência, adotarão, sem mais cuidado, os métodos de centralização e de absoluto sigilo nos problemas aludidos.

Nos outros países, os de formação e mentalidade ocidental, há a considerar as reações da opinião pública e da opinião particular dos próprios cientistas e os seus problemas de consciência; há que atender à coerência com os princípios da ética que esses países defendem; há que ponderar os prejuízos que para o próprio progresso, e portanto para a humanidade, podem advir de serem aplicados a certas atividades científicas normas de rigorosa condução para fins determinados e de mudo sigilo.

Esta é uma questão, aliás, que domina toda a variada gama dos problemas de natureza estratégico-

científica e não só os que se relacionam com os estudos, pesquisas e trabalhos respeitantes às chamadas armas superiores.

Nesta ordem de idéias dever-se-á compreender que a ciência não se encontra dividida em compartimentos estanques. Com efeito, a maior parte das ciências mantêm entre si íntimas relações, sendo difícil separar determinados conhecimentos em progressos uns dos outros sem afetar gravemente o nível do progresso geral. Muitas vezes, progressos alcançados teimosamente para atingir determinada finalidade, num campo particular, vêm afinal a ser aproveitados com resultados espetaculares e imprevistos noutro campo. Ora a falta de divulgação de conhecimentos e conquistas em setor mesmo restrito da ciência empana esse mecanismo de aceleração do progresso, tão natural e fecundo.

Por outro lado, há que atender à própria mentalidade dos cientistas, incutida, normalmente, por forte sentido idealista e ecumênico, resultado do seu amor pelo saber científico, herança verdadeiramente universal, e da sua larga e positiva visão de cosmos. As peias ao seu pensamento e as regras de subordinação à sua atividade profissional fetam o seu labor.

Há toda a vantagem, por isso, em perceber o menos possível a livre atuação dos cientistas e em inculcar o seu espírito sentimentos que, sublimando-se, estimulem o seu poder criador, isto mesmo que se considere somente a questão pelo lado utilitário da consecução de um melhor rendimento dos processos.

A solução mais equilibrada a adotar com vista à efetivação das medidas relativas à disponibilidade das armas chamadas superiores, tanto ofensivas como defensivas, deverá apoiar-se, portanto, nas seguintes bases, as quais, de um modo geral, presidem igualmente à sensata consideração de todos os problemas de natureza estratégico-científica:

— A integração de setores de atividade científica na organização estabelecida para a

defesa de um país, e a sua subordinação a rigorosas normas de trabalho dirigido e secreto, devem restringir-se ao essencial;

— Embora estejam perfeitamente prontas a entrar em ação as disposições para a mobilização parcial e total de tais setores ou de qualquer seu elemento (pessoal, laboratórios, etc.) e sobre eles se deva aplicar uma vigilância contínua mais ou menos discreta com o fim de evitar as inconflências e os atos de má fé, a organização da defesa, em condições normais, disporá, somente, de certos elementos técnico-científicos (pessoal, laboratórios, etc.) e não a totalidade correspondente às atividades interessadas, em trabalho no seu proveito direto;

— Devem ser tomadas as providências necessárias ao mais rápido e rendoso aproveitamento de todo e qualquer novo progresso realizado sobre as matérias científicas correspondentes, ou outras, nos órgãos científicos ou técnicos que trabalham independente da organização da defesa.

Em resumo: A atividade científica de um país, para fins de defesa, deve ser coordenada mas não totalmente centralizada. Sobre ela deverão aplicar-se, em qualquer altura julgada necessária, as regras de mobilização parcial ou total.

Se conjugarmos estas considerações com a fato das condições de vida moderna imporem, também, uma eficaz coordenação das várias atividades científicas de um país com o fim de atender às suas necessidades de natureza econômica, administrativa, política e social, somos levados a concluir que a coordenação conjunta, tendo em vista os problemas da defesa e os outros, se deve fazer num escalão muito elevado das instituições orgânicas nacionais. Normalmente esta coordenação faz-se ao nível da Presidência do poder executivo. (Nos EE.UU. o Conselho Nacional

de Pesquisas (2) e a Junta de Pesquisas para a Segurança Nacional).

Com vista a uma coordenação mais particularizada das atividades científicas, subordinadas diretamente à defesa nacional, poderá haver, também, um órgão coordenador (nos EE.UU. a Junta de Pesquisas e Aperfeiçoamentos do M.^o da Defesa) (2). Esse órgão tem como missão a coordenação e direção das atividades científicas afetas aos três ramos das Forças Armadas e ao mesmo tempo estabelecer a ligação com o órgão superior de coordenação conjunta das atividades científicas nacionais.

De u'a maneira geral, as considerações atrás expandidas aplicam-se igualmente, aos problemas de natureza estratégico-científica que anunciamos nas alíneas c), d) e e) da pág. 27.

Analisemos, ainda que sucintamente, cada um desses problemas de per si, tanto mais que são eles que interessam particularmente às chamadas "pequenas potências". Isto é, às potências de recursos gerais limitados, mas que, não obstante isso, ainda felizmente têm a sua individualidade no concerto mundial e tudo devem fazer para a justificar e usufruir. Os problemas relacionados com os estudos, pesquisas e trabalhos que interessam à obtenção de meios técnicos aperfeiçoados de combate — armamento e equipamento — destinadas às operações militares correntes, têm hoje, todos o sabem, uma importância capital.

Um relatório do Exército dos EE.UU. patenteia com clareza tal relevância. Em síntese afirma-se ali: No país e no estrangeiro, em instrução ou combate, nas montanhas ou no deserto, no Ártico ou nos trópicos, as forças americanas tiveram de ser reaprovionadas com um fornecimento constante de material adequado para as opera-

ções em que se achavam empenhadas. O soldado norte-americano teve as melhores armas, a melhor alimentação, o melhor fardamento, as melhores condições de conforto e os melhores cuidados médicos que o nosso progresso científico e industrial podia proporcionar e as circunstâncias e o seu emprego permitiam.

Ainda como informação de relevo sobre o mesmo assunto cita-se o relatório do general G. Marshall sobre as atividades dos EE.UU. na 2.^a conflagração mundial. Afirma-se ali:

Em seguida às lutas renhidas no Norte de África e da campanha da Papua na Nova Guiné, tornou-se evidente a inferioridade das forças aliadas em vários instrumentos de combate, resultante da sua falta de preparação e estudo durante o tempo de paz, a qual tinha que ser vencida por meios extremos. Consequentemente, nos fins da primavera de 1943, foi escolhido um oficial perito em material bélico o qual foi encarregado de trabalhar, diretamente dependente do General Marshall, nos aperfeiçoamentos e modificações nas armas e nas técnicas. Os seus primeiros esforços foram dedicados a aumentar a eficácia das armas empregadas contra os japoneses nos combates das selvas.

Posteriormente, a Secretaria de Guerra resolveu estabelecer uma Divisão do E. M. Especial de Secretaria de Guerra com a incumbência de coordenar a experiência das tropas com os aperfeiçoamentos científicos da nação a fim de manter esta à frente na corrida de meios novos e mais eficazes de fazer a guerra.

Em outubro de 1943 foi organizada a Divisão de Novas Invenções. Foram então enviados oficiais aos vários teatros de operações com o fim de observar as tropas em combate, com o objetivo de encontrar meios para aplicar os progressos ci-

(2) Integrada simultaneamente na organização que coordena a atividade científica da nação americana, organização superiormente presidida pelo Conselho Nacional de Pesquisas, e na organização estabelecida para prover à defesa do país, foi criada em 1946 a Comissão de Energia Atômica, junto da qual trabalha uma Junta Militar de Ligação. Esta Junta, de certo modo, representa a Junta de Recursos para a Segurança Nacional (escalon presidencial) e a Junta de Pesquisas e Aperfeiçoamentos (escalon M.^o de Defesa).

entíficos civis ao campo de batalha. A coordenação de várias observações foi muito rendosa. Foi assim que apareceram os tanques lançachamas, os projéteis foguetes aéreos, novos projéteis para a artilharia, artilharia pesada com propulsão própria, dispositivos eletrônicos para localizar posição de artilharia e morteiros, etc., etc.

Ainda que disfrutando da melhor e mais rápida exploração de todos os progressos verificados no campo total de cada nação, compreende-se que, quanto ao aspecto particular que estamos tratando, os órgãos responsáveis pelas soluções adequadas aos fins de vista estejam imediatamente dependentes e integrados na organização estabelecida para a defesa nacional.

Nos EE.UU. essa responsabilidade cabe à *Junta de Material Bélico* e à *Junta de Pesquisas e Aperfeiçoamentos*. Por seu lado, os três ramos das F. Armadas têm sob a sua dependência, embora haja sempre uma coordenação superior a fazer pelos órgãos antes mencionados, elementos destinados ao aperfeiçoamento de material e equipamento. Não há muito tempo, só o Exército dispunha de noventa departamentos para tal fim.

Como exemplo, porém, de perfeita coordenação e aproveitamento de todas as atividades científicas nacionais com vista à defesa nacional e de que, portanto, quando necessário, não só os departamentos dependentes da organização nacional para a defesa são chamados a trabalhar nos problemas afins, citam-se os seguintes fatos elucidativos:

— Em 1948, o boletim de saúde do Exército Americano anunciou que oitenta Universidades (!) e outros estabelecimentos de ensino estiveram colaborando como Serviço de Saúde Militar em amplo trabalho de pesquisa dietética destinada a melhorar as rações militares;

— Nesse mesmo ano, foi, também anunciado oficialmente, que a 1ª máquina calculadora universal, completamente ele-

trônica, tinha sido construída pelo Departamento de Indústrias Militares e a Escola Moore de Engenharia Elétrica da Universidade da Pensilvânia. Essa máquina foi destinada ao Laboratório de Investigações Balísticas do Polígono de Aberdeen. Ela é capaz de resolver problemas que interessam quer às necessidades militares, quer civis, e fá-lo com uma velocidade dez mil vezes maior do que qualquer método até hoje conhecido; — Desde o fim da guerra até à data, têm sido sucessivamente enviadas expedições mistas de militares e civis, ao Ártico, ao Alasca, ao Antártico, às Aleutas, às selvas da Maláia, às regiões doentias tropicais, com o fim de estudar abrigos portáteis, roupas, rações, equipamento óptico, material de guerra e outro equipamento adequado às respectivas condições climáticas. Em resultado desses trabalhos em comum têm sido adotados, sucessivamente, novos materiais e equipamentos e dados a conhecer as prescrições mais aconselháveis para a vida das tropas em cada uma daquelas regiões.

Muitos outros exemplos a este respeito poderiam ser aqui trazidos. É evidente, por outro lado, que em matéria de aperfeiçoamento das armas e equipamentos de uso corrente as informações sobre os progressos alcançados em países alheios e, em particular, nos inimigos, tem assás importância.

* *

Uma vez que as modernas ações de guerra se apresentam com o cunho da exploração de meios altamente técnicos e científicos, torna-se evidente a necessidade da colaboração de técnicos e cientistas na concepção dos métodos mais apropriados à utilização desses meios nas operações.

Na guerra de 1914-1918, este outro aspecto dos problemas estratégico-científicos foi, porém, muito

precariamente encarado. Disso advieram graves prejuízos e até a forma, muito excepcional na história militar, como decorreram as respectivas operações de campanha.

Parece que datam de 1935, em Inglaterra, as primeiras medidas de colaboração efetiva de militares e homens de ciência na resolução de problemas operacionais. Nessa data o E. Maior inglês, convencido de que eram inadequados os métodos para fazer face a um ataque aéreo às Ilhas Britânicas, criou uma Junta para o estudo científico da defesa anti-aérea. Daqui resultaram medidas que conduziram ao desenvolvimento do "radar".

Na última conflagração enraizou-se esta forma de colaboração da ciência na guerra.

Pode afirmar-se, sem sombra de exagero, que na última guerra foram travadas verdadeiras batalhas no campo científico. Os responsáveis pela condução da guerra, desde os mais altos escalões político-estratégicos até aqueles puramente técnicos operacionais. (C." militares das grandes unidades militares), careceram de ter, permanentemente junto de si, conselheiros ou E. Maiores científicos. O aparecimento de uma nova arma científica ou de um novo método técnico-científico aplicado às operações causava mais cuidados do que a perda de uma batalha de tipo clássico. Churchill e Roosevelt dispuseram de conselheiros científicos que os informavam, consecutivamente, acerca de projetos sobre a aplicação de novos meios de ação, e dos acontecimentos decorridos ou presumivelmente a ocorrer em resultado da situação relativa, em matéria estratégico-científica dos dois partidos em luta.

Os comandos militares passaram a dispor nos seus Quartéis-Generais de peritos em determinadas questões técnico-científicas, os quais, na gíria desses mesmos Q.G., eram conhecidos pelos "Boffins".

Estão hoje bem divulgados os trabalhos e lutas travadas na segunda guerra mundial no campo:

- das minas magnéticas, (ação e contra ação por meio de

processos de desmagnetização);

- da ação submarina e anti-submarina (utilização dos processos de respiração em submersão e métodos aperfeiçoados de deteção "Asdic" ou "Sonar" e de destruição);
- do "radar" (utilização de meios cada vez mais aperfeiçoados e sua interferência);
- das rádio-transmissões (idem);
- dos projéteis V (utilização e aperfeiçoamento e correspondente retardamento desses progressos);
- da energia atômica (utilização e aperfeiçoamento e retardamento desses progressos pela parte do inimigo);
- etc., etc.

Não resta hoje dúvida de que, em parte, a derrota da Alemanha e do Japão foram devidas à sua inferioridade nessa espécie de luta, e não só pela desvantagem em recursos disponíveis, mas também, porque a conduta dessa forma tão importante de guerra foi melhor do lado aliado.

Todos os chefes militares responsáveis, que têm dado a conhecer à luz da publicidade as suas "Memórias", assinalam como um dos primeiros fatores, no êxito do cumprimento das missões por que foram responsáveis e, portanto, nas suas correspondentes decisões, a solução satisfatória de variados e complexos problemas de ordem técnica e científica.

Nos mais altos escalões, muitas vezes, a concepção de uma manobra determinada, ou a aplicação de medidas contra ações que o inimigo, previsivelmente, poderia realizar, ou estava realizando, exigiu a resolução de melindrosos problemas de ordem técnico-científica. Nalguns casos a solução desses problemas impôs, por si só, a efetivação de operações militares com fins específicos.

Como exemplo dos fatos apontados citam-se:

- As variadas questões relacionadas com a construção de

portos artificiais para o desembarque na Normândia (problemas técnicos de construção, problemas de hidrografia, climatologia, etc. etc.).

- Os problemas dos bombardeamentos aéreos de precisão, realizados com todo o tempo (problemas de radionavegação, bombardeamentos por meio de "radar", etc.).
- Os problemas ligados ao abastecimento em carburante das forças desembarcadas em França, após o assalto da Normândia (pipelines, etc.).
- Os problemas ligados à defesa contra os projéteis V alemães (detecção interceptação e destruição das suas bases pela localização, por via "radar" da origem das trajetórias detetadas, etc.).
- As medidas de defesa contra presumíveis ações de projéteis atômicos, possivelmente levados a cabo pelos alemães se não tivessem sido opostas contra-medidas, etc.
- As questões relacionadas com a rendição incondicional do Japão, por meio do lançamento das bombas atômicas.
- Os "raides" sistemáticos da aviação aliada contra certas instalações alemãs onde se realizavam trabalhos de natureza técnico-científica para fins de guerra, como eram, os centros de estudos de projéteis de reação, de aviões foguetes, de energia atômica, etc.
- As ações de "Comandos" contra certos pontos dos territórios do inimigo com o fim de examinarem e destruírem instalações de caráter técnico-científico, votados ao estudo de questões relativas à guerra. Nessas ações de "comandos" chegaram a tomar parte cientistas altamente classificados dos aliados para colherem, in loco, as informações mais proveitosas. Isso foi o que aconteceu num célebre ataque de "Comandos" a Dieppe, feito com o fim de colher informações em instalações "ra-

dar" que ali se sabiam existir. O mesmo aconteceu com o ataque às instalações de uma fábrica de "água pesada", na Noruega, e sua destruição e o rapto das reservas ali existentes daquele precioso elemento nos trabalhos respeitantes à energia atômica. Sabe-se hoje que desta última ação advieram para os alemães irremediáveis prejuízos para o estudo sobre a importante questão a que aqueles se votavam com extraordinário afincamento e esperança. É curioso registar que havia ordem expressa para matar os cientistas aliados que tomavam parte em tais ataques caso estes viessem a cair prisioneiros. Tal era a importância que os seus conhecimentos representavam para a estratégia aliada.

Torna-se evidente que, presentemente, e mais ainda no futuro, aumentou a preponderância dos fatos que temos vindo a considerar.

Mesmo nos escalões inferiores ao alto Comando, (G.U.), as questões científico-técnicas têm hoje o seu papel de relêvo no trabalho de concepção das manobras convenientes ao cumprimento das missões recebidas.

Esse papel importante avulta em particular no ramo aéreo das forças armadas.

Uma grande infinidade de problemas de ordem técnico-científica aparecem e aparecerão, com certeza, aos comandos para o cumprimento das missões. Só o conselho de pessoal habilitado nestas matérias os levarão ao bom êxito.

A questão da melhor utilização dos meios técnicos disponíveis tem de fato tanta importância que já na última conflagração foram utilizadas equipes especializadas só para, no decorrer dos combates, observarem como os homens e suas unidades utilizavam as suas armas e o rendimento que delas obtinham; isso com o fim de avaliar os métodos de utilização mais recomendáveis.

Resta-nos, por fim, dizer alguma coisa sobre os "estudos, pesquisas e trabalhos relativos ao fortalecimento do potencial econômico de uma nação para ou num conflito internacional".

Dada a importância capital que reveste o potencial econômico de um país na decorrência estratégica dos acontecimentos internacionais, quer no período de paz (guerra fria) quer no período de hostilidades declaradas, o assunto acima mencionado oferece, de fato, um interesse especial. A extensão já tomada pelo artigo não permite, porém, desenvolver este assunto como merece. Limitamo-nos, por isso, a registrar que as nações não devem reduzir somente a sua preparação de natureza estratégica às medidas de caráter militar, mas também, além de outras medidas, cuidar do fortalecimento do seu potencial econômico, verdadeira base material da capacidade estratégica.

O fortalecimento do potencial econômico das nações fundamenta-se essencialmente na segura:

- disponibilidade de matérias-primas básicas;
- disponibilidade de uma aparelhagem técnico-industrial aperfeiçoada e volumosa;
- disponibilidade de numerosos e bons técnicos;
- existência de uma boa organização de investigação científica.

A exequibilidade destas condições não depende exclusivamente da riqueza material, mas sim, também, de uma inteligente e laboriosa solução dos vários problemas que ali se contêm.

Alto nível cultural e técnico da população, boa e sensata administração e acentuadas qualidades de trabalho e iniciativa constituem fatores de insuperável importância no valor econômico de um país.

Sabe-se bem com que quota parte a ciência e a técnica, hodiernamente, contribuem para o fortalecimento do potencial econômico das nações.

Recorde-se, somente, que através dos progressos da ciência se podem solucionar as carências de elementos fundamentais na economia, como o são as matérias primas e a energia.

Por outro lado, aduzam-se as vantagens que advêm da utilização de métodos de produção mais aperfeiçoados e rendosos.

Um exemplo frisante do caso oferece-nos a Alemanha com a sua extraordinária capacidade de resistência econômica durante duas teríveis e desgastadoras guerras, suprimindo as suas carências com um prodigioso trabalho de investigação no campo científico e técnico e arrojada realização na esfera industrial.

Na conjuntura atual, os responsáveis pelos governos e segurança das nações são obrigados a cuidar, sob o aspecto estratégico, de que a economia nacional respectiva esteja em condições de satisfazer:

- às necessidades decorrentes das formas de "guerra fria" na modalidade econômica, e às suas repercussões no social e no esforço geral de preparação de defesa;
- às necessidades de um conflito declarado;
- às sempre gravíssimas repercussões de um pós-guerra, mesmo para as nações vitoriosas.

Em quaisquer destes aspectos do mesmo problema intervêm fortemente, como se disse, os fatores científicos e técnicos.

Pouca gente já mantém hoje em dúvida a necessidade de um planejamento geral da economia de um país, uma vez que essa necessidade já foi mesmo alargada para o campo internacional. De qualquer modo, porém, é inquestionável que, para fins estratégicos, tem que se proceder a um planejamento geral das questões econômicas pertinentes, as quais, numa guerra total, compreendem aliás o total dos problemas econômicos.

Como já afirmamos, igualmente para fins estratégicos, impõe-se hoje um certo grau de coordenação e planejamento operacional com a

ciência e a técnica. Na organização geral da defesa de um país deverão, também, estabelecerem-se as necessárias ligações e medidas de coordenação, entre os órgãos de planejamento e coordenação das atividades econômicas, e os órgãos de planejamento e coordenação das atividades científicas técnicas.

Essa ligação e coordenação impõe-se no nível mais alto da direção política e administrativa de qualquer país progressivo.

Nos EE. UU. esta ligação e coordenação de atividades faz-se em nível presidencial, através da intervenção simultânea do Presidente, no Conselho Nacional de Pesquisas, no Conselho de Segurança Nacional e na Junta de Recursos para a Segurança Nacional.

De tudo o que fica para trás escrito parece que se pode fazer o seguinte breve resumo:

Para atender à solução conveniente dos problemas de natureza estratégico-científica deverá efetuar-se a coordenação de todas as atividades científicas de um país com as respectivas atividades estratégicas.

Essa coordenação deve ser feita no mais alto escalão das instituições orgânicas nacionais.

Devem estar tomadas as convenientes disposições de modo a, quando oportuno, se possa fazer rendosamente para fins estratégicos a mobilização parcial ou total de todas e quaisquer atividades técnico-científicas.

A centralização e coordenação das atividades civis pelos órgãos da organização da defesa deve ser limitada ao indispensável. As Forças Armadas deverão ter sob a sua direta subordinação órgãos de investigação técnico-científica, cuja atividade deve ser coordenada não só no quadro dessa organização (coordenação feita no escalão M.^o da Defesa) como também com o resto das atividades similares no quadro nacional (coordenação efetuada no escalão, presidente do executivo).

Como corolário destas considerações, cada país, mesmo que só se tenham em vista os problemas de natureza estratégica, deve desenvolver ao máximo a sua investigação científica e a instrução técnico-científica das suas populações.

É natural que depois do que se deixou escrito pareça uma dúvida no espírito do leitor. Ela sintetizada na seguinte pergunta:

Interessarão, ou antes, deverão as "pequenas potências" encarar os problemas de natureza estratégico-científica, tal como as definimos? Serão operantes, de fato, as suas atenções em tais assuntos, dados os seus limitados recursos?

A discussão desta matéria levar-nos-ia longe. Limitamo-nos a afirmar que, segundo nossa opinião, a consideração dos problemas de natureza estratégico-científica impõe-se realmente mesmo às chamadas "pequenas potências". Isso porque só assim lhes será possível tomar com personalidade parte efetiva no jogo histórico em que o mundo se vê envolvido e onde os fatores técnico-científicos tanto preponderam. Doutro modo, a sua interferência e contribuição ao lado de aliados ativos será com certeza desprezada.

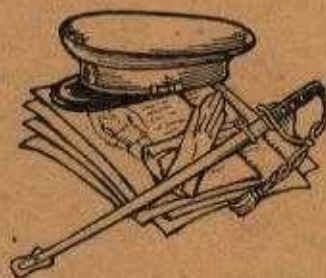
Tal imposição evidencia-se, também, porque só assim aquelas será possível tirar rendimento dos meios que podem utilizar na sua defesa; evitar prejuízos resultantes das ações levadas a efeito pelas potências designadas por "grandes", ações que se possam repercutir direta ou indiretamente no seu seio (caso das ações atômicas, bacteriológicas, etc.); só assim, e dentro de certas medidas, lhes será possível salvaguardar a sua liberdade de ação política e conservar a sua individualidade.

Em certos casos, a atenção por tais problemas é ainda mais imperante, porque é nela que pode residir a melhor esperança em transformar uma "pequena potência" numa "grande potência", pelo aproveitamento e desenvolvimento de recursos latentes ou aptidões adormecidas no campo técnico-científico. Esse pode ser o caso dos países com grandes territórios

inexplorados, grande potencial humano com baixo nível de cultura, etc.

E é uma vera verdade que certas nações, se quiserem e souberem, poderão, sendo transformar-se em

"grandes", pelo menos deixar de ser classificadas de "pequenas potências", e vir a desempenhar grande papel no concerto mundial e no progresso da vida humana.



O RADAR

Capitão de Engenheiros SEVERINO ROMERO RIVERO, do Regimento de Sapadores do II C.E.

Traduzido, "data vênica", da Revista Militar "Guion" (Espanha), de outubro de 1951, pelo Maj. FLORIANO MOURA BRASIL MENDES

INTRODUÇÃO



A PALAVRA Radar foi criada pela Marinha dos Estados Unidos:

RA = rádio; D = determinação da direção; A = inicial da

conjunção e, em inglês and; R = inicial da palavra inglesa distância ou determinação da distância.

Desde que se iniciou o uso das ondas curtas, os homens de ciência pressentiram que aquelas descargas invisíveis podiam ser refletidas pelos objetos, da mesma maneira que a luz é refletida por um espelho e, desde logo, se constatou que algumas atingiam a lua e eram refletidas por esta até à terra.

A onda refletida tomou o nome de eco e se imaginou que, se este eco pudesse ser obtido após chocar-se com um avião ou navio, ter-se-ia encontrado um novo uso para o rádio, por meio do qual poder-se-ia calcular a distância do objeto, avião ou navio que refletisse a onda emitida, uma vez que é conhecida a velocidade com que caminham as ondas (300.000 km por segundo).

A natureza, com frequência, oferece orientação aos homens de ciência. Assim, o homem deu aos aviões a forma dos pássaros e a televisão nada mais é senão a continuação eletrônica do olho humano.

Os Drs. Robert Galambos e Donald R. Griffin, da Escola de Medicina da Universidade de Ro-

chester, descobriram que os morcegos se guiam, em seu voo, por meio da reflexão de sons, isto é, por meio de um radar natural, se bem que de ondas sonoras. Ambos descobriram que os morcegos emitem, durante o voo, uma sucção de guinchos, cuja vibração é superior a 50.000 ciclos por segundo, superior, portanto, ao som capaz de ser captado pelo mais perfeito ouvido humano. (Este tem por limite 20.000 ciclos, sendo que a maioria não consiste distinguir além dos 8.000). Os morcegos conseguem voar a grande velocidade nos lugares mais escuros sem ir de encontro a objeto algum. Mediante aparelhos detetores de som e microfones de grande sensibilidade, os citados doutores estudaram o voo desses animais. Mesmo com os olhos vendados, os morcegos voavam sem tropeços; porém, quando tinham os ouvidos tapados ou a boca cerrada, iam de encontro a quantos obstáculos se lhes antepunham. Dêsse modo, verificou-se, também, que estes animais, para voar, necessitam estar com a boca aberta, para emitir os zumbidos que, logo a seguir, ouvem em forma de eco, permitindo-lhes desvendar os obstáculos que se interpõem em seu voo; em resumo, foi verificado que estes animais dispõem de uma espécie de radar natural.

Se quisermos ter uma idéia da forma por que funciona um Radar, bastará lançar um grito contra um paredão ou despenhadeiro; imedia-

tamente ouviremos, a seguir, um eco; se dispusermos de um cronógrafo que nos indique o tempo transcorrido desde o lançamento do grito até o recebimento do eco, poderemos saber, com bastante aproximação, a que distância nos achamos do paredão ou do despeñadeiro. Se o cronógrafo, por exemplo, nos diz que transcorreu um segundo desde que se lançou o grito até o retorno do eco, isto significa que nos encontramos, aproximadamente, a 166,5 metros do obstáculo, visto que, como sabemos, o som percorre 333 metros por segundo e a onda sonora teve que ir e voltar para que o eco fosse percebido.

FUNCIONAMENTO DO RADAR

No Radar, tendo em vista que as ondas eletromagnéticas caminham a 300.000 km por segundo, se o eco consome dois milésimos de segundo para ser percebido, é porque nos encontramos a 300 km de distância do obstáculo que reflete as ondas.

No Radar, utilizam-se as micro-ondas porque, quanto menor é o comprimento de onda, maior é a precisão na avaliação das distâncias.

O Radar permite descobrir os aviões entre as nuvens, os navios através da mais espessa neblina e ainda aponta os canhões, bem como os projétores, automaticamente. Estes aparelhos constam de quatro elementos básicos: um transmissor de micro-ondas, um receptor de grande sensibilidade, um indicador com tubo de raios catódicos e um sistema de antenas direcionais; todos operam em perfeita sincronização. O transmissor emite uma série de descargas e energia rádio-elétrica que, ao se chocarem com um obstáculo, são refletidas; o receptor de que está dotado o Radar recebe essa onda refletida e a lança ao ecran (tela) do tubo de raios catódicos.

No momento em que a descarga deixa o transmissor, o feixe do tubo de raios catódicos começa a lançar uma linha horizontal ao longo do

espaço graduado que aparece na superfície do ecran.

Ao receber o eco refletido, produz-se um zig-zag ou salto na linha traçada pelo feixe eletrônico ou se ilumina esse traço no lugar correspondente; a aparição de um salto na tela indica a presença de um obstáculo e, como o salto corresponde a um ponto da escala graduada existente na tela, ele nos indica, automaticamente, e com pequeno erro, a distância que se encontra o obstáculo.

Em outros sistemas, em que a antena gira com a finalidade de efetuar busca numa direção desejada ou em várias direções, os ecos, por encontro de objetos ou grupos de objetos, determinam alterações simultâneas na tela do tubo de raios catódicos, de modo a permitir que sejam vistos vários pontos iluminados (em lugar dos saltos que nos outros sistemas indicam as distâncias), possibilitando uma visão das formas dos objetos encontrados pelas ondas.

O Radar pode ser conectado com o equipamento de tiro de um navio, permitindo a pontaria contra objetivos não vistos por meios óticos; as baterias antiaéreas podem ser apontadas muito antes da entrada dos aviões inimigos na zona de tiro; os aparelhos fornecem os três elementos necessários para localizar o avião em seu voo, isto é, a distância, o ângulo de elevação e a direção de voo. Tais elementos são necessários para a predição do tiro ou seja para a determinação do ponto do espaço onde os projéteis devem explodir para que seus estilhaços possam atingir o avião-objetivo; no controle automático do tiro, a antena do Radar se move automaticamente e indica, a todo o instante, a posição do alvo, sendo que os canhões seguem, também automaticamente, o feixe por meio de um outro sistema de controle.

Em agosto de 1945, a Câmara Unida publicou um informe (segundo Orrin e Dunlap, de cujo livro foram tomadas as notas para o presente artigo) explicando: "O transmissor e o receptor estão situados no mesmo lugar e, na

maioria dos casos, utilizam uma mesma antena; o transmissor envia ao espaço sua energia em uma pequeníssima fração de tempo sob a forma de descargas intensas de curta duração (nunca ultrapassando um milionésimo do segundo). Após cada descarga, o transmissor aguarda, durante um tempo relativamente maior, alguns milésimos de segundo, antes de lançar a descarga seguinte.

Durante o intervalo entre as descargas, o receptor entra em funcionamento e os sinais que recebe são justamente os ecos das descargas, refletidos pelos obstáculos encontrados. Os situados a menor distância darão ecos imediatos, enquanto que os mais afastados darão ecos após maior decurso de tempo.

O tempo decorrido entre a transmissão da descarga e a recepção do eco indica a distância a que se encontra o objeto que o ocasiona — navio, avião, montanha ou edifício — medida desde o lugar onde se estaciona o Radar.

Esta medida é possível de ser apreciada, visto que o tempo transcorrido é justamente o necessário à descarga para ir, com a velocidade da luz, até o obstáculo, chocar-se contra ele e regressar ao receptor.

A luz caminha com extrema velocidade, razão pela qual os intervalos de tempo são pequeníssimos; sua medida exata constitui um dos triunfos técnicos do Radar moderno. Como a velocidade da luz é de 300.000 km por segundo, considerando-se que o caminho deve ser percorrido duas vezes, uma na ida e outra na volta, se o objeto estiver a 915 metros do Radar, o eco deverá ser recebido depois de transcorrido 6 milionésimos do segundo, a contar do instante em que a descarga foi transmitida. Considerando-se as possibilidades para medida do tempo, existentes antes da guerra, estranha-se lidar com tempos tão curtos, porém, hoje em dia, já há recursos para a medida de tais períodos de tempo com

um erro aproximado da trigésima parte de um milionésimo de segundo.

Como determinar a direção em que se encontra o alvo? Esse objetivo é conseguido, dotando o Radar de uma antena direcional, sendo que as descargas são enviadas em feixe estreito semelhante ao de um projetor. A antena pode girar à medida que são enviadas as descargas, obtendo-se um salto na tela cada vez que a descarga lançada pelo Radar assinala um objeto. A orientação da antena, que é naturalmente a mesma do objeto encontrado, pode ser medida e, por conseguinte, utilizada, seja para apontar os canhões de um navio de guerra, seja para indicar o rumo a um bombardeio, seja para dirigir o caça que deverá interceptar o avião inimigo, seja ainda para qualquer outra finalidade especial, de acordo com as circunstâncias.

Por meio do Radar, pode ser descoberto se o avião descoberto é amigo ou inimigo. Para isso, os aviões ingleses achavam-se equipados com um tipo de aparelho que funcionava automaticamente; tais aparelhos denominados "IFF" (iniciais das palavras inglesas significando identificação, amigo ou inimigo) (1), permitiam o aparecimento, na tela, do Radar de um eco de forma convencional. Estes aparelhos eram mantidos em caixas herméticamente fechadas, dentro das quais havia uma carga explosiva, para permitir a sua destruição, na eminência de cair ele em poder do inimigo.

O "MICKEY"

O "MICKEY" é a mira do bombardeio pelo Radar; permite a navegação sem visibilidade, assim como a execução do bombardeio estratégico de precisão na mais completa obscuridade. As Forças Armadas Norte-americanas deram o nome de "Mickey" a este aparelho e a RAF o menciona com o nome de "caixa negra".

(1) Identification friend or foe (Nota do tradutor).

As micro-ondas refletidas pela face da terra produzem um conjunto de luzes e sombras, permitindo uma visão panorâmica do setor situado sob o avião. Esta visão aparece na tela fluorescente do tubo de raios catódicos. A aparência assemelha-se a uma fotografia de raios X; as partes terrestres surgem como manchas brancas ou linhas, enquanto que água aparece negra, destacando-se com precisão a linha da costa. A imagem é tão nítida que aos operadores experimentados é possível identificar os alvos visados, valendo-se da observação do terreno, realizada pelo Radar.

A escala graduada, na tela do tubo, indica o raio relativo do setor examinado, graças a vários círculos concêntricos, visíveis ao ser ligado o sincronizador para determinação das distâncias. Um sincronizador radial permite ainda a observação de objetivos em movimento, sendo que a altura se obtém com maior exatidão utilizando o rádio-altímetro suplementar.

Este aparelho dispõe, além disso, de um calculador, no qual (uma vez introduzidos certos dados, balísticos relativos às bombas, bem como a velocidade do vento), é determinada a distância, em relação aos objetivos, a que devem ser lançadas as bombas. Para isto, faz surgir um sinal, na tela do tubo de raios catódicos de tal modo que, quando o objetivo a iluminar coincide com o referido sinal, o operador sabe que chegou o instante de lançar as bombas: A este sinal de nominam habitualmente BRM (Bomb Release Marker, ou seja, Indicador para lançamento das bombas).

MEDIDAS CONTRA RADAR

Um processo para causar embaraço à ação do radar consiste em utilizar lâminas de alumínio, as quais são lançadas pelos bombardeiros e caças.

Afirmam os norte-americanos que este método foi usado pela pri-

meira vez pelos ingleses e aperfeiçoado em seguida nos Estados Unidos, graças a investigações e experiências realizadas nos Laboratórios da Universidade de Harvard, tendo os Nazistas copiado o sistema.

De início, as lâminas lançadas eram integralmente de alumínio, porém foi observado que, sob tal forma, se amontoavam e caíam demasiadamente rápido, não produzindo o efeito desejado.

A lâmina de alumínio, usada atualmente, é fina como papel e cortada em tiras estreitas de diversos comprimentos. (2) Graças à fina espessura, caem como papel, isto é, lentamente, consumindo aproximadamente duas horas para chegar ao solo, quando lançadas de um altura de 10.000 metros. O lançamento é feito em blocos, desfeitos rapidamente pelo vento, dando lugar a que as lâminas sejam conduzidas pela brisa.

Estas lâminas metálicas convertem-se em objetivos dos canhões apontados por meio do Radar, podendo os aviões prosseguir sem a ameaça da pontaria das peças. A estas lâminas se deu o nome de "palhas", tendo elas constituído medidas anti-radar de grande eficiência.

"Durante a noite de 24 de julho de 1943, noite memorável na história da RAF, foi atacado Hamburgo e o sistema de defesa do inimigo transtornou-se completamente, por terem os bombardeiros lançado blocos de papel metalizado para confundir o Radar inimigo, impedindo-o de "ver" os aviões britânicos. Os alemães confessaram sua confusão, reconhecendo que "tudo havia saído mal". Seus aparelhos tornaram-se nulos e ineficazes e as perdas em aviões britânicos foram as mais baixas experimentadas nos ataques pesados contra o Reich naquele tempo".

Foi dito, também, que os alemães haviam descoberto um sistema defensivo contra o Radar, baseado numa camuflagem anti-radar, para

(2) O comprimento dessas tiras deve ser função do comprimento de onda em que operam os radars (N.T.).

utilização em submarinos, navios de superfície, aviões e armamento.

O RADAR NA LOCALIZAÇÃO DE SUBMARINOS

Tornou-se evidente, para os alemães, que os ataques da aviação contra seus submarinos eram por demais frequentes para serem considerados como consequência de observação meramente visual. Suspeitaram eles do emprego do Radar, tanto mais que haviam levado a cabo experiências com um Radar de onda larga e, na primavera de 1942, haviam capturado, intacto, um dos aparelhos do tipo empregado pelos ingleses. Já então os americanos haviam entrado na guerra e, não só seu Exército como a Marinha vinham empregando uma versão norte-americana do mesmo equipamento britânico. A Marinha usava também um equipamento semelhante, já operando com uma onda mais curta. Depois de capturar o equipamento inglês, os alemães desenharam um receptor para instalar nos submarinos e receber as ondas do mesmo comprimento que as usadas pelo Radar inimigo. Obtiveram bons resultados nos casos em que o avião equipado com Radar se encontrava a uma distância do submarino que permitia a este submergir e escapar do ataque. Esses receptores foram aceleradamente construídos e instalados, durante o verão de 1942, no fim do qual os aliados foram advertidos do fato pois, enquanto as localizações pela vista poucas alterações haviam sofrido, o número de localizações pelo Radar declinava flagrantemente e o número das localizações que desapareciam da tela, enquanto o avião se dirigia ao objetivo, foram suficientes para desvendar o segredo. Os aliados estavam preparados com sua nova arma: o Radar com novo comprimento de onda. Os laboratórios de Radar norte-americanos e ingleses, em colaboração, haviam conseguido equipamentos que funcionavam com micro-ondas; pouco depois do ataque contra Pearl Harbour, as forças aéreas do Exército solicitaram que dez aviões B-18

fôssem equipados com Radar de micro-ondas, feitos especialmente para fazer frente à situação de urgência. Assim se fez e, no mês de abril de 1942, a referida esquadrilha, a primeira que contou com Radar, executava a campanha contra os submarinos, pesquisando-os com auxílio do Radar e atacando-os seguidamente ao largo das costas orientais dos Estados Unidos. A base de operações dessa esquadrilha era o campo Langley.

A esquadrilha original de B-18 foi se deslocando com os submarinos à medida que os ataques da aviação e os da Marinha iam empurrando esses barcos cada vez mais para o sul, prosseguindo o êxito das operações até às bases da Florida e Trinidad, durante o ano de 1942. O número de aviões foi aumentado até algumas centenas de bombardeiros que integraram o primeiro Comando Antisubmarino das Forças Aéreas Norte-Americanas, agindo sob o comando operacional da Marinha.

A própria Marinha estava interessada em equipar com Radar de micro-ondas os seus dirigíveis e aviação de reconhecimento, razão pela qual, em fevereiro de 1942, iniciou a produção de um equipamento melhorado, destinado a esse fim. Em julho, era instalado um modelo especialmente construído para um dirigível e, graças a um grande esforço por parte dos engenheiros de planejamento e produção, a fabricação de equipamentos teve início em janeiro de 1943, aumentando rapidamente a partir desse dia. Centenas de aparelhos foram entregues aos ingleses pela lei de empréstimo e arrendamento. As ocorrências obedeceram, pois, à seguinte ordem; os ingleses passaram a usar aviões com Radar para dar caça aos submarinos; os alemães, com o fim de escapar a essa ameaça, usavam um receptor capaz de captar os sinais, tanto que, durante o inverno de 1942/43, os submarinos estiveram mais audaciosos; os ingleses, em contraposição, passaram a usar um Radar que não permitia a captação pelos receptores adversários e, já

na primavera de 1943, havia em serviço uma quantidade apreciável desses Radars, os quais não podiam ser detetados pelos submarinos. As conseqüências do emprego desse novo tipo de Radar (em virtude do sentimento de segurança que havia chegado a dominar os Comandantes de submarinos, durante o período anterior em que os receptores haviam sido úteis), chegaram a ser fenomenais; durante os meses de maio, junho e julho, de 1943, foram destruídos, aproximadamente, cem submarinos inimigos, dois terços dos quais o foram por meio de aviões. Essas perdas puseram fim à confiança dos submarinistas alemães.

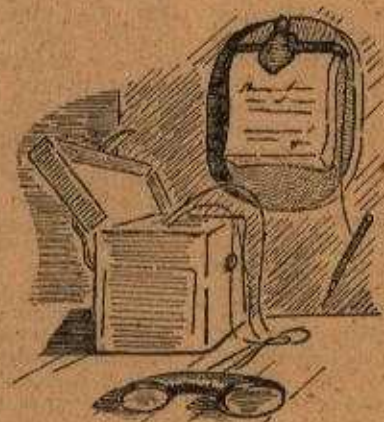
Posteriormente, foi revelado que, no outono de 1944, os alemães decidiram que, para sobreviver, era necessário não subir à superfície, partindo daí a instalação do tubo de ventilação "Schnorkel", permitindo à embarcação submersa respirar e marchar impulsionada por motores Diessel.

O RADAR NO INÍCIO DA GUERRA

Inicialmente, em 1936, a Inglaterra só contava com cinco estações de Radar; em agosto de 1937, esse número foi aumentado para 20, porém, já no ano de 1939, a Inglaterra contava com um serviço de Radar estendido desde a Escócia até a Ilha de Wight.

Grças a esse serviço, pôde a Inglaterra fazer frente aos contínuos bombardeios da aviação alemã, pois o Radar, prevenindo a tempo as incursões atacantes, permitia à sua aviação, apesar de escassa, em 1939, sair ao encontro das formações inimigas.

A necessidade de manter sempre no ar patrulhas de caça havia desaparecido, graças à sentinela mágica, o Radar, por meio do qual a aviação inglesa era lançada ao combate de uma maneira eficaz e econômica, evitando esses aparelhos, além disso, a surpresa nos bombardeios.



FOGUETES - ARMA DO PRESENTE

Ten. IESE R. ALVES NEVES

Dados técnicos tirados de várias revistas especializadas em assuntos militares.



EXÉRCITO BRASILEIRO
ressente-se de uma
Artilharia numérica-
mente capaz de en-
frentar qualquer si-
tuação de fato, para
a ação em massa

que caracteriza o efeito desta arma.

Basta, para nós, do Exército, de dar ouvidos aos pacifistas que acham não necessitar o Brasil de um poderoso e respeitado conjunto armado, pois bem sabemos que, ainda no nosso século, todas as nações preferem canhões à manteiga. E nós brasileiros, embora no meio termo, que é como procedem os homens sensatos, devemos estar sempre belicamente preparados para, com os nossos 50 milhões de patrícios, formar o mais cedo possível entre as grandes vozes do coro dos donos do universo.

A falta de uma poderosa (quanto ao número!) Artilharia, bem o sabemos, não vamos conseguir tão cedo sanar. A indústria brasileira é ainda, infelizmente, incipiente, não estando em condições de produzir os canhões para armar as muitas A. D. que precisamos. E as diferentes espécies de artilharia exigem diferentes canhões e obuses, como o exigem, também, as missões da artilharia.

A artilharia de campanha necessita, entretanto, ser armada com o número de bocas de fogo suficiente para o apoio aos vários R. I. em todas as missões decorrentes de uma situação. E não nos esqueçamos nunca dos ensinamentos da guerra passada, quando foi usada a artilharia em concentrações nunca

imaginadas, em massa, no sentido máximo do termo, para poupar a tão preciosa vida do infante.

Presentemente, os foguetes vêm despertando a atenção de todos os Chefes militares das grandes nações, em mil e uma maneiras em que são empregados. Para nós, artilheiros, interessa de perto o papel dos lança-foguetes e, por isso, deles trataremos. O Exército Brasileiro tem de, o mais cedo possível, assimilar esses ensinamentos técnicos e científicos, se quiser, ainda no presente, formar entre os grandes Exércitos. Precisamos portanto de foguetes e de técnicos na matéria, o mais cedo possível.

Pois realmente, é nosso pensamento que baterias de lança-foguetes resolveriam muito nas mais variadas situações e que elas podem ser fabricadas pela nossa indústria. São de construção leve e não pedem a precisão de uma culatra de canhão. O material de que são feitas não é dos mais estratégicos, pois é encontrado em quantidade, no Brasil. Precisamos é de determinação e de meter mãos à obra!

O lança-foguetes

O funcionamento dos foguetes é justamente contrário ao dos projéteis. O foguete tem auto-propulsão e a substância que lhe serve de carga de projeção não se queima de imediato. Um foguete explosivo, em traços gerais, se compõe de: cabeça, contendo o explosivo ou agente qualquer, com espoleta;

o corpo, dentro do qual se encerra a carga de projeção e os dispositivos estabilizadores.

Um foguete, com as mesmas características de um projétil de obus 105, pesará pouco menos de 4,5 kg a mais que aquele. Entretanto, o aumento da carga explosiva não guardará relação com o aumento de calibres nos projéteis.

O tubo lança-foguetes é raiado, contruido de material leve, como o alumínio e aberto atrás. Não tem portanto mecanismo algum que nos dê idéia de uma culatra, de mecanismo de freio de recuo ou recuperador. Daí a incomparável facilidade em sua construção.

Um lança-foguetes múltiplo é uma arma que tem, em um só reparo, vários tubos destes. Assim o T-66 americano, de 4,5 polegadas (quase 115 mm), possui 24 tubos em um reparo; o rodado é idêntico ao de uma viatura tratora de peça. Pesa pouco mais de 500 kg, sendo rebocado por uma viatura de 1,5 t e pode lançar 24 foguetes em 12 min.

Se a construção dos tubos, reparo, etc., não exigem mais do que a nossa indústria poderia vir a fabricar, o mesmo podemos dizer dos foguetes. Estes não exigirão, também, maior técnica do que a que possuímos em nossas fábricas de munição de artilharia e de morteiro.

Características

Forçosamente, cada tipo destas armas tem suas características bem especiais. Basta, atentando para isso, lembrar que se um rojão é um foguete, também o é uma bomba V-2, ou o "Matador", da marinha americana.

Reportando-nos, porém, à arma que agora nos interessa, vejamos alguns dados do Lança-foguetes múltiplo T-66, de 4,5 pol., o substituto eventual da artilharia de campanha em várias missões:

Peso do foguete: 19,25 kg
Alcance: 4755 m
Campo de tiro Vertical: 800 milésimos
Campo de tiro Horizontal: 660 milésimos

Luneta graduada em milésimos de 0 a 6400

Explosor manual ou qualquer bateria que forneça de 10 a 24 volts.

Possui luneta de cotovelo
Cumprimento do tubo: 0,76 m
Velocidade máxima: a 21 m da boca do tubo — 253 m/seg

Desvio provável em alcance a 4115 m: 56 m

Desvio provável em direção a 4115 m: 54 m

Esses dados nos indicam que o LFM T-66 é uma carga capaz de reforçar a artilharia de campanha e substituí-la em várias missões, principalmente nas ações aproximadas, quando se necessitar de um grande volume de fogo.

Vantagens do emprêgo do LFM T-66:

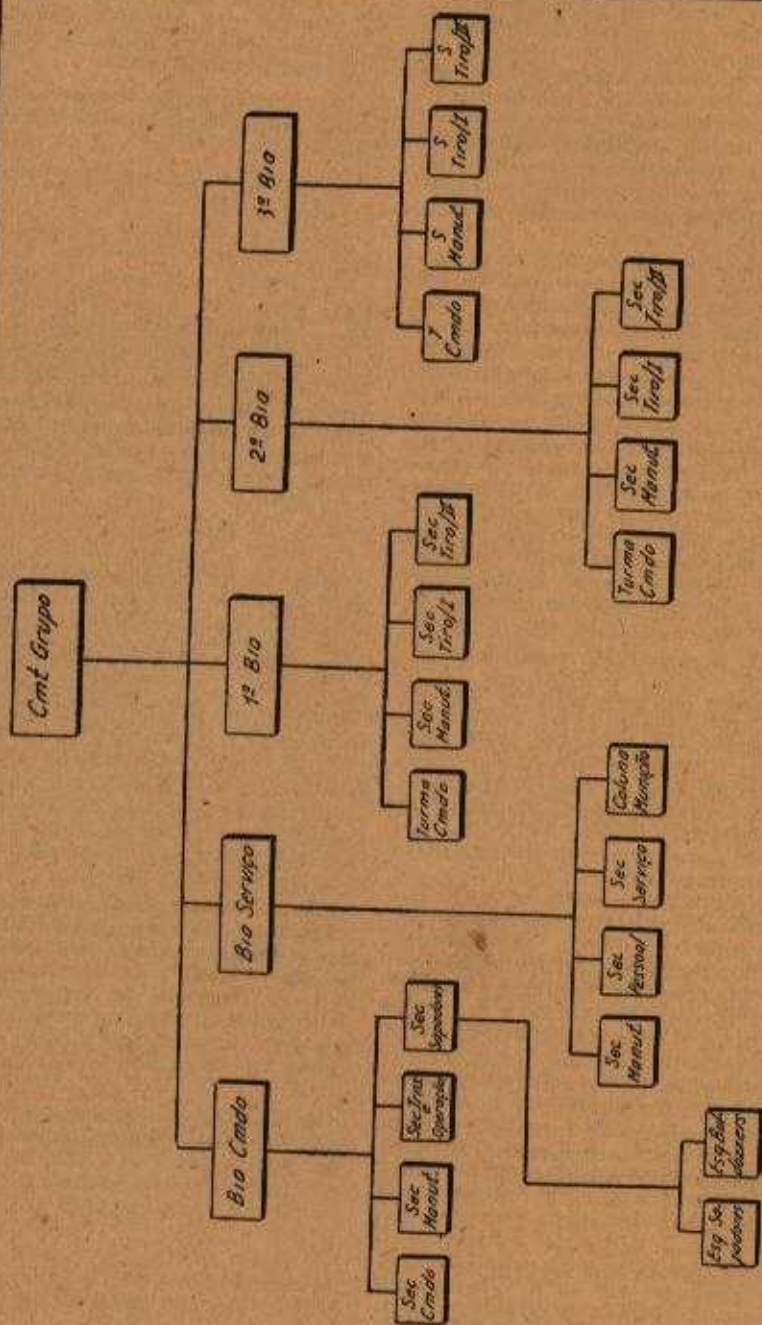
Menor peso por unidade.
Ausência de recuo.
Facilidade no transporte.
O aumento de calibre pouco influirá no peso do LFM.
Ação em massa incomparável.

Quanto somente a esta última vantagem, a matemática nos diz o seguinte: se uma peça lança em doze segundos 24 foguetes, uma bateria que tem 12 peças lançará, no mesmo tempo, 288 foguetes. Um grupo com três baterias de foguetes lançará 864 foguetes em 12 min. Levando em conta que seu poder por unidade equivale ao de um projétil de obus de 105 mm, isso equivale a dizer que um grupo de LFM T-66 tem tanto poder de fogo quanto 72 G.O.-105; que uma só bateria de LFM T-66 tem o mesmo poder de fogo que 24 G.O.-105!

E se é verdade que nenhum de nós jamais pensou em despejar sobre o inimigo, num só lugar, 72 G.O.-105, qual o bom artilheiro que nunca pensou em despejar potência de fogo semelhante sobre um inimigo?

Desvantagens

Precisão muitíssimo menor, ocasionada pelo fato de não se queimar dentro do tubo toda a carga de projeção.



Apresenta grande clareza e muita poeira, facilitando a localização.

Pouco valor para tiros de precisão ou sobre pequenos objetivos.

Os limites no espaço, para a validade das correções, são menores. Menor alcance.

O estudo detalhado, entretanto, destas desvantagens, nos diz que, menos que desvantagens, elas são, sim, limitações no emprego do material.

Cada bateria de tiro tem, portanto, 2 seções, cada uma com 8 unidades Lança-foguetes, o que equivale a 38 unidades por grupo. O grupo tem 34 oficiais, 2 subtenentes e 645 praças. Os homens, embora não precisem ser melhor escolhidos que o artilheiro comum, necessitam, entretanto, de uma melhor instrução e de neles ser grandemente desenvolvida a capacidade de trabalho. O remuniciamento exigirá número de viaturas e uma retaguarda trabalhando de fato para manter, para a linha de frente, um constante afluxo, de munição.

Emprego dos foguetes

Como não é aconselhado usar os foguetes em tiros de precisão e mesmo sobre alvos pequenos, nem sempre será possível tê-los como substitutos da artilharia de campanha. Serão, porém, empregados em várias missões, reforçando a A.C. e, em outras, limitadas, substituindo-a. Assim:

No tiro sobre zonas, a menos de 5.000 m, obteremos eficácias de incomparável poder. Na neutralização, preparação e contra-preparação, os efeitos serão sempre arrasadores.

Na barragens, também será enorme a vantagem sobre a A.C., mas terão essas barragens de ser mais afastadas da infantaria. Na interdição de zonas, usando agentes fumígenos, conseguiremos tiros de cegar mais eficazes, devido à maior massa.

E, acima de tudo, teremos sempre vantagens, dentro dos limites do emprego dos foguetes, quando quisermos obter uma massa de fogo incomparavelmente maior.

Os foguetes serão também de grande valia, quando empregados contra:

— Tropas de desembarque, embarcadas ou não;

— Pessoal descoberto ou não e possíveis locais de reunião;

— Viaturas. Veículos blindados. Locais de reunião de viaturas. E muito principalmente, L.V.;

— Todos os locais onde se encontre tropa ou sua impedimenta.

São ainda de grande valia em apoio de tropas de desembarque, que necessitam de maior apoio de fogo do que o dado pela Marinha e Aviação.

Conclusão

Nosso Exército necessita de várias unidades de lança-foguetes múltiplos do tipo do T-66. Precisamos de fábricas para construí-los e aos foguetes. Técnicos temos e, em pouco, saberão como sanar as dificuldades iniciais. Com isso, o Exército se tornará mais potente e nós, de Artilharia, teremos mais meios de apoiar a Infantaria, quando ela pedir, no campo de batalha, o nosso fogo. E apoiá-la de modo que não deixe ao inimigo dúvidas quanto às nossas intenções.

Nós, os artilheiros, pedimos aos dirigentes e técnicos do Exército: dê-nos essa arma, que todos sabemos estar entre as armas básicas de todos os Exércitos do mundo, na atualidade. E saberemos como sanar as dificuldades iniciais, diminuir as limitações e desvantagens.

Os foguetes são armas do presente e mais ainda do futuro. Dê-mos foguetes e o Brasil será mais poderoso e respeitado!

O TIRO DA ARTILHARIA DE COSTA

1º Ten. EGON DE OLIVEIRA BASTOS

1.00 — A DEFESA DE COSTA



NATUREZA especial da defesa de costa interessa, de modo mais ou menos igual, às organizações terrestres e às forças navais.

O escalonamento em profundidade, dos órgãos de defesa, fornece em primeiro escalão a defesa móvel marítima, intervindo junto com a Aviação; durante o ataque, entra em ação a Artilharia de Costa, apoiada, se possível, pela Artilharia de Campanha, pesada ou leve e, por fim, em caso de desembarque efetuado, a defesa é atribuída, particularmente, às forças terrestres.

Se atentarmos para essas tropas tôdas empenhadas, seremos levados a constatar as variações dos métodos e das organizações, segundo as tendências particulares de cada um dos elementos encarregados da defesa da Costa.

Inevitavelmente as artilharias orgânicas das divisões, quando chamadas a atuar na Costa, tenderão a aplicar os processos de tiro de Campanha, ao mesmo tempo que a Marinha irá se inspirar, naturalmente, nas organizações e métodos de tiro de bordo.

Entre as tropas executantes surgirão, além de métodos diferentes, uma terminologia diversa. A regulação do tiro de campanha é a adaptação do de costa. Há necessidade de se padronizar as definições para o artilheiro, tanto de terra, quanto o de costa, antiaéreo e naval, fazendo-se uma ressalva para a terminologia técnica e par-

ticular a cada uma dessas modalidades.

Os processos de tiro de campanha, tanto o Grande T como o pequeno t, já sofreram uma fusão e passaram a ser o chamado Processo Simplificado de Tiro.

Por que?

Unicamente porque, quando foi notada a necessidade do observador avançado, em terra, para regular o tiro que partia das torres dos navios da esquadra, havia necessidade que o artilheiro de campanha falasse na mesma linguagem que o naval.

De modo geral, a tendência, na Marinha, é manifestada pelo uso generalizado da aparelhagem.

Para eles, tudo que possa ser feito por um aparelho mecânico deve ser preferido ao que é feito pelo homem, sujeito a erros e omissões. Então, julgam ser necessário trabalhar até achar o aparelho, ou melhor, até realizar o aparelho correspondente.

Em princípio, é uma tendência feliz e onde a Artilharia de Costa e mesmo de campanha deviam buscar inspiração.

O Artilheiro naval, muito dificilmente, admite o uso de um ábaco ou de um gráfico, e não admite um cálculo, que é para ele um método de "pedaços de papel".

Os exageros de aparelhagem têm para nós um grande e grave inconveniente. É que nos conduzem a instalações para rico e exigem um luxo de material que está fora das possibilidades dos nossos recursos financeiros. Mas, é preciso atentar que a intervenção hu-

mana é sujeita a erros e as máquinas não se enganam. Contudo, é também notório que os métodos e organizações devam ser bastante ágeis e precisos, se se quer realmente obter um tiro eficaz.

2.00 — EXPLICAÇÃO

Esta nota tem por fim revolver o problema: — *Atualização do tiro da Artilharia de Costa*, ou melhor do *Sistema de direção de tiro*; ela nada contém de original, nem mesmo de novidade.

Os artilheiros, também, aqui não encontrarão o que desconheçam. É fruto da leitura e da conversa. É repetir o que já foi dito. É escrever com a pena de outros.

3.00 — CARACTERÍSTICAS DO TIRO DE COSTA

São condições particulares do tiro de Costa:

3.01 — Posições de Baterias fixas

O que permite a inteira organização, desde o tempo de paz, das posições dos canhões, dos sistemas de direção de tiro, das comunicações, da observação, tudo tendo em vista proporcionar ao tiro o seu máximo de eficácia.

Mesmo as baterias móveis de Costa terão suas instalações estudadas e escolhidas "a priori", para permitir uma organização rápida e completa.

É uma característica *pró*; facilita o nosso trabalho.

3.02 — Visibilidade

O objetivo normal, para a Artilharia de Costa, é o navio de superfície. Este objetivo pode tornar-se invisível, aproveitando a noite, nevoeiro ou cortina de fumaça. A Costa, dispondo de meios de iluminação afastada ineficazes em número e em rendimento, pouco poderá conseguir em tais casos, a não ser que faça uso de equipagem de Radar.

Em virtude disto, os alemães, que utilizaram o nevoeiro na célebre passagem do Canal da Mancha pelos navios Gneisenau e

Schanhorst, na 2ª Grande Guerra, empregaram também o bloqueio anti-radar.

3.03 — Grande Mobilidade do Objeto

40 nós ou 20m/s é uma velocidade alcançada por um sem número de navios modernos. Um objetivo marítimo, manobreiro de tal ordem, impõe um número de dificuldades consideráveis ao Artilheiro de Costa.

Estas duas últimas características citadas são *contra*, isto é, dificultam o nosso trabalho.

4.00 — O PROBLEMA DO TIRO NA COSTA

O problema do tiro, em si, compreende duas questões: direção e alcance. Agora, o que se destaca no problema de tiro na Artilharia de Costa é o alcance. Portanto, forçoso é concluir ser o tiro de Costa um problema de Telemetria. O elemento mais importante e o mais variável da alça é a distância. As correções para o momento pouco variam. Então, o problema do tiro ao mar é essencialmente um problema de Telemetria, como dissemos.

Se este problema fôr bem resolvido, o tiro será conduzido sensivelmente às condições de um tiro sobre objetivo fixo.

Em nossos dias, a melhor solução para o caso é a Radiotelemetria, que resolve os principais problemas, até agora insolúveis, do levantamento a grandes distâncias, nos períodos de baixa visibilidade, e à noite.

4.01 — RADAR

A eletricidade, desconhecida pelas pessoas instruídas e estudiosas, constituía, há mais de século, apenas, passatempo para alguns experimentadores, e não ocupava nenhum lugar na indústria. Ainda não se avaliava a grande contribuição que a mesma iria dar ao progresso da civilização. Com o emprego das comunicações elétricas vieram, como consequência, outra série de avanços.

Uma das maiores revelações da 2ª Grande Guerra foi o Radar, que é um aparelho de rádio utilizado para localizar aviões ou navios. O Radar fornece direção, alcance e altura pelo Rádio.

Os fundamentos básicos sobre os quais assenta o seu funcionamento são simples. O princípio sobre o qual opera é muito semelhante ao do som produzido pelos ecos, isto é, a repetição de um som causada pela reflexão de suas ondas.

Uma das primeiras observações da reflexão das ondas de rádio de alta frequência, foi feita nos Estados Unidos, em 1923, pelo Doutor Albert H. Taylor do Laboratório de Pesquisas Navais. Se um aparelho diretor está construído para transmitir e receber som, os princípios de eco e velocidade do som podem ser utilizados para determinar a direção, distância e altura da superfície refletora.

Após diversas observações, em 1936, o Exército dos Estados Unidos empenhou-se no desenvolvimento de um sistema de radar para vigilância de seu litoral.

"A Artilharia de Costa, particularmente, afortunada em ter conseguido o que se acredita ser o melhor radar de direção de tiro produzido na última guerra: O aparelho de radar AN-MPG-1."

4.01.1 — Características

Além de ser extremamente preciso, tem "seus próprios meios de apreender o alvo."

O aparelho AN-MPG-1 tem um grande poder separador, tanto em distância como em azimute.

Possui também um indicador destinado à observação da coluna d'água.

Quanto ao que se refere à precisão, o aparelho nos fornece a distância, para o levantamento, com um erro aproximado de 9 metros; e o azimute com um erro até 0,03°.

Se possuímos operadores razoavelmente treinados, na observação, chegamos a obter precisão de 13,5 m em alcance e 0,06° em direção.

Para nós, tudo que foi dito acima constitui assunto de polígrafos, a nossa solução ainda é a solução ótica.

A Telemetria, que nos fornece coordenadas polares, ou a Telemetria Geodésica (Bistática), que nos permite localizar um ponto por interseção de visadas, estão sujeitas às limitações óticas.

Com baixa visibilidade, não se atira na nossa Costa, em grandes alcances; à noite, atira-se, mas com muitas restrições...

4.02 — Telêmetro

O Telêmetro ainda é um grande recurso para a determinação dos elementos de tiro.

Entretanto, as medidas de distâncias são sujeitas a erros: acidentais e sistemáticos. Os acidentais são variáveis de uma medida para a outra. Os sistemáticos variam segundo uma lei definida.

Os erros, sendo função do telêmetro utilizado e sobretudo do alcance, pode admitir-se que cresçam sensivelmente em razão do quadrado da distância.

As variações acidentais do Telêmetro são extremamente importantes e perturbadoras; de uma medida a outra poderemos passar de erros iguais em valor absoluto, mas de sinais contrários, o que pode produzir perturbações frequentes e bruscas, no tiro.

Vimos quanto os erros acidentais ou flutuantes do Telêmetro prejudicam o tiro, em vista das perturbações bruscas que trazem à alça, sem que se possa supor o sentido e a grandeza, de sorte que eles ajuntam sua dispersão própria à do canhão.

Ora, se a dispersão do canhão cresce sensivelmente com a distância, a do Telêmetro mais ainda.

Resulta que, nos grandes alcances, acima de 15 km, a dispersão total do tiro se torna inadmissível, pelo fato da infidelidade do Telêmetro. Suas indicações falseiam o alcance, dificultando a regulação do tiro.

4.03 — Correções

Para o tiro de Artilharia, considera-se um certo número de causas perturbadoras, que modificam a trajetória normal. São elas de ordem:

4.03.1 — Hidrográficas e Topográficas

A variação da maré influi na determinação do alcance.

A possibilidade de se utilizar instrumentos de precisão e tabelas para determinar os elementos permitem-nos reduzir os efeitos das causas perturbadoras.

4.03.2 — Atmosféricas

Uma, estática, devido a não ter o m3 de ar o peso padrão das tabelas; a outra, dinâmica; o projétil é submetido à ação do vento, que sempre varia em direção e intensidade.

Quanto mais pesado for o ar, maior será a resistência que opõe ao movimento do projétil.

Para os projéteis de grande calibre, lançados com grande velocidade inicial, a variação das condições atmosféricas influi poderosamente no alcance.

4.03.3 — Balísticas

As operações balísticas não apresentam, para a Artilharia de Costa, particularidades bem nítidas; as dificuldades são porque as tabelas de tiro do material da Costa são, em sua maioria, incompletas.

As correções citadas são referentes ao alcance.

Quanto à direção, temos:

- a derivação;
- o vento transversal;
- a rotação da terra;
- o desnivelamento da plataforma.

A rotação da terra influi a partir de 23 km.

O desnivelamento da plataforma se processa por efeito da erosão do solo.

A trajetória do tiro (de uma peça nesta situação) é deslocada para o lado do munhão mais baixo, variando proporcional e diretamente em função do alcance.

Corrigimos a perturbação, colocando o aparelho de pontaria rigidamente na vertical e observando, com muito rigor, as operações de nivelamento da peça (calagem das bolhas).

Em realidade, o desvio é pequeno, mas não deixa de ser mais uma causa de erro.

Executado o levantamento, o nosso alvo "deverá manter, durante o tempo morto mais a duração do trajeto, a lei de movimento que foi estabelecida pela última operação de levantamento (hipótese mais provável).

4.04 — Câmara de Tiro

Um artilheiro de campanha, penetrando pela primeira vez em uma Câmara de Tiro, deverá ficar surpreso com a sua complexa organização e imediatamente perguntará se é indispensável. Perguntará, também, se é prudente fazer depender a conduta do tiro de um pessoal auxiliar tão numeroso, cujo treinamento não poderá ser sempre bem assegurado.

Cremos, contudo, que há um progresso a realizar nesta parte; temos que atualizar o nosso sistema de direção de tiro.

Os calculadores mecânicos constituem um espantalho que serve para afastar todos os indiscretos. Para nós, que somos a maioria, os calculadores mecânicos permanecem em grande parte misteriosos.

Em verdade, parece ser uma tendência exagerada o adotar-se soluções mecânicas sem reparar o preço: mas, forçoso é reconhecer que isto é inevitável, no tiro, contra objetivo muito móvel, se é que se quer obter realmente a eficácia.

Podemos ter instrumentos complexos, contanto que seu manejo seja simples.

A realidade é que somos sempre detidos pelas complicações de mecanismo, alto custo e também

porque um aparelho apresenta vários inconvenientes. É sempre:

- mais difícil de instalar;
- mais sujeito a graves avarias;
- mais difícil de regular.

4.05 — Comunicações

Uma questão particularmente importante no tiro contra alvo móvel é o das comunicações (transmissões). Atualmente, em nossa Artilharia de Costa, emprega-se o telefone, que, até certo ponto, preenche as finalidades.

Melhor seria utilizássemos os "Sistemas Sincro", ou completos sistemas eletromecânicos para amplificar e transmitir precisamente uma posição mecânica de um ponto para outro, por meios elétricos.

Estes sistemas eletromecânicos podem chegar à perfeição de dar movimentos automáticos, para as peças, tanto em direção como em elevação. Para nós, seria possível, no momento, uma solução intermediária, isto é, o processo de seguir ponteiros, que necessita de motores menos potentes para movimentá-los. Ficaria, assim, simplificado e muito menos oneroso o problema elétrico.

Os serventes da peça limitar-se-iam a fazer a coincidência dos ponteiros da peça com ponteiros indicadores dos elementos vindos da Câmara de Tiro.

As comunicações (transmissões) fazem objeto de uma instrução particular, mas esta deve ser intimamente ligada à instrução sobre o tiro e não tender a ficar muito especializada.

Ela tem que ser tratada com grande cuidado, pois o funcionamento de uma rede telefônica é de uma importância capital para a Artilharia e principalmente à de Costa, porque, sem telefone, sem disciplina de conversação, não há tiro dirigido e muito menos ajustado.

4.06 — Observação

É precária a observação que utiliza meios óticos. Então, em se tratando de observação axial do alcance, temos uma causa segura,

para, na maioria das vezes, não termos nosso tiro regulado e não mantermos o contato com o alvo.

Um ponto de queda Curto, na realidade, observado Longo, é um verdadeiro desastre para adaptação. É o mal do PO de cota baixa, de algumas de nossas fortificações. Entretanto, com a utilização do radar, poderemos conseguir grande precisão na observação do tiro.

4.07 — Realização de Tiros

A realização de tiros é "ao mesmo tempo a consagração e o complemento de toda a instrução de Artilharia". Na parte execução dos tiros é o coroamento de tudo o que, durante o ano, pôde aprender-se fora do campo de tiro, e são um complemento para tudo o que comporta a observação do impacto. É com a realização de tiros que se coordena. *Linha de fogo — Direção de tiro — Comunicações.*

5.00 — CONCLUSÃO

A evolução da Artilharia tem, neste século, dois grandes marcos, um em cada uma das duas Grandes Guerras Mundiais. Na primeira, a transmissão automática de dados e o aproveitamento dos calculadores mecânicos; na segunda, o emprêgo da Radiotelemetria.

Fica assim o problema da realização de tiros contra alvos móveis imensamente facilitado e preciso.

O Radar nos fornece os elementos de tiro; os calculadores mecânicos, para não falar em eletrônicos, nos fornecem os dados atualizados e corrigidos para as peças; a transmissão automática nos dá rapidez e precisão.

O desenvolvimento foi grande, na 2ª Grande Guerra, e isto foi evidenciado ao largo da Escócia, na saída para o Atlântico, pelo afundamento do "Hood" pelo "Bismark", com a obtenção da distância pelo Radar, antes que o "Hood" pudesse atrair a sua segunda salva.

É verdade que o progresso nesta parte é imensamente dispendioso, mas é-nos lícito dizer necessário...

Devemos, no mínimo, procurar soluções intermédias, isto é, termos equipagem de Radar em um ou dois pontos de nossa imensa fronteira marítima, possuímos calculadores mecânicos para as pe-

ças, usarmos o método de seguir ponteiros para a transmissão de dados, enfim, dotarmos de equipagens mais atualizadas a Artilharia de Costa, guardiã de nossa faixa litorânea.





CURSO DE INICIAÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

Professor AMARAL FONTOURA

5ª AULA

MÉTODOS DO SERVIÇO SOCIAL

1) O SERVIÇO SOCIAL DO CASO INDIVIDUAL

1) CONCEITO DO MÉTODO

Método, como todos sabem, é o conjunto de processos seguidos por determinada ciência. Goblot, em seu clássico "Traité de Logique" diz: "Um método é a maneira racional de conduzir o pensamento para chegar a um resultado determinado e notadamente para descobrir a verdade". Resumidamente podemos dizer que método é o caminho para chegar da melhor maneira a um objetivo qualquer.

O método é um dos caracteres marcantes da ciência e da técnica, isto é, um conjunto de conhecimentos quaisquer só começa a ser ciência ou técnica quando se apresenta com um método. Ciência e Técnica são, fundamentalmente,

métodos de trabalho, métodos de abordarmos os fenômenos.

2) OS VÁRIOS MÉTODOS USADOS EM SERVIÇO SOCIAL

Mostramos em aulas anteriores as diferenças existentes entre Beneficência ("caridade", esmola, auxílio de qualquer maneira), Assistência Social (socorro estático, procura dar remédios a males existentes), e, finalmente, Serviço Social (atitude dinâmica, estado de espírito construtivo, procura evitar que os males surjam).

Dissemos que tanto a Beneficência quanto a Assistência são de caráter empírico, enquanto o Serviço Social é de caráter científico e técnico. Por ser científico e técnico, o Serviço Social possui métodos próprios.

Podemos cuidar de reajustar os indivíduos desajustados (os indivíduos sofredores, *in trouble*, como dizem os americanos) através de três diferentes formas: ou cuidando do próprio indivíduo ou cuidando de grupos de indivíduos ou cuidando da comunidade na qual os indivíduos vivem. Dai os três métodos fundamentais em Serviço Social, chamados respectivamente: I) Serviço Social de Caso Individual; II) Serviço Social de Grupo e III) Serviço Social da Comunidade.

A esses três métodos considerados "clássicos" já se acrescenta modernamente um quarto, o "método de Ação Social", o qual aliás ainda não é aceito pelos "tradicionalistas" de Serviço Social.

3) O SERVIÇO SOCIAL NO CASO INDIVIDUAL

Por ser muito novo, pois o Serviço Social se desenvolveu a partir dos fins do Século XIX e início do Século XX, não possui ele até hoje uma terminologia cristalizada. O primeiro dos métodos se chama "Serviço Social do Caso Individual", ou de "Casos Individuais" ou "dos Casos Individuais". E muitos assistentes sociais ficam em longas discussões a respeito. Julgamos mais exata a expressão "do caso individual". Nos Estados Unidos o nome desse primeiro método é *Social Case Work* (trabalho de caso social). Por influência norte-americana, alguns assistentes sociais entre nós começam a dominar esse método de "Serviço Social dos Casos Sociais".

A primeira definição formulada sobre ele é de autoria de Mary Richmond, que, como já dissemos, é uma das grandes pioneiras do Serviço Social: — "*Social Case Work* consiste naqueles processos de desenvolvimento da personalidade mediante ajustamentos conscientemente efetuados, de indivíduo a indivíduo, entre o homem e o seu ambiente social". (Esta definição foi formulada em 1917).

René Sand, tratadista francês moderno, diz: "é o Serviço que se dedica a ajudar uma a uma

cada família, cada pessoa cujas necessidades materiais ou espirituais não estão satisfeitas".

Helen Witmer diz que o característico deste método é que suas atividades se realizam *person-to-person* e *person-to-person* e *person-by-person*, isto é, de pessoa a pessoa e de pessoa por pessoa, uma a uma.

De tudo isto o que é preciso reter é que o Serviço Social do Caso Individual é o tratamento dos casos de desajustamento um a um, em que cada indivíduo é considerado um caso particular.

Sendo seu objetivo cuidar de cada pessoa desajustada, esse método se baseia principalmente na Psicologia, na Psicanálise e na Psiquiatria, ciências que estudam o indivíduo do ponto de vista mental. Mas exige também do assistente social profunda experiência dos problemas sociais, econômicos e políticos da comunidade.

4) SEUS PRINCÍPIOS BÁSICOS

O Serviço Social do Caso Individual está subordinado a quatro princípios básicos:

a) *Todo caso é um complexo individual-social* — Qualquer desajustamento tem sempre causas que residem no próprio desajustado e causas originárias do meio social. As causas do desajustamento podem estar preponderantemente situadas do lado social (desequilíbrio econômico, insuficiência de salário, perda de emprego, desajustamento na profissão escolhida) ou podem ser principalmente do lado individual (fraqueza orgânica, moléstia, deficiência mental, desarmonia doméstica, neuroses), mas, de qualquer maneira, um aspecto se reflete sempre sobre o outro.

Em outras palavras: em todo caso de desajustamento há sempre a considerar o duplo aspecto da *personalidade* e da *situação*; ou, se quisermos, de uma *personalidade* numa situação. É sempre a equação *indivíduo x meio*.

Muitas e muitas vezes o desajustamento é proveniente de um conflito entre o indivíduo e o

meio: entre o que ele deseja ser e o que ele é; o indivíduo se sente injustiçado, roubado nos seus direitos na sociedade. Daí surgem revoltas íntimas, *neuroses de frustração* e também, não raro, revoltas sociais.

As vezes a causa maior do desajustamento está do lado individual: o indivíduo não tem capacidade para exercer determinada atividade e também não tem senso de *autocrítica*, para perceber que não pode exercê-la. E atribui sempre a causa de seus erros e fracassos "aos outros", à sociedade.

b) *Situação do indivíduo na família* — A importância da vida de família é enorme no psiquismo do indivíduo. Inúmeras vezes os desvios de conduta do indivíduo adulto têm causa em situações de sua infância, na educação que lhes deram os pais. Outras tantas vezes o indivíduo é chefe de família e o seu desajustamento provém de excesso de responsabilidade no lar ou de incompreensão por parte dos parentes ou de falta de carinho e harmonia entre os seus membros ou de dificuldades econômicas para prover o lar.

A importância da vida de família é tão grande que a Psicologia moderna criou a expressão *constelação familiar* para mostrar o quanto cada membro da família está ligado ao meio familiar.

O Serviço Social do Caso Individual, pois, assim que se defronta com um caso de desajustamento, procura estudar detidamente a situação da família, denominada "história familiar" ou "história social".

c) *Respeito à personalidade do assistente* — O terceiro princípio básico do SSCI é o respeito à personalidade do cliente. Já vimos em aulas anteriores que é da própria essência do Serviço Social (e nisso ele se diferencia da Beneficência e da Assistência) não dar *cousas*, não dar dinheiro, não dar comida nem vidros de remédio, como quem dá esmolas. Ao contrário, o objetivo do Serviço Social é colocar o indivíduo em posição tal que não precise receber

como esmola um prato de comida ou um remédio. Isso significa que o objetivo do Serviço Social é *levantar a personalidade do assistido*.

Por essa razão, cabe ao assistente social respeitar a personalidade do seu cliente, permitir que o assistente seja "ele mesmo", tome suas próprias decisões, tome parte na assistência a si mesmo. A esse princípio é que se chama *self-help* (auto-auxílio): o indivíduo deve ajudar-se a si mesmo.

Algumas autoridades americanas o acham tão fundamental que chegam a definir o Serviço Social assim: — é a tarefa de auxiliar os indivíduos a se auxiliarem.

Dentro desse princípio, verificamos que o excesso de controle do assistente sobre o assistido é uma atitude totalitária, que deve ser absolutamente banida do tratamento dos casos individuais, pois gera a submissão e a passividade do cliente, a atitude de "ficar esperando". Pois se a finalidade do Serviço Social é "desenvolver a personalidade do indivíduo", como vamos atingi-la através da asfixia dessa mesma personalidade?

d) *A influência pessoal do assistente* — Como se deduz do que dissemos acima, as relações estabelecidas entre o assistente e o assistido representam um papel decisivo no *case-work*. Pouco ou nada se conseguirá, se não se estabelecer uma profunda corrente de *solidariedade* e *simpatia* entre ambos. Sem ganhar a confiança do assistido e de sua família, o assistente não conseguirá arrancar-lhes suas confidências. Por isso é muito espalhado nos Estados Unidos o "slogan" que o Serviço Social deve seguir, nas suas relações com o indivíduo desajustado: — "Not alms but a friend" (não esmolas, mas um amigo).

Em segundo lugar, o assistente social deve ter sempre em mira que o seu comportamento, as suas atitudes já serão um estímulo e um exemplo para o seu assistido. Um médico bem disposto, alegre e de bom humor já é meio caminho na cura do doente, pela

força da sugestão que exerce: o mesmo se dá com o assistente social. É imprescindível, portanto, que o assistente social seja uma pessoa simpática, afável, compreensiva e paciente. Que não seja reservado nem derramado. Numa palavra: que tenha uma verdadeira atitude de *solidariedade humana*, no desempenho de sua rotina diária de trabalho. E para isso, é indispensável que o assistente conheça profundamente o meio em que vai trabalhar, os costumes, os hábitos, as relações sociais, bem como a *mentalidade* daquele grupo social.

5) A TÉCNICA DO TRATAMENTO DOS CASOS INDIVIDUAIS

O tratamento do caso individual, ou seja, o processo de ação do SSCI compreende três fases: I) o estudo ou investigação social; II) a interpretação ou diagnóstico social; III) o tratamento ou terapêutica social.

I) *Investigação social* — É também chamada "o estudo do caso".

Esse estudo tem início quando um indivíduo qualquer se apresenta perante o Serviço Social, ou melhor, perante o plantão do Serviço Social e requer o auxílio do mesmo para o seu caso. O assistente social de plantão toma, então, a entrevista inicial ou entrevista de triagem. O futuro cliente "conta o seu caso". Posteriormente o assistido será procurado em seu domicílio pelo assistente social que for encarregado desse caso e será feita, então, a investigação social, através de tantas entrevistas quantas forem necessárias para se enquadrar exatamente o caso. Con-

forme dissemos, é dada grande importância à *história social* do cliente, sua vida de família, suas relações no trabalho, sua vida passada, etc.

II) *Diagnóstico social* — É a segunda fase do processo. Consiste em tirar inferências e conclusões a respeito do caso, diante da ficha já elaborada, contendo a história do caso. O assistente verifica quais são os males de que sofre o assistido, quais são as causas do seu desajustamento e o que pode fazer o Serviço Social para reajustá-lo. O diagnóstico social é um *retrato da situação* e a proposição das soluções cabíveis no caso.

III) *Terapêutica social* — É o tratamento propriamente dito.

Consiste em dar ao assistido as soluções que melhor convenham para o seu caso. O assistente, nesta terceira fase, tem que tornar o cliente um ser independente e capaz. Não só lhe apresentando os remédios para o caso, como insistindo para que o cliente os use. O assistente tem que cultivar a capacidade do cliente para a auto-direção e para uma nova adaptação à vida social. Fazer renascer nele a alegria de viver, o desejo de lutar pela vida. A terapêutica social tem, assim, um sentido *re-educativo*. O reajustamento é uma reeducação do indivíduo para a vida. A terapêutica inclui sempre um *tratamento direto* (ação do assistente sobre o assistido) e um *tratamento indireto* (ação do assistente sobre o meio social) também oferece uma atitude mais simpática para com o assistido.

(*Continua*)

*** IACTA**, UMA TRADIÇÃO DE QUALIDADE

A PREPARAÇÃO INTELECTUAL DO OFICIAL

Col. ALUIZIO DE MIRANDA MENDES

VI) METODO GERAL

A Classificação dos Conhecimentos

Chegamos ao ponto crucial da autocultura. Em chegando aqui, conviria que relêsemos, cuidadosamente, tudo o que foi dito anteriormente, antes de prosseguir.

Feito isto, verificamos que, em virtude da divisão geral do trabalho na sociedade, há nesta somente grupos profissionais: carpinteiros e marceneiros, médicos, enfermeiros e farmacêuticos, engenheiros de toda espécie e operários, mecânicos, eletricitistas, etc. Cada grupo é o colaborador de uma obra imensa, que é a sociedade e, para nela cooperar eficazmente, é de mister certa superioridade intelectual, sem o que esta colaboração ou será apenas simbólica ou então muito prejudicial.

Em geral, não somos, vocacionalmente falando, muito profissionais por gosto e aptidão e nos esmorecemos facilmente diante das primeiras dificuldades que encontramos, ou dos primeiros insucessos acontecidos, mercê de nossa ignorância em aprender; sobretudo, em virtude de não sabermos estudar, dando ao estudo a necessária profundidade e a desejada continuidade. Tão logo recebemos a nossa carta de alforria profissional, julgamo-nos donos dos segredos dos deuses, senhores de todos os conhecimentos e, ato contínuo, damos as costas aos estudos e a todo aprendizado que nos possa advir.

Entretanto, verificamos — consoante dissemos anteriormente — que, para bem aprender, é necessário certo tirocinio e tempo, método, e certa dedicação aos estudos,

porque a instrução recebida na formação profissional deu-nos apenas uma aptidão geral e nada mais. No entanto, o amor aos estudos e a verdade é que devem ser os nossos grandes motivadores, bem como certa filosofia da felicidade, que ressaltamos no seu devido lugar.

Com efeito, o ponto de partida do conhecimento e da prática da vida é o amor e a verdade, que é o que buscamos, só se chega a quem a ama. A unidade da vida provém incontestavelmente, do amor, por isso que somos tudo a mesma coisa. Tirando o espírito do homem, o que lhe resta é terra e nada mais e, por causa disto, muita coisa nos é defeso saber, uma vez que nossa ignorância radica-se no fato de sermos, nós mesmos, parte integrante do universo, que intentamos analisar. Em vista disso, damos-nos conta, com certa desolação, de que sabemos muito pouco por desconhecermos totalmente a natureza real das coisas. Mau grado isto, podemos averiguar muitas delas, que acontecem no universo. Por exemplo, podemos descobrir a lei da gravidade, sem fazer a menor idéia do que seja gravidade, ou estudar os raios solares sem saber qual seja a natureza intrínseca da luz. Graças, porém, ao amor, aproximamo-nos das coisas mesmo longínquas e ignoradas e lhes deciframos alguns dos seus mistérios.

A virtude é, pois, indispensável a quem estuda, bem como certos outros amigos do saber, para não estrargarmos as nossas faculdades reais, querendo adquirir faculdades ilusórias. O certo é irmos ao mar, partindo dos afluentes. Isto significa também que pensar é criar noções complexas por meio de noções

simples, conhecidas pelas sensações recebidas. E estas só poderão ser recebidas pelo corpo, que é o instrumento da alma. Daí só poderemos pensar com todo o corpo e toda a alma.

Como ninguém pode descrever do corpo, intentamos provar a existência da alma, que é o instrumento essencial do pensamento, do julgamento e do discernimento.

Mostramos em seguida que o objetivo da preparação intelectual é a aquisição de poder por intermédio do saber, de acordo com a alta concepção de que devemos aumentar a nossa própria vida, tendendo cada vez mais para algo de maior, a fim de aumentar o nosso próprio domínio, nosso patrimônio de riquezas, de influências, de forças e de duração. Provamos a influência decisiva que exerce a ciência no potencial de guerra, a fim de fortalecer o poder combativo dos povos. Chegamos, finalmente, à demonstração de que, na ciência do aprendizado, o essencial são a vontade, a ordem e o tempo para se poder fazer o estudo metódico da ciência comparada.

Para se adquirir esta ciência e compreendê-la, é de mister, já o dissemos, certo método. Suas noções gerais já as preconizamos nos estudos anteriores; entretanto, cabe-nos agora particularizá-lo, seguindo, para isto, a orientação de Jugot e Noguin, que julgamos muito boa.

Dissemos também, e cabe lembrar, que a ciência forma corpo ou sistema, isto é, tende a constituir uma verdadeira unidade. A história das ciências mostra, com efeito, que todas elas se coordenam espontaneamente a tal ponto que, uma verdade que hoje despontar pode ficar momentaneamente isolada, porque suas vizinhas não foram ainda descobertas. Mas, isto não significa que se possa um dia reduzir todas as leis científicas a uma só ou a um único princípio. Porém, quer dizer, sobretudo, que toda classificação das ciências, que se fundar na consideração de seus métodos e na de seus objetos, só pode ser encarada como provisória.

Destarte, no concernente ao método distinguiremos:

1º) as *ciências dedutivas*, tais como as matemáticas;

2º) as *ciências experimentais*, tais como a física e a química;

3º) as *ciências morais*, tais como a psicologia e a sociologia.

Não resta dúvida que esta classificação tem todo fundamento, entretanto:

a) as próprias matemáticas foram, na origem, experimentais ou mesmo empíricas;

b) as ciências, como por exemplo, a física e a química, tendem a se tornar cada vez mais racionais, matemáticas e dedutivas;

c) e as ciências morais vão tomando pouco a pouco a forma experimental.

Quanto ao objeto, sabemos, hoje, que a divisão da física, por exemplo, em ótica, acústica, etc. não é suficiente, porque corresponde apenas às deficiências de nossos sentidos. De fato, são os sentidos que criam os fenômenos, onde, na realidade, só há continuidade e ligação. Conhecidas são as nossas deficiências, por isso que somente ouvimos, dentro de certos limites, como somente vemos dentro de outros. A psico-fisiologia mostra-nos que um mesmo agente físico, tal como por exemplo, uma corrente elétrica, produz impressões diversas, consoante aja sobre o nervo ótico, o nervo acústico, etc. As leis do movimento periódico são absolutamente as mesmas na acústica e na ótica; as oscilações elétricas são também idênticas às oscilações luminosas ou, pelo menos, se apresentam como tal.

O que é ainda surpreendente é que, entre as diferentes ciências, se revelaram afinidades que nunca dantes poderiam ter sido suspeitadas. Está na ordem do dia a história dos átomos, para nos deslumbrar com seus feitiços. A vista ou ao tato, a matéria parece compacta ou continua; nossa mesa de trabalho, como a cadeira que nos assentamos, apresentam aos nossos sentidos a aparência duma superfície ininterrupta. E nosso pensamento se acomoda com tal aparência, muito embora seja ela apenas

ilusão dos sentidos, tão semelhante quanto a que nos faz dizer, quando vemos, às 19,00 h, a lua cheia na borda do horizonte: "Que lua imensa!...", em comparação com a mesma lua quando a vemos horas depois, no alto do céu, que nos parece muito menor. Sem embargo, por essa razão, obriga-nos a ciência a mudar nosso ponto de vista com respeito à nossa crença de matéria compacta ou sólida, quando esta, na verdade, se assemelha a uma esponja. E tudo o que existe se reduz, em última análise, a um átomo de hidrogênio...

Tudo isto nos sugere a idéia de que a diversidade das ciências é, dentro de certos limites, apenas convencional e somente exprime os diversos pontos de vista donde podemos estudar os fenômenos do universo.

Se não desprazarmos nenhuma destas considerações, poderemos conceber a ciência como uma grande árvore, composta de três grandes galhos ou ramos principais:

- 1º) o das ciências matemáticas, que vai da aritmética à astronomia;
- 2º) o das ciências experimentais, que abrange a análise, a geometria, a geometria analítica, a física matemática, a física, a química, a química física, a química biológica, a fisiologia, a morfologia, a morfologia dinâmica, a psico-fisiologia, a psicologia, sociologia, a psicologia social;
- 3º) e, finalmente, o das ciências morais.

Sirva-ous esta classificação apenas para fazermos a idéia de que há conhecimentos que são puramente dedutivos, outros experimentais e outros, enfim, que se nos apresentam com caráter nitidamente abstrato.

Muitas outras classificações poderiam ser arquitetadas consoante o critério escolhido. Assim, intentaremos um que, este, merece meditado, para o fim especial do estudo comparado da ciência.

É óbvio que tudo o que existe neste mundo, seja um simples infusório ou o Himalaia, tem uma origem ou uma causa, possui com-

posição ou dados, manifesta-se, adapta-se ou tem certas propriedades características, evolve ou incide dentro de leis e tem um fim, uma finalidade qualquer ou determinado objetivo. E, pois, dentro deste critério que devemos estudar tudo o que existe ou tudo o que se chocar com os nossos sentidos. Daí surgir um método muito objetivo de se analisar todos os fenômenos como o de narrá-los ou exprimi-los, se assim formos obrigados, seguindo um encadeamento lógico e fácil.

A Aplicação do Método

Vejamos, então, como o aplicar. Suponhamos que se trata de estudar um objeto material qualquer, uma arte (inclusive a própria arte da guerra), uma ciência, etc., sobre que desejamos, ao mesmo tempo, adquirir noções precisas e extensas; utilizaremos com todo proveito, em seu estudo, as cinco séries de pontos de vista seguintes:

- 1º) A origem, a anterioridade ou a causalidade;
- 2º) A composição, os componentes ou dados;
- 3º) As manifestações, as adaptações e as propriedades;
- 4º) As leis ou evoluções;
- 5º) A finalidade ou objetivo.

O exame destes pontos mostra, desde logo, a técnica de seu emprego. Dêsse modo se procurará, para cada coisa ou assunto, a sua origem, anterioridade ou causalidade, conforme o caso. Proceder-se-á igualmente com os quatro pontos seguintes, uma vez que nem tudo pode possuir, simultaneamente, origem e causa, com posição ou dados, manifestações ou propriedades, etc.

Suponhamos que queiramos estudar a gravidade à luz dos cinco pontos de vista anteriores. É claro que não poderemos saber a origem da gravidade nem sua natureza íntima senão por conjectura. Podemos, entretanto, procurar sua causa, ou mesmo que seja, sua simples causa aparente. Esta será, fatalmente, uma causa física, cujo estudo deverá apoiar-se na observação e na experiência. E isto nos é

inculcado, porque dentro da classificação dos conhecimentos científicos, anteriormente exposta, o único que se coaduna com a queda dos corpos é o da física pura. Porém, esta observação tem de ser preparada por meio dos estudos e das soluções anteriores. Em vista disso, ao examinarmos a queda dos corpos, vemos que todos executam um movimento, cujas leis a mecânica nos ensina. Se nenhuma causa anterior o perturbar, este movimento será necessariamente uniforme e retilíneo. Como nenhum movimento pode realizar-se sem que haja uma força que o determine, concluiremos, desde logo, que a causa do fenômeno, chamado *gravidade*, é uma força misteriosa e absolutamente geral, que se exerce sobre todas as coisas, que se encontram na superfície da Terra ou nas proximidades imediatas.

Quais serão os dados ou componentes desta força? Se do cimo de uma torre muito alta deixarmos cair vários corpos, inclusive uma bola de aço e uma pluma de algodão, verificaremos, de início, que nem todos caem com a mesma velocidade. Se repetirmos, porém, esta experiência no vácuo, notaremos exatamente o contrário, sendo rigorosamente retilíneo o movimento executado. Então os primeiros dados que influem na queda dos corpos são a resistência do ar e o movimento retilíneo que, por ora, ainda não sabemos se é só uniforme, ou se é acelerado ou retardado.

Medemos agora a velocidade de queda com a mesma exatidão com que o fez Atwood, em 1784. Observaremos que uma pedra que caia duma torre muito alta, chega ao solo, após 5 segundos, com a velocidade de 178 km por hora! Notaremos então, se fizermos medidas exatas, que ela — depois do primeiro segundo de queda — percorre cerca de 4,90 m e atinge a velocidade de 9,80 m por segundo. Atinge esta velocidade 19,60 m no segundo seguinte, quando o corpo percorre um espaço correspondente a ... 19,60 m. No terceiro segundo já o corpo percorreu 44,10 m, atingindo a velocidade de 29,40 m. No quarto

segundo, o espaço percorrido é de 78,40 m e a velocidade é de 39,20 m. No quinto o espaço percorrido é de 122,50 m e a velocidade de 49 m. Após 10 segundos de queda livre, o corpo percorreria 490 m e atingiria a velocidade 107,80 m por segundo, o que corresponde a 388 km por hora! Estes fatos nos mostram que a velocidade de queda se acelera após cada segundo, sendo esta aceleração, em média, de 9,80 m por segundo, no caso citado.

E por que tudo isto? Eis uma pergunta de todo cabível. Só pode ser porque esta força, que chamaremos de atração ou gravidade da Terra, sempre ávara em se conservar, não cessará de exercer sua atuação. Persistindo a causa durante todo o tempo de queda livre, haverá uma infinidade de velocidades que se ajuntarão. Surgem então novos dados: Primeiro, a aceleração que faz com que o movimento seja uniformemente acelerado; segundo, a direção, que é a do fio de prumo, isto é, sempre normal à superfície das águas tranquilas.

A medição exata desta aceleração, em diferentes lugares da Terra, mostra que ela não é sempre idêntica a 9,80 m por segundo. Varia com os diversos lugares. Na latitude 0° (Equador) seu valor é de 9,7803, na latitude de 45° é de ... 9,8063 e na latitude de 90° (Polo) é de 9,8323 que nos prova também que os corpos de massas iguais não pesam igualmente nos diferentes lugares da Terra. Assim, um indivíduo que pese 60 kg, no Rio de Janeiro, terá uma sobrecarga de 150 gramas nos Polos. Cálculos elementares mostram que esta variação é devida ao achatamento da Terra e à força centrífuga, ocasionada pela rotação terrestre, a ponto de — se a Terra girar 17 vezes mais rápida do que atualmente — os corpos no Equador não teriam peso nenhum.

Vejamos agora as manifestações, as adaptações ou propriedades da gravidade. Semelhante estudo nos levaria muito longe, pois teríamos que examinar os movimentos oscilatórios (pêndulo) e a gravitação universal. Mas, dentro de suas ma-

nifestações elementares, as principais são estas duas noções: a do peso e a da massa dos corpos. Só podem ter peso os corpos que estão na superfície da Terra, porém, a própria Terra e os outros astros têm massa.

Examinemos rapidamente o mesmo problema sob o ângulo das leis e evolução. Duas se destacam, à simples vista:

1ª) A lei dos espaços: Os espaços percorridos são proporcionais ao quadrado dos tempos;

2ª) A lei das velocidades: As velocidades adquiridas são proporcionais ao tempo.

Todos os estudos mecânicos relativos a centro de gravidade e equilíbrio dos corpos têm fundamento nas considerações precedentes. A própria balística aproveitou-se de todos estes conhecimentos para analisar o movimento dos projéteis no vácuo. Eis aí algumas das finalidades do estudo da gravidade, às quais acrescentaremos as noções de peso absoluto, peso relativo e peso específico. Graças a todas estas considerações, foi possível, com relativa facilidade, determinar-se a massa da Terra, hoje calculada em cerca de 6 setilhões de toneladas.

A fim de ilustrar o método preconizado, vejamos ainda dois outros exemplos, embora só esquematizados.

Suponhamos que estamos procurando conhecer um certo mineral, acerca do qual buscamos algumas indicações. Apliquemos os cinco pontos acima mencionados:

1ª) A Origem: Donde se extrai esse mineral e por que procedimento?

2ª) A Constituição: Qual é sua composição química?

3ª) As Propriedades e adaptações: Que propriedades possui ele, que nos possa interessar e que utilizações pode receber?

4ª) Leis e Evolução: Que transformações sucessivas sofre ele desde o estado nativo até suas diversas utilizações? Como se comportará sob a ação de agentes caloríficos, químicos, elétricos, etc.?

5ª) Finalidades: Qual o seu

desgaste, desagregação, destino e valor último?

Finalmente, outro exemplo completará esta ilustração. Suponhamos que, por qualquer razão, queremos adquirir certa erudição mais ou menos extensa acerca da música. Sigamos o mesmo método e vejamos como aplicá-lo:

1ª) Origem, anterioridade, causalidade: Como nasceu a música, como procede ela da sensibilidade e qual o seu aspecto primitivo?

2ª) Constituição, componentes, dados: O que é gama, solfejo e instrumentação; que grupos de instrumentos compõem os diversos conjuntos, desde os duos até as orquestras sinfônicas?

3ª) Manifestações, adaptações, propriedades: Quais as diversas formas de produção musical: os organismos de execução e os de ensino?

4ª) Leis e evolução: Quais as diversas escolas musicais e seus maestros ou mestres, desde sua origem até hoje; o que é harmonia e quais são as leis da acústica?

5ª) Finalidade: Os diversos objetivos alcançados pela impressão musical, suas repercussões sobre a emotividade e sobre a inteligência; qual o seu papel social?

Vêde que estes poucos exemplos dão-nos o ensejo de examinar qualquer assunto em todas suas minúcias e formar uma noção completa a respeito de cada um deles. Poderíamos multiplicá-los ao infinito. Tomamos um fenómeno científico, um objeto material e uma arte e verificamos que, assim analisados, penetramos nos pontos essenciais, no fundo de cada coisa, sem nada omitir e sem nos perdermos nas minúcias. É um bloco sólido de conhecimentos que adquirimos, uma vez por todas e sempre que quisermos reproduzir o assunto assim estudado, vem-nos naturalmente, sem esforço, em ordem e com lógica.

É evidente que não poderemos perquirir a origem, a composição, as propriedades, a evolução e a finalidade das coisas e dos fenómenos se não soubermos observar, quer dizer, ver e ouvir, senti-los, em suma, em nossa própria alma e no

nosso próprio corpo. Todavia, esta observação e sentimento têm de ser preparados pelos conhecimentos anteriores, porque há sempre necessidade de o espírito estar nesta perpétua disposição de refletir, numa constante disposição de observar aquilo que busca. Para isto, instamos ainda, de posse deste método, antes de abordar qualquer matéria ou assunto que nos desperte interesses em aprendê-lo, fazer mentalmente as quatro perguntas seguintes:

1º) Li ou ouvi, por acaso, acerca desse tema, alguma concepção ou informação análoga?

2º) Alguma concepção ou informação diferente?

3º) Alguma informação ou concepção idêntica?

4º) Alguma informação ou concepção contrária?

Combinai este processo com o método geral precedentemente exposto e vereis que frutos ides colher. Aplicai-o inflexivelmente em tudo que fizerdes, incluso no estudo de qualquer processo administrativo que transitar por vossas mãos, cósio de que a verdade é a suprema virtude do homem de bem: evitai assim a balxeza da injustiça e a indignidade de cometerdes a falsidade e a negligência.

Análogas ou diferentes, idênticas ou contrárias, estas palavras nos suscitarão quase sempre a lembrança de reflexões longínquas e, inclusive, pontos de vista inteiramente espontâneos a respeito das coisas que examinamos. Porque não basta saber; é de mister também poder expor com originalidade e graça a fim de despertar a atenção dos que nos lêem ou nos ouvem.

Mas, para adquirir a preparação dos estudos e soluções posteriores é de mister encarar o mundo em que vivemos dentro dum critério geral. Notaremos, com efeito, que só há três aspectos pelos quais poderemos examiná-lo. O primeiro é

o aspecto *inorgânico*, que inclui apenas os fenômenos que chamamos inanimados ou sem vida; o segundo, é o *orgânico*, que inclui os organismos vivos e, finalmente, o terceiro é o *super-orgânico* que trata das relações entre os organismos.

Sob o aspecto inorgânico poderemos analisar, de um lado, o globo terrestre e, de outro, o resto do universo; no aspecto orgânico, estudaremos o fundamental que é a personalidade humana e, por fim, sob o aspecto super-orgânico estudaremos a coletividade humana e suas relações mútuas. Não se pode passar por saltos de um aspecto ao seguinte. Como bem disse L. A. White, cada aspecto superior, ao mesmo tempo que inclui os fenômenos do inferior, acrescenta algo próprio, que se não poderia compreender unicamente com as condições do inferior. Assim, o assunto de que trata a ciência pode ser exposto de acordo com uma ordem lógica, desde o inorgânico, passando pelo orgânico até chegar ao super-orgânico, uma vez que o conhecimento, em cada plano mais elevado, depende, de certo modo, do conhecimento do plano inferior. Destarte, o campo da ciência se estende por gradações infinitesimais desde a matéria inanimada, num dos seus extremos, e seguida por todas as entidades orgânicas e vivas (inclusive animais e plantas) até os fenômenos super-orgânicos, tais como a sociedade e as culturas, no extremo oposto.

Todavia, para se tirar proveito do conjunto dos conhecimentos humanos, que aprendemos, é preciso saber reter na memória o que se aprendeu, classificando-os como se ela fosse verdadeira biblioteca. A tarefa não é árdua como parece. Basta um pouco de *método*. Do exposto poderemos considerar, antes de tudo, que a ciência, em geral, tem como objeto principal quatro pontos de vista bem distintos:

- | | |
|------------------------------|--------------------------------|
| a) No aspecto orgânico | — 1º) A individualidade humana |
| b) No aspecto super-orgânico | — 2º) A coletividade humana |
| c) No aspecto inorgânico | { 3º) O Globo terrestre |
| | { 4º) O Universo |

Nada existe, neste mundo, que não possa ser incluído dentro destes quatro pontos de vista. Se, para cada uma dessas grandes secções do saber humano, aplicarmos os cinco pontos do método prece-

dente, obteremos uma classificação geral dos conhecimentos que constituirá uma excelente base para nossos estudos ulteriores.

Eis aqui reunida a classificação completa:

CHAVE	<i>Individualidade animal</i>	<i>Coletividade humana</i>
<i>Origem</i>	Antropologia Embriologia	Androgenia Arqueologia Etnografia
<i>Constituição ou dados</i>	Biologia Anatomia Histologia	Sociologia Economia Direito
<i>Manifestações ou propriedades</i>	Fisiologia Psicologia Patologia Filologia Filosofia	Cívismo. Sociabilidade Agricultura. Comércio Indústria. Ofícios Arte. Guerra História Universal
<i>Leis e evolução</i>	Moral Educação Cultura Física	História Mundial Doutrinas políticas e sociais
<i>Finalidade</i>	Metafísica Metapsiquia Teologia Doutrinas filosóficas, esotéricas e religiosas	

CHAVE	Globo terrestre	Universo
Origem	Cosmografia Paleografia Paleontologia	Cosmogonia Teodiceia Teogonia
Constituição ou dados	Geologia Geografia Topografia Física Química	Astronomia Cosmologia
Manifestações ou propriedades	Mineralogia Botânica Zoologia	Matemáticas
Letra ou evolução	Metafísica Geral	
Finalidade	(Tempo — Espaço — Movimento — Energia)	

De posse dessa nova classificação, tomemos, como exemplo, o globo terrestre. Consideremo-lo sucessivamente segundo os nossos cinco pontos-chaves. Imediatamente saberemos a que género de livros convém referir-nos para nos instruírmos acerca de cada aspecto da questão. A idêia de origem se associa forçosamente à cosmografia e paleontologia. De igual modo a constituição evoca a geologia, geografia, física e química. As manifestações conduzem-nos à mineralogia, botânica e zoologia. A evolução sugere a metafísica geral. A finalidade nos leva ao tempo, espaço, movimento e energia.

Esta classificação, comparada com a anterior, é apenas um esquema elementar, que completaremos como entenderdes. Clientes do método e do objeto geral das ciências, rapidamente esboçado na classificação anterior, buscai agora um bom dicionário e nêle a definição de cada uma dessas palavras: antropologia, cosmogonia, teodiceia,

etc. Procurai também conhecer exatamente:

- 1ª) a definição completa de cada ciência;
- 2ª) seus principais dados;
- 3ª) as soluções já alcançadas.

Veremos, seguindo este processo, que cada questão se subdivide em várias outras, cada uma das quais constituirá nova ordem de investigações. Por outro lado, existem muitos temas que impõem muitas correlações. Suponhamos que desejássemos conhecer alguma coisa de equitação, do futebol ou natação. É um assunto de desporto, que se relaciona com a fisiologia, por que se trata de fortificar o organismo por intermédio do sistema muscular. Para isto é de mister adquirir previamente sólidas noções anatomo-fisiológicas. Só assim poderemos proceder ao exame crítico dos diversos sistemas desportivos com o auxílio dos cinco pontos de vista precedentes. Igualmente procederíamos com qualquer outro assunto.

Bem estudado o quadro anterior dos conhecimentos, distribuídos pelos cinco pontos, sobretudo, a análise minuciosa das relações de cada um com todos os outros, poderemos sempre saber que relação pode existir entre uma determinada questão em estudo e todo conjunto da ciência.

Eis aí, no seu delineamento geral, o mecanismo do método geral, cujos prolegômenos já estão bem distantes. Mas, ainda falta um pequeno complemento, que é de grande importância.

Concretizemos os fatos. É de nosso interesse, por exemplo, estudar alguma coisa sobre toxicologia. Somos a isto forçados por uma razão qualquer. Tomamos então um tratado da matéria e o lemos cuidadosamente. É preciso, sobretudo, examinar a questão um pouco mais além do aspecto puramente botânico, químico e patológico do tratado. Temos também que considerá-lo do ponto de vista sociológico, jurídico, histórico e psicológico. Feito este consciencioso estudo, insta recapitulá-lo, respondendo por escrito às seguintes questões:

1º) Que é que sei acerca deste assunto?

2º) Qual é sua importância?

3º) A que espécies de pessoas interessa ele?

4º) Como posso eu saber mais a seu respeito?

5º) Teria eu esquecido alguma coisa mais?

É mais do que evidente que não necessitamos escrever um novo tratado de toxicologia, porém, tão somente um resumo de seus pontos principais, de forma a constituir como que um memento para recapitulações posteriores.

Destarte, teremos sempre uma noção precisa do que seja o real aprendizado e de como adquirir os meios práticos de aprender, uma vez que saibamos como os aplicar e utilizar depois os conhecimentos adquiridos. É este o objetivo deste método.

A maior parte das pessoas que aprenderam realmente alguma coisa o fizeram em parte com os

mestres e, em parte, com os livros. Muitos ajuntaram a este ensino uma certa invenção pessoal, que se limitou quase sempre a tornar a encontrar por si mesmo, as coisas já descobertas.

Dos mestres não falaremos, porque os há bons e maus. Dos livros, entretanto, é conveniente dizer algumas palavras.

VII) OS LIVROS E A LEITURA

Um livro difere dos mestres, porque vale o que nós mesmos valemos e aquilo que o fazemos valer. Não prestam por si sós. Seu real valor depende de quem os lê, porque um livro é sempre uma obra humana que, geralmente, vem impregnada dos defeitos dos homens.

E disto surge, desde logo, um princípio diretor: Instar escolher os livros e, em seguida, escolher nos livros como filtrando as verdades que, de passagem, devem deixar a sua melhor substância.

A aplicação deste princípio diretor implica — é lógico — na leitura, que é o ato utilitário das escolhas preconizadas.

Aprender é estudar e trabalhar é aprender. E a leitura é o meio geral pelo qual aprendemos; logo, a leitura é estudo e trabalho. Mas, ninguém trabalha sem saber. Aqui, como em tudo, é de mister saber — não só saber ler — como saber utilizar o fruto de suas leituras.

Preliminarmente, é necessário eliminar o vício da leitura, a sua loucura ou a sua paixão, esta espécie desordenada de leitura a que muitos se entregam, sem discernimento nem objetivo definido. Ao revés, o que é indispensável é saber ler inteligentemente, com proveito e utilidade, isto é, somente o que se quer reter e só reter o que possa servir.

Ler inteligentemente é saber ler lentamente para se poder ler com atenção e contínua reflexão. É claro que se não podem ler todos os livros da mesma forma, por causa da substância de cada um. A leitura de um livro de razão — um livro de ciência — difere consideravelmente da de um poema lírico ou dramático. O primeiro, por

exemplo, requer a arte da comparação e da contínua aproximação das idéias e sua constante discussão. Já num romance ou num poema, a leitura é de natureza completamente diversa. Requer atenção, é claro, mas nunca este laborioso trabalho de comparação, porque as idéias novas são muito raras. Em geral não achamos uma só na obra, aliás, valiosa dum grande escritor. Fora do lugar comum, querer pensar é expor-se a pensar fora do bom senso comum.

O que interessa, sobretudo, na leitura, é a maneira porque sabemos ler. Destarte, não há mau livro para um bom leitor, como, ao contrário, o melhor pode nada valer se não soubermos explorá-lo. Devorar livros nada significa. A leitura que não for proveitosa pode, às vezes, entrar na memória, mas, não entrará na inteligência. A leitura, enfim, deve ser um verdadeiro combate, que só será fecundo à custa desta luta. Mesmo vencidos, devemos carregar com os despojos do vencedor.

Sem seu próprio concurso, ninguém pode instruir-se, porque aprender é trabalhar e o trabalho é a vida, a vida uma assimilação e a assimilação uma reação do organismo vivo sobre a alimentação. É, pois, preciso que intervenhamos no processo da alimentação, primeiramente, escolhendo os alimentos e, depois, triturando-os convenientemente. Sim! a leitura nos oferece a verdade, mas, temos de fazê-la nossa, assimilá-la para que ela se integre em nós mesmos. E não fazemos isto nem com os olhos, nem com os ouvidos e muito menos com a língua, que existem — sem malícia — para todos os fins, como as de Esopo. Para entender as grandes verdades, é necessário uma alma na altura dessas revelações e uma inteligência iluminada pela vontade e fortalecida pela ordem.

A combinação da vontade com a ordem traduz-se por obediência, que é a base do aperfeiçoamento. Obedecer rigorosamente aos preceitos dum método severo, tendo sempre presente que a vontade, a ordem e o tempo são os seus fun-

damentos principais; ler lentamente e com inteligência para reter o que se leu, eis o objetivo de uma sadia e proveitosa preparação intelectual.

Para se atingir essa finalidade, recapitemos suas condições essenciais:

1º) dispor de, pelo menos, uma a duas horas por dia;

2º) ordenar cuidadosamente o que se quer reter;

3º) pôr a alma nisto, quer dizer, aplicar sempre o espírito naquilo que reteve e meditá-lo freqüentemente;

4º) reler para melhor compreender, para se impregnar dos pormenores e do estilo.

E depois de reler, recapitular o assunto, respondendo por escrito às cinco questões que indicamos precedentemente.

A leitura nos ajuda a pensar, talvez até nos ensine a pensar. Um bom livro é melhor do que um bom mestre, é um oráculo. E quando conseguimos sintonizar nosso espírito com o de seu autor, podemos dizer que atingimos certa perfeição, idêntica à daqueles dois gregos antigos que admiravam uma estátua de Phidias: "Não acho, dizia um dos atenienses, esta estátua tão bela assim. — E que tu não a vês com os meus olhos, respondeu o outro. — És tu, por acaso, o seu autor? — Provera Deus! Mas, às vezes tenho a ilusão de que o sou".

É preciso, portanto, olhar de frente o real e ser inspirado pelo que ele tem de mais profundo: a razão. Só um olhar assim, posto sobre a verdade, permite a ação fecunda de sua modificação pelas idéias. E não podemos cerrar de perto a verdade senão por meio duma severa disciplina, máxime, a da sensibilidade. Esta disciplina é a mais alta forma de liberdade individual. Ninguém pode entrar na augusta morada da verdade se não for homem de bem, porque somente pela abediência absoluta é que nos tornamos uma inteligência verdadeiramente livre.

VIII) O ESPÍRITO INTELECTUAL

Nossa alma nunca envelhece; está sempre em perpétua juventude. Nela o que sempre a inquieta são os porquês, como se quizesse continuamente crescer, agigantarse, em busca de algo melhor e mais sublime. Nos seus lábios os porquês não se calam.

Não amordaceis a vossa, porque sois vós mesmos os encarregados de sua educação permanente. Persisti no esforço e não deixeis sem solução nenhuma das suas questões nem sem conclusão adequada nenhuma de suas pesquisas. Vosso ardor pode conduzir-vos muito longe, se souberdes dar-lhe a continuidade e a altura desejada. Se esmorecerdes, caireis "em perda" como dizem os aviadores, porque nossa alma é como um avião, que somente pode manter-se voando se progredir sempre com toda a força de seus motores. Se seus hélices pararem, será a queda fatal.

Este estado de espírito sempre preparado e predisposto a encarar a realidade, que nos dá inspiração para vermos em tudo lições e ensinamentos, antecedentes e consequentes é o que denominamos de *espírito intelectual*.

O espírito humano, educado intelectualmente, pode ir até ao infinito, tal é a plasticidade de nossa inteligência, que voa à altura descomunal, pesquisando nos mundos mais longínquos e ignorados. Penetra no fundo do Sol como esquadrinha no íntimo de estrelas gigantes, que estão a milhões de anos de luz de nosso planeta. Nada escapa à sua tenaz investigação. Mas, ele não pode agir à-toa, sem rumo nem direção. É de mister que conceba e sempre projete, projete e execute, execute e termine completamente o que concebeu.

Se conceberdes, pois, alguma coisa, seja lá o que for: a construção de uma casa ou a de um quartel, um plano de instrução ou de operação de guerra, não hesiteis, ide direto no seu projeto, na sua execução e no seu acabamento, haja o que houver, aconteça o que acontecer.

Um golpe de vista nas páginas da história militar mostrar-vos-á o abismo que a hesitação pode conduzir. Assim verdadeiros, por exemplo, que, se o Coronel-General von Kluck, comandante do exército alemão do centro na Batalha do Marne, em 1914, não houvesse mudado quatro vezes de decisão e demorado a execução de cada uma delas mais do que o necessário, o destino do mundo seria outro. Felizmente, graças à sua indecisão, salvaram-se os povos livres, sofrendo os Impérios Centrais a mais estrondosa das derrotas.

Um ato completo de volição compreende, pois, quatro fases bem distintas: Começa por conceber, em seguida delibera com os fatores ou motivos que lhe são próprios, depois decide e, por fim, executa o que concebeu e decidiu. Mas, para ser levado a bom termo é de mister um projeto, quer dizer um plano para bem dirigir suas investigações, bem concentrar seu trabalho ou bem coordenar as suas forças. Nada mais desastroso do que a dissiminação de certos espíritos agitados, que tudo querem fazer ao mesmo tempo e nada fazem nem deixam os outros fazer. Nada mais nocivo do que a improvisação de certos espíritos retrógrados e incapazes. Porque, em suma, difundir a luz é enfraquecê-la na razão geométrica crescente. Ao contrário, concentrá-la pela interposição de prismas, faz com que, o que era antes apenas aquecido pela livre radiação, queime no foco onde o ardor se exalta. O espírito deve, pois, atuar de forma convergente, a fim de poder seguir a idéia dominante do seu plano ou projeto.

Esse poder de concentração ou de convergência, essa capacidade de seguir um plano ou projeto é o que caracteriza o espírito intelectual, cuja submissão à verdade e à estrita disciplina de trabalho é o seu mais alto apanágio. Denomina esta submissão e disciplina como quiserdes; muitos a denominam de *disciplina intelectual*, pouco importa. O que interessa é praticá-la. Uma obediência pronta e de todos os instantes: eis o que nos ordena a verdade. Desde que o pensamento

seja verdadeiro, cessa toda rebeldia e todas as chicanas, armadas pelos traficantes da mentira. E está é incansável, porque a alicantina, a astúcia, a fraude e a inveja se transformaram — em nossa sociedade civilizada — nos mais autorizados substitutos da brutalidade cega e, por via disto, tornam-se armas de guerra, que gostam alguns de empregar para manter os reflexos da maldade, considerados úteis para o bom êxito de seus tortuosos empreendimentos. Cumprenos desmascará-los e, para isto, é que devemos possuir disciplina intelectual, por meio da qual devemos também obedecer com alma respeitosa e com exclusão de toda e qualquer personalidade orgulhosa.

Entretanto, é de mister que possamos resistir à necessidade natural de acreditar em tudo, sem exame nem reflexão por ser mais fácil e agradável crer incontinentemente, coisa que nos evitará a angústia da dúvida e o imenso esforço de análise, que exige a meditação. É por causa disto que, quanto maior, mais complicado ou obscuro for um problema, mais tentado somos de o resolver sumariamente e dum simples golpe de vista. Daí tantos erros e tantos males causados aos indivíduos e à sociedade.

Impõe também a disciplina intelectual a *impessoalização*, porque somente deseja ela a verdade e a ordem e nada mais. Onde quer que estejamos, aqui ou na China, e seja lá quem for que olhe para esta expressão:

$$a \cdot b^2 = c^2$$

dirá necessariamente, sem se inquietar com sua procedência: é uma equação, que traduz um fato real. E a expressão algébrica, que traduz este fato, nunca encontrará rebelde que conteste sua expressão geométrica, a qual exprime a identidade dum prisma reto de altura a e de base quadrada de lado b a de um cubo de aresta c . E assim se diria de todas as verdades, que gritam nas ruas... Foi por esta razão que o Doutor Angélico, ensinando

aos seus discípulos, disse com tanta humildade:

"Ne regarde pas de qui tu entends les choses, mais tout ce qui se dit de bon, confie-le à ta memoire."

Confiar à memória tudo o que se disser de bom, praticar e defender corajosamente a verdade, não exercer maquinalmente sua profissão senão com espírito intelectual é um dever elementar do homem probo e reto. Porque se não trabalharmos constantemente em nos aperfeiçoar, tornar-nos-emos logo inferior ao nosso próprio dever. Só nos manteremos em forma se jamais perdermos o hábito da atenção infatigável que devemos dispensar a tudo o que fizermos, pela constante observação de tudo e de todas as coisas, pelo prazer do julgamento pessoal e direto de tudo o que nos for submetido, pelo método que nada deixará escapar sem exame nem análise, pela busca profunda de todas as coisas dentro duma ordem clarividente e rigorosa e, finalmente, pela coragem da razão esclarecida, que nunca se deixa facilmente enganar pelos charlatões e prevaricadores das leis natural, humana e divina. E é só assim que poderemos conservar a liberdade de espírito e a amplidão de poder apreender todos os conjuntos e, não, as suas partes em separado.

Eis a grande liberdade que o espírito intelectual vos dará. O que acima de tudo interessa é a verdade e quanto mais preciosa for, menos utilidade despertará a sua origem. Porque o que importa, num certo pensamento, numa dada afirmação, não é a sua proveniência, porém, as suas dimensões e a sua veracidade. Quanto mais submisso às verdades e às ordens, quanto mais disciplinado fôrdes, tanto mais livre sereis. Esta é a disciplina que ele vos preconiza. Praticai-a em todos os sentidos e vereis como a vossa liberdade será grande e bela.

Mas, não olvideis da necessidade de perseverar, com afincio e tenacidade, em busca da verdade, porque se o ataque não atingiu seu objetivo foi muitas vezes por falta de

um ou dois minutos de perseverança. Em Pôrto Artur, se a frota russa tivesse mantido sua tenacidade por mais quinze minutos, a esquadra japonesa se teria retirado por falta de munições!...

Dêsse modo, tôdas as vêzes que fizerdes alguma coisa, não perdeis também de vista o seu alargamento. É como se olhássemos uma árvore no campo sem perder de vista o horizonte distante. Isto pode instruir-nos de muito, impedindo-nos de confundir o jolo com o trigo ou de deixar escapar os cinco minutos de resistência que nos são necessários. Leonardo da Vinci, no Tratado de Pintura que temos em mão, diz que é regra da arte de pintar a de se pensar sempre na porção que se não pinta, pedaço este que cede ao assunto o alargamento dêle fora da tela. Ajuntai, pois, ao vosso espírito intelectual, além das virtudes de obediência e disciplina, este sentido de amplidão e de visão esclarecida.

A credulidade nasce da ignorância e do imperfeito conhecimento das coisas e das pessoas. Não seiais crédulos, que é um sinal de imbecilidade. E quanto mais agradável fôr em vós o desejo de acreditar, principalmente em se tratando de maledicência, aí mesmo é que é preciso desconfiar. Não decideis, pois, nada sem esudar... A verdade é uma conquista interminável por isto que só alcançamos o verdadeiro depois que nos tenhamos heróicamente batido contra o erro, a maldade e a falsidade, que se fantasiaram das roupagens mais diversas. É pois, preciso ter a mais difícil das coragens: a paciência de verificar, na certeza de que a confusão das impressões não é a lucidez de visão das coisas e das opiniões. Aplicai-vos em experimentar, sondar, conjecturar, ver, escutar, medir, verificar, enfim, apelar para tôdas as sensações sem nunca esquecer que o que mais agrada aos sentidos é, talvez, suspeito de falsidade.

E aqui chegamos ao fim e divulgamo-vos um método. Ajudado pela competência incontestada de mestres de fama mundial, cuja bibliografia vos recomendamos, tragamo-vos os seus preceitos essenciais. Geralmente, aprendemos tudo ou somos abusados por toda sorte de aprendizados, porém, não aprendemos o método daquilo que aprendemos. É esta propedêutica (*pro* — antes e *pedêutica* — ensino) que depositamos nas vossas mãos. Oxalá possais fazer dela o melhor uso, não só para o vosso próprio bem, mas também, para o bem da Pátria e da República.

Bibliografia:

São Tomás de Aquino — Compendio de la Suma Teológica.

Herber Spencer — De l'Éducation.

Walter B. Cannon — Digestion and Health.

E. Coué — La Maîtrise de Soi-même.

Jean des Vignes Rouges — La Gymnastique de la Volonté.

Descartes — Discours de la Méthode.

Julien Pacotte — La Pensée Technique.

Emile Faguet — L'Art de Lire.

James Stokley — Science Remakes our World.

Sertillanges — La Vie Intellectuelle.

L. Pascal — Précis d'Éducation Rationnelle.

Sullivan — The Bases of Modern Science.

Payot — Le Travail Intellectuel et la Volonté.

Jagot — L'Éducation de la Parole.

Moreux — Pour Comprendre la Physique Moderne.

Moreux — Pour Comprendre la Mécanique.

Poincaré — Science et Méthode.

CONDUZI VOSSO FILHO À BATALHA

Pelo Ten.-Cel. MELVIN RUSSEL BLAIR, U.S. Army. Traduzido do original americano pela Redação da "Revista Militar" (Argentina), de setembro de 1931 e desta, data vinda, pelo Major FLORIANO MÖLLER

EM ALGUM LUGAR DA CORDEIA

Leitor:

Os fuzileiros travam os seus combates no topo das montanhas e, em sua maioria, são muito jovens. Guardando este quadro na mente, imagina qualquer elevação, montanha ou colina; qualquer escarpa de terreno coberta de grandes pedras, árvores ou pequenos arbustos, sulcada por sangas profundas. E pensa em vosso próprio filho, que talvez ainda seja um rapazote que vista camisa esporte e calças de zuarie, mas que neste mesmo instante seja um soldado que, em algum longínquo rincão da terra, poderá estar recebendo uma ordem para escalar, correndo e rastejando, uma elevação como esta, que fixamos em nossa mente, para matar ou desalojar o inimigo que a ocupa.

O combate assume muitas formas e todas estas exigem grande perícia e muita coragem. Há guerra no mar e há guerra no ar, mas, para o infante, essas são formas impessoais de guerra, isto é, um conflito entre homens e máquinas. E em terra, temos a guerra que vive o artilheiro e o motorista de carro de combate, mas tão pouco essa é a guerra que conhece o soldado de infantaria. A batalha que o fuzileiro trava é a própria essência da guerra, sendo quase impossível descrevê-las, porque habitualmente os soldados não são muito expansivos e lhes é

muito difícil fazer sentir e compreender, aos que os escutam, algo que jamais experimentaram.

Comandei tropas em combate, em duas guerras, como comandante de pelotão e de companhia e, finalmente, como comandante de batalhão e, em todas as oportunidades em que conduzi os meus homens ao combate, ou que observava como cumpriam minhas ordens, sempre desejei sentar-me um instante e escrever uma carta ao pai ou à mãe de cada um dos meus soldados e contar-lhes, com palavras simples, como é a guerra vivida pelo fuzileiro e quais devem ser os traços de caráter que deve possuir o jovem para se sair airoso.

Em primeiro lugar, deve ser fisicamente forte, resistente e descontraindo, uma vez que deverá suportar penúrias, sacrifícios que parecem ir muito além da capacidade de resistência do corpo humano. Deve ser inteligente e de compreensão rápida, porque o período de instrução de um soldado é muito curto e numas poucas semanas se lhe ensinam muitas coisas que deve apreender e gravar na memória, para poder sobreviver à batalha. Deve ser obediente, porque a disciplina é a única coisa que mantém uma unidade em combate, quer se trate de um grupo de combate ou de um batalhão. Mas, ao mesmo tempo, deve possuir iniciativa, porque haverá muitas ocasiões, no combate, em que os chefes que lhe dão ordens caíram na

luta ou estão fora de seu alcance e terá que resolver sozinho o que deve fazer.

Deverá possuir antes de mais nada, um sentimento de orgulho e de lealdade para com seus camaradas, porque durante o combate, nos momentos de maior perigo, é sua lealdade para com os homens que o rodeiam, que o impulsiona a ir para onde tem medo de ir. E a coragem é apenas um orgulho tão forte que não lhe permite mostrar aos demais companheiros que tem medo de fazer o que outros fariam.

Assim, fixando na mente o perfil dessa longínqua montanha, onde talvez algum dia o vosso filho poderá ser submetido a essa prova decisiva, pensai nêle e considerai que espécie de soldado poderá ser. Se lhe apraz os esportes e a vida ao ar livre; se lhe agradam os jogos viris e aprecia os acampamentos de escoteiros, certamente possuí as condições físicas de que necessitará. Se é um bom aluno em seu curso escolar, aprenderá rapidamente as lições muito mais simples que lhe ministrará o Exército. Se se dá bem com os jovens do bairro em que reside, dar-se-á bem com seus companheiros do grupo de combate. Se é respeitoso e obediente para convosco, certamente aceitará a autoridade dos oficiais e sargentos que o comandam. Se conserva o seu quarto arrumado, manterá o seu fuzil limpo e o equipamento em ordem. Se é leal para com a família e para com os condiscípulos, orgulhoso de sua classe, de sua atividade como atleta ou como estudante, possuirá a lealdade e orgulho necessários para conduzir-se bem no combate.

EL-LO COM SEUS CAMARADAS NO FRONT

Como é então esse combate, esse dia de batalha no qual se põe à prova tudo o que um homem é, física e espiritualmente? A melhor forma de narrá-lo é, talvez, contar primeiro o que diz respeito à unidade que trava o combate e o que se passa nos diferentes postos, desde o mais inferior até os mais

altos escalões de comando, antes, durante e após a batalha.

Os Exércitos, Corpos de Exército, Divisões e Regimentos não travam combates. Limitam-se a dirigir, fiscalizar e administrar. A unidade básica de combate é o batalhão, na qual se planejam todas as ações. O batalhão dispõe do efetivo de uns 1.000 homens, sendo constituído por três companhias de fuzileiros, de aproximadamente 200 homens cada uma, além de uma companhia de petrechos pesados (metralhadoras, morteiros e canhões-sem recuo); um pelotão de cinco carros de combate e, às vezes, uma companhia de engenharia em apoio. As companhias de fuzileiros estão divididas em pelotões, os quais, por sua vez, estão subdivididos em grupos de combate de nove homens cada um: cinco fuzileiros, um sargento comandante do grupo e seu cabo auxiliar, além de um fuzileiro-metralhador e seu municiador. Estes homens são os companheiros com os quais o vosso filho se identificará e fará camaradagem. Conhecerá seus nomes de guerra, suas cidades natais, verá as fotografias de suas namoradas e êles, por sua vez, identificarão vosso filho da mesma forma. São êsses os homens com os quais conviverá, compartilhará a instrução e serão os únicos que verá ao seu redor, quando, em meio do fragor e do fumo do combate, entrar em ação pela primeira vez.

Como vai ao combate? Quem o comandará? Quem é que pensa, planeja e comunica as ordens que, em certa manhã cinzenta, pouco depois do amanhecer, o impulsionarão a sair de seu abrigo para iniciar a jornada mais triste e mais espantosa que se possa imaginar?

Essa é a minha atribuição. Sou eu o seu comandante de batalhão. Não designo exatamente a colina que êle tomará de assalto, nem o momento em que o fará; mas, uma vez iniciado o ataque, é de acordo com as minhas ordens que a sua companhia avança, se detém onde está ou retorna ao ponto de partida. E é o meu critério que de-

cide se ele deve cumprir sua missão, e talvez, se deve cair ferido ou morto na tentativa a fazer ou se deve retroceder e fracassar. A escolha é muito dura. Se ordeno que a sua companhia permaneça sob um fogo que não possa suportar, todos os homens poderão cair mortos, feridos ou prisioneiros e eu não ganharei nada com isso. Se ordeno a essa mesma companhia que retorne ao ponto de partida, sua retirada pode provocar o fracasso de todo o meu ataque e o fato de meu batalhão não conseguir tomar uma determinada cota, pode significar o fracasso de um ataque em grande escala, no qual estão empenhados milhares de homens numa ampla extensão de frente.

Esta é a carga de responsabilidade que um chefe tem sobre seus ombros, enquanto a sua unidade está em combate, equilibrada, entre a vida de seus homens e a missão que tem a cumprir. Há apenas dois fatores que o apoiam: os conhecimentos que adquiriu nas escolas militares, onde foi inculcada no seu crâneo, em conta-gotas, a ciência militar de todas as épocas e a sua própria experiência de combate. Alimentando-se nestas duas fontes de conhecimentos, dirige o seu batalhão.

O que é que faz, então? Digamos, por exemplo, que é a primeira vez que conduz a sua unidade ao combate. É um batalhão sem experiência prévia, constituído por recrutas bisonhos. Ele e os comandantes de companhia, pelotões e alguns dos sargentos já entraram em combate; mas os soldados, só recentemente foram declarados "mobilizáveis". Aprenderam a fazer a continência, a executar os exercícios de ordem unida e de maleabilidade, e armar uma barraca e a empregar o seu armamento. Participaram de alguns exercícios de combate, no qual as metralhadoras dispararam cartuchos de guerra por cima de suas cabeças. Mas isso é tudo. Agora se encontram em uma área de reunião, a alguns quilômetros à retaguarda da linha de frente. Estão macambúzios e inquietos e os que

nunca presenciaram uma ação real, aguardam-na com um misto de ansiedade e temor. Ouvem o contínuo troar da artilharia e por cima de suas cabeças, os aviões a jato sulcam os ares como cardumes de peixes prateados; observam o movimento das colunas de suprimentos e as ambulâncias empoeiradas que retornam, pelos péssimos caminhos, para os hospitais situados mais à retaguarda. Durante a noite vêm os feixes de luz do "luz artificial", produzido pelos refletores que iluminam a frente; e, às vezes, o reflexo mais avermelhado de povoações em chama, incendiadas pelos impactos da artilharia.

Poderão transcorrer dois, três dias, uma semana, enquanto se espera na área de reunião. Mas, de repente, soa o telefone em minha barraca. É o comandante do regimento. Usa o meu nome de batismo: "Russ, você marchará esta noite, e substituirá o I Batalhão". Chamo os comandantes da Companhia de Petrechos Pesados, do pelotão de carros de combate, dos sapadores e o oficial de ligação da artilharia. Falo pelo telefone com os comandantes das companhias de fuzileiros e transmito a ordem preparatória para a marcha. A ordem chega rapidamente ao conhecimento dos soldados. Cada um se comporta de acordo com o seu caráter. Alguns, mais nervosos, se apresentam ao Posto de Saúde com doenças vagas e indefinidas. Outros vão em busca do capelão, para uma breve palestra. A maioria verifica o seu equipamento, escreve uma ou duas cartas e, a seguir, os soldados se acocoram sem fazer absolutamente nada.

Juntamente com meus oficiais, dirijo-me para o P.C. do Btl. que devo substituir. O Cmt. do batalhão informa o que sabe sobre a situação do inimigo, assinalando na carta onde estão os limites do quartelirão, onde estão colocados os seus morteiros, as metralhadoras, onde estão situados os seus carros e a companhia de reserva e onde estão caindo as concentrações de artilharia.

Observo a sua carta e faço mentalmente algumas modificações. O

terreno determina o dispositivo das tropas e não há dois chefes que interpretem o terreno de um modo exatamente igual. Posso achar que o seu P.C. está demasiado à frente ou excessivamente à retaguarda ou fora do eixo provável de progressão.

Escolho outro ponto, onde sinuosas curvas de nível na carta indicam que posso estabelecer o meu próprio P.C.; nesse novo local estarei mais desafiado, fora do fogo observado dos morteiros e das armas portáteis. Escolho novas posições para meus morteiros e para minha companhia de reserva, que poderão ser um pouco diferentes das atuais; mas, quase sempre, as minhas companhias de fuzileiros, em primeira linha, ocuparão os mesmos abrigos deixados pelas subunidades do batalhão a substituir. Comunico-lhe quanto tempo creio necessitar para o deslocamento e que tão logo tenha duas de minhas Cias. em posição, assumirei a responsabilidade do quartelão. Penho-me em comunicação telefônica com o meu P.C. e dou ordem para que se inicie o deslocamento.

Na retaguarda, os homens fizeram a sua última refeição quente. Marcham a pé, em meio à obscuridade. Guias do batalhão a ser substituído, os conduzem para os postos avançados. Ao chegarem os meus homens a cada posto, os outros saem. Não têm muito que contar uns aos outros. Os substituídos estão demasiados cansados e esgotados para conversar. Tudo o que pretendem é afastarem-se da primeira linha o quanto antes.

Se tudo correr bem, ao amanhecer todo o meu batalhão estará em posição. A esta altura, já terão sido lançadas as linhas telefônicas do meu P.C. para as Companhias de fuzileiros em primeira linha, para o pelotão de carros de combate, as posições de morteiros e para a artilharia à retaguarda. Estou pronto para o que der e vier.

Durante a noite, estive estudando a minha carta de operações. Planejei estender a L.P.R. mais para a frente: 1.000 metros, 2.000... Sei perfeitamente, antes

que seja chamado ao regimento, qual será o objetivo do meu ataque: um grupo de colinas, altas e escarpadas, a uns 500 metros à frente.

Chega o amanhecer e seu filho João, que pela primeira vez se encontra em uma "toca", na linha da frente, observa ao seu redor, e estende o olhar até à encosta da elevação que está à sua frente, do outro lado do suave vale que serpenteia entre os morros. Não ouve nenhum ruído, não vê nenhum movimento, salvo um preguiçoso penacho de fumo cinzento, do outro lado da elevação. Alguns pássaros voam lentamente no vale, dando vida à paisagem. Não vê nenhum inimigo, nem qualquer traço dele, nenhum sinal de que essa colina e esse vale à sua frente sejam diferentes dos milhares por que passou, no trajeto percorrido desde os molhes de Pusan.

À sua retaguarda e não à frente, ouve um ruído surdo e, por cima de sua cabeça sente, pela primeira vez, o silvo seco de um projétil de sua própria artilharia. Espera a explosão, mas não vê nada e nem ouve nada, porque se trata de um tiro de inquirição que cai muito além das linhas inimigas.

Não vê nenhum inimigo, mas, de algum ponto o inimigo o vê. E quando se mexe para chamar um companheiro, ouve um estalido e, às suas costas, saltam pedras e torrões de terra do talude da encosta; algo sibilou próximo de sua cabeça e instantaneamente se viu estendido no fundo do seu abrigo, enquanto pedaços de rocha e de terra caem sobre ele — "Padioleiro, camarada, aqui!" Suspende a cabeça temerosamente. A trinta metros de distância jaz um homem estranhamente desfigurado, com um ferimento sangrando à altura do ombro, onde antes existia um braço. Seu capacete rolou para a "toca" de João e pôde ver nele furos e o sangue que brilha em seu interior. Outro ferido se contorce sobre a terra, segurando as virilhas com ambas as mãos. Não grita, mas ouve-se a sua respiração inquieta e seu filho João se inclina, pela primeira vez, que os ho-

mens feridos não se queixam com gritos lancinantes.

Continuam caindo mais projéteis de morteiros. São tiros de trajetória curva, que não produzem zumbido nem silvo anunciador. Agora se mete outra vez em sua toca. Tira a pá de seu cinturão e começa a cavar mais fundo. Mas os morteiros produzem sempre um estalido e um fogareu difíceis de não serem ouvidos e vistos. Nossos próprios morteiros começam a responder, barrando com seu fogo o terreno desafiado onde se ocultam os morteiros inimigos. Agora já não caem mais projéteis sobre a "toca" de João. Durante todo o dia, os meus morteiros e a artilharia de apoio continuam o fogo. Enquanto isto se passou, estive refletindo sobre uma decisão da qual depende a vida dos meus homens. Quando anoitecer, deve destacar patrulhas para localizar o inimigo? Devo tratar de procurar seus flancos e reconhecer os pontos fracos de suas linhas? Se o faço, sei que alguns dos componentes das patrulhas encontrarão seguramente a morte. A informação que me trouxerem permitirá encontrar um caminho de aproximação que, quando o meu batalhão atacar, poderá salvar a vida de metade de sua companhia? Sacrificando duas ou três vidas, poderei salvar a vida de uma centena?

Enquanto estou refletindo sobre isso, soa novamente o telefone: — "Tudo pronto?" — É o Coronel Comandante do Regimento quem faz a pergunta. Respondo que sim.

"Muito bem!" diz ele, "você iniciará o ataque às 0600 horas sobre a Cota 426". Dou uma olhada para a carta. É a elevação que eu havia assinalado como meu provável objetivo. Comunica-me muitas coisas mais: — quem estará à minha direita e à minha esquerda; o Índice das I.E.T. em vigor; os planos para a evacuação de feridos, prisioneiros e do material capturado; mas o mais importante, para mim, é esse círculo que tracei sobre a carta (o objetivo).

Chamo os meus comandantes de companhia e lhes dou ordem para

encontrarem-se comigo em um ponto de linha da frente, de onde poderemos ter um bom comando sobre o terreno à nossa frente. Indico-lhes os limites dos sub-quarteirões, — o Cap. Abel à esquerda e o Cap. Carlos à direita. Arrastamo-nos mais à frente dos elementos em linha, para colher uma impressão mais completa da situação. Observamos o terreno durante longo tempo, esquadrinhando-o com os binóculos, tratando de descobrir os melhores caminhos de acesso. Trato de colocar-me na situação do chefe inimigo. Se tivesse que defender essa Colina, onde colocaria meus canhões? Que pontos cobriria com o fogo dos morteiros, com minas ou armadilhas? Peço aos comandantes de companhia que exponham os seus planos de ataque. Se os julgo acertados, aprovo-os. Em caso contrário, digo-lhes o que devem fazer. Apresento-lhes minhas razões. Explico-lhes que esse desfiladeiro parece bom, mas que poderia converter-se numa armadilha mortal. Ali, os morteiros inimigos fariam os seus homens em pedaços.

Arrastamo-nos para a retaguarda, através das linhas. Os homens que aí se encontram bem que nos viram, ao nos adeantarmos. Sabem, assim, que se prepara um ataque. Ao regressarmos, encaram-nos com olhares interrogadores. Nada dizemos e tratamos de nada demonstrar em nossas feições. Os Cmts. de pelotão recebem ordens para passarem revista em cada um de seus homens, a fim de verificarem se seu armamento está em ordem, se têm duas rações C, o cantil cheio d'água, noventa cartuchos e três granadas. Verificam, especialmente, se cada um tem o seu pacote de curativo individual. O soldado americano é um rapagão de bom coração, capaz de fazer curativos num menino coreano ferido e ir ao combate sem as ataduras que lhe podem evitar uma hemorragia mortal.

De regresso ao meu P.C., ordeno a saída de patrulhas para reconhecer um certo saliente que domina a encosta. Elaboro meu

plano de fogo. Acho-me diante de outra resolução: — "Devo intensificar o fogo da artilharia durante a noite, anunciando assim ao inimigo a iminência de um ataque ou devo manter o regime constante de oitenta projéteis por hora?" Mas, digo com os meus botões: "Ao diabo! o inimigo sabe perfeitamente que vamos atacar. Vou destruir tudo que possa. Minha tropa é bisonha e a artilharia lhe dará confiança!" Assim, peço 200 tiros por hora, de meia noite até a hora H menos vinte e cinco. A hora H — 25, os aviões malharão a colina durante quinze minutos. A hora H — 10, pedirei novamente fogo de artilharia e entrarão em ação os morteiros, os canhões de 75 mm sem recuo, os canhões dos carros de combate e a artilharia antiaérea. Tudo isso formará uma cortina de fogo diante de meus homens, enquanto avançam e esses petrechos continuarão atirando até que os fuzileiros atinjam a linha imediatamente abaixo da crista, onde se aprontarão para o assalto final.

Uma vez estabelecido o plano de fogo, trato de dormir um pouco, ainda que sem resultado. Talvez esteja um pouco preocupado. O caminho de aproximação que escolhi para a companhia do Cap. Carlos será o melhor? Conseguirão os seus homens aproximarem-se o suficiente, antes que o inimigo possa abrir fogo contra eles? Haverá alguma depressão que se possa converter em armadilha fatal? Poderão as armas de apoio ajudá-los ali? Poderão observar o inimigo dali e mantê-lo constantemente sob o nosso fogo? Estou preocupado com os comandantes de companhia. Nunca os tive sob meu comando em combates anteriores; mas sua folha de serviço, como oficiais combatentes, é excelente. Para a próxima vez, já o saberei pessoalmente. Esse capitão alto e magro parecia estar um pouco em dúvida se poderia ou não atingir o seu objetivo. Será um desses tipos pessimistas que sempre são do "contra", mas que, uma vez empenhados, lutam como demônios? Ou será no seu íntimo um tanto

frouxo? Se esta suspeita é positiva, deveria sabê-lo neste instante. Por certo, não atingirá seu objetivo. Seu ataque estancará, tão logo seus homens recebam fogo. Provocar a morte de vários homens, ao saírem dos abrigos e outros mais, ao tentarem retornar ao ponto de partida. Tudo isto se passa pela minha mente, enquanto trato de relembrar o que aprendi nas escolas e nas ações de combate, quando era eu que me achava na frente conduzindo os meus homens ao ataque.

Nas posições de combate, tão pouco se dorme. Os mais bisonhos estão nervosos e inquietos em seus postos; querem ver movimento; querem saber como é a batalha. Os veteranos estão tranquilos e pensativos. Recordam as inumeráveis colinas que já escalaram, os ferimentos recebidos, a estreita proximidade da morte; já não têm curiosidade para saberem como é um ataque; sabem que o homem é um cântaro que não pode ir demasiado à fonte. A artilharia está atirando agora, por cima de suas cabeças e já não faz um ruído seco e cruciante, mas sim um som apagado, como o produzido pelo choque de dois grandes blocos de madeira.

Chegam as primeiras luzes da aurora e o vale ainda está envolto na obscuridade. Os soldados, de suas tocas, espreitam as alturas à frente. Onde caem os projéteis de artilharia, a fumaça encobre os cumes das colinas e se vêem os fogareus vermelhos e amarelos das granadas que explodem. Ouve-se depois o zumbido dos aviões e a artilharia se cala. Os aviões retornam em vôo picado e aparecem sobre a elevação os fulgores alaranjados da bomba "Napalm". Voltam novamente com bombas de alto explosivo e, a seguir, com foguetes que explodem com um estalido rouco e, mais uma vez, passam despejando o fogo de suas metralhadoras sobre as posições inimigas.

Agora estou ao lado do observador avançado da Força Aérea, tratando de auxiliá-lo a orientar os aviões sobre os objetivos. Muito próximo, acorados em seus abri-

gos, encontram-se o observador da secção de morteiros, o oficial de ligação da artilharia e o comandante da companhia de petrechos pesados. Os aviões desaparecem agora e se inicia a grande sinfonia dos morteiros e da artilharia, das peças de 75 e 57 mm, da artilharia anti-aérea e dos canhões dos carros de combate. O mundo se converteu num inferno de estrondos; mas eu não o noto. Minha missão é dirigir esse fogo para que cada projétil seja um impacto certeiro sobre o nosso objetivo. Deve esforçar-me para que caiam com precisão até a hora H e os minutos passam rapidamente. Por fim, meu cronómetro assinala 0600 horas. Chamo os comandantes de companhia pelo meu aparelho de rádio, e lhes digo "Meus caros, agora toca a vocês; Boa sorte!" Suspendo a cabeça para olhar, os homens deixam seus abrigos. Não saem correndo, nem gritando, como algumas pessoas imaginam. Sem lentamente, qual gente velha e cansada. Caminham com os ombros levantados e avançam vagarosamente para diante. Movem-se em formações de combate e olham para um lado e para o outro, observando os seus comandantes de grupo.

Que se passava em seus mentes, enquanto eu estava dirigindo o fogo? Observando as terríveis explosões sobre a colina em frente, os mais bisonhos terão ruminado consigo mesmo: "Diabo! Que tunda eles estão levando!" Terão acreditado que, quando chegarem lá, não restará mais nenhum chinês vivo. Mas os veteranos têm mais experiência. Sabem que ainda sobrarão muitíssimos para lhes dar dor de cabeça.

• • •

Mas, acompanhemos o seu filho João!... A grande cortina de fogo que fendeu o ar, por cima de sua cabeça, o afetou bastante, porque, em sua vida, não havia ouvido semelhante ribombar. Suas mãos estão húmidas e um pouco trêmulas. Apalpa as granadas, para certificar-se de que estão em seu

lugar, revisa o fuzil e olha a baioneta. Trata de recordar tudo o que lhe ensinaram. Que foi que disse o sargento sobre os sinais a braço luminosos? Onde se põe a mão esquerda quando se dá um estocada com a baioneta?

Observa o seu comandante de grupo que conduz um aparelho rádio portátil. De repente, o sargento cmt. do grupo salta do abrigo; seu braço aponta várias vezes para a frente; grita qualquer coisa; gira sobre si mesmo e começa a descer a encosta em que se encontra. E antes de se dar conta disso, seu filho João o segue, com as mãos suadas e o coração a subir-lhe pela garganta. Sente uma estranha excitação. E pensa: "E agora; finalmente entrei em ação!"

Algo explode perto de seu cáneo e o faz cambalear, mas sem deixar de avançar. Uma nuvem de pó se levanta a seu lado e ele percebe o lúgubre silvo de um projétil de rícochete. De repente, vê que está com o corpo colado ao solo e o ruído de uma enorme explosão o ensurdece durante alguns segundos. Afunda a cara na terra; apalpa o corpo instintivamente, para ver se está ferido. Olha para a esquerda e vê um homem ferido, atirado ao solo. Começa a rastejar para o local onde ele se encontra, mas, não deve socorrê-lo. Atrás, a duzentos metros, rastejam os padioleiros, que se encarregarão dele. Um fuzileiro não pode deter-se e, a melhor maneira de auxiliar um companheiro ferido, é continuar sempre avançando. As balas caem ao seu redor e os projéteis de morteiros se multiplicam. Um pouco adiante vê uma pequena valla e se dirige para ela. Ali se joga ao solo, com a cabeça às tontas. Quer ver quem está com ele. Mas o fumo e o pó impedem-lhe a visão. Pode distinguir dois homens à esquerda e três à direita. E isso é tudo.

Outro projétil de morteiro cai muito próximo; cacos de pedra e torrões de terra o golpeiam. Crê que está ferido. "Meu Deus!"; exclama; "Oh meu Deus!" Agora sabe que os velhos sargentos tinham razão. Os projéteis que caíram só-

bre a elevação não mataram a todos. Olha para a colina; nada pode ver; não há sinais do inimigo. Todo o seu entusiasmo e ansia de aventura o abandonaram. A guerra perdeu agora, para ele, todo o esplendor anterior.

Em nossa colina, no meu P.C., estou gritando pelo rádio aos meus comandantes de companhia: "Não se detenham! Tirem-nos do fogo!"

Na encosta, já próximo da base, os cmts. de grupo de combate recebem a ordem. João, que os está observando, vê que o seu cmt. de grupo salta e faz sinais com o braço. Titubeia: "Se deixo este montículo de terra que me protege, levarei um balão na cabeça ou na barriga." Mas, logo, com o rabo do olho, vê que os homens à sua direita saltam e ele também salta, não por amor à sua pátria, nem pela democracia, nem por nenhum desses grandes ideais. Levanta-se porque o homem à sua direita se levantou e o homem à sua direita se levantou porque o cmt. do grupo fez o mesmo e o cmt. do grupo avança porque é um veterano e uma ordem é uma ordem.

E assim, João está correndo pelo campo aberto e as balas silvam a seu redor, levantando torrões de terra. Já não caem projetos de morteiros, porque não podem ser dirigidos sobre homens em movimento e mesmo já ficou para trás o trecho descoberto sob as vistas do inimigo; João se mete entre os arbustos, ao sopé da cota em que se encontra o inimigo.

Com tudo isso, não disparou um só tiro, porque, nada viu em que passar fogo... No matagal coberto pelos arbustos, sente-se um pouco melhor. Ali está mais protegido e, uma vez que os companheiros à direita e à esquerda avançam, ele também avança. Mas de repente, as balas começam a cair entre as árvores e arbustos que o rodeiam; olha em torno e nota que ninguém se mexe; o cmt. do grupo está um pouco mais à frente e faz sinais para que seus homens não se movam. O fogo cai da forma intensa sobre toda a linha e a companhia está paralizada.

Agora devo tomar uma decisão que seja acertada. O Cap. Abel participa que não pode continuar avançando e me pergunta se eu não poderia concentrar o fogo dos nossos morteiros sobre um ninho de metralhadoras oculto na rocha, à sua frente. Dirijo o fogo dos morteiros para ali, mas sem êxito. Então sugiro ao Cap. Abel flanquear o ninho oculto nas pedras com um grupo de combate e ele trata de fazer avançar um grupo do primeiro pelotão e perde cinco homens com uma rajada de metralhadora. Que devo fazer agora? A Cia. do Cap. Carlos não poderia tomar essa resistência sob seu fogo? O Cap. Carlos diz que não pode. A alternativa que me resta é empregar a minha companhia de reserva, a Cia. do Cap. Batista, que está a coberto, à minha retaguarda. Mas, não quero empenhar minha reserva enquanto não seja obrigado a fazê-lo. Talvez conviesse empregá-la agora, para apoiar a Cia. do Cap. Abel mas, se a Cia. do Cap. Carlos sofre um contra-ataque "banzal", não terei nada para contrapor a este. A Cia. do Cap. Carlos seria aniquilada; a Cia. do Cap. Abel teria que recuar e meu ataque teria fracassado.

Resta só uma coisa que posso fazer — ir para lá, onde a cobra "está fumando" e verificar qual é a situação real. Mas, não é obrigatório que eu vá! Tenho estilhaços de granadas alojados em minhas pernas e em minhas costas, ao impulsionar em pessoa uma das Cias. numa das fases do ataque. Mas, acho que esta é minha obrigação e, chegado o momento, devo correr o mesmo risco de ser morto, da mesma forma que o seu filho João. De modo que percorro o mesmo itinerário que ele, agachando-me e rastejando, correndo e trepando, até que me aproximo o suficiente para ver de onde parte o fogo. em seguida, restejo novamente para o ponto de partida, ponho-me em comunicação com meus carros de combate e ordeno que um deles contorne a colina até que possa fazer fogo a queimadura sobre a metralhadora ini-

miga que está oculta nas pedras. Lançada a terceira série de granadas, o cmt. da Cia se põe em comunicação comigo e pelo rádio diz: "Isso foi tudo o que ela me escreveu". É uma gíria empregada no nosso exército, que significa que tudo acabou.

Cessou o fogo que caía sobre o seu filho João, e este, juntamente com o restante do grupo, continua escalando a colina, restejando, correndo, aos mesmo tempo que procura cobrir-se atrás das pedras e arbustos. As balas continuam sibilando ao seu redor, e "é só pena que voa..." Ouve o rumor das grandes explosões, no alto da colina, onde a artilharia e morteiros estão atirando e conclui para si: "Demônios! Estamos indo diretamente para lá!"

Em seguida, lembra-se de que lhe foi ensinado que deve deter-se a curta distância da crista; que o fogo cessará repentinamente e que, então, se realizará o assalto final. Detem-se pois, sem que ninguém lhe ordene.

Agora se acha completamente só, lutando contra o seu próprio temor, porque sabe que, dentro de um minuto, finalmente, enfrentará o inimigo, cara a cara, em um combate de morte. Seus músculos abdominais estão contraindo e um calafrio lhe corre pela espinha, apesar de seu rosto estar banhado de suor. Olha o fuzil e a ponta da baioneta; revisa as cartucheiras e também as granadas. Encolhe a perna direita e repentinamente se produz um silêncio enervante, interrompido apenas pelo silvo dos projéteis das armas portáteis. Alguém grita. Ele salta e avança. Entretanto, nada vê para fazer fogo, mas os fuzis-metralhadores estão atirando e ele próprio efetua um ou dois disparos, ainda que logo depois se arrependa, porque necessitará dos oito cartuchos quando chegar ao topo da elevação. Sente uma pontada e um golpe na coxa, como se alguém tivesse batido com um pau com um prego na ponta. Mas não se detém. Continua lançando-se para diante e repentinamente se dá conta de que a voz que houve debilmente,

no meio de todo esse ruído, é a sua própria voz. As granadas voam ao seu redor e sente as saudídelas que as mesmas provocam, ao explodirem atrás dele. Seus pulmões estão a ponto de saltarem do peito, quando galga a última rocha que o separa do alto da colina.

De chofre, encontra-se no topo da elevação e daí, pela primeira vez, divisa o inimigo. Um pensamento cruza rapidamente pela sua mente: "Agora vão me matar!". Todavia, corre para diante, gritando e fazendo fogo contra os dois homens de rosto chato e amarelento, cujas cabeças assomam da borda de suas tocas. Um deles está atirando com seu fuzil e o outro ageita o corpo para jogar uma granada e nem percebe que uma bala lhe rompe a manga da túnica. O soldado que empunha o fuzil cai de bruços, ferido em pleno rosto, enquanto que o outro grita desesperadamente, quando a baioneta de João lhe penetra na garganta, justamente no "V" que formam os músculos da mesma. A seguir, salta por cima do abrigo, livrando sua baioneta, e, já na contra-encosta, vê que há mais outros inimigos que correm, saltando de uma para outra pedra, qual cabras monteses. E João fica estatelado na crista da elevação, disparando o fuzil, enquanto vê outro vulto que corre. Atira...

Seu fuzil dá um estalido seco, porque a câmara está vazia e ele continua estático, no cimo da colina, cansado e um pouco tonto, olhando ao redor, onde os padoleiros do Serviço de Saúde já estão atendendo os feridos, acomodando-os nas macas e descendo com eles. Pela primeira vez se lembra dos homens que viu cair no arrozal, a cem metros atrás e quer perguntar por eles. Mas, nesse momento, um projétil isolado de morteiro cai próximo e João salta para o abrigo onde estão inertes os homens que matou.

Nada sente por esses mortos, nem ódio, nem piedade; mas recorda-se que alguém lhe disse uma vez que eles têm piolhos, de modo que pula para fora e vai se en-

flar em outra toca, sem prestar maior atenção à aproximação de alguns companheiros que trazem uma metralhadora pesada, os quais arrastam esses dois cadáveres e os jogam barranco abaixo, para poderem assestar sua arma. Permanece sentado em seu abrigo, sem pensar em nada, exgotado física e mentalmente. Logo chega o tenente comandante do pelotão, examinando os feridos e, pela primeira vez, lembra-se do golpe que havia sentido antes, na perna, ao executar o salto para a última investida. Baixa as calças e examina o pequeno orifício arroxado que tem na coxa e talvez agradeça silenciosamente a Deus que a bala o tenha alcançado ali e não na cabeça ou no peito. Sabê que foi só por casualidade que o outro soldado recebeu o ferimento grave e não ele.

O tenente examina o ferimento e bate no seu ombro, dizendo-lhe:

"Estás perfeitamente bem, meu filho! Enquanto terminamos isto aqui, vai lá para baixo".

Dêste modo, pouco depois se mexe e desce pela encosta dirigindo-se para o local onde se encontram as ambulâncias, à beira do caminho. E, lá no alto da elevação, os comandantes de Cia. estão organizando a defesa para a noite, prevendo um possível contra-ataque; fazem as listas dos mortos e feridos; enviam mais munição para as novas posições e destacam elementos avançados para a frente e para os flancos. Em curto prazo, estarão prontos para continuar avançando ou para defender o terreno conquistado, de acordo com as ordens que recebem.

E assim é a guerra, tal como a conhece o soldado de infantaria e a forma em que se processa o combate, dias após dia!...

O Homem chic

so vê



RUA XAVIER TOLEDO, 70.1º Andar

Fone. 34-4576

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO CULTURAL DO OFICIAL

Major GERARDO LEMOS DO AMARAL

BIBLIOTECA DE CULTURA GERAL

LITERATURAS ORIENTAIS

Les Mille et Une Nuits.
Le Roman D'Antar.
Le Roman de la Kahena.
Le Tresor des Loyaux Samourai.
Contes Magiques Chinois.

POESIA

Anthologie des Écrivains Français — Poésie — Larousse.
Anthologie de la Poésie Hongroise (Hankiss & Molnos).
Anthologie de la Poésie Allemande — Stock.

Virgile	— Enéide.
Dante	— La Divine Comédie.
Hafiz	— Ghazels.
Omar Khayam	— Robaiyat.
A. de Lamartine	— Les Contemplations.
A. de Musset	— Poésies Nouvelles.
A. de Vigny	— Poésies.
T. Gautier	— Émaux et Camées.
G. Leconte de Lisle	— Poèmes Antiques.
P.B. Shelley	— Odes — Poèmes.
H. Heine	— Le Livre des Chants.
G. Gaudelatre	— Les Fleurs du Mal.
A. Sully Prudhomme	— Stances et Poèmes.
J.M. de Hérédia	— Les Trophées.
P. Verlaine	— Choix de Poésies.
A. Samain	— Le Jardin de L'Infante.
A. de Noailles	— Le Coeur Inombrable.
F. Jammes	— De L'Angelus de L'Aube.
H. de Régnier	— Les Médailles D'Argile.
P. Valéry	— Poésies.

ENSAIOS

- | | |
|------------------------|--|
| M. de Montaigne | — Essais. |
| J. de la Bruyère | — Les Caractères ou Les Moeurs de ce Siècle. |
| J.B. Bossuet | — Sermon Sur la Mort. |
| F. de la Rochefoucauld | — Maximes Morales. |
| L. Sterne | — Voyage Sentimental. |
| C.N. Chamfort | — Maximes et Pensées. |
| X. de Maistre | — Voyage Autour de ma Chambre. |
| Stendhal | — De L'Amour. |
| T. Carlyle | — Sartos Resartus. |
| E.W. Emerson | — Les Hommes Représentatifs. |
| G. Maeterlinck | — Le Trésor des Humbles. |
| G. Peguy | — Morceaux Choisis. |
| A. France | — Le Livre de Mon Ami. |
| P. Valéry | — Regards sur le Monde Actuel. |
| M. de Unamuno | — Le Sentiment Tragique de la Vie. |
| H. Keyserling | — La Vie Intime. |
| H. de Montherlant | — Service Inutile. |

TEATRO

- | | |
|-------------------------|-----------------------------------|
| Sophocle | — Antigone. |
| Aristophane | — Les Oiseaux. |
| Térence | — Les Adelpes. |
| W. Shakspeare | — Hamlet. |
| P. Calderon de la Barca | — La Vie Est un Songe. |
| P. Corneille | — Le Cid. |
| J. Racine | — Andromaque. |
| J.B. Molière | — Le Misanthrope. |
| P. de Marivaux | — Le Jeu de L'Amour et du Hasard. |
| P. de Beaumarchais | — Le Mariage de Figaro. |
| J.W. Goethe | — Faust. |
| V. Hugo | — Cromwell. |
| A. de Musset | — Comédies et Proverbes. |
| E. Madach | — La Tragédie de L'Homme. |
| E. Rostand | — Cyrano de Bergerac. |
| G. Courteline | — Bouffonerie. |
| H. Ibsen | — Le Canard Sauvage. |
| P. Claudel | — Le Annonce Faite à Marie. |
| M. Donnay | — Amants. |
| G. de Porto Riche | — Le Vieil Homme. |
| O. Mirbeau | — Les Affaires Sont les Affaires. |
| H. Bernstein | — La Rafale. |
| L. Pirandello | — Chacun Sa Vérité. |
| H. de Montherlant | — La Reine Morte. |

A TERRA E AS RAÇAS

- | | |
|-----------------|---|
| E. Pittard | — Les Races et L'Histoire — Albin Michel. |
| E. Faure | — Découverte de L'Archipel — Nouv. Rev. Crit. |
| J. Rouch | — La Mer — Flammarion. |
| Lamartine | — Voyage en Orient — Hachette. |
| E. Fromentin | — Une Année Dans le Sahara — Plon. |
| P. Loti | — Au Maroc — Calman-Levy. |
| J. & J. Tharaud | — La Fête Arabe — Plon. |
| A. Chavrilion | — Dans L'Inde — Hachette. |
| L. Hearn | — La Lumière Vient de L'Orient — Mercure de France. |
| A. Bellessort | — De Ceylan aux Philippines — Perrin. |
| L. Bertrand | — La Grèce du Soleil et des Paysages — Fayard. |
| Princ. Bibesco | — Osor. Le Pays des Saules — Plon. |
| A. Sauvageot | — Découverte de la Hongrie — Alcan. |
| A. Bellessort | — La Suède — Perrin. |
| J. Vontade | — Um Voyage: Belgique, Hollande, Allemagne, Italie — Grasset. |
| P. Bourget | — Sentations D'Italie — Plon. |
| Cte. Sforza | — L'Ame Italienne — Flammarion. |
| V. Hugo | — Le Rhin. |
| A. Sertevens | — L'Itinéraire Espagnol — Plon. |
| Foemina | — (Jacques Vontade) L'Ame des Anglais — Grasset. |
| S. Charlety | — etc. Initiation à la Vie aux Etats-Unis — Delagrave. |
| J. Michelet | — Tableau de la France — Belles Lettres. |
| A. Eckhardt | — Le Génie Français — Medici. |

(Continua)

PRIMAVERA MODAS

CONFECÇÕES FINAS:

PARA SENHORAS — BRAZ — ALFAIATE

PARA HOMENS — CHICO — ALFAIATE

• PERFEIÇÃO — PONTUALIDADE — PREÇOS MÓDICOS

A DINHEIRO E A CRÉDITO

RUA RIO DE JANEIRO, 371 — 1º ANDAR — BELO HORIZONTE

(2-MG)



AUTO DE FUNDAÇÃO DE VILA BELA DE MATO GROSSO E SEUS BRASÕES

General SILVEIRA DE MELLO

PRIMEIRA PARTE — O AUTO DE FUNDAÇÃO DE VILA BELA

Nenhum dos antigos cronistas de Cuiabá e Vila Bela, Barbosa de Sá, Nogueira Coelho, Costa Siqueira, transcreve ou faz menção da ata ou auto da fundação desta histórica cidade, que, neste dia, 19 de março, celebra o jubileu bicentenário. Nem "Anais de Vila Bela", nem "Anais do Senado da Câmara de Cuiabá" fazem alusão a esse importante documento. Mais ainda: os modernos historiadores matogrossenses, especialmente Virgílio Correa Filho e Estêvão de Mendonça, que divulgaram e comentaram as atas de fundação do Forte de Coimbra, de Albuquerque, Vila Maria, Casalvasco, etc., pelo que eu sei, deixaram passar, sem uma palavra sequer, a existência ou não de um documento desse gênero, relativo à antiga capital matogrossense.

Pois tudo isto aconteceu. Que os antigos cronistas tivessem omitido registro àquele auto é de pasmar.

Mas que os novos historiadores matogrossenses, que vasculharam o opulento Arquivo Histórico de Cuiabá e o mais que se disse alhures da história de nossa expansão para o Oeste, hajam silenciado a tal respeito, é, sem dúvida também, inexplicável.

Por nosso lado, andamos também a apalpar este assunto e não tivemos resposta às nossas indagações. No entanto, o auto de Vila Bela existe. Está impresso no suplemento ao tomo 51, pág. 113, da Revista do Instituto Histórico Brasileiro ano de 1898. Publicou-o Severiano da Fonseca, não por motivo do auto em si, mas a propósito dos *Brasões das cidades de Cuiabá e Mato Grosso*.

Depois disto, causa estranheza ter continuado desconhecido esse documento. Não obstante, uma desculpa se apresenta. É tão abundante o que se escreve, de um século a esta parte, em todos os ramos do conhecimento, que difficilmente um escritor se pode dar

conta de tudo que vem a lume. Esta dificuldade aumenta pela circunstância de que muitos assuntos de interesse ficam ausentes dos catálogos, por estarem insertos em revistas e jornais, de escassa divulgação ou perdidos nos acervos de papéis velhos.

Mais um motivo. O auto divulgado por Severiano appareceu, como dissemos, a propósito de outro assunto: os brasões das cidades de Cuiabá e Mato Grosso.

De sorte que, o índice da Revista do Instituto Histórico não alude ao auto, mas ao assunto em foco: os brasões. Note-se ainda que o título do artigo de Severiano se refere à cidade de Mato Grosso, nome ambíguo, que em má hora dera para substituir o daquela velha cidade, conquanto o nome de répercurção histórica, pelo qual os estudiosos a conhecem, é ainda Vila Bela. Daí pode concluir-se que, em função desta série de desconcontros, o auto da histórica cidade guaporeana, publicado por Severiano, continuou desconhecido ou esquecido.

O presente momento, porém, é mais que oportuno para reeditar o precioso documento e prestar novas homenagens a Severiano da Fonseca pelo muito que concorreu para divulgação da história colonial matogrossense.

Surge aqui, porém, uma pergunta: Como poderia ficar ignorado esse documento, de 1752 a 1888, a ponto de não haver nem menção d'ele? Outrossim poderá haver dúvida que ele tenha existido? De modo algum. É sabido de todos que os atos da fundação de vilas, povoados e estabelecimentos oficiais ficavam constando de uma declaração escrita, assinada por autoridades presentes e testemunhas, que tomava o nome de ata, termo ou auto. Como, pois, se omitiria registro à solenidade da fundação da sede da Capitania, quando o próprio promotor desse ato, que era o Governador, Rolim de Moura, ali estava em pessoa? O desconhecimento da ata de Vila Bela não serviria de argumento de sua inexistência.

Mas, voltando à pergunta, eis a resposta que lhe deu Severiano da Fonseca: O (auto) da fundação de Vila Bela, aos 19 de março de 1752... aqui o damos, graças à obsequiosidade do Exmo. Sr. Coronel Francisco Antônio Pimenta Bueno, de quem o obtivemos".

Agora viria a série de indagações dos leitores e minha: De onde houve o Coronel Bueno esse documento? Seria o original? Que destino teve? Disto tudo, porém, não me veio a mínima explicação. Quanto ao auto, ei-lo aqui:

"Auto da fundação da Villa Bella da SS. Trindade do Mato-Grosso, em 19 de Março de 1752".

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo de mil sete centos e cincoenta e dous annos, aos dezenove dias do mez de Março do dito anno, neste Citio chamado o Campo do Simão, por outro nome e pouso alegre, abeira do rio Guaporé e ao Poente da chapada de San Francisco Xavier do Mato-Grosso, no lugar da Praça destinada para se levantar o Pelourinho da nova villa que Sua Magestade foi servido mandar erigir e criar nestas Minas, presente no dito lugar o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dom Antonio Rolim de Moura, Governador e Capitão General delas, e o Juiz de Fora Theotonio da Silva Gusmão, e o Secretario do Governo Bartolomeo Descalça Barros, para atestar, e passar para o livro da Secretaria este Auto, e presentes os bons e o Povo que pode acistir dos Abitantes das ditas Minas, sendo ahi por ordem do dito Illustrissimo Senhor foi mandado Ler por mim tabeliam o Alvará de Sua Magestade de cinco do mez de Agosto de mil setecentos e quarenta e seis, para a Ereccão da Villa, o que por mim foi satisfeito em voz alta e intelegivel e vai o dito Alvará copiado adiante, depois deste Auto; e logo pelo dito Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Governador e Capitão General foi dito e declarado que sem embargo de que no dito Alvará determinava Sua Magestade, que o lugar da Villa fosse escolhido por cinco Homens ajuramentados,

havia ele escolhido e aprovado este Citio para a fundação da Villa, não só porque o Alvará fora passado em outro tempo, em que se não mandava General a esta Diligencia, mas pellas Ordens e instruções que tinha de Sua Magestade, e porque este era o Citio mais conveniente ao serviço de El-rey e ao bem comum, e porque ultimamente os moradores destas Minas divididos em opiniões só olhava cada um para o que lhe fazia mais conta, querendo os da Chapada, que nela se fundasse a Villa, e os de Santa Anna que fosse fundada naquele bairro, com que não estavam em termos de serem ouvidos sobre a Elleição do Citio, nunca de antes visto nem examinado por eles; Em cuja Praça no meio dela mandou o dito Ilustre e Excellentissimo Senhor Governador e Capitão General levantar o Pelourinho por insignia de se constituir e Erigir no dito lugar a referida Villa o qual presente todos os abaixo assinados foi posto com os sinaes e insignias seguintes:

Feito o dito Pelourinho de hum groço madeiro e perduravel chamado ypiuva com tres degraos em quadra de seis até oito palmos lavrado primeiro em columna trocida até certa altura e depois em piramida de quatro faces em cujo remate se collocou um braço de ferro com o Cutelo levantado em alto, e abaixo na formação da Piramida quatro varoens de ferro com suas argolas para prisoes, e abaixo, na columna duas algemas de ferro para os braços e duas para os pés. E logo pelo dito Ilustre e Excellentissimo Senhor Governador e Capitão General foi declarado que a dita nova Villa teria o nome de Villa Bella da Santissima Trindade a quem dedicaria a Igreja Matriz dela; que em reverencia da mesma Trindade Santissima simbolicamente teria por armas em meio de um escudo branco com dous circulos, um encarnado e outro azul, uma ave com corpo e cabeça do meio de Aguia, a do lado esquerdo de Pomba e a do lado direito de Pelicano ferindo o peito; e que estas mesmas armas poria a Camara no seu Estandarte por detraz das Armas

rees, enquanto Sua Magestade não mandasse o contrario; e que esta Villa sinalava e demarcava por logradouro dela na forma da ordem do dito Senhor todo o Campo desde o sangrador do mato ou Ribeirão que fica ao Sul da Villa até a Lagoa do arrosal que costea o mato de guaguassú ao Norte da Villa, que será uma legoa de terreno, e na travega desde o mato do Capam da Legoa por onde passa a Estrada que entra para esta Villa até o Rio Guaporé que serão tres quartos de Legoa de Leste a Oeste, cujo terreno não podia ser aforado pela Camara como Sua Magestade determina, ficando o dito Campo para pasto dos cavalos e gados dos moradores da Villa, e que na mesma isenção de foro ficarão comprehendidos os capoens que pelo Campo se achão que seriam para Linhas Comuas; e que caso neles fizem alguma xacra ou casa de Campo tivessem entendido não impedia em tempo algum a que os moradores da Villa mandassem neles fazer lenha, tirar cipós e cortar madeiras, e para se livrarem da intrada dos cavalos e gados do pasto comum do logradouro seriam obrigados os que tivessem xacra ou casa de campo nos ditos Capoens, a cercar as plantas que o Mato do Guaguassú e Capam da Legoa e o mato do Sangrador e o Campo que d'ahi se segue para o Sul, e o mato que acompanha o Rio Guaporé ficavão fora do Logradouro, e que a Camara escolheria a parage ou parages em que se ação de fazer boa as quatro legoas de terras que Sua Magestade lhe concede para aforar, e lho farião presentes com as confrontações para se lhes passar Cismraes pela Secretaria. Feito isto pelo Doutor Julz de Fóra presente o mesmo Ilustre e Excellentissimo Senhor Governador e Capitão General, no mesmo acto foi mandado vir o cofre dos Pelouros que havião feito em eleição dos officiaes que nestes tres annos aonde servir na Camara, e com as serimonias que a Ley determina foi tirado aberto e publicado o Pelouro que coube por sorte neste anno de que se fez

termo no Livro das Eleições a folhas trez: do Alvará de Sua Magestade já referido para a criação desta Villa só fallava de dous Vereadores e hum Procurador consultava elle dito Doutor Juiz de Fora com o dito Ilustíssimo e Excellentíssimo Senhor Governador e Capitão General na Eleição dos ditos Pelouros em que houvessem de ser tres Vereadores, e hum Procurador; porque quando se passará a Provisão para Creação da Villa fóra o tempo em que se mandavão criar dous Juizes Ordinarios, que nunca podião fazer falta cinco votos, pois na falta de qualquer Juiz ou Vereador se podia logo proceder a Elleição de outro de Barrete; porém que tomando depois Sua Magestade aresolução de mandar Juiz de Fora para estas Minas, alem de serem quatro votos em Camera sendo os Vereadores só dous, podia succeder que faltasse o Juiz de Fóra e ficavão só tres votos o que poderia ser danoso a Republica, e de todo o referido mandarão eles ditos Ilustíssimo e Excellentíssimo Senhor Governador e Capitão General e o Doutor Juiz de Fóra formar este Auto em Livro proprio da criação desta Villa sendo a tudo presentes dos bons e Povo as pessoas seguintes.

Guarda-Mór Francisco Xavier Jullio, o Reverendo Vigario Fernando Maxado de Souza e Abreo, Francisco de Salles Xavier, João Pereira da Cruz, o Sargento Mór Lourenço Soares de Brito, Pedro Vaz Justiniano, Manoel Dias Penteadado, Antonio da Silveira Fagundes Borges, Antonio Ferreira, João Nunes de Melo, João Raposo da Fonseca Goes, Manoel Vieira Benevides, Antonio Paxeco de Moraes, Bento de Souza Maxado e Abreo, Antonio de Abreo Bacelar, Sebastião Pinheiro de Almeida, Pedro Diogo da Mota o licenciado Francisco Rodrigues da Costa, José de Oliveira Pedroso, Ignacio Leme da Silva, Calistro de Souza Rego, Caetano Gil de Ataide, Luiz da Costa Silva, Antonio Botelho da Fonseca,

Manoel Bento Pereira, Bento Dias Paes, Felix Martins Claro, Antonio Leite de Almeida, Francisco Caetano Borges, Pedro Rodrigues Lima, João Gomes Santiago, José Ferreira de Mattos, André de Souza de Almeida, Rodrigo Francisco, o licenciado João Metelo de Matos, Manoel Antonio Maxado, Silvestre de Castro, João da Borba Gato, os quaes todos assinarão com o dito Ilustíssimo e Excellentíssimo Senhor Governador e Capitão General e o Doutor Juiz de Fora e o Secretario deste Governo e eu Ignacio Pereira Leão e eu Tabelião do Publico Judicial e Notas que escrevi. — Dom Antonio Rolim de Moura. — Theotônio da Silva Gusmão. — Bartolomeo Descalça Barros”.

Este documento histórico foi fornecido pelo Coronel Francisco Antonio Pimenta Bueno a J. Severiano da Fonseca, que o publicou na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, tomo 51, 2ª Parte, correspondente ao ano de 1888.

SEGUNDA PARTE — OS BRASÕES DE VILA BELA

Tinha-se como certo que as armas de Vila Bela eram o triângulo distintivo da SS. Trindade, sob cuja invocação se fundou a antiga capital motogrossense. Nogueira Coelho, em sua “Memória Cronológica...”, é quem nos deixou consignada essa informação, acrescentando, contudo, que a vila conservava tenazmente, como armas, uma águia ou pelicano.

Aconteceu, porém, que Severiano da Fonseca em 1888, ao revelar ao público a existência do auto da fundação de Vila Bela, contestou a assertiva de Nogueira Coelho, mostrando que no texto desse documento se contém explicitamente, como nele se pode ler, a descrição dos brasões daquela cidade. Não contente dessa descoberta, Severiano inseriu na página da Revista a que nos referimos, a estampa dos brasões, em acôrdo com o que elle ou desenhista entendeu da leitura do “auto”.

BRAZÕES DE VILA BELA DA SS. TRINDADE



Antigo



Atual

A nós cabe, entretanto, por nossa vez, contestar a Severiano da Fonseca e dar razão a Nogueira Coelho.

Vejamos porquê. Quanto à representação gráfica, o desenho de Severiano está às avessas, assim como o negativo de uma fotografia. O que o texto do auto diz que deve estar à direita, o desenhista colocou à esquerda e vice-versa, sabido como é que a direita e esquerda de um escudo, como de uma tela ou de uma pessoa são as dêsse escudo, dessa tela, dessa pessoa, e não as do observador que as contempla face a face. Esse é o erro de técnica que se verifica na feitura do desenho. A este erro junta-se uma imperfeição no contorno do escudo, cujas curvas revelam ignorância dos modelos clássicos.

Quanto à legitimidade dos brasões, dissentimos de Severiano e reivindicamos acerto para os que Nogueira Coelho indicou. Não há dúvida que o auto de 19 de março consigna uma ave tricéfala para símbolo da nascente capital. Ignora-se com que fundamento o fez. Talvez não passasse de pura fantasia. O triângulo, porém, a que Nogueira Coelho, presta fé, este sim, está em perfeita harmonia com o nome da vila.

Vejamos agora por que demos razão a Nogueira Coelho. O "auto" em que se baseou Severiano diz claramente: os brasões seriam aqueles — a ave tricéfala no interior de duas zonas concêntricas — mas... enquanto Sua Magestade não mandasse o contrário. Passou-se isto a 19 de março de 1752. O "auto" e os "brasões" nele descritos chegaram ao conhecimento da corte. Que teria decidido o rei? Eis o que, no ano seguinte, registra Nogueira Coelho em suas *Memórias*: "São suas armas um triângulo, por ser símbolo da Santíssima Trindade, como Sua Magestade mandou declarar em provisão... mas ela (a vila) tenazmente conserva uma águia ou pelicano".

Ora, pois, se no ano seguinte o rei mandou adotar estourtras armas para Vila Bela, é porque não aprovou aquelas, aliás apresentadas condicionalmente, enquanto S. M. não mandar o contrário. Seria esquisito que Nogueira Coelho, ponderado cronista de Vila Bela, senhor dos segredos de seu arquivo e quase contemporâneo ali destes fatos, ignorasse tais pormenores ao ponto de inventar o sentido deles e estabelecer tamanha confusão.

Que teria acontecido? Exatamente o que supusemos: o rei não se conformou com a ave tricéfala e mandou declarar que as armas de Vila Bela seriam um triângulo. Nogueira Coelho adianta que tal declaração consistia de uma provisão real de 1753, registrada na câmara de Vila Bela. Nada parece mais claro. O rei foi lógico. A ave tricéala é um símbolo exótico e sem expressão na Heráldica. Todavia, acrescenta o cronista, a câmara vilabelense recalcitava na substituição do triângulo por uma ave: águia ou pelicano.

Diante de tais disparidades, em que ficamos: ave tricéfala, triângulo, ou uma só ave? Antes de sair desta encruzilhada, precisamos dissipar uma confusão e esta é de Nogueira Coelho. Águia e pelicano não são a mesma coisa, nem na ordem nem na espécie. Talvez com a alternativa "ou" quisesse o cronista significar desacordo entre os vilabelenses na opção entre uma e outra ave, e, entrossim, que a preferência por estas aves fora influenciada pela leitura do "auto" no dia da fundação da vila. Estas duas aves, de fato, são muito estimadas pelo seu simbolismo e não eram estranhas aos vilabelenses. A águia dos Andes — o condor — consta que desce eventualmente da Cordilheira até a serra Ricardo Franco, fronteira à Vila Bela, e o pelicano é representado nos pântanos dali pelo tuiuiú, ave aquática, pernalta, como aquela.

E chegamos ao nó da controvérsia. Qual dos três brasões teria vingado: a ave preferida pelos vilabelenses, o triângulo recomendado pelo rei, ou a ave tricéfala do auto de fundação da vila? Certamente que, diante da escolha de Rolim Moura, da preferência dos vereadores e da determinação do rei, não haveria que vacilar: oficialmente teria prevalecido a escolha do monarca.

Isto pôsto, surge uma observação. Não se conhece documento algum oriundo da Vila Bela, em que figure qualquer desses brasões, ou que faça menção daquele que teria

vigorado. Quando estive nessa velha cidade, em 1950, verifiquei, consultando pessoas idôneas, que nem a Prefeitura nem a Câmara usavam qualquer espécie de brasão, e não tinham notícia de que o houvesse, noutros tempos.

Nestas condições, não podendo aceitar as armas do auto da fundação da vila, por terem sido derogadas pelas do rei, nem as da Câmara local, por não trazerem cunho oficial, nem poderem sobrepôr-se às do monarca, e, em terceiro lugar, por não vigorar brasão algum em Vila Bela, somos de parecer que se deve buscar uma solução conciliatória que tenha raízes nos três pontos de vista. Esta solução, além disso, deverá ser a que melhor condiz com o assunto ou objeto. Ora, este motivo nos leva diretamente ao triângulo, mas não exclui as circunstâncias ambientes ou motivos secundários.

Em resumo, não podendo afastar o triângulo, por ser inseparável do magno mistério, que é a Trindade, ajuntemos um elemento natural — a águia — rainha dos ares e símbolo da magestade e do engenho humano.

Esta associação de idéias, derivadas do auto de 19 de março, da provisão do rei, e da preferência dos vereadores, converge galhardamente à formação dos brasões de Vila Bela, os quais, depois de minucioso estudo, chegamos a concluir deverão ser:

**EM CAMPO AZUL, UM TRI-
ÂNGULO DE OURO TRANSPORTADO POR UMA ÁGUIA DE
PRATA QUEO VEM DEPÔR À
BEIRA DE UM RIO.**

Tudo neste escudo é magnífico: o triângulo invocativo da Trindade, que dá o nome à cidade; o ouro do triângulo que lembra a riqueza aurífera de Vila Bela daqueles tempos; a águia representa o arrôjo dos conquistadores a transportarem-se ao sertão do Oeste, por onde não havia estradas nem recursos; o rio, à beira do qual pousa a águia, é o Guaporé, de alvo leite e águas

crystalinas, como uma filigrana de prata no meio do sertão. (1)

NOTA. O estudo e a realização deste trabalho sobre os brasões de Vila Bela foram realizados em colaboração com o Sr. Luis Gomes Loureiro, diretor do Gabinete Fotocartográfico do Ministério da

Guerre. A sua cultura heráldica e o seu bom gosto artístico, são devidos a composição do assunto, os desenhos e ilustrações que dão vida a esta monografia, sem o que não se poderia chegar a um resultado lógico, coerente, rigorosamente técnico e de efeito magnífico.

(1) A Rev. do I.H., tomo 54, II, publica um longo trabalho "Brasões do Brasil", no qual o autor, depois de se referir ao triângulo mandado adotar em 1753 e a águia ou pelicano preferidos pela Vila, escreve: "Adotei para a cidade de Mato Grosso as armas seguintes: em campo azul, um triângulo de ouro, embriado da Santíssima Trindade, com a coroa mural sobreposta, tendo por timbre um pelicano. Mote: Vila Bela". Este trabalho foi transcrito no Jornal do Comércio de junho de 1880. O autor anônimo parece ser o Dr. Menezes Brum. Como se vê, esta concepção que só viemos a conhecer depois de redigido o nosso trabalho é idêntica à nossa, com a diferença que adotamos a águia em vez do pelicano.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firms:

A RENOVACÃO — Magazin do Meier — Ribeiro de Faria & Pereira Ltda. — Avenida Amaro Cavalcanti, 73-77 — Meier — Fone: 29-6798.

BRUNO SILVEIRA & CIA. LTDA. — Fornecedores do Exército — Rua Teófilo Otoni n. 58 — Fone: 43-9205.

COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE TAUBATÉ LTDA. — Rua Joaquim Távora n. 146 — Fone: 247 — Taubaté — Estado de São Paulo.

SERRARIA SANTO ANTONIO — Avenida Coelho Campos n. 379 — José Job de Carvalho — Aracaju — Sergipe.

MARINHO, SANTOS & CIA. LTDA. — Tecidos, miudezas, etc. — Rua Cons. Franco ns. 54-60 — Feira de Santa Ana — Estado da Bahia.

DESTILARIA JUBUBA LTDA. — Rua n. 4 — Margem Esquerda do Rio — Santo Amaro — Estado da Bahia.

IMPORTADORA DE MATERIAL AERONÁUTICO (IMATA) LTDA. — Avenida Franklin Roosevelt n. 115-s/704 — Fone: 42-2389.

JOALHERIA HERMAN — Rua Dr. Garnier n. 390 — RIEUX — Fone: 48-8502 — Q.G. Tel. 43-8286 — Praia Vermelha — Tel. 26-0043.

MALHARIA CLIPER LTDA. — Rua Barbosa Lima, 283 — Juiz de Fora — Fone 454 — Minas Gerais.

CIA. FIAÇÃO E TECELAGEM DE MALHA "ANTONIO MEURER" — "Marangon" — Rua Espírito Santo, 529 — Juiz de Fora.

CIA. INDUSTRIAL E CONSTRUTORA PANTALEONE ARCURI — Casa fundada em 1895 — Rua Espírito Santo, 476 — Caixa Postal, 37 — Juiz de Fora — Minas Gerais.

A POSIÇÃO DA ESPANHA NA ESTRATÉGIA MUNDIAL

Capitão de Fragata D. ENRIQUE MANERA

Publicado na "Revista General de Marina" (Espanha) e traduzido, "data vênica", da Revista Militar (Argentina), de setembro de 1951, pelo Major FLORIANO MOLLER

Vamos tratar de um tema que, na época atual, está sendo muito debatido — pode dizer-se mesmo que está em moda: — é a situação da Espanha, não sob o ponto de vista político, mas sim, exclusivamente estratégico. O caso espanhol é também objeto de discussão por parte dos responsáveis pela segurança do mundo ocidental, se bem que completamente diferente da forma por que é conduzido e tratado nas Assembleias da O.N.U. As Nações Unidas bem sabem o papel que poderia desempenhar a Espanha num próximo conflito entre os dois mundos antagônicos, que afiam suas armas e preparam suas superbombas para o choque que se avizinha e que não querem deixar de ter, na mão, trunfo tão importante, em sua própria opinião.

Mas, a verdade é que, ainda que se fale com insistência da importância futura da nossa península, a imensa maioria dos componentes de ambas as facções ignora totalmente em que isso possa consistir; tudo se resume em tagarelices e falatórios, artigos e sueltos de periódicos, em que nos comunicam a opinião de um senador americano ou de um general inglês.

Nossa intenção é descerrar o véu e mostrar a importância que a nossa posição nos empresta, sob um ponto de vista geo-estratégico e independente de nossas atuais forças políticas e militares; apoiaremos nosso raciocínio, na medida do possível, na crítica histórica.

Examinaremos nossa situação, primeiramente, de um ponto de

vista geral, para passar depois ao particular.

A Europa é constituída por u'a massa central maciça e, em geral, plana, delimitada por costas muito recortadas e que fazem face a três grandes mares, — o Ártico, ao Norte, o Mediterrâneo, ao Sul, e o Atlântico, à Oeste. O mar Ártico, por suas condições climáticas extremadas, até agora não foi considerado muito apropriado para o desenvolvimento da civilização. O Mediterrâneo é um mar interior, com duas saídas para as grandes rotas oceânicas, — o Canal de Suez e o estreito de Gibraltar. Dessas duas saídas, a mais importante, sem dúvida, é a de Gibraltar, que lhe dá acesso franco ao Atlântico, que é o oceano em torno do qual a vida moderna se desenvolve mais pujantemente e com características próprias. A prova disto é o fato de que o Canal de Suez não foi aberto senão há noventa anos e a humanidade, até então, não necessitou dele para se desenvolver. O estreito de Gibraltar, pelo contrário, foi por onde a primeira concepção da vida ocidental (tal como a conhecemos) deixou sua primitiva situação, na bacia mediterrânea, para se tornar universal.

Pelo estreito de Gibraltar passa o maior fluxo cultural, comercial e migratório que conheceu a História, e isto, de um modo permanente e contínuo. Estrategicamente falando, deve recordar-se que o Sul do continente, segundo acertada frase de Churchill, é o ventre da Europa e o acesso a êle se

efetua pelo estreito de Gibraltar — um dos pontos focais do tráfego marítimo mais importante do mundo.

Passando à costa atlântica, lembraremos que a Europa é formada por uma parte central relativamente contínua e duas penínsulas extremas, — a escandinava e a ibérica. A saída natural dos produtos europeus para as rotas gerais oceânicas como é lógico, é o litoral, utilizando os estuários de seus amplos rios navegáveis, suas baías mais ou menos profundas e seus portos.

Mas, face ao litoral centro-europeu, há as ilhas britânicas, em posição de bloqueio natural (fig. 1). Entendemos por posição bloquea-

dora aquela que dá ao ocupante poder interceptador, no que se refere ao tráfego marítimo do bloqueado. E, até agora, têm sido os ingleses que têm ocupado essas ilhas e se viram favorecidos pela sua esplendida posição. Isto quer dizer que, para se sair da Europa e atingir-se as rotas oceânicas, há de ser com permissão dos britânicos.

Mas, duas zonas européias escapam a este poder interceptador: — são as duas penínsulas extremas, a Escandinávia e a Espanha, que têm suas saídas para o Atlântico completamente livres, sem que nada as impeça. Por esta razão, os únicos povos descobridores foram os Vikings e os Ibé-



Fig. 1 — A Inglaterra tem uma posição bloqueadora natural, sobre as costas européias, exceto as duas penínsulas extremas, escandinava e ibérica

ricos; os demais, ainda que perfeitamente dotados para estes mistérios, não o puderam sem a permissão da Inglaterra.

Esta circunstância explica por que, quando nós, os hispanos criamos um império ultra-marino, conseguimos durante três extensos séculos, manter as comunicações com nossas colônias, apesar da debilidade da nossa Marinha de Guerra em relação à inglesa. Só quando esta conseguiu ocupar bases nos pontos focais do nosso tráfego, — Jamaica e Gibraltar, — foi que se acelerou a nossa decadência marítima.

Resumindo: — A Espanha, excetuando a Noruega, é a única nação continental que está aberta às rotas oceânicas e de seus portos se as pode alcançar sem a interferência de nenhum poder interceptador extranho; portanto, quem as ocupe, pode enviar ao Atlântico seus navios de superfície, seus submarinos ou seus aviões, sem que ninguém se lhes possa interpor, a não ser uma força aero-naval colocada permanentemente frente às suas costas e, portanto, exposta aos ataques que destas se podem realizar.

É pois, esta característica de saída fácil para as rotas oceânicas por quem ocupe a Ibéria, uma das que lhe dá real importância na estratégia geral européia, em todas as épocas e em quaisquer circunstâncias, como vamos mostrar a seguir.

De um modo geral, podemos dizer que, desde a época da formação das grandes nacionalidades, posterior ao Renascimento, a política européia sempre tem obedecido à mesma linha de ação, — a do equilíbrio de forças. Essa linha de ação é de criação francesa; mas, desde logo, a Inglaterra compreendeu que, por ser uma potência extra-continental, poderia basear a sua política no equilíbrio de forças, o que a converteria em um potente poder naval, isto é, em árbitro das lutas continentais. As guerras européias dos dois últimos séculos sempre tiveram por

objeto a manutenção desse equilíbrio.

Mas, de quando em vez, tem surgido no Continente uma potência aspirando assumir a hegemonia, liderada por um personagem que quer romper esse equilíbrio a seu favor; assim, apareceu o tipo do perturbador continental, ao qual a Inglaterra se lhe tem oposto em todas as ocasiões, a fim de salvaguardar esse equilíbrio e continuar o seu papel de árbitro. Felipe II, Luiz XIV, Napoleão, Guilherme II e Hitler balizam esta constante histórica. Em todas as ocasiões, apoiaram os seus direitos à hegemonia continental em forças militares formidáveis, muito superiores às de seus adversários. Para lutar contra a Inglaterra, necessitavam, em primeiro lugar, de uma ampla e fácil saída para o Atlântico. Para isso, trataram de, por meios políticos ou militares, atrair, para a sua órbita, as duas penínsulas européias extremas, — a escandinava e a ibérica. Depois, em uma segunda fase, pretenderam levar seus exércitos a transpor o canal e invadir a Inglaterra.

Felipe II, como já ocupava uma das duas penínsulas, onde se achava a sua base de operações, não necessitou senão tentar a invasão.

Luiz XIV cometeu o erro de provocar a inimizade da Espanha, e, quando quiz retificar a sua atitude, já era tarde.

Napoleão deu-se conta imediatamente da importância das duas penínsulas, como meio de completar o seu plano de bloqueio continental, servindo-se primeiramente da Espanha, como base de sua grande manobra marítima, para a conquista da Inglaterra, que culminou em Trafalgar. A França, cometido o erro, que trouxe consigo uma sublevação popular, somente em 1908 perdeu as possibilidades que lhe oferecia a nossa aliança, passado-as para as mãos da Inglaterra, que desta forma, salvou a sua crise estratégica.

Guilherme II, em face da posição da Alemanha, viu-se, de forma radical, encerrado no mar do

Norte pelo natural bloqueio britânico. Somente com o aparecimento da arma submarina é que a Alemanha pôde lançar-se sobre o tráfego aliado no Atlântico; mas a sua frota de alto mar, durante toda a guerra, ficou sem sequer poder tentar algum raid sobre as linhas de comunicações do adversário.

Hitler aprendeu a lição e buscou saída fácil para as linhas de tráfego universal, conquistando a Noruega por meio de uma operação magistral e tomando seus profundos fjords como base de operações. Também, como Napoleão, pensou na Espanha, mas a lembrança do fracasso francês e a inteligência do nosso atual governo fez com que parasse nos Pirineus.

Em conclusão, todo perturbador do equilíbrio continental, em suas lutas com uma potência marítima extra-continental (chame-se esta Inglaterra ou América do Norte), teve sempre que tratar de obter uma saída fácil para as rotas oceânicas, ocupando, para isso, as duas penínsulas extremas, — Escandinávia e Ibéria, — particularmente esta última, com o objetivo de montar operações navais contra o tráfego inimigo e bem assim não ser interceptado pela posição natural da Grã-Bretanha. Se, em determinados momentos históricos, esse perturbador continental sentiu-se em superioridade naval e em condições de disputar o domínio do mar por meio da batalha, — necessitou o concurso da Espanha, ou, pelo menos, sua neutralidade, para poder concentrar, em um só ponto, as suas forças navais do Mediterrâneo e do Atlântico e, assim, alcançar a superioridade numérica.

Reciprocamente, sempre que uma potência marítima (até agora a Inglaterra e nesta última guerra também a América do Norte) tratou de lutar contra um perturbador continental que houvesse pôsto a totalidade ou quase todo o continente europeu sob seu controle político, o teve que fazer

apoiando-se numa das penínsulas européas. Uma vez que estas, em virtude da sua estrutura geográfica, estão ligadas ao continente somente por um istmo, suas comunicações com o centro, onde reside a força do perturbador, só podem ser efetuadas por essa via. Em contraposição, para a potência marítima, todos os caminhos marítimos estão livres, com acesso franco a todos os seus portos, além do maior rendimento do tráfego marítimo sobre o terrestre, o que permitirá à potência marítima uma superioridade local sobre o mesmo perturbador continental, podendo, em último caso, escolher a península como base da reação na reconquista do continente.

Os exemplos de Torres Vedras, entre 1808 a 1814 e o desembarque aliado na Itália como primeiro lance da invasão da Europa, na 2ª Grande Guerra, fluíram e confirmam esta assertiva.

Até agora só nos temos referido ao encaixe da peça espanhola no Teatro de Operações europeu; resta-nos estudar a sua situação em relação à África e ao Mediterrâneo.

A Espanha é a guardiã natural do estreito de Gibraltar. O "Peñon" (*), em mãos inglesas, só de leve estorvaria o nosso controle sobre o mesmo. Em face da potência destruidora do armamento moderno, a fortaleza inglesa tornou-se exigua, pois, pelo menos, poderia ser neutralizada, admitindo-se que possa resistir. A verdadeira importância do "Peñon" não reside em seus canhões, mas sim na força naval a que possa servir de base; uma base naval necessita ter à sua retaguarda uma área ampla que lhe permita apoio tático e logístico, pois senão ficaria na difícil situação de base sitiada, dependente dos comboios que lhe possam chegar. O caso desta última guerra foi muito diferente, em virtude da neutralidade espanhola.

Para dominar o estreito, no conceito mais amplo, é preciso estar

(*) Peñon — penhasco.

de posse dos seus acessos, isto é, do litoral, nas áreas circunvizinhas, tais sejam a baía de Cadiz e o mar de Alborán. Na realidade, quem domine a costa, de Cadiz ao cabo de Gata, ocupará uma posição tal que lhe permitirá o controle total desse importante passo, por meio de campos de pouso costeiros e das duas bases navais de Cadiz e Cartagena, afora o apoio dos demais portos e costas, inclusive as do Norte da África, que também são nossas.

Insistiremos em afirmar que, na atualidade, o "peñon" não domina o estreito; faz falta ter domínio sobre os seus acessos e, nestes, é a Espanha quem manda. Na hipótese de uma situação hostil entre a Espanha e a Inglaterra, esta não conseguiria controlar tal região focal, a não ser que ampliasse a sua base e fizesse sua a Baixa Andaluzia, no mínimo. O "Peñon" poderia então ser, pelo menos, anulado e, como dissemos antes, convertido em estorvo, mas jamais em uma barreira.

Passemos a considerar a importância que tem o domínio do estreito na estratégia geral.

No referente à África, constituem as Colunas de Hércules a união natural dos dois continentes; é o único ponto do Mediterrâneo que está a uma hora de navegação da Europa. A passagem de forças e equipamento em quantidade tal, de modo a fazer sentir seu peso sobre todo o norte da África, pode fazer-se com algumas embarcações em poucos dias e na mais completa impunidade. Compare-se isto com a remessa de suprimentos pelos italianos para o seu Exército e o *África Korps*, durante a última guerra, através da outra passagem mediterrânea, o Canal da Sicília (a segunda em importância), e compreender-se-á a transcendência do controle do estreito de Gibraltar. Esta facilidade de transposição entre os dois continentes é tão importante, que podemos dizer, sem receio de equivocar-nos, que o futuro do

Norte da África, em uma próxima guerra, está na dependência do detentor do estreito, não se podendo operar neste teatro senão contando com a amizade da Espanha ou com sua neutralidade. Deve ter-se em conta que, na última guerra, os americanos puderam desembarcar em Casablanca e Argel, porque permanecemos neutros, pois, de nenhum modo poderiam tê-lo realizado, pelo menos, sem encontrarem uma forte oposição, seguida da chegada de numerosos reforços de toda ordem e a destruição dos 600 aparelhos amontoados no aeródromo de Gibraltar. A famosa campanha do Norte da África, levada a cabo por Montgomery, teria, talvez, evoluído de forma muito diferente, na hipótese de que a Espanha tivesse se alinhado ao lado das potências do Eixo; é oportuno recordar-se que os suprimentos chegavam a esse general pela rota do Cabo da Boa Esperança e os alemães poderiam ter recebido, pelo estreito, tudo o que houvessem necessitado.

O servir de traço de união entre a Europa e a África talvez seja uma das maiores vantagens que a Espanha possa dar às nações ocidentais, pois se o nosso país e, por conseguinte, o estreito, passassem para o controle dos orientais, todo o norte da África perigaria e, se ao domínio da Eurásia conseguissem juntar a zona do estreito, é muito possível que os ocidentais perdessem suas probabilidades de êxito, em virtude da falta de bases para a reação.

Mas, todos os países situados na costa meridional da Europa, assim como os países do Oriente Próximo, também dependem de Gibraltar. Este estreito é o único local por onde podem entrar reforços e suprimentos para esses territórios; como é óbvio, pelo Canal de Suez, os suprimentos não podem chegar com rapidez e tonelagem necessárias. Se o estreito de Gibraltar fosse fechado à navegação ocidental, todas as regiões citadas ficariam dependentes de seus próprios recursos materiais e morais; não tardariam

em cair em mãos inimigas; perigaria, inclusive, o Canal de Suez. Toda a bacia mediterrânea dependeria, nessa ocasião, daquele que dominasse o estreito, do qual a Espanha tem a chave e, se os orientais conseguissem se apossar de Suez, Gibraltar e da Eurásia, é muito provável que alcançassem a vitória ou pelo menos prolongassem a luta durante várias gerações. Eis aí por que a Espanha, pelo fato de estar a cavaleiro do Mediterrâneo e do Atlântico, ligando dois continentes, forçosamente desempenhará um papel de decisiva importância no próximo conflito.

Na mesma situação, de dependência do estreito, estão todos os países do Oriente Próximo, com suas importantíssimas reservas petrolíferas. Será impossível querer apoiar esses países, inclusive a Turquia, apenas com a remessa de suprimentos que lhes cheguem por Suez. É preciso ter em conta que esses países fazem fronteira com os orientais e que o seu ataque pode ser fulminante e sem ser retardado por uma longa marcha através de todo um continente, como no caso da Espanha. O auxílio a esses países terá que ser rápido e bastante potente; sua via de acesso não poderá ser senão a do Mediterrâneo.

Outra característica importantíssima de Gibraltar consiste em servir de pivô a qualquer operação naval Atlântico-Mediterrânea, podendo a força de cobertura aí situada vir em apoio de qualquer um dos grupos do dispositivo de manobra, dada a sua situação central e focal. Confirma esta assertiva o dispositivo inglês, durante a guerra passada. Em linhas gerais, e sem entrarmos em minúcias, podemos dizer que a cobertura geral da esquadra inglesa consistiu em um grupamento naval na metrópole, situado em Scapa Flow; outros dois em Gibraltar e Alexandria e um quarto no Atlântico Sul, em Free Town, em certos períodos da guerra. Desta forma, se os alemães decidissem atuar com seus elementos de superfície no Atlântico Norte,

teriam que se haver com uma concentração dos grupamentos de Scapa Flow e Gibraltar. No Atlântico Sul, também poderiam se concentrar as forças de Free Town e Gibraltar e no Mediterrâneo, contra os italianos, poderiam atuar os grupamentos "H" e "Q" de Alexandria e Gibraltar. Recorde-se o caso do "Bismarck" e os diversos combates com os italianos no Mediterrâneo, assim como os movimentos que redundaram no afundamento do "Graf Spee" no Rio da Prata. Sem Gibraltar, nada disso teria sido viável.

* *

Passemos a tratar do outro tema, no qual a posição geográfica proporciona à Espanha uma importância indiscutível e é o referente à sua situação quanto às comunicações marítimas mundiais e particularmente das européas.

Sabemos que a extraordinária importância das comunicações marítimas está no fato de ser este o mais econômico e mais eficiente meio de transporte; apesar do desenvolvimento alcançado pela mecanização dos meios terrestres, atualmente 70% das mercadorias que circulam pelo planeta o fazem por mar. Esta é também a razão pela qual, até agora, as ligações navais tenham sobrepujado às continentais, pois, graças ao domínio das comunicações marítimas puderam concentrar seus recursos e impedir a chegada dos mesmos aos seus adversários. Por esta razão, o principal objetivo da guerra marítima é o controle das comunicações, necessitando-se, para isso, de forças navais suficientemente poderosas para adquirir o domínio do mar ou, pelo menos, assegurar este domínio, de modo a exercer o controle das comunicações. Mas, será necessário, além disso, dispor de bases suficientemente bem situadas no referente às linhas de comunicações, para que estas fiquem dentro do raio de ação de nossos navios e aviões. Sob este ponto de vista, vamos estudar a posição geográfica da Espanha.

Se observarmos as linhas de comunicações marítimas que, como um sistema arterial, percorrem os mares da terra (fig. 2), veremos que existem cinco linhas principais que vão convergir no Canal da Mancha e no Mar do Norte, região focal mais importante do tráfego mundial e que faz o papel de coração do mundo e onde se encontram os portos europeus mais importantes: — Londres, Hamburgo, Rotterdam, Cherburgo, Liverpool, Havre, etc.

Estas artérias, que convergem no Canal da Mancha, têm suas origens em Nova York e na Antilhas, coletando o tráfego do Canal do

Panamá e da América Central; a corrente do Rio da Prata, incorporando-se ao tráfego do Brasil e do Estreito de Magalhães, África Equatorial e Cabo da Boa Esperança; e, por última, a corrente mediterrânea que recolhe o tráfego do Oriente Próximo e Remoto, Austrália, além das linhas norte-africanas.

Pois bem, se observarmos estas cinco grandes artérias do tráfego mundial, num esquema tal como o da figura 2, veremos que todas elas, antes de entrarem em seu ponto de convergência, passam a relativamente pequena distância das costas da península ibérica,

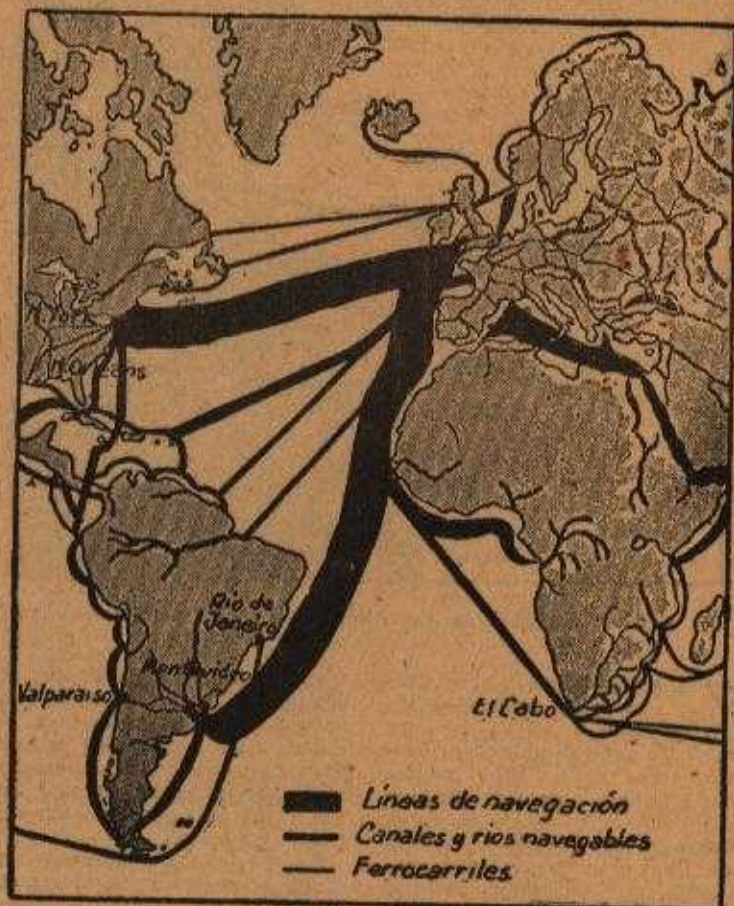


Fig. 2 — Esquema das principais linhas do tráfego marítimo mundial

ou seja o tráfego mundial está ao alcance das forças aero-navais espanholas. Como é natural, esta circunstância especial supervaloriza a potencialidade de nossos vasos de guerra e dos aviões da nossa Força Aérea, de tal forma que, ainda que possuindo um pequeno número de aparelhos, seu rendimento pode ser muito superior aos de outras potências com muito mais meios aeronavais que os nossos, mas sem o poder interceptador que lhes proporciona a nossa posição.

concorre para o Canal da Mancha, com possibilidades de retirada, em caso de perigo de forças superiores e com uma magnífica situação em El Ferrol para colocar um elemento forte que assegure cobertura ao conjunto.

O círculo mais afastado, com uns 2.400 km de raio, corresponde à aviação de reconhecimento e de bombardeio, o que faz com que a zona onde a navegação é mais densa fique sob as asas espanholas. Se, na última guerra, houvessemos intervido ao lado da Ale-

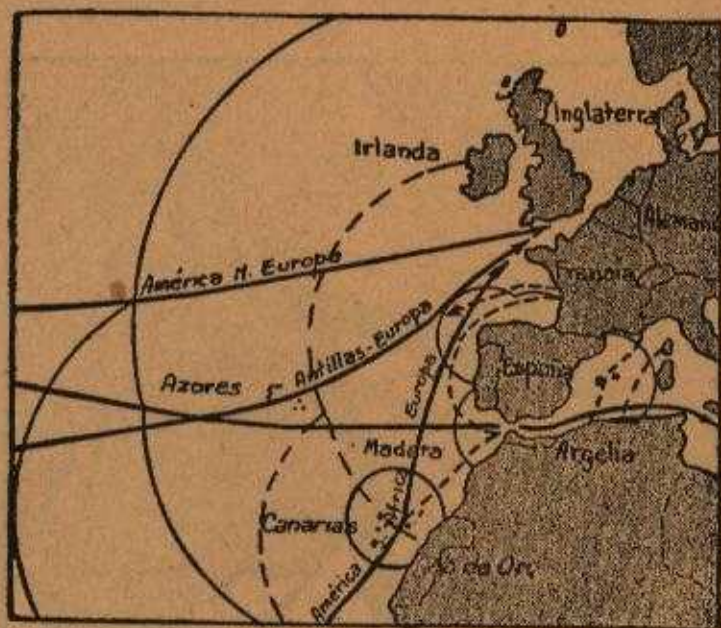


Fig. 3 — Esquema dos diferentes raios de ação das forças aero-navais espanholas

Para demonstrar nossa tese, basta lançar uma vista d'olhos ao esquema número 3. Nela, figuram os raios de ação dos diversos elementos aero-navais. Para os elementos ligeiros, lanchas rápidas, etc., de ação geralmente noturna, supomos um raio de ação de 960 km, o que lhes proporciona uma ampla zona no Atlântico, podendo operar com folga sobre as três artérias principais do tráfego que

manha, com uns 400 aviões de combate em nossos aeródromos, teríamos desempenhado um papel muito mais importante e decisivo para alcançar as linhas de comunicações britânicas, do que toda a Luftwaffe atuando da Alemanha e países ocupados.

No esquema número 3 pode observar-se, com clareza, como o Mediterrâneo ocidental pode ser totalmente dominado por nós, com

as consequências correlatas para as comunicações entre a França e o seu império norte-africano.

Nêle também se aprecia, com clareza, o domínio espanhol sobre os acessos ao estreito de Gibraltar e o total estrangulamento das comunicações que poderemos exercer, com êsse domínio.

Como conclusão de tudo o que ficou exposto, podemos dizer que a situação da península ibérica proporciona, às forças aero-navais e submarinas que nela tenham bases, grandes possibilidades de interceptação do tráfego mundial, como nenhuma outra nação da terra pode oferecer, — situação essa que pode ser bem aproveitada pelos espanhóis e seus aliados ou por quem ocupe o nosso país.

A Espanha pode bem ser a porta das armas dos ocidentais, na hipótese de uma situação de hegemonia oriental do Continente defendida pela muralha natural que lhe proporcionam os Pirineus, na garganta formada pelo seu istmo de união.

Mas, constituem os Pirineus, atualmente, uma defesa tão formidável para tornar a Espanha inexpugnável nesse setor? É difícil responder a esta interrogação; mas, podemos afirmar que é infinitamente mais forte que as linhas Maginot, Siegfried, Stalin, Metaxas e demais linhas fortificadas que desempenharam algum papel, na última guerra. Desde os Montes Urais às Costas francesas do Atlântico, não há região natural mais facilmente defensável que os Pirineus. Contra esta afirmativa, pode citar-se as várias vezes que os Pirineus foram violados no decurso da História. Mas, se examinarmos alguns casos, mesmo ligeiramente, observaremos que sempre o foram e com a complicitade espanhola ou não, foram defendidos por várias causas. Podemos relembra o fracasso de Carlos Magno; mas, sem remontar a tanto, na guerra dos Trinta Anos, os franceses fracassaram em Fuentealba e Lérida, entrando na Catalunha em virtude da sublevação desta região. Luiz XIV também foi mal sucedido diante do débil Carlos II; na guerra

do Rossignol, depois de uma primeira derrota, as tropas atacantes conseguiram penetrar pelos passos ocidentais, chegando a San Sebastian e ameaçando Bilbao, mas sem chegar a uma penetração interior bem definida. Napoleão ocupou Pamplona, valendo-se de astúcia e traíçoando nossa amizade. E, finalmente, os "Cem Mil Filhos" de São Luiz violaram os Pirineus pela derradeira vez, graças à complicitade de uma boa parte do povo espanhol.

Pelo que acima ficou exposto, depreende-se que, sempre que nos decidimos a defendê-los com decisão, os Pirineus têm-se mostrado intransponíveis, podendo afirmar-se que a linha de invasão Norte-Sul da Espanha é a mais difícil da península. Na hipótese de que os orientais lograssem chegar aos Pirineus, o fariam na mesma situação que os alemães no Cáucaso, isto é, muito afastados de suas bases e desgastados pela luta, se bem que não possamos deixar de lembrar que o envolvimento vertical e a eficácia do armamento moderno sejam um fator em contrário, com o qual teremos que contar para nos situarmos diante da realidade do problema.

Finalmente, fazendo um resumo geral de tudo o que foi exposto neste pequeno estudo, poderemos, para concluir, enumerar sucintamente as vantagens e desvantagens que, aos orientais e ocidentais proporcionar a posse da península ibérica ou a aliança com os seus detentores.

A ESPANHA EM PODER DOS ORIENTAIS

1. Fácil saída dos submarinos e dos aviões para atingirem as rotas oceânicas.
2. Bases de suprimento dos orientais, longínquas e de difícil acesso.
3. Fechamento do estreito de Gibraltar.
4. Possibilidade de invasão da África do Norte.
5. Possibilidade de domínio do Sul da Europa e do Oriente Próximo.

6. Possibilidade de fechamento do Canal de Suez, como consequência do domínio do Mediterrâneo, de forma absoluta.

7. Perigo para as reservas petrolíferas ocidentais do Oriente Próximo.

8. Dificuldade da reação ocidental, por falta de bases.

A ESPANHA AO LADO DOS OCIDENTAIS

1. Situação marítima estratégica dos orientais, análoga à dos alemães na 2ª Grande Guerra.

2. Aproveitamento da península como base da reação e praça das armas dos ocidentais, na reconquista ou defesa da Europa.

3. Segurança proporcionada pelos Pirineus, como linha defensiva da praça das armas espanhola, — muito superior às linhas defen-

sivas artificiais do restante da planície europeia.

4. Afastamento da península ibérica do centro de potência do adversário.

5. Domínio do estreito de Gibraltar.

6. Invulnerabilidade da África do Norte.

7. Manutenção das comunicações com o Sul da Europa e o Oriente Próximo.

8. Possibilidade de defesa das áreas petrolíferas do Oriente Próximo e do Canal de Suez.

E, para encerrar o assunto, diremos que todas estas vantagens e desvantagens existem, sem considerar, talvez, uma das mais importantes: — o alinhamento dos espanhóis em qualquer um dos partidos, com seu tradicional valor combativo.

SENTE-SE DOENTE ?

VOCE JA PENSOU NO SEU FIGADO ?

Esse mal estar, essas perturbações digestivas (azia, dispepsia, sensação de peso no estômago, gosto ruim na boca, etc.); intestinais (prisão de ventre, gases excessivos, cólicas, colites, etc.) e nervosas (neurastenia, insônia, sensação de constante cansaço, etc.) que tantos sofrimentos lhe trazem, certamente já fizeram você pensar em possíveis moléstias do estômago, dos intestinos ou do sistema nervoso. E naturalmente você até já usou remédios que lhe pareceram indicados para o seu caso. E tudo sem resultado, não é? Você já pensou no seu fígado? Pois saiba que um fígado doente, um fígado funcionando mal pode perfeitamente ser — e quase sempre é — a causa de todos esses males tão desagradáveis e martirizantes. Devido à sua importantíssima missão no equilíbrio geral do organismo é indispensável que ele funcione perfeitamente e qualquer perturbação que o atinja produz desde logo toda aquela imensa série de males. Se está doente, pense no seu fígado. E vá do pensamento à ação: recorra imediatamente ao Hepacholan — o remédio seguro, o remédio eficaz, o remédio capaz de assegurar ao seu fígado uma perfeita normalidade e um funcionamento perfeito. Hepacholan é saúde para o seu fígado, quer dizer: saúde para você. Hepacholan se apresenta em líquido e em drágeas e em dois tamanhos: "Tamanho Normal" — a preço extremamente módico — ao alcance de qualquer bolsa e "Tamanho Grande" — o tamanho justamente apelidado de econômico pois é o dobro do "Normal" e custa muito menos do dobro. Escolha o tamanho que mais convenha às suas finanças, mas não deixe de exigir o remédio que convém à sua saúde: HEPACHOLAN.

A BATALHA DO "SALIENTE" E A MANOBRA

Ten.-Cel P.E.F. DA SILVA,
Instrutor na E.C.E.M.A.R.

A contra ofensiva das Ardenes, cognominada a batalha do saliente, constitui um exemplo clássico para estudo das manobras idealizadas pelos Altos Comandos Alemão e Aliado. A duração da batalha, os efetivos lançados à luta por ambos os partidos, os Chefes que se defrontaram, representam elementos interessantes para uma apreciação crítica do que foi esse tremendo choque armado, em plena batalha, no teatro de guerra do ocidente europeu.

O testemunho insuspeito de alguns escritores militares muito nos ajudará neste trabalho. Outras vezes, a palavra dos próprios comandantes dos Exércitos, apreciando esta ou aquela fase das operações, esclarecerá melhor.

Lancemos um golpe de vista sobre o croquis anexo, cujas linhas gerais dão uma idéia bastante aproximada do que ocorreu durante os meses de dezembro de 44 e janeiro de 45.

Primeiramente, analisemos a manobra alemã, de vez que a iniciativa das operações coube a esse partido.

Quais as linhas mestras dessa manobra?

1. O ariete germânico foi lançado exatamente sobre a parte mais fraca do dispositivo aliado. O 1º Exército norte-americano tinha, na fronteira da Bélgica, algumas divisões bastante estendidas.

2. A massa de manobra jogada por RUNDSTEDT era, de fato, um poderoso elemento. 23 Divisões, das quais 8 eram "panzers"! O grande general alemão aplicava, assim, no ponto adequado, o máximo de suas forças. Atendia per-

feitamente o clássico princípio de guerra.

3. A operação conseguiu plena surpresa. Os aliados jamais haviam concordado em que os alemães pudessem jogar forças blindadas em terreno tão hostil como as Ardenes.

4. Houve estreita cooperação entre as forças de terra e do ar. Só na frente do 1º Ex. N.A., a Luftwaffe empregou mais de 500 aviões!

5. Os objetivos estratégicos da campanha, escolhidos — LIÈGE a princípio, e depois ANTUÉRIA, uma vez atingidos, teriam separado as forças aliadas do Norte das do Sul, e possibilitaria depois batê-las por partes.

Esses aspectos demonstram bem como o Alto Comando Alemão concebeu a operação. Foi uma cartada decisiva. Von Rundstedt, já prisioneiro dos americanos, disse: "Se nossas reservas, em homens e material, tivessem chegado à brecha conseguida, tão rapidamente quanto Patton, vindo do sul, agiu sobre o bolsão, a história, quem sabe, mudaria de versão".

Por que então, tão bela concepção, aliada à uma execução esmerada, por parte das treinadíssimas e experimentadas tropas alemãs, degenerou em fracasso? A resposta está lá atrás das linhas de frente. A LOGÍSTICA perdeu RUNDSTEDT. As divisões coraçadas, empurradas violentamente no saliente de Bastogne, viram-se, algum tempo depois, detidas por falta da preciosa essência; seus canhões que varreram, de início, as linhas aliadas, com chuvas de metalha, pouco a pouco foram silen-

ciando. A prova mais evidente disso está em que as tropas alemãs, por deficiência de apoio logístico, aproveitavam todo e qualquer material americano aprisionado, fazendo-o voltar contra os seus antigos donos. Até *tanks* Sherman foram utilizados pelas guarnições alemãs.

A falta de apoio logístico trouxe, como consequência lógica, a impossibilidade de conservarem o impulso inicial.

A máquina de Rundstedt, admiravelmente concebida, montada e acionada, fracassou porque não tinha vida por muito tempo!

Passemos agora para o lado do ocidente e investiguemos o que se passou com as forças aliadas, especialmente as do 3º Exército, sob o comando do Gen. Patton.

O 1º Ex. N. Americano fôra jogado para trás, numa profundidade de mais de 40 milhas. A frente de ruptura estendia-se por mais disso. O dispositivo estava bastante comprometido.

Fazendo face à ponta de lança do ariete alemão, lutavam desesperadamente três divisões de infantaria americanas e uma divisão blindada francesa. As perdas em homens e material eram grandes.

EISENHOWER chama então, ao seu Q. G., os Cmts. de Exército e, em plena crise, apela para o General PATTON, perguntando-lhe: "quantos dias precisa o Sr. para trazer o seu Exército, que está ao sul, para ajudar o 1º ao norte?" A resposta não se fez esperar e veio nos moldes da personalidade do grande cabo de guerra americano: "Quantos dias? Meu Exército já está a caminho do norte!"

O Exército de Patton ia constituir a massa de manobra para conter a investida alemã. As forças somavam 3 corpos de Ex., com 4 a 5 divisões blindadas. Isso seria o bastante para desfechar o "punch" contra o flanco do bolsão criado pelos germânicos.

O deslocamento dessa formidável massa de forças, estimada em cerca de 300.000 homens, através estradas congestionadas pelas alternati-

vas da batalha, não teve similar na história. E foi realizado na mais completa ordem, segundo planos simples e metódicos, elaborados pelo magnífico estado maior do 3º Exército.

Se descermos um pouco aos pormenores da manobra de Patton, veremos que obedeceu plenamente a exigências da estratégia e da tática. No que respeita à segurança da manobra, vemos o XX Corpo aferrar-se às resistências inimigas face a Este, embora tendo sido obrigado a estender-se em larga frente. Quanto à segurança tática do deslocamento, para o norte, vemos suas tropas de cavalaria mecanizada precedendo os grossos largamente. E, o mais importante, os oficiais e ligação de Patton junto às forças da brecha, enviados de avião junto aos respectivos comandos para, desde logo, "verem" por ele o que se passava.

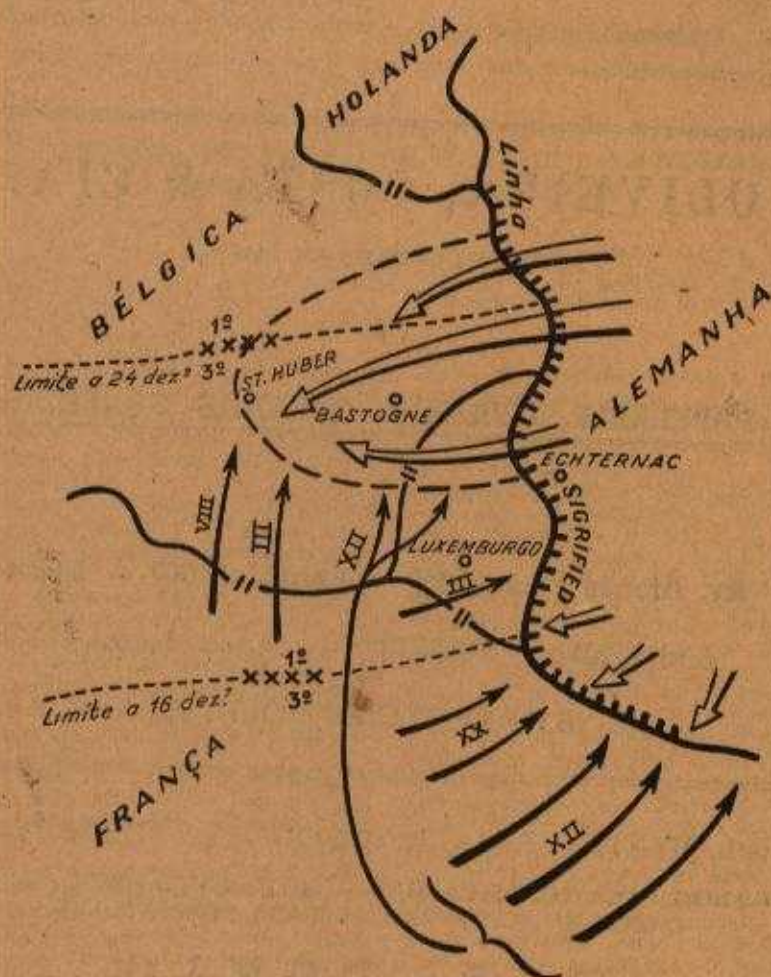
A surpresa também foi obtida, seja no tempo, pela intervenção inesperada das forças do 3º Ex., seja pela presença, no campo de batalha do bolsão, do grande adversário que Patton representava, sempre respeitado e temido pelos alemães, que o conheciam de sobra das campanhas da África e da Sicília. O próprio Rundstedt, quando soube disso disse: "Com essa não contava!"

Finalmente, devemos ver na manobra aliada, a RAPIDEZ com que foi montada e que permitiu, desde logo, limitar a progressão do avanço alemão e, depois, cortar as pontas de lança que já tinham avançado perigosamente.

Em ambos os partidos, o FATOR METEOROLÓGICO fez sentir as suas influências. Para os alemães, favorecendo-lhes a reunião de meios poderosos, de vez que a Aviação aliada havia sido aliada do ar na ocasião. Para os aliados, e de forma dolorosa, cegando-os, a ponto de serem completamente surpreendidos em tal escala.

Mais tarde, é verdade, foi o próprio mau tempo que ajudou a reunião e movimentação das forças de Patton para o norte, embora sujeitando-as a sacrifícios inauditos.

A BATALHA DO SALIENTE



Ao encerrarmos essas considerações, queremos frizar bem que :

1. Houve uma sábia concepção de parte dos alemães para a arremetida das Ardennes ;

2. Houve um perfeito equilíbrio estratégico na resposta dada pelos aliados ;

3. É incontestável o valor da lo-

gística no empreendimento de ações desse vulto ;

4. É de valor inestimável o trabalho de EM no preparo das decisões dos Chefes e, em seguida, na execução das medidas decorrentes ;

5. O fator moral continua a ser o predominante nas batalhas ;

6. Finalmente, o TEMPO, com suas restrições de toda ordem, afeta profundamente o curso das guerras.

OLIVEIRA, COSTA & CIA.

CASA FUNDADA EM 1886

*

PAPELARIA, LIVRARIA, OFICINAS GRÁFICAS

*

Av. Afonso Pena, 1050 — Fones, 2-1607 — 2-3016

End. Telegr. "PAPEIS" — Caixa Postal, 14

BELO HORIZONTE

(5-MG)

ROLAMENTOS PARA INDÚSTRIA E AUTOMÓVEIS

BOMBAS PARA TODOS OS FINS — MOTORES "DIESEL" CONJUGADOS C/ ALTERNADORES PARA FORÇA E LUZ

M. S. DURÃO

IMPORTADOR

RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 370 — END. TEL. "DURÃO"

FONE, 33-7767 — CAIXA POSTAL, 7852 — SÃO PAULO

EVOLUÇÃO DAS NOSSAS FRONTEIRAS

Cap. LUIZ ALBERTO DE FREITAS

V

A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII E AS NOSSAS FRONTEIRAS COM OS ESPANHÓIS

1750 nos traz, com o Tratado de Madrid, após 70 anos de discussão sobre a posse de Sacramento, o conceito do "uti possidetis" e a posse do atual Rio Grande do Sul.

Inicia-se o século com Felipe V de Espanha apresentando Portugal com a Colônia do Sacramento e a ilha de S. Gabriel, fronteira à mesma. Foi o tratado de 13 de junho de 1701.

Assim, continuava Portugal na posse da Colônia do Sacramento, situação que desfrutava desde 1683, por efeito do Tratado Provisional de 7 de maio de 1681, muito embora ante a natural hostilidade das tribos indígenas aculadas pelos padres das missões (Rocha Pombo) e as incessantes reclamações das autoridades de Buenos Aires à corte espanhola, que por fraca, nada podia fazer.

Felipe V cedia Sacramento a Portugal em troca do apoio à sua ascensão ao trono espanhol, mas Luis XIV, que afinal negociara tudo isso no seu exclusivo interesse, exige de Portugal a entrega à França do território amazônico que, entre ambos os países, estava em secular disputa. Portugal, não podendo resistir, entrega. Fica, porém, esperando a primeira oportunidade para aliar-se aos inimigos da França, que coligavam-se para, derrubando Felipe V do trono espanhol, aí colocar o Arquiduque

Carlos da Áustria, manobra com que pretendiam barrar a crescente influência de Luis XIV nos negócios europeus, impedindo-o de dominar a Espanha.

Ainda em 1703, o "statu quo" na fronteira sul mantinha-se inalterado. Nesse ano, porém, a 16 de maio, Portugal assina, em Lisboa, o tratado negociado por Methuen, pelo qual adere à Liga contra a França e Felipe V, em troca do não reconhecimento da cessão do território amazônico que acabara de fazer à França, bem assim como, ao contrário, em troca do reconhecimento e da confirmação da sua posse sobre Sacramento e ilha de S. Gabriel.

Vê-se, assim, que Portugal negocia sua atitude na política europeia por todas as suas aspirações na América, muito embora fôsse ficar jungido, economicamente, à Inglaterra, o que graves dissabores lhe iria acarretar, entre os quais, o de ter que tomar atitude em quase todas as lutas da Inglaterra contra a França, situação esta que, no início do século seguinte, iria promover o grande acontecimento para a vida política do Brasil: a vinda da família real para o Rio de Janeiro.

Embora o Tratado de Methuen fôsse assinado em maio de 1703, a guerra aberta entre Portugal e Espanha só vai desencadear-se a 30 de abril de 1704, por iniciativa de Felipe V, que a declarou a D. Pedro II, quando da acolhida triunfal que êste promovera em Lisboa ao arquiduque Carlos da Áustria.

Escreve porém Rocha Pombo que, já em 1703, sinais de guerra prenunciavam maus dias para Colônia. Assim, seu governador, Sebastião Veiga Cabral, nesse ano, pede reforços ao Governador Geral (D. Rodrigo da Costa) e ao Governador do Rio de Janeiro (D. Alvaro da Silveira e Albuquerque) face ao que pressentia das atitudes do governador de Buenos Aires — D. Alonso Valdez Inclán.

O pedido de reforços foi atendido e, em fins de agosto de 1704, após, portanto, a declaração formal de guerra na península, é que se avistam, em Colônia, os primeiros elementos dos espanhóis.

Vinham os espanhóis comandados por Baltasar Garcia Ros e, fortes de cerca de 7.000 homens, dos quais 6.000 eram índios das reduções jesuíticas. Repetem as manobras de vinte anos atrás. Descendo cerca da metade dos índios por canoas e o restante por terra, vão reunir-se próximo à Colônia. A 4 de novembro, iniciam o ataque que, por terra e por mar, durará vários dias, mas que fracassa. Desistindo os espanhóis de tomarem a praça a viva força, resolvem forçá-la à rendição pelo sítio.

Muito embora tivéssemos mantido a supremacia no mar, urgia mais reforços aos 500 homens que guarneciam a praça, reforços êsses que só poderiam vir por mar, mas que foram negados ante a necessidade da defesa do resto da costa brasileira face às consequências da guerra que ia acesa na Europa. Em consequência, Veiga Cabral, em cumprimento de ordens recebidas do Governador Geral, abandona Colônia do Sacramento em março de 1705, recolhendo-se com sua gente e com todo o material que pode levar, para o Rio de Janeiro.

Está, dessa maneira, findo o nosso segundo domínio sobre o disputado

território da Colônia do Sacramento, agora de posse dos espanhóis do Prata. Em suas mãos ficaria até o fim da Guerra da Sucessão da Espanha, quando pelo Tratado de Utrecht, de 6 de fevereiro de 1715, isto é, dez anos mais tarde, voltaria ao domínio luso.

O fim da Guerra da Sucessão Espanhola confirmou Felipe V no trono de Espanha, mas é preciso que se entenda que não representou isso tanto uma vitória da França e Espanha como uma consequência da lenta dissolução da Liga de Haia, atraídos cada um dos seus componentes por interesses outros que a guerra ao governo de Luis XIV, o qual chegava ao fim pelo avançado da idade do monarca. Assim, do balanço que faz da Guerra da Sucessão, Raposo Botelho conclui que a França saíra dela grandemente abalada em seu prestígio militar e a "Espanha, reduzida em seu território na península e às colônias, e arruinada no comércio, na indústria e na agricultura, passou do papel preponderante que até então tivera na política europeia, a ser uma potência de segunda ordem".

Essa situação é que justifica as vantagens que com os tratados de Utrecht, conseguiu Portugal, tanto na fronteira com os franceses como na fronteira com os espanhóis.

O Tratado assinado em Utrecht em 6 de fevereiro de 1715 restituiu Colônia do Sacramento "com o seu território a Portugal, renunciando o Rei de Espanha a todos os seus direitos e reclamações (arts. 5 e 6), com a única condição de poder oferecer, dentro do prazo de um ano e meio, um equivalente" (um território equivalente) "que o Rei de Portugal aceitaria ou não, pelo dito 'território e Colônia' (art. 7)". (Barão do Rio Branco — Questão de Limites Brasileira-Argentina).

Conhecidos os termos do tratado foi nomeado para receber novamente Colônia, o Governador de Santos, Manuel Gomes Barbosa, que em princípios de 1716 já recebia a disputada Colônia. Estava Portugal certo de que recebia todo

o território ao norte do estuário do Prata, eis quando em outubro do mesmo ano, o governador de Buenos Aires recebe ordem de ocupar sem demora o trecho da costa norte do Prata, em que hoje se localiza Montevideu, visto que a interpretação espanhola do Tratado de Utrecht entendia por território da Colônia, o terreno que ao seu redor se estendesse ao alcance de um tiro de canhão.

Não tendo meios para tal, o governador espanhol Zabala, contemporiza na fundação da nova povoação espanhola. Foi o suficiente para que, sabedor dessas intenções, o governador Gomes Barbosa comunicasse o fato ao governo português e este, por intermédio do governador do Rio de Janeiro determinasse que, antes dos espanhóis, se ocupasse o referido ponto da costa platina.

Assim foi feito por Manuel de Freitas Fonseca com 150 homens, mas ante a ameaça do governador Zabala, de atacá-los com grande superioridade, Fonseca abandona a enseada onde se instalara e dela se apodera Zabala, fundando em 24 de dezembro de 1726 a atual cidade de Montevideu.

Vai assim se confirmando a interpretação espanhola do art. 7, do Tratado de Utrecht de 1715 e "apesar dos protestos e reclamações do Governo Português, que sustentava ter-se entendido em Utrecht por "território e Colônia" toda a margem esquerda do Rio da Prata, não quis a Corte de Madrid admitir essa interpretação de um trecho na verdade pouco claro". (Rio Branco — obra citada).

Cada vez torna-se mais claro que Colônia do Sacramento é insustentável sem o apoio de um vasto poder naval ou de forças que ocupando, no mínimo o território do Rio Grande do Sul, pudessem, sempre que necessário, atuar em socorro desta longínqua guarda avançada portuguesa, agora verdadeiramente insulada com o povoamento que os vizinhos iniciavam em torno. O resultado foi o incen-

tivo ao povoamento do Rio Grande do Sul, a mais acertada medida que poderia ser tomada pelo governo português na sua política da fronteira sul.

E da Laguna de Domingos Brito Peixoto que iria sair a base desse povoamento de centauros, lidimos guardiães da nossa soberania. Merece um estudo a parte e em detalhes esse início de povoamento do Rio Grande do Sul. Dêle, neste trabalho é necessário mas suficiente saber-se que "de 1715 a 1718 começaram a formar-se os primeiros estabelecimentos lagunistas ao norte do Jacuí" e que além das incursões dos Brito Peixoto para o sul a procura de gado, em 1726 João de Magalhães chegou onde descança hoje a cidade de Rio Grande e o governador de S. Paulo já propunha em 1722 uma estrada que ligasse S. Paulo a Sacramento.

Apesar da incômoda vizinhança de Montevideu e outras povoações espanholas na margem oriental do Uruguai, Colônia vai se mantendo em paz armada e dos lucros do contrabando que o monopólio comercial espanhol incentivava.

Assim foi até que em 1735 o insignificante incidente, talvez forjado, da prisão, dentro da residência do embaixador português em Madrid, de criados do mesmo, envolvidos em um conflito de rua, faz com que cheguem as coroas peninsulares ao corte das relações diplomáticas. Tal ruptura, na península não foi adiante, mas na América D. Miguel de Salcedo, governando em Buenos Aires, que desde abril de 1734 convidara o então governador de Colônia — Brigadeiro Antonio Pedro de Vasconcelos — a demarcar os limites da mesma segundo a concepção espanhola, "em virtude sem dúvidas de ordens recebidas" "reuniu forças", "poz cerco à praça, e, assestando contra ela baterias, rompeu fogo a 28 de novembro". (Varnhagem).

A guarnição de Colônia resiste e o Governador do Rio de Janeiro e estados do sul, Gomes Freire, atende-a sollicitamente com socorros que

permitem denodada resistência até que em 1736 alcançam os defensores notável vitória, alijando para Buenos Aires os espanhóis que os cercavam.

Entre as expedições de socorro, enviadas por Gomes Freire, sobreleva a de Silva Pais que, encarregado de tomar Montevidéu, não o conseguindo, em cumprimento de outras ordens vem fundar em 19 de fevereiro de 1737 a cidade de Rio Grande, fortificar sua barra e estabelecer "os postos militares do Taim, Chul e S. Miguel". (Rio Branco).

Em princípios de setembro de 1737 chega à Colônia a notícia do armistício que assinado em 16 de março em Paris, põe termo a essa ridícula questão dos criados dos diplomatas e que se arrastou por dois anos em ameaças de guerra que a fraqueza dos dois reinos ibéricos não permite a nenhum deles iniciar. Pelo armistício "convieram o Governo Português e o Espanhol expedir ordens para que cessassem as hostilidades na América, ficando as cousas no mesmo estado em que se achassem no momento de chegarem essas ordens, até o ajuste definitivo das reclamações pendentes". (Rio Branco — obra citada).

Chegada a notícia, trataram os governadores locais de assentar os detalhes do determinado. Aqui cabe assinalar então uma vitória da diplomacia de Buenos Aires: os defensores de Sacramento admitiram que, cessadas as hostilidades, reocupasse Salcedo as "posições já perdidas, de modo que se conservasse nas condições de praça sitiada a Colônia do Sacramento" (Rocha Pombo). Estranha Rocha Pombo ter a diplomacia portuguesa tão facilmente cedido a posse do território ao norte do Prata. O mesmo autor, estudando o Tratado de Madrid, ainda escreve: "e o que faz parecer que a renúncia não era uma solução com que se surpreendesse a diplomacia portuguesa é o fato de haver o governo de Lisboa, muitos anos antes do tratado, guarnecido a barra do Rio Grande e todas as margens da Lagoa dos Patos como si já suspeitasse que

para ali teria de arredar suas fronteiras".

Tal cessão, tão estranhável na ocasião, pode ser explicada pela situação decadente de Portugal no reinado de D. João V, "o frívolo rei Fidelíssimo" que "apesar das exterioridades de opulência devidas" "à abundância das riquezas vindas das minas do Brasil, é de profunda decadência". (Rapoão Botelho).

De qualquer maneira, porém, a solução do estado tampão, encontrada para esse território um século mais tarde e talvez decorrente desse recuo, parece ter sido a mais acertada para os interesses sul-americanos, permitindo também o florescimento de uma nação exemplar pelos seus feitos.

Durante 13 anos manteríamos a difícil posse de Colônia do Sacramento e as coroas ibéricas durante esse tempo vão sinceramente pensando em resolver seus problemas comuns e concluem "que o meio mais condizente para conseguir tão saudável intento, é tirar todos os prefeitos, e alhanar todos os embaraços, que possa de futuro alterá-la" (a paz entre as duas coroas), "e particularmente os que se possam oferecer com o motivo dos limites das duas coroas na América". (Texto do Preâmbulo do Tratado de Madrid); chegando assim ao Tratado de Madrid, assinado aos 13 de janeiro de 1750.

Com esse ato não só documentam as coroas ibéricas um sincero desejo de acertar, como apresentam ao mundo um documento internacional, que na opinião de Southey, citado por J.C. Macedo Soares, nele, "parecem, na verdade, os dois soberanos contratantes ter-se adiantado ao século".

O maior estudioso desse tratado foi sem dúvida Rio Branco, na exposição de motivos que pelo Brasil, apresentou ao Presidente Cleveland, quando do arbitramento por este, da questão de limites com a Argentina. Dele vamos tirar o que para este trabalho necessitamos acentuar.

"Quem de fato defendeu a causa de Portugal e do Brasil e os interesses bem entendidos da América nesse debate foi o célebre estadista e diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão."

"Portugal concordou em ceder a Colônia do Sacramento, e a margem esquerda do Amazonas a oeste da boca mais ocidental do Japurá".

"A Espanha concordou em reconhecer todas as posses portuguesas na América e em ceder o território da margem esquerda do Uruguai ao norte do Ibicuí em troca da Colônia do Sacramento e do território contestado na margem esquerda do Rio da Prata".

"Nas conferências que precederam à assinatura do Tratado ficou resolvido que se renunciasse de todo ao estabelecimento de linhas ima-

ginárias de demarcação, que os limites fossem determinados pelos rios e montes mais notáveis e conhecidos, ficando cada uma das Partes Contratantes com o que possui naquela data, excetuadas as cessões que forem feitas". É o "uti possidetis" que daí por diante seria norma invariável na solução das questões das nossas fronteiras.

Assim, pois, graças ao brasileiro Alexandre de Gusmão, ficava fixado o princípio do "uti possidetis", trocava-se a insulada Colônia do Sacramento pelos territórios das missões do Rio Grande do Sul e constituía-se "a primeira tentativa de definição geral dos limites do Brasil", pois não fora esquecido o extremo Amazonas, tão afastado do momentoso problema da Colônia do Sacramento.

D. F. VASCONCELLOS

FABRICANTE DE INSTRUMENTOS ÓPTICOS

BINÓCULOS PRISMATICOS

TELEMETROS

GONIÔMETROS-BÚSSOLA

ESTEREOSCÓPIOS

Av. INDIANÓPOLIS 4254

SÃO PAULO

RELOJOARIA S. PAULO

COMPLETO SORTIMENTO DE RELÓGIOS, JOIAS E BIJOUTERIAS

SECÇÃO DE FORNITURAS

CAETÉS, 525 — FONE: 4-3144 — BELO HORIZONTE



MEIO SÉCULO PARA TRÁS

(AOS MEUS COMPANHEIROS DE JURAMENTO A BANDEIRA)

General DERMEVAL PEIXOTO

Assim prometo! Repetimos todos, ao mesmo tempo, e em voz alta, nós que constituíamos a pequena turma de matriculandos na antiga Escola Preparatória e de Tática do Realengo, no dia 8 de abril de 1901, depois de havermos ouvido, atentamente, a fórmula do juramento militar perante a Bandeira, lida pelo Capitão Secretário da Escola. O Paulo do Nascimento e Silva, por ser o mais jovem da turma, fora destacado do grupo para empunhar o Pavilhão Nacional que defrontávamos, formados, em atitude respeitosa, no próprio Gabinete do Capitão Ajudante.

Com os olhos cravados na Bandeira, estendidos para a frente os braços direitos, as mãos espalmadas para baixo e os corações batendo desordenadamente, ouvimos a leitura grave e compassada do compromisso militar: "Prometo cumprir fielmente todas as ordens de meus superiores hierárquicos, tratar com afeição os meus irmãos

de armas e defender, com sacrifício da própria vida, se preciso fôr, as leis, as instituições nacionais e a integridade da Pátria".

Cinquenta anos são passados! Nem todos os componentes do grupinho de adolescentes, que sentaram praça em 8 de abril de 1901, alcançaram o final da carreira militar. Uns tombaram prematuramente, na duríssima realidade da vida, outros, ou foram vencidos no próprio curso pelas vicissitudes escolares ou o foram depois de romperem os obstáculos iniciais para a conquista do oficialato. Muitos tomaram rumos diversos, voltando à vida civil. Eramos apenas 27:

Américo Dias dos Santos
Alfredo da Silveira Dantas
Antonio Alexandrino Gaya
Artur Medeiros
Aristoteles José Ferreira
Ananias de Albuquerque Diniz
Astrogildo de Moraes Cavalcanti
Américo Joaquim de Barros

Artur Adelino da Costa
 Cristovão de Castro Barcelos
 Elias Lopes
 Eloy de Medeiros
 Eduardo de Sá Bitencourt Filho
 Dermeval Peixoto
 Fausto da Fonseca e Silva
 Irineu da Cunha Bastos
 José Caetano Horta Barbosa
 José Esteves Mano Filho
 José Araripe de Faria
 Julio Cardoso Ribeiro
 Luiz Cavalcanti Lima
 Oldemar de Carvalho Almeida
 Paulo do Nascimento e Silva
 Paulo Ribeiro
 Raymundo Barata Campos
 Raul Betim Paes Leme
 Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo

Eu, o Cristovão Barcelos e o Cordolino de Azevedo alcançamos, paralelamente, os sucessivos postos no Exército até o generalato, sempre lembrando com saudades, nos nossos encontros, os companheiros de matrícula.

A figura morena e o semblante bondoso do Capitão de Engenheiros que nos paranimfara naquela solenidade, nós a veneramos sempre. Até agora ela nunca nos fugiu da memória e, durante essa longa travessia de meio século, foi para nós, jovens soldadinhos, um conforto e um estímulo o tratamento carinhoso que nos dispensara aquele oficial no nosso primeiro contacto com a vida militar.

Numa justa homenagem, congregamo-nos hoje, os soldadinhos daquele dia, já sexagenários todos os

sobreviventes, para render um preito de admiração e reconhecimento ao quase nonagenário General Afonso Fernandes Monteiro, o então Capitão Secretário da saudosa Escola do Realengo.

Quatis, 3-IV-951.



Não dou confiança ao mau humor!

Tenho sempre disposição para a vida. E isto devo ao uso diário de "Sol de Fructa" Eno — Eno é antácido, laxante e alcalinizante. Combate a prisão de ventre, a acidez, a indisposição, eliminando as toxinas do organismo. Não seja "do contra", faça como eu, tome você também.

"SOL DE FRUCTA"

ENO

A vida hoje precisa do ENO!

EXPRESSO CANADÁ LIMITADA

TRANSPORTES EM GERAL

SÃO PAULO — SANTOS

MATRIZ:

RUA SÃO LEOPOLDO, 201 — FONE: 2-3018 — SANTOS

FILIAL:

RUA TABAJARAS, 81 — FONE: 9-6695-MOCCA — SÃO PAULO

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA NO BRASIL

INVENTO BRASILEIRO QUE MUITO PODERÁ CONTRIBUIR PARA A SOLUÇÃO DO MOMENTOSO PROBLEMA

Major FLORIANO MOURA BRASIL MENDES

Muito se tem falado, sobretudo nos últimos tempos, de mecanização da lavoura no Brasil. É fora de dúvida que se trata de um problema básico para o desenvolvimento do país.

Várias são as razões que impõem urgência na solução. De um lado, observa-se a utilização cada vez maior da máquina, exigindo dos diferentes países um acompanhamento do ritmo progressista geral, sem o que, colocar-se-ão em flagrante inferioridade em relação aos demais, com todas as consequências danosas que o fato pode acarretar, inclusive os desajustamentos sociais. De outro lado, há a considerar os atrativos comuns das cidades, aumentados, entre nós, por uma legislação trabalhista defeituosa que, olvidando o homem rural, tem incrementado o abandono dos campos em busca dos centros urbanos.

As cidades, via de regra, são para o pobre camponês, como os focos luminosos para as incautas mariposas. Assim como sucumbem estas, disiludidas, ao se aproximarem e volutearem em torno dos focos de luz, também, desiludidos, vegetam os homens do campo nas cidades, não raro findando seus dias, tuberculosos, em inhóspitas favelas.

É comum atribuir-se ao Exército a responsabilidade no abandono do campo. Entretanto, não fossem as ilusórias tentações da vida citadina e as não menos ilusórias tentações provocadas por um amparo social unilateral e nenhuma influência teria o Serviço Militar no mal de que se vê injustamente acusado. Mantenham-se aquelas tentações e o abandono do campo não terá fim, ainda que seja abolido o Serviço Militar para o homem rural.

Ofato é que, a corrida para os grandes centros vem provocando a escassez de braços na lavoura, cuja falta é tanto mais sentida quanto mais primitiva é a forma de operar nas lides agrícolas. O trabalho à base da enxada, como, a bem dizer, ainda é realizado entre nós, sofre profundamente com a diminuição de braços. Para compensar essa diminuição, há que substituir-se a enxada pela máquina.

Convém ainda assinalar que os dois fatores citados — necessidade de acompanhar a evolução mundial incrementando a utilização da máquina e o abandono do campo — cada dia estão a exigir maior apressamento na solução do problema, mesmo porque, o aumento da população, confirmado pelo último censo, trás como consequência imediata a necessidade de aumento de produção. Além disso, a solução errada ou, pelo menos, discutível que vem sendo dada ao problema do custo de vida nas cidades, consubstanciada em sucessivos aumentos de salários, isto é, do meio aquisitivo, tem dado lugar, também, a maior consumo de gêneros, agravando a já angustiante questão do abastecimento geral.

Essas considerações são hoje de conhecimento comum entre nós. Tão palpitante é o assunto, que constitui parte integrante de todos os programas partidários no último pleito eleitoral, juntamente com a Reforma Agrária, com a qual, aliás, está profundamente entrosado.

O assunto, talvez para felicidade nossa, empoilou também um engenhoso cidadão, alemão de nascimento, porém brasileiro por naturalização e sentimentos, residente em Caxias do Sul. Ali, teve a satisfação de o conhecer, bem como a um motor que idealizou, o qual, por suas características, vem en-

tusiasmando a todos aqueles que têm tido o ensejo de o analisar.

O inventor — engenheiro Pedro Kerber — não é estreante em inventos.

Empolgando-se pela mecanização de nossa lavoura, colocou o seu gênio inventivo voltado para o problema. Ao estudá-lo, porém, não deixou de incluir, como termos da equação, dois pontos que julgou indispensáveis, aliás, com muita proficiência: simplicidade e rusticidade.

É que, seu espírito arguto não deixou de levar em consideração o baixo índice de cultura do nosso camponês, cujas mãos, calosas da enxada, deverá manejar futuramente o motor. Por isso mesmo, sempre imaginou as dificuldades inerentes aos motores atuais, exigindo, para o seu manuseio manutenção e, sobretudo, para remover pequenas panes, algumas freqüentes, certos conhecimentos técnicos não muito de acôrdo com o nível de instrução da maior parte de nossos colonos.

Julgou, e com razão, que a maior dificuldade estaria em lidar com o equipamento elétrico.

Naturalmente, é fácil imaginar-se que a mecanização levada a cabo à base dos atuais motores iria ocasionar, a miude, a paralização da máquina por insignificantes desarranjos. Um simples cabo de bateria desligado de seu borne colocaria o motor fora de ação, até que um especialista removesse a "intrincada" pane. Além disso, a dificuldade em especialistas, no campo, não seria pequena, face aos bons salários auferidos, hoje em dia, nas cidades.

Levando na devida consideração todos esses fatores, foi equacionado o problema pelo engenheiro Pedro Kerber e, de maneira extraordinária, surgiu a solução, representada por um motor onde aqueles princípios preferências — simplicidade e rusticidade — são observados em toda a plenitude.

Tive a oportunidade de ver funcionar, na própria residência do talentoso engenheiro, o protótipo do motor em questão. Posso defi-

ni-lo; trata-se de um motor a explosão reduzido à sua expressão mais simples. Funciona por auto-explosão, graças a uma super compressão produzida pela ação de um segundo êmbolo, engenhosamente imaginado, em oposição ao êmbolo dos motores atuais. Com isso, o sistema elétrico pôde ser totalmente abolido, dando lugar a um motor tão simples quanto é possível imaginar-se.

Funcionava o modelo que me foi apresentado com uma mistura de óleo e gasolina. Segundo declarações do autor, o mesmo modelo já funcionara durante quinze horas consecutivas.

De passagem, convém assinalar que o exemplar observado foi construído com algumas peças aproveitadas, além de outras construídas segundo desenho, porém, de ferro doce, em lugar de aço. Até os êmbolos, se me não falha a memória, assim haviam sido confeccionados.

É algo capaz de entusiasmar a um cético!

O pedido de patente, apresentado em 1947, ainda hoje se arrasta pelo Ministério do Trabalho e, provavelmente, a solução final demandará longo prazo, tendo em vista os óbices burocráticos de nossa máquina administrativa.

Desejaria ardentemente que o motor Kleber fôsse visto e examinado (sobretudo no que tange às suas possibilidades na mecanização da lavoura brasileira), por autoridades a quem esteja afeto o problema ou por industriais patricios.

Tenho plena certeza que, uns e outros, vendo-o, haverão de se interessar vivamente por ele, dando-lhe a assistência que, sem dúvida, merece. Tenho mesmo a impressão (oxalá fôsse verdadeira) que desse conhecimento haveria de surgir um salutar interesse na sua utilização, dando margem a que em futuro próximo, viesse o motor Kerber, mercê de sua simplicidade, rusticidade e eficiência, a ser fabricado por nós e fornecido a baixo preço ao nosso agricultor, servindo de base a uma racional e progressiva mecanização de nossa lavoura.

EM DEFESA DE NOSSA REVISTA

Cap. JOAO B. SANTIAGO WAGNER,
Instrutor da A.M.A.N.

Não é esta a primeira vez que algum oficial sente necessidade de escrever algumas linhas em defesa de nossa revista. Digo "nossa", porque esta é a única revista especializada que possui o nosso Exército, o único veículo de que dispomos para externar nossos pontos de vista e para demonstrar ao mundo o estado de nossa cultura profissional, a única fonte onde podemos debater certas questões ainda controvertidas ou de pouca divulgação e a única revista que, por quase quarenta anos, vem mantendo uma linha inflexível, devotada exclusivamente ao aprimoramento do nível cultural do Exército Brasileiro.

Assim sendo, não compreendo porque ainda existe certa "má vontade" por parte de muitos companheiros, em relação à revista. Acho que esses camaradas deveriam não denegrir o esforço de um punhado de abnegados companheiros e sim assinar a revista e colaborar em suas páginas. Se acham a matéria ruim, cooperem para que a mesma seja melhorada. Cada um de nós tem o dever de procurar melhorar o nível profissional de nosso Exército.

As nossas Escolas poderiam também contribuir com a sua eficiente cooperação, fazendo publicar em suas páginas determinados assuntos que ainda não tenham tido a devida publicidade ou que, a respeito dos quais, ainda haja controvérsia ou mesmo necessidade de firmar doutrina. Neste caso, nada melhor do que o debate. Por que nossas Escolas limitam seus ensinamentos aos poucos oficiais que, momentaneamente, estão ne-

las matriculados? Muitas vezes, depois de tirarmos determinados cursos, surgem coisas novas de que não tomamos conhecimento. Vamos, assim, nos tornando "fora do feixe". E qual a melhor maneira de ficarmos em dia com a evolução constante da arte da guerra, com a mudança de métodos e processos, se não por intermédio das páginas de uma revista, como "A Defesa Nacional", que percorre o Brasil de Norte a Sul? A este respeito, vemos a desvantagem que leva o oficial que, patrioticamente, está cumprindo com o seu dever nos mais longínquos recantos do país.

Sou assinante de "A Defesa Nacional" desde o 1º ano da Escola Militar e disso não me arrependo. Pelo contrário, inúmeras vezes tenho me socorrido de artigos publicados em suas páginas para encontrar fontes de consulta para ministrar instruções. Agora mesmo, que estou exercendo as funções de instrutor, tenho recebido um grande auxílio de "A Defesa Nacional".

Existe, porém, um ponto que, reconheço, causa algum transtorno para nós, que vivemos "com as malas nas costas". Refiro-me ao grande volume, que ao cabo de alguns anos, formam os seus exemplares. Mas, para atenuar este inconveniente e ainda mais, para facilitar a procura dos assuntos, organizei há muitos anos, uma coleção de pastas onde procurei reunir os artigos referentes a um mesmo assunto. Essas pastas nada mais são do que classificadores comuns, cortados no tamanho necessário. Cada pasta dispõe, no começo, de uma folha em branco,

onde os artigos estão devidamente anotados e numerados. E, entre um artigo e outro, poderá existir uma folha em branco com o número do artigo, se não se quiser colocar esse número no próprio artigo.

Como exemplo, poderei citar u'a maneira de organizar as pastas, para um oficial de Infantaria. Para outra Arma, a variação será pequena.

- 1 — Combate e Serviço em Campanha.
- 2 — Tiro das armas da Infantaria.
- 3 — Armamento da Infantaria.
- 4 — Tática de Infantaria.
- 5 — Organização da instrução — Métodos e processos de instrução.
- 6 — Topografia — Organização do Terreno.
- 7 — Minas e Armadilhas — Guerra Química.
- 8 — Educação Física — Instrução Geral.
- 9 — A Arte de Comandar — Educação Moral.
- 10 — Comunicações — Observações — Informações.
- 11 — Fotografia aérea e Fotoinformação — Polícia Militar.
- 12 — Operações Anfíbias — Operações aeroterrestres.
- 13 — Projéteis dirigidos — Guerra atômica — Energia nuclear.

14 — Matérias-primas — Siderurgia — Petróleo — Explosivos.

15 — Grandes homens do Brasil.

16 — História Geral — História do Brasil.

17 — História Militar Geral — Economia e Finanças.

18 — História Militar do Brasil.

19 — Geografia (geral e militar).

20 — Psicologia — Seleção do Pessoal.

21 — Transposição de cursos d'água — Tática Geral.

22 — Funcionamento dos E M — Serviços — Logística.

23 — Blindados (História, Características e Emprego dos Carros).

24 — Blindados (Defesa anti-carro e Questões diversas).

25 — Cavalaria.

26 — Artilharia.

27 — Engenharia.

28 — Aeronáutica — Defesa anti-aérea.

29 — Radar — Guerrilhas — Marinha.

30 — Diversos Assuntos.

Como disse, essa maneira de organização é um exemplo, que poderá ser modificado de acordo com a vontade do colecionador.

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

Fabricante do Reparo para Metralhadora "Madsen" 1935

MARIO FABRI

Encarrega-se de serviços de mecânica em geral

Serviços de Tornos — Serviços de Freza — Serviços de Plaina

Soldas elétricas e a Oxigênio — Serralheiro — Estamparia

Fabricação própria de fogareiro de um queimador a gasolina, tipo militar

Fabricante da palha de aço "Cruz de Malta"

ORÇAMENTOS GRÁTIS

RUA TENENTE ABEL CUNHA, 149-A-B E C

A PÁSCOA DOS MILITARES

(UM POUCO DE HISTÓRIA)

P. J. BUSATO, Capelão Militar

Faz precisamente 30 anos que a benemérita União Católica dos Militares vem repetindo, atualmente, nas suas cartas-circulares, a frase de Cristo, proferida na Última Ceia: "Tenho desejado ardentemente comer convosco esta Páscoa". E os presidentes da U.C.M. se sucederam: Generais Jorge Pinheiro, Francisco José Pinto, Cristóvão de Castro Barcelos, Juarez Távora, José Biná Machado e, na atualidade, rege os destinos da importante agremiação militar-religiosa o Almirante Braz Veloso, tendo por companheiros, no Diretório, oficiais de alta patente da Marinha e da Aeronáutica, pois, de início, só figuravam membros do Exército. Felizmente, após grandes estudos sobre o assunto, do qual também se ocupou o modesto autor destas linhas, quando nomeado assistente geral eclesiástico pelo Cardial Câmara, as Forças Armadas, ou melhor os seus membros católicos houveram por bem se congregar numa mesma associação que é a U.C.M.

Ao escrever acerca da Páscoa dos Militares, dois pensamentos vêm à minha mente: O primeiro, que as Páscoas coletivas, ou de classes, no Brasil, encontraram sua iniciativa nos militares católicos. O segundo, que a Páscoa dos Militares teve suas raízes remotas naquele grande coração de sacerdote que se chamou Padre Miguel, do Realengo. Não há militar que tenha cursado a antiga Escola Militar do Realengo, no tempo do citado sacerdote, que se não lembre

do mesmo, falecido a 1 de março de 1947, e cujo testamento foi o seguinte: "Nasci pobre, vivi pobre, morro pobre. Sou um pobre pecador. Ultimamente, com minha enfermidade, tornei-me muito neurastênico e mal-criado. A todos peço que me perdoem e rezem por mim. O que recebi gastei com a igreja e com os pobres". Estas palavras definem uma grande alma.

A Páscoa dos Militares, porém, nasceu oficialmente nos festejos do jubileu do cardial Arcoverde. Foi numa praça pública em que os nossos homens de farda, no centenário da Independência do Brasil, mostraram a sua fé. Com suas fardas deslumbrantes, comungaram coletivamente. Foi um ato que impressionou muita gente.

Isto sucedeu no mesmo dia em que foi realizada, na Capital da República, uma grande procissão eucarística.

O carro eucarístico era puxado por vários cavalos fogosos, puro sangue.

Em certo momento, se assustaram. Foi, então, que um pugilo de oficiais católicos teve uma idéia: desatrelar os animais e puxarem, eles mesmos, o carro eucarístico.

O arcebispo Dom Sebastião Leme, então coadjutor de sua eminência e, mais tarde, cardial, não aprovou logo aquela idéia. Pensava ele que jovens militares, com seus vistosos uniformes, praticando aquele ato, não teriam a aprovação dos seus superiores. Então

um grupo militar respondeu: Como? se os acadêmicos ainda há pouco puxaram um carro em triunfo, em plena praça pública, indo dentro dele uma atriz francesa, por que nós católicos, não podemos levar em triunfo o nosso chefe supremo, Cristo?

Desde aquele momento, a organização dos militares católicos numa entidade de classe foi um fato. Nasceu a U.C.M., que já conta 30 anos de existência.

Eis porque a Páscoa dos Militares tem a sua história. Páginas brilhantes de fé e de ardor foram escritas por homens de farda valentes e distintos.

Em todos os quadrantes do país, a citada cerimônia religiosa é celebrada com brilho. Já se tornou uma tradição, como o é a da Benção das Espadas, que formará outro capítulo da nossa história militar-religiosa, a ser narrado nestas colunas acolhedoras.

HOTEL SUL AMÉRICA

Modernos aposentos com todo conforto para família e viajantes — Dois amplos salões de refeições — Cozinha de 1ª ordem — Banho quente e frio a qualquer hora — Barbearia para os Srs. hóspedes

LAVANDARIA A VAPOR



Avenida Rangel Pestana, 1829 — 1837 — 1861

Telefone, 9-1105

EM FRENTE A ESTACAO ROOSEVELT

SÃO PAULO

CONTA POPULAR ATÉ CR\$ 100.000.00 — 5 % AO ANO

DEPÓSITOS E CHEQUES EM MINUTO E MEIO

EXPERIMENTE A RAPIDEZ DE NOSSOS SERVIÇOS

Banco Crédito e Comércio de Minas Gerais, S. A.

Matriz: AVENIDA AMAZONAS N. 308 — BELO HORIZONTE

Filial: RUA DO ROSÁRIO, 102 — RIO DE JANEIRO

Agências no Estado de Minas Gerais e no Estado do Rio de Janeiro

CORRESPONDENTES EM TODO O BRASIL

O Q.A.O. E A REALIDADE

Ten. IESE REGO ALVES NEVES

Sob muitos aspectos, o corpo de oficiais do Q.A.O., criado em 1946, com a finalidade precípua de bem servir ao Exército e à Nação e não a uma classe tem mais des-servido a ambos do que servido.

Pessoalmente, nada temos contra esses elementos simpáticos e trabalhadores do Q.A.O. Acontece, porém que, como soldados, não nos é dado observar o lado sentimental de uma questão que envolve a farda e sim o lado militar e do modo mais imparcial possível. Como militares de carreira e profissionais, queremos ver sempre o progresso das instituições militares e contribuir ao máximo para elas.

Olhamos, outrossim, o progresso das Forças Armadas Nacionais, num paralelismo constante com o da Pátria que juramos defender. E como é sempre necessário elevar o nível cultural e educacional do país, não vemos porque, no Exército, haveremos de não procurar sempre elevá-lo também. Baixar, nas Forças Armadas, o nível de cultura geral e profissional é querer estar contra as leis naturais da evolução e seleção dos mais aptos.

Cumpramos a todos nós, do Exército, termos sempre presente o fato de que o quadro de oficiais das forças armadas de um país é uma das colunas mestras em que se apóia a Nação. Todas as grandes e cultas nações precisam de grandes e cultos Exércitos, se quiserem sobreviver e ser respeitadas como potências. É uma lei natural. E contra as leis naturais não há força que consiga, com êxito, sobrepor-se.

Indubitavelmente foi sábio o Decreto-lei n. 8.760, de 21 de janeiro de 1946, que criou o Q.A.O. Di-

ficil, senão quase impossível à Academia Militar formar todos os oficiais subalternos de que necessita o Exército.

Assim, foram sábios os legisladores que fixaram, no referido Decreto-lei, que no Q.A.O., na ativa, o posto limite seria o de 1º Tenente.

Se não o fixasse, o que ficaria valendo o laborioso curso da Academia Militar que garante aos oficiais nela formados a promoção até Capitão somente, sendo necessário, daí em diante, o curso da E.A.O. laboriosíssimo, por sua vez?

Digamos a verdade: realmente não valeria nada, porque devido ao sempre maior número de anos de praça, em igualdade de condições os oficiais do Q.A.O. sempre seriam mais antigos que os oficiais de curso.

Nós, oficiais que cursamos a Academia Militar, sabemos até de uma verdade: que os três anos exigidos dos cadetes é muito pouco. Para formar um oficial com todos os conhecimentos hoje em dia exigidos, quatro ou cinco anos é que seriam necessários e isso mantendo o atual ritmo até o 3º ano e daí, num crescendo, para atingir pontos mais altos ainda e tornar o oficial um mestre na arte militar, em todos os seus ramos, como necessita ser.

O Decreto-lei que criou o Q.A.O. estipula, porém, que, afora os conhecimentos profissionais, os candidatos necessitam conhecimentos atingidos no curso de admissão, ou seja: o que hoje em dia toda criança que estuda atinge aos 10, 11 anos de idade. E mesmo os conhecimentos profissionais apenas se presume que o sargento tenha, uma vez que este não o demonstra em exame algum.

Isso, ao nosso ver e aos olhos de muitos oficiais do Q.A.O., é simplesmente um nada, inconcebível até. Foi aí que pecaram os legisladores, parecendo mesmo terem legislado em causa própria ou na de alguns protegidos.

Por isso é que achamos ter o Aviso Ministerial n. 309, de 27 de abril de 1951, chegado em boa hora. Na hora em que nas Unidades, devido à constante falta de oficiais de posto acima de Capitão, inclusive, todos os cargos mais importantes, de Comandante de Subunidade para cima, passavam para as mãos de oficiais sem curso e com, às vezes, menos que o mínimo de conhecimentos exigidos. Assim, havia, no interior do país, Tenentes do Q.A.O. Comandando Batalhões de Infantaria, Grupos de Artilharia, Regimentos de Cavalaria, e até Batalhões de Engenharia. Isso em detrimento de Primeiros Tenentes com o curso da Academia Militar que se viam, assim, relegados para um plano inferior, embora sabidamente mais competentes. Basta dizer que, nas unidades do interior, praticamente não mais havia Subunidade Comandadas por oficiais que não fôsem do Q.A.O.

Ainda há dias, estávamos em uma comissão para exame de Sargentos candidatos ao C.R.A.S. O exame era de nível primário, na parte teórica e mais fácil que um exame para recrutas, na parte profissional. Eram vinte os candidatos e todos, pelo desejo, futuros oficiais do Q.A.O.. Pois somente um apresentou resultados bons. No geral, foi um lastimável fracasso que depunha contra o nível de conhecimentos, mesmo profissionais, dos Sargentos das nossas Unidades de Tropa e Estabelecimentos Militares. Basta dizer que havia um problema facilíssimo, para cuja solução nada mais era exigido do que conhecer a fórmula dos milésimos. Pois um candidato me declarou, perentoriamente, nunca ter ouvido falar nisso, embora fôsse 3º Sargento de Infantaria.

Havia uma pergunta assim: quais os meios para se destruir

blindados? E as respostas foram unânimes: cercas de arame farpado, ouriços, cavalos de frincha (SIC) etc. Houve um que falou em fossas (SIC). O tal modo de chamar o cavalo de friza e-o de escrever fosso era até engraçado.

Lembrava-me mesmo respostas de recrutas, como um de minha Subunidade que declarou usar o torniquete para fazer ordem unida e para descobrir onde havia minas enterradas usava um detetive.

Presentemente, influidos por parentes e amigos, futuros eleitores e mesmo cabos eleitorais, vários Deputados têm apresentado, na Câmara, projetos de lei assegurando, aos oficiais do Q.A.O., promoção até o posto de Capitão na ativa e isso sem que tais projetos digam qualquer coisa sobre restrições.

Simplesmente asseguram, a todos os oficiais do Q.A.O., o acesso até esse posto para que, amanhã, possam apresentar outros assegurando a eles atingirem os mais elevados postos na hierarquia.

Isso, sabemos nós, é possível porque muitos dos nossos legisladores não se preocupam com o país e só consigo mesmo e com seus protegidos. As leis precisam ser duras e severas, tanto mais quanto sempre haverá quem consiga contorná-las. Para os oficiais do Q.A.O., no presente, consideramos impossível a promoção a tão elevado posto na hierarquia, em vista de quase nada ter sido exigido, de conhecimentos gerais e profissionais, para a primeira promoção.

O erro precisa ser sanado enquanto os seus efeitos ainda não se fizerem por demais sentir no corpo de oficiais do Exército. A fronteira entre os sargentos e oficiais, no que se relaciona com a cultura geral e profissional, se precisa ir se tornando sempre mais tênue, tem de o ser pelo aprimoramento dos primeiros e não procurando equiparar os oficiais aos sargentos.

Uma lei modificando a estrutura do Q.A.O. deve ser, o quanto antes, apresentada. Uma lei que dê estímulo aos sargentos candidatos ao Q.A.O., os obrigue a estudar e se preparar profissionalmente para

os cargos que irão desempenhar. Isso, sem que, como acontece agora, se sintam inferiores nos oficiais de curso.

Tal lei estimulará os sargentos que, hoje em dia, com duas incorporações por ano, perdem horas preciosas de suas vidas, dentro do próprio expediente, conversando nas reservas. Poderia haver cursos legalizados de cultura profissional, com exames e tudo mais.

Como comandar uma Bta. de Artilharia um Tenente ou Capitão que nunca aprendeu a fazer uma condução de tiro, que não sabe os vários modos de apontar uma Bateria, nada de tática ou técnica de tiro, transmissões, etc., pois ninguém nunca lhe ensinou? Como comandar uma Companhia de Engenharia sem nada saber de tudo aquilo que, durante três anos, foi o motivo da insônia e preocupação constante do cadete e mesmo do Aspirante de Engenharia? E uma Companhia de Infantaria, dizendo que um cavalo de friza, uma cerca de arame, etc., que não detêm nem a infantaria a pé, são obstáculos para blindados?

A Academia Militar prepara um cadete, durante três anos de supremos esforços, para que ele, no oficialato, atinja o posto de Capitão, pois, daí em diante, necessita da E.A.O. Quer dizer, então, que tudo aquilo nada vale? Que o cadete de ontem, oficial de hoje, em igualdade de condições será sempre mais moderno que os oficiais Q.A.O., inclusive como Capitães?

Assim não, senhores legisladores. O Q.A.O., se é uma necessidade é também, mal orientado, fonte de desprestígio. "Precisamos elevar os conhecimentos dos nossos quadros que, amanhã, podem ter que lutar ao lado de oficiais com imenso grau de cultura e igualmente contra outros.

Vamos dar aos nossos Sargentos oportunidades disso, sim! Mas oportunidades pelas quais lutem e não

dadas de mão beijada. Se há, em todas as Unidades, Sargentos que se formam em medicina, engenharia, advocacia, etc., vamos também ter os que se formem em oficiais. A promoção para o Q.A.O. deve obedecer a uma seleção natural dos mais aptos, sob todos os aspectos.

Por isso, a sugestão que damos é que a lei seja mais dura, para que seus benefícios, realmente o sejam para uma classe — a dos sargentos e também para o Exército e para a Nação. As futuras leis devem exigir não promoção a postos mais elevados da hierarquia somente, mas também que os candidatos exibam provas concluintes de estarem aptos a exercê-los. Por exemplo, exigir para os candidatos a 2º Tenentes curso ginásial completo e aprovação em certos cursos, que funcionarão nas Unidades, de conhecimentos profissionais. Isso para cada arma. Para a promoção a Capitão, curso científico completo e aprovação em outros cursos ainda mais aprofundados que funcionarão nas guarnições.

Isso, senhores legisladores, é o mínimo que se pode exigir. Menos que isso, consideramos impossível.

Os beneficiados serão todos. Os candidatos ao Q.A.O., que terão meios de aprimorar seus conhecimentos gerais e profissionais. Isso impedirá que eles se sintam, como hoje, inferiores em presença de oficiais de curso. Beneficiará o Exército, que não terá o seu quadro de oficiais inferior ao que deve ser. O Brasil também sairá ganhando, pois, se precisamos igualar as nossas Forças Armadas às melhores do mundo, eis, assim, dado mais um passo para atingir essa meta.

O Brasil, precisa estar preparado para liderar o mundo, daqui a mais algumas décadas. Precisamos preparar o nosso Exército para apoiá-lo nesse ideal. Viva o Brasil!



JOCKEY CLUB DE SÃO PAULO

O Jockey Club de São Paulo coopera com nossas Forças Armadas. Do Relatório de sua Diretoria, referente ao ano de 1951, destacamos os seguintes tópicos :

Como já dissemos alhures, somos partidários do incentivo da criação do cavalo puro sangue de carreira, através da disseminação do maior número de hipódromos em todo o nosso Estado, desde que o núcleo organizador o comporte, e que, depois do impulso inicial de nosso auxílio, possa adquirir meios de vida própria, resultantes do natural desenvolvimento do gosto popular pelas corridas, e libertar-se, ainda que aos poucos, de nossa ajuda.

A disseminação desses logradouros públicos, em diversas zonas de nosso interior, serão centros de irradiação, onde as fazendas circunvizinhas poderão obter os reprodutores puros, para que, através da mestiçagem, obtenham o cavalo de guerra, de tração e do campo.

E, assim, dentro de poucos anos, teremos a renovação racional e eficiente, da corrente sanguínea de nosso rebanho equino.

No exercício financeiro correspondente ao ano de 1951, em virtude das circunstâncias favoráveis que o cercaram, foi possível ao Jockey Club de São Paulo, aumentar de maneira notável e substancial, o seu amparo às demais sociedades congêneres do Estado e mesmo a algumas além fronteiras.

Estamos dando, assim, exato cumprimento às finalidades e prerrogativas, que nos foram impostas e outorgadas pelo Decreto Federal n. 24.646, de 10 de julho de 1934, que é a chamada Lei da Nacionalização do Turfe, e, mais ainda, disposições imperativas, constantes da letra a) do art. 1º e letra b) de seu parágrafo único de nossos Estatutos Sociais.

REMONTA E VETERINÁRIA DO EXÉRCITO

Seguindo a mesma orientação, no sentido de melhoria de nosso rebanho cavalar, fizemos larga distribuição de reprodutores à Remonta e Veterinária do Exército, através da Coudelaria de Campinas, aos postos de monta e a sociedades congêneres de nosso e de outros Estados.

Estes animais, nós os obtivemos pela realização dos páreos compulsórios e de aquisições diretas de cavalos inutilizados para corridas, e outros que, de acordo com a Lei da Nacionalização do Turfe, atingiram a idade de 8 anos, caindo, assim, na compulsória, obrigados a ingressar na reprodução, finalidade precípua que teve em mira a exigência ou restrição daquele diploma legal.

Sòmente à Remonta e Veterinária do Exército, que é o órgão especializado do Governo Federal, a quem compete o incentivo e racionalização da criação do cavalo nacional, tão necessário aos diversos mistéres, a que, por mais de uma vez, já aludimos e, principalmente, às nossas forças armadas, as doações que fizemos, sòmente no decorrer do exercício findo, atingiram a 43 reprodutores puros.

A Coudelaria de Campinas, dependência daquela repartição do Exército Brasileiro, cuja direção está afeta ao Coronel Job de Figueiredo, ope-roso e incansável, — por sua vez, de acôrdo com as necessidades que tão bem conhece, os redistribue aos 80 postos de monta, mantidos pelo Go-vérno Federal, em diversas zonas de todos os quadrantes de nosso Estado.

Nessas numerosas localidades vão servir, inteiramente grátis, à padreação de éguas peludas, de propriedade de fazendeiros e sitiantes circunvizinhos.

Esta medida, além do fim objetivado, ou seja a melhoria da raça do cavalo nacional, pela mestiçagem, trouxe o grande benefício de minorar o permanente "deficit" de alojamentos de animais em carreira, abrigados na Vila Hípica.

A Diretoria, exclusivamente, para as aquisições diretas, pela reso-lução 256/51, abriu a competente verba, tôda ela absorvida pela finalidade a que se destinava.

Há outra contribuição, de grande importância, que prestamos em íntima colaboração com a Remonta.

A Coudelaria de Campinas mantém, naquela localidade, um "Pen-sionato" para éguas.

Os pequenos criadores que, em virtude do reduzido plantel ou por deficiência de recursos, não podem possuir garanhões de alta linhagem, socorrem-se dos reprodutores do Governo.

As inscrições são procedidas perante o Stud Book Paulista que, por intermédio de seus técnicos, pelo sistema Lotery, estuda a padreação pelo reprodutor que melhores condições oferecer.

No ano de 1951, 48 éguas utilizaram-se das coberturas dos garanhões da Remonta: Saxton, Robin the Second, Sea Bequest e Maestro.

De nossa estreita e sincera cooperação com a Remonta e Veterinária do Exército, falam bem alto as provas inequívocas de simpatia e aprêço que temos recebido, não sòmente da atual administração, a cuja frente se encontra o General Senna de Vasconcellos, técnico de comprovada com-petência, mas também, da presidência anterior, exercida, com sobras de patriotismo e sadia orientação, durante 14 anos, pelo General Antonio da Silva Rocha.

Estas manifestações, muitas vêzes se transformaram, não sòmente em demonstrações de reconhecimento, de que não nos julgamos merecedores, porque apenas e tão sòmente cumprimos um dever para com a Pátria, mas se manifestaram de forma elogiosa pela orientação que traçamos e cumprimos, a que, estas, sim, sem vaidade, mas também sem falsa mo-déstia, acreditamos ter feito jús.

PUBLICAÇÕES MILITARES DOS ESTADOS UNIDOS

Com a finalidade de facilitar aos companheiros que desejarem assinar revistas dos Estados Unidos especializadas em assuntos militares, transcrevemos abaixo uma relação das principais publicações lá existentes, bem como o respectivo endereço:

- 1 — "Air Force" — Air Force Association, 901 16th Street NW, Washington, D.C.
- 2 — "Antiaircraft Artillery Journal" — US Coast Artillery Association, 631 Pennsylvania Avenue, NW, Washington 8, D.C.
- 3 — "American Rifleman" — National Rifle Association, 1600 Rhode Island Avenue, Washington 8, D.C.
- 4 — "Armed Force" — 1833 Jefferson Place, NW, Washington 9, D.C.
- 5 — "Armed Forces Talk" — Troop Information and Education Division, Army Dept., Washington 25, D.C.
- 6 — "Armored Cavalry Journal" — 1719 K Street, NW, Washington 6, D.C.
- 7 — "Army and Navy Chaplain" — 1751 N Street, NW Washington 6, D.C.
- 8 — "Army Information Digest" — Carlisle Barracks, Pennsylvania.
- 9 — "Army Life and US Army Recruiting News" — Publicity Bureau, Governors Island, New York.
- 10 — "Army Ordnance" — Army Ordnance Association, Mills Building, Pennsylvania, and 17th Street, Washington 6, D.C.
- 11 — "Army and Navy Courier" — Bedell Building, San Antonio, Texas.
- 12 — "Army and Navy Journal" — 1711 Connecticut Avenue, NW, Washington 9, D.C.
- 13 — "Army and Navy Register" — 511 11th Street, NW, Washington 4, D.C.
- 14 — "Army Times" — 1419 Irving Street, NW, Washington 10, D.C.
- 15 — "Army Transportation Journal" — 930 F Street, Washington 9, D.C.
- 16 — "Bulletin of the US Army Medical Dept." — Department of the Army, Washington, D.C.
- 17 — "Chemical Corps Journal" — 2153 Florida Avenue, NW, Washington 8, D.C.
- 18 — "Combat Forces Journal" — 1145 17th Street, NW, Washington 6, D.C.
- 19 — "Infantry School Quarterly" — Infantry School, Fort Benning, Georgia.
- 20 — "Military Affairs" — American Military Institute, National Archives, Washington 25, D.C.
- 21 — "Military Engineer" — Society of American Military Engineers, Mills Building, 17th and Pennsylvania Avenue, NW, Washington 6, D.C.
- 22 — "Military Review" — Command and Staff College, Fort Leavenworth, Kansas.
- 23 — "Military Surgeon" — Association of Military Surgeons, US Army Medical Museum, Washington 25, D.C.
- 24 — "National Guardsman" — National Guard Association, 400 Sixth Street, NW, Washington 1, D.C.
- 25 — "Post Exchange" — Post Exchange Publishing Co., 292 Madison Avenue, New York City 17, N.Y.

● Fabricação de motores de explosão no Brasil

Para provar que, neste país, já se podem fabricar motores de explosão, basta citar o caso do Sr. Geraldo Grunert. Esse senhor, proprietário de fábricas de motores na Alemanha, teve o seu patrimônio destruído na guerra. Emigrando para o Brasil, trouxe boas recomendações e, graças a elas, mandaram-no instalar-se na "Cidade das Meninas", onde construiu um pequeno galpão e pôs mãos à obra. Conseguindo algumas máquinas operatrizes, contratou meia dúzia de operários e, quando menos se esperava, graças à sua enorme experiência, os primeiros motores a explosão, genuinamente nacionais, roncavam no banco de prova de sua modesta oficina, acoplados a várias máquinas de grande utilidade agro-industrial. Em pouco tempo, o Sr. Grunert produziu mais de 200 motores e já preparou todas as peças para a montagem, em série, de mil outros, que constituirão o primeiro estoque negociável da sua nova firma, já em fase de legalização. Os motores são de 2 tempos, de 8 HP, resfriados a água, para fins industriais, domésticos, etc. Tipos de 12 HP já estão sendo experimentados. Há tipos de 1 HP para uso doméstico e para ser acoplado em bicicleta. O Sr. Grunert declarou que a instalação na "Cidade das Meninas" teve apenas o objetivo de estudar as possibilidades de fabricação de motores a explosão com o emprego de matéria-prima e mão de obra brasileira e, também, o de preparar artefícios especializados que utilizará na fábrica definitiva, onde espera produzir em série e em grande escala. Para tanto, já foram adquiridas, na Alemanha, as primeiras máquinas operatrizes. O Sr. Grunert, que conta 20 anos de experiência em fabricação de motores, espera produzir motores de várias potências para automóveis, caminhões e lanchas e ainda motores "Diesel" de várias potências. O primeiro desse tipo, de 16 cavalos, já está planejado e vai ser construído, a título de experiência, antes da instalação da fá-

brica definitiva. Nada mais poderá deter o Brasil, adiantou o Sr. Grunert, na sua marcha acelerada para a industrialização em larga escala. Este país será, em breve, uma das maiores potências industriais do mundo. Principiaremos fabricando pequenos motores industriais, dos quais o Brasil importa 50 mil por ano e chegaremos, finalmente, à produção de motores de maiores responsabilidades. Acompanhado do Sr. Levi Miranda, o Sr. Grunert foi ao Palácio do Catete, onde foi apresentado ao Sr. Getúlio Vargas e para o qual fez uma demonstração de seus motores. O Presidente mostrou-se vivamente interessado, prometendo apoiar a nascente indústria brasileira de motores de explosão.

● Ainda sobre motores de explosão

A fabricação de motores de explosão, no Brasil, está "pintando", como se diz na gíria popular. Além dos projetos do Sr. Schneider, em Minas e da recente visita a São Paulo de um dos diretores da fábrica "Fiat", para sondar o mercado local, anuncia-se, agora, a visita do Sr. Emil Buhle, um dos maiores fabricantes de máquinas e armamentos do mundo. O objetivo da viagem do Sr. Buhle foi o de retomar as negociações com o governo brasileiro para a instalação de uma fábrica de motores em nosso país.

● Crescimento da produção básica brasileira

Aço em lingotes:

	Toneladas
1925.....	283
1949.....	641.780
1950.....	788.557
1951.....	841.780

Laminados:

1949.....	505.540
1950.....	623.258
1951.....	702.418

Gusa :

1949.....	511.715
1950.....	728.979
1951.....	772.023

Cimento :

1949.....	1.281.228
1951.....	1.440.842

Carvão :

1949.....	2.129.000
1951.....	1.949.549

Como se vê, a única produção básica que diminuiu foi a de carvão, cuja indústria extrativa se

acha em crise principalmente devido ao não pagamento pontual das encomendas feitas pelas autarquias federais, principalmente vias-férreas. Outras causas, tais como a falta de equipamentos mecânicos para a produção em larga escala, entorpecem a produção nacional de carvão. Contudo, está em andamento, no Congresso, o Plano de Amparo ao Carvão Nacional, o qual, com um dispêndio de 700 milhões de cruzeiros, vai permitir resolver o problema do carvão em bases definitivas, elevando a sua produção para 3,5 milhões de toneladas.

● Percentagem de crescimento de algumas grandes cidades do mundo

CIDADE	POPULAÇÃO EM 1940	POPULAÇÃO ATUAL	TAXAS DE AUMENTO SOBRE 1940
São Paulo.....	1.326.000	2.227.512	68,0 %
Madrid.....	1.088.647	1.609.924	47,8 %
Rio de Janeiro..	1.896.000	2.431.152	28,2 %
Buenos Aires....	2.488.000	3.000.371	20,6 %
Chicago.....	3.396.868	3.700.000	8,9 %
Nova York.....	7.454.995	7.887.748	5,8 %

● O Paraná em marcha

Segundo a mensagem governamental, o Paraná reserva, este ano, só para rodovias, a importância de 481 milhões de cruzeiros. O total das dotações da Secretaria de Viação e Obras Públicas é de 676 milhões de cruzeiros. O Estado está asfaltando as rodovias da região Norte, onde reina grande prosperidade e prossegue a ligação dessa região com o porto de Paranaguá, espcadouro natural. Além disso, estuda o aproveitamento do carvão do vale do rio do Peixe e do xisto piro-betuminoso. Para este, será instalada a primeira usina em São

Mateus do Sul. E, no setor da energia elétrica, prossegue o Estado a construção de todas as usinas projetadas.

● Necessidades mínimas de consumo do povo brasileiro

Falando sobre a necessidade de aumento da produção brasileira, o Presidente Getúlio Vargas declarou que são as seguintes as necessidades mínimas de consumo de alguns artigos, por ano, do nosso povo :

Sacos	
Arroz.....	60 milhões
Milho.....	106 milhões

	Sacos
Feijão	33 milhões
Farinha de mandioca	20 milhões
Açúcar	35 milhões
Café	18 milhões

	Toneladas
Trigo	600 mil
Algodão em caroço	1.500 mil

	Cabeças
Carne	6.500.000

● O orçamento para 1953

O orçamento da República, para 1953, prevê uma arrecadação de 30.509 milhões de cruzeiros e uma despesa de 30.482 milhões, cifras "record", em todos os tempos. Só o imposto de renda deverá produzir 9.162 milhões de cruzeiros e o de consumo 9.650. Quanto às despesas, estão destinados à segurança nacional 9.583 milhões de cruzeiros (31 % da despesa total), assim distribuídos:

	Milhões
Guerra	4.275
Marinha	3.048
Aeronáutica	2.249

	Milhares
Outros órgãos	9.827

Ao Ministério da Viação foram destinados 5.235 milhões de cruzeiros (17 % da despesa geral); ao da Educação e Saúde 3.352 milhões (11 %); ao Ministério da Agricultura 1.473 milhões (5 %); ao Con-

selho Nacional do Petróleo 574 milhões, os quais, adicionados a 521 milhões, incluídos no Plano Salte, perfazem mais de 1 bilhão de cruzeiros.

● Dados interessantes do Relatório do Banco do Brasil

Acréscimo da arrecadação federal, em 1951, em relação à receita estimada: 6,8 bilhões de cruzeiros, o que possibilitou, em vez de um "deficit" previsto de 9,9 bilhões, um saldo de 2,8 bilhões.

Os empréstimos do Banco passaram de 14.901 milhões, em 1950, para 24.736, em 1951, sendo que, neste ano, a maior parcela coube à agricultura e a menor à indústria de construções. Na exportação do país, só o café e o algodão, em 1951, contribuíram para o crescimento do valor da exportação com mais de 3 bilhões de cruzeiros.

O aumento dos nossos veículos de carga em tráfego foi, no fim de 1951, de 118.000, em relação ao total de 1948.

Os Estados Unidos importaram café do Brasil, em 1951, no valor de 12.624 milhões de cruzeiros.

O Brasil importou, em 1951, nada menos de 10.995 mil toneladas de mercadorias.

A dívida externa brasileira atingia, em 31-XII-51, a 5.130 milhões de cruzeiros, carecendo de significação em face da receita do país, estimada, para 1953, em 30.509 milhões de cruzeiros. A dívida interna do Brasil é de 10.453 milhões de cruzeiros, ou 38,1 % da arrecadação total da União.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

Noticiário de Interesse Militar

Suprimento com pára-quedas

Na Coreia, estão sendo usados pára-quedas para o suprimento de armas e munições às forças das Nações Unidas. Grandes aviões, do tipo "Vagão Voador" C-119, lançam as cargas, as quais caem suspensas por um par de enormes pára-quedas, com toda a segurança. A capacidade de transporte desse conjunto de pára-quedas é de duas toneladas de carga.

Tiro fumígeno com morteiros

O tiro fumígeno adquiriu uma importância vital na guerra, como consequência do desenvolvimento do material bélico e sua maior potência, das facilidades de observação e emprego efetivo que certos terrenos oferecem ao inimigo e, enfim, do fator surpresa que, hoje, como sempre, tanto valor tem em toda a ação bélica. O tiro com projéteis fumígenos é um caso particular do tiro de morteiro e torna possível criar, no inimigo, condições similares às da noite, contanto que às nossas próprias tropas se reserve as condições do dia. A condição essencial consiste, pois, em empregar a fumaça sem que ela prejudique o cumprimento da nossa missão e sem entorpecer o exercício do comando. A fumaça se emprega para cegar a observação inimiga, cobrir uma progressão, proteger um flanco exposto, cobrir uma retirada ou apoiar um contra-ataque. Os projéteis fumígenos, cuja carga é de fósforo branco, devem fazer parte das dotações dos morteiros. Seus efeitos são devidos à dispersão no ar das partículas de fósforo que, ao incendiar-se, provocam uma nuvem de fumaça; contudo, são também produtoras de baixas, uma vez que as partículas de fósforo produzem queimaduras ao contacto com o corpo.

Características da cortina de fumaça

O tempo e o terreno condicionam as possibilidades do emprego da fumaça. Grande humidade, temperatura fria, céu nublado e vento constante são condições que favorecem o seu emprego. Quanto ao terreno, o limpo e uniforme é favorável, enquanto que o acidentado produz perturbações no vento, que dissipam a cortina fumígena. A fumaça se move com o vento, diluindo-se à medida que se afasta de sua origem. Por esta razão, para manter-se uma cortina de fumaça sobre uma linha

dada, é necessário produzir fumaça em forma contínua. O movimento de uma nuvem de fumaça se caracteriza pelos 4 fatores seguintes: propagação lateral, levantamento vertical, resistência ao avanço e difusão. Em condições normais, a propagação lateral de uma nuvem é aproximadamente 20 % da distância percorrida. O levantamento vertical depende da temperatura e das condições do terreno. A resistência ao avanço se aprecia observando o movimento da nuvem na sua parte superior, que é mais rápido que nas partes vizinhas do solo, devido à maior velocidade do vento nas camadas superficiais. A resistência ao avanço aumenta nos terrenos cobertos. Enfim, quanto à difusão, é sabido que, à medida que a nuvem avança, as partículas de fumo vão se dissipando gradualmente. O resultado combinado de todos estes fatores faz com que a nuvem produzida por um único projétil, depois de mover-se algum tempo, se faz tão tênue que perde o seu valor efetivo, não podendo abarcar, em geral, mais de 200 m, em caso de vento paralelo à frente.

Padiola para um homem

Está sendo usado na Coréia, um tipo de padiola que pode ser carregada por um só homem no sentido de simplificar a remoção de feridos dos campos de batalha.

A nova padiola, aperfeiçoada pela Marinha, é um misto do tipo regular e um carrinho-de-mão, com duas rodas retratáveis em uma extremidade. Se existem dois homens disponíveis, as rodas são recolhidas, apresentando-se como o tipo regular. No caso de um só, descem-se as rodas e a mesma é empurrada como um carrinho de mão. (Da *Imprensa*)

Pára-quedas para descida lenta

Um pára-quedas, construído especialmente para emprêgo em operações aeroterrestres, permite ao pára-quedista reduzir sua velocidade ao aproximar-se do solo.

Possui o novo pára-quedas dois jogos de tirantes de sustentação. Um, está ligado à corda do pano, enquanto o outro, a uma pequena seção central. Um certo dispositivo permite ao soldado transferir seu peso de um jogo de tirantes para o outro.

(*Science News Letter*)

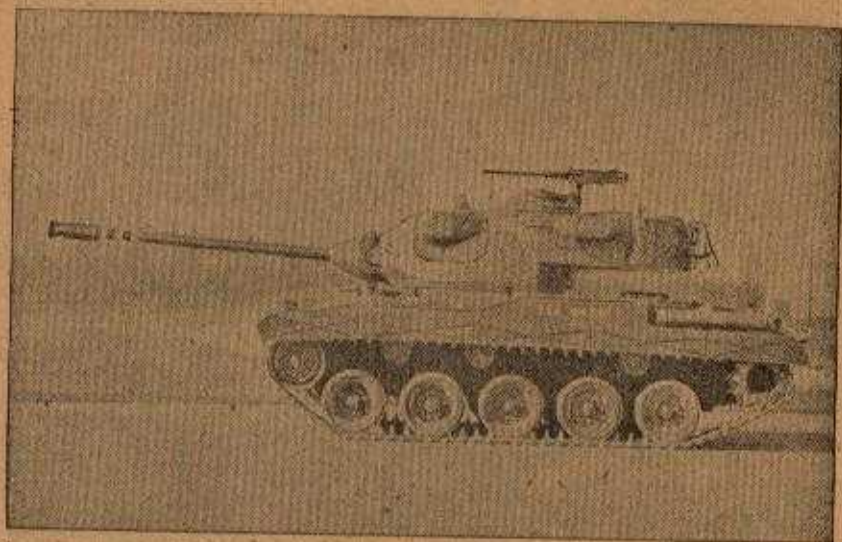
Primeira experiência atômica inglesa

A Inglaterra anunciou, oficialmente, que suas três forças armadas participarão da prova da primeira arma atômica, nas Ilhas de Montebelo, ao largo da costa noroeste da Austrália. A notícia distribuída pelo Gabinete do primeiro ministro Churchill, em Downing Street número 10, adianta que as forças armadas australianas cooperarão nas provas. As Ilhas de Montebelo se encontram a 80 quilômetros da costa continental australiana e a 120 quilômetros de Perth, Capital da Austrália Ocidental. Encerram-se com essa revelação as especulações de que a experiência teria lugar na própria Austrália.

A prova da arma — todos os comunicados a respeito se referem cautelosamente a ela simplesmente como "arma" e não como "bomba" — está programada para ainda este ano, sem divulgação de data específica. O comunicado de hoje disse que um esquadrão especial, conduzindo a parte principal do equipamento e a maioria dos homens

para a prova, se fará ao mar, da Inglaterra, dentro de cerca de dois meses. Adianta que o Vice-Almirante A.D. Torlesse comandaria a operação combinada, enquanto a direção científica caberia ao Dr. William G. Penney, técnico atômico do Ministério dos Abastecimentos.

(U.P.)



O "Walker Bulldog" ou T-41, novo carro ligeiro do Exército dos EE.UU.

Na revista *Armored Cavalry Journal*, dos meses de Set. e Out. de 1951, Hanson W. Baldwin queixava-se amargamente, num artigo intitulado "A decadência das forças blindadas norte-americanas" de que os carros norte-americanos eram inferiores em couraça, armamento, e provavelmente em mobilidade, aos carros russos e britânicos. Referia-se, no mesmo artigo, aos estudos e experiências que estavam sendo realizadas para criar uma série de carros, uma espécie de "família" de tipos leves, médios e pesados, o primeiro dos quais era o T-41.

Nos primeiros meses do corrente ano, no campo de provas de Aberdeen, foi mostrado ao Presidente Truman um protótipo do referido carro, batizado com o nome de "Walker Bulldog" em homenagem ao General W. Walker, morto em acidente, na Coreia.

As provas foram tão satisfatórias que esse carro é hoje considerado melhor que o T-34, russo. Está sendo construído em série e já existe um certo número deles na Coreia.

O T-41 é um carro leve para reconhecimento, com o qual serão dotados os Regimentos de Cavalaria. Pesa 28 toneladas e pode alcançar uma velocidade máxima de 64 quilômetros por hora. É propulsado por um motor de 500 cavalos, refrigerado a ar e leva um canhão de 76 mm, de grande velocidade inicial, sendo dotado de estabilidade automática e aparelho de pontaria telemétrico.

O T-41, segundo os técnicos, é hoje o melhor carro leve do mundo, o primeiro de desenho completamente novo, depois da guerra e o cabeça de uma série "Família", cujos membros já estão sendo experimentados e que são o T-42 médio e o T-43 pesado.

A revista *Armour* (março e abril de 1951), num artigo referente às forças aerotransportadas, adianta que o T-41 tem o peso e as dimensões para ser transportado em avião.

(Coronel M. Marcos — Rev. "Exército")



Reprodução de uma fotografia do novo carro de combate francês de 50 ton. que, como poderão observar os leitores, exteriormente é muito parecido com o famoso carro "Tigre", alemão. Está armado com uma peça de 88 mm e 3 metralhadoras de 7,36 mm.

Já terminado o canhão atômico

Pela primeira vez um secretário norte-americano anunciou publicamente que os Estados Unidos possuem uma arma atômica "tática" que pode ser "utilizada contra forças inimigas no terreno".

Essa notícia foi dada pelo Sr. Frank Pace, Secretário da Guerra, num discurso pronunciado na Assembléia Anual dos Industriais do Algodão realizada nesta cidade.

O Sr. Pace descreveu da seguinte maneira o "protótipo do canhão atômico" que figura no arsenal norte-americano: "Esse canhão atômico — disse ele — pode colocar ao alcance da mão do comandante das forças terrestres uma colossal potência de fogo. Como a artilharia clássica, a artilharia atômica será particularmente eficaz na defesa contra forças terrestres assaltantes, obrigadas a se concentrar e a se expor num assalto. Contrariamente à bomba atômica lançada por avião, o canhão atômico pode funcionar a qualquer tempo, de noite ou de dia.

Fundamentalmente, trata-se de uma peça de artilharia, mas de uma potência incomensuravelmente maior do que qualquer outro canhão conhecido. O "canhão atômico" é transportado numa plataforma suspensa entre dois elementos motores, um na frente e outro na trazeira. Por isso, é uma arma móvel: pode se deslocar a uma velocidade de 55 quilômetros (35 milhas) por hora nas grandes estradas.

Seu peso — acrescentou o Sr. Pace — é de cerca de 75 toneladas. Pode atravessar pontes, que a engenharia já está treinando contruir para a passagem do material divisionário pesado.

O "canhão atômico" pode se deslocar em todos os terrenos.

(A.F.P.)

Homenagem do Jockey Club Brasileiro ao Prefeito, ao Secretariado da Prefeitura e aos Vereadores do Rio de Janeiro

Como sucede todos os anos, o Jockey Club Brasileiro prestou expressiva homenagem ao Prefeito do Distrito Federal e ao Secretariado da Prefeitura, não se esquecendo dos Vereadores. Incluiu no programa das corridas um páreo a que deu o nome de "Grande Prêmio Prefeitura Municipal". Ao Hipódromo da Gávea ocorreu grande número de aficionados do turfe. Os elementos mais representativos da nossa alta sociedade estavam também presentes, o que deu ao ambiente um caráter de alta elegância. Antes da parte turfista, realizou-se no Salão das Rosas um banquete oferecido aos homenageados. Estavam presentes o Coronel Dulcídio Cardoso, Prefeito Interino, todos os secretários da Prefeitura, o presidente e diretores do Jockey, assim como outros convidados. O Dr. Mário de Azevedo Ribeiro, ao "champagne" fez expressivo discurso. Agradeceu as palavras do presidente do Jockey o Coronel Dulcídio Cardoso.

Como falou o presidente do Jockey

"Sr. Prefeito, Srs. Secretários e Vereadores, cumprindo vasto programa em que se insere o desenvolvimento do hipismo, o Jockey Club Brasileiro integra-se, na vida social, como círculo ativo de proveitosas realizações. Ao promover reuniões esportivas, procura participar, numa colaboração compreensiva, do largo plano de ação que oferecem, ao poder público, as instituições destinadas a incentivar o progresso do país.

Seria difícil executar as iniciativas que se propõe, se não contasse com o apoio valioso do Governo Municipal. É de inteira justiça assinalar que nunca lhe faltou o prestígio da autoridade competente. Em todas as oportunidades que o Jockey Club Brasileiro buscou amparo à concretização de seus ideais, encontrou sempre a boa vontade e a clarividência de dirigentes solícitos e esclarecidos. Se muitas vezes pediu em demasia é porque o entusiasmo da causa abraçada permitia o exagêro. O senso de responsabilidade jamais impediu o entendimento útil para harmonizar as pretensões pleiteadas. A convergência de pontos de vista, entre partes bem intencionadas, conseguia a solução desejada, sem conflitos de opiniões.

Ao oferecer, à Cidade, o monumento arquitetônico que é o Hipódromo da Gávea, o saudoso Líneu de Paula Machado, então presidente da sociedade, soube tão alto proclamar a benemerência da Prefeitura do Distrito Federal no magnífico empreendimento. Posso dar o meu testemunho pessoal de apreço e admiração ao Executivo Municipal, porquanto senti de perto a sua inestimável contribuição para o êxito de tão notável obra. Se do passado vigora a tradição acolhedora de encorajamento a legítimas aspirações, o surto do presente assegura ao Jockey Club Brasileiro a continuidade protetora da ação administrativa do Município que se reflete nos atos praticados pelo atual Prefeito. A confiança que inspira será o melhor estímulo para a próxima campanha da construção da sede social, a qual constitui um dos pontos dos compromissos assumidos pela Diretoria a que tenho a honra de presidir.

A presença dos Srs. Vereadores, nesta festividade, tem particular significado. É uma feliz associação entre Legislativo e o Executivo Municipal que sanciona a mútua compreensão entre os dois poderes autônomos. Sente-se ufano o Jockey Club Brasileiro, com a íntima aproximação, aplaudindo, sem reservas, o pensamento do Sr. Prefeito, em ligar, na mesma homenagem, os feitos da administração municipal à interferência de esforços conjugados entre a Câmara Legislativa e o Poder Executivo.

Proporcionando aos aficionados do turfe uma prova clássica de seu calendário, com as merecidas credenciais de "Grande Prêmio Prefeitura Municipal", a Diretoria do Jockey Club Brasileiro congratula-se, com o quadro social, pelo ensejo de receber a visita de tão ilustres personalidades às quais apresenta sinceros votos de felicidades".

CASA OKAMOTO

LOUÇAS — CRISTAIS — BRINQUEDOS — ARTIGOS FINOS PARA PRESENTES

Katsumi Okamoto

RUA SÃO CAETANO, 103 — FONE: 34-6486 — SÃO PAULO

PEIXARIA NETUNO

COMÉRCIO DE PEIXE — POR ATACADO E A VAREJO

RUA 7 DE SETEMBRO N. 117 — FONE: 28664 — SANTOS

AVISO AOS ASSINANTES

Para renovar sua assinatura, não espere deixar de receber "A DEFESA NACIONAL".

Procure o nosso representante na Unidade em que serve ou queira dirigir-se diretamente à Gerência.

Caixa Postal n. 17-Agência do Ministério da Guerra — Rio de Janeiro.

AGENCIA FRANCESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ASSINATURAS

LISTAS DAS REVISTAS MILITARES FRANCESAS

R. F. BESNARD

91, Avenida Almirante Barroso

4º andar — Salas 417 a 420

Tel: 52-1226 — Rio de Janeiro

	ANO	N.	Cr\$
"AGENT DE LIAISON".....	1	4	75,00
"AMPUTE DE GUERRE".....	1	12	75,00
"L'ARMEE FRANÇAISE".....	1	12	160,00
"L'AVENIR DES COMBATTANTS".....	1	12	80,00
"BULLETIN DE L'INFORMATION DU MI- NISTERE DE L'ARMEMENT".....	1	12	1.010,00
"BULLEAIN OFFICIEL DU MINISTERE DE LA GUERRE".....	1	12	790,00
"LE BURNOUS".....	1	4	80,00
"ECHO DE LA GENDARMERIE NATIONALE ET LA GARDE REPUBLICAINE".....	1	52	80,00
"LE GRAND INVALIDE".....	1	12	80,00
"MAINTENIR".....	1	10	80,00
"MEMORIAL DE L'ARTILLERIE".....	1	4	790,00
"PERSPECTIVE".....	1	4	1.920,00
"REVEIL DES COMBATTANTS".....	1	12	75,00
"REVUE DE LA DEFENSE NATIONALE".....	1	12	315,00
"REVUE D'ETUDES MILITAIRES AERIENNES ET NAVALES".....	1	4	60,00
"REVUE HISTORIQUE DE L'ARMEE".....	1	6	275,00
"REVUE DES TROUPES COLONIALES".....	1	12	195,00
"REVUE MILITAIRE D'INFORMATION".....	1	20	140,00
"VERT ET ROUGE".....	1	6	170,00
"VIE MILITAIRE".....	1	12	205,00
"VOIX DU CAMBATTANT".....	1	12	35,00

As assinaturas são pagas adiantamente por cheque bancário ou vale postal em nome de R. F. BESNARD, enviadas para Paris, por via aérea, onde são postas em andamento nas datas solicitadas. Para o recebimento dos primeiros números deve-se contar um prazo máximo de 2 meses e meio, chegando os números seguintes regularmente cada mês por Correio marítimo vindo de França. As assinaturas são remetidas diretamente do Editor ao endereço fornecido pelo Assinante, sem passar por nosso intermédio.

ATOS OFICIAIS

**Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra,
publicados no mês de maio de 1952**

PROMOÇÃO DE SARGENTOS POSSUIDORES DO CURSO B1

**AVISO N. 245 — EM 25 DE ABRIL
DE 1952**

Consulta o Comandante da Zona Militar de Leste e da 1ª Região Militar se deverá o Curso B1 da Escola de Transmissões ou dos Centros de Instrução de Transmissões Regionais ser considerado como condição suficiente para a promoção a 1º Sargento para as vagas de fileira, Qualificação Militar — Transmissões, nas Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia.

Em solução, aprovando o parecer do Estado-Maior do Exército, e tendo em vista o disposto nos Decretos ns. 27.249, de 29 de setembro de 1949, e ns. 9.500, de 23 de julho de 1946, declaro:

1. Aos possuidores do Curso B1 da Escola de Transmissões ou dos CTR, é assegurado o acesso a todas as graduações previstas nos Quadros de Organização de Efetivos, de suas respectivas Armas, inclusive a de 1º Sargento, dentro da qualificação militar Transmissões, desde que amparados pelo art. 88 da referida Lei do Serviço Militar.

2. Quando o possuidor do Curso B1, da Escola de Transmissões ou dos CTR, for promovido à graduação mais elevada, na qualificação militar — Transmissões — existentes nos Q. O. de efetivos de sua Arma, para que possa obter o seu novo reengajamento, já nesta última graduação, deverá possuir Curso de Aperfeiçoamento de sua Arma equivalente ao de Coman-

dante de Peleção ou Seção. — General Cyro Espírito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 5-V-552.)

**AVISO N. 246 — EM 25 DE ABRIL
DE 1952**

Consulta o Comandante do 2º Regimento de Obuses — 105:

a) se um sargento de determinada especialidade pode assumir funções correspondentes a outra especialidade, quando lhe couber por antiguidade;

b) se um 1º sargento, sem o C.R.A.S. pode assumir funções de subtenente;

c) se um sargento especialista deve assumir função hierarquicamente superior, embora lhe cause prejuízo financeiro por perda da gratificação correspondente.

Em solução, aprovando parecer do E.M.E. e de acordo com as prescrições constantes dos arts. 420, 421, 427 e 428 do R.I.S.G. e do Decreto n. 30.119, de 1 de novembro de 1951, declaro:

1. Um sargento de determinada qualificação só pode assumir função hierárquica superior dentro da própria especialidade, e até a graduação de subtenente, se for o caso;

2. O subtenente é substituído pelo sargento mais graduado ou mais antigo de sua subunidade. — General Cyro Espírito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 5-V-552.)

INSTRUTORES-CHEFES, INSTRUTORES E AUXILIARES DE INSTRUTOR DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

AVISO N. 253 — EM 2-V-952

1. De acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, as nomeações de Oficiais para as funções de Instrutores-Chefes, Instrutores e Auxiliares de Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras, deverão ser feitas por Portaria para um período de dois anos mediante indicação do Comandante da Academia, observados rigorosamente os postos previstos no respectivo regulamento.

2. Essa indicação deverá permitir que a nomeação seja feita em tempo útil de modo que o oficial se apresente à Academia até 15 de fevereiro de cada ano.

3. Os oficiais nomeados para tais funções, se promovidos, deverão permanecer como instrutores, até o fim do ano letivo.

4. A recondução será possível pelo prazo de um ano, nas mesmas condições do item 1.

5. Tanto quanto possível, deverão ser indicados para as referidas funções, oficiais que não venham a ser promovidos antes de decorridos os dois anos letivos de sua nomeação.

6. As propostas de nomeações e de reconduções acima referidas, deverão ser submetidas à Diretoria do Pessoal.

7. Torno extensivas aos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, Colégio Militar e Escolas de Formação e Preparatórias, as prescrições constantes do presente. — General *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 8-V-952.)

ESTABELECE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS CONSELHOS DE JUSTIFICAÇÃO E JULGAMENTO

AVISO N. 268 — EM 5-V-952

1. A fim de evitar dilações e conseqüentes perturbações nas atividades profissionais dos oficiais

interessados nos Conselhos — indicados e componentes, resolvo:

Limitar em 90 dias, a contar da data da Portaria de nomeação, o prazo para a conclusão dos Conselhos de Julgamento (letra b, do § 2º do art. 24 do Estatuto dos Militares — Decreto-lei n. 9.698, de 2 de setembro de 1946 — e Decreto número 9.400 de 18 de maio de 1952) e de Justificação (Decreto-lei número 2.746, de 5 de novembro de 1940).

2. Por motivos excepcionais, poderá o prazo acima estipulado ser prorrogado pelo Ministro da Guerra pelo tempo que se fizer, justificadamente necessário à conclusão.

3. O pedido de prorrogação deverá ser feito em tempo oportuno de modo a ser atendido antes da terminação do prazo previsto neste Aviso. — General *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 8-V-952.)

SEÇÕES TÉCNICAS DE ENSINO

PORTARIA N. 159 — DE 3-V-952

O Ministro de Estado da Guerra, tendo em vista o parecer do Estado-Maior do Exército em Ofício número 243-C de 1 de abril de 1952 e de acordo com o art. 59 do Decreto-lei n. 4.130, resolve autorizar a título experimental, o funcionamento de Seções Técnicas de Ensino em todos estabelecimentos de ensino subordinados à Diretoria do Ensino do Exército, sem que sejam, no entanto, alterados os atuais regulamentos desses estabelecimentos e os atuais de distribuição de oficiais para o corrente ano (Portaria Reservada n. 123-101, de 24 de dezembro de 1951).

("Diário Oficial" de 8-V-952.)

DECRETO N. 30.817 — DE 6 DE MAIO DE 1952

Dá nova redação ao art. 3º do Decreto n. 28.966, de 13 de dezembro de 1950

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe con-

tere o art. 87, inciso I, da Constituição decreta:

Art. 1°. O artigo 3° do Decreto n. 28.966, de 13 de dezembro de 1950, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3°. As inspeções de saúde serão realizadas, em princípio, nas sedes das Regiões Militares, Distritos Navais ou Zonas Aéreas, por Juntas constituídas de três médicos militares da ativa, podendo, excepcionalmente, funcionar com dois ou um, apenas".

Art. 2°. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1952; 131ª da Independência e 64ª da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Gullobel.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

Nero Moura.

("Diário Oficial" de 9-V-52.)

• •

AFASTAMENTO DE OFICIAIS E PRAÇAS DA SEDE

AVISO N. 273 — EM 7-V-52

Em aditamento ao Aviso Reservado 116-77, de 18-VII-51, que regula o afastamento de oficiais e praças da sede, com direito a diárias nas condições previstas pelo C.V.V.M., declaro que tais deslocamentos nos casos abaixo, poderão ser autorizados pelos Comandantes das Regiões:

a) quando se tratar de serviço de justiça, inclusive das escoltas para o mesmo fim;

b) quando se tratar de acompanhantes de doentes graves, se assim opinar a Junta de Saúde. — General Cyrol Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 9-V-52.)

NORMAS SOBRE ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS

AVISO N. 281, EM 8 DE MAIO DE 1952

1. Tem se verificado que vários órgãos subordinados vêm encaminhando documentos a este Gabinete em desacordo com as normas estabelecidas pelo Aviso n. 15, de 6 de janeiro de 1947, que regula o encaminhamento dos mesmos neste Ministério.

2. É de todo interesse, para a boa marcha da administração do Exército, que as referidas normas sejam rigorosamente observadas, pois elas visam descentralizar a administração permitindo ao escalão competente o exercício de suas atribuições e à autoridade superior atribuindo somente o exame e a solução dos assuntos que fogem à alçada dos escalões subordinados.

3. Determino, pois, o fiel cumprimento dos termos do referido Aviso n. 15, de 6 de janeiro de 1947 (Boletim do Exército n. 2, de 1947) sobre encaminhamento de documentos a este Gabinete.

4. Para perfeita execução do serviço e a fim de dirimir possíveis dúvidas, o disposto no inciso 2 do referido Aviso deve estar concluído dentro de trinta dias. — General Cyrol Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 12-V-52.)

• •

TRATADO DE PAZ COM O JAPÃO

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N. 29, DE 1952

Art. 1°. É aprovado o Tratado de Paz firmado entre o Governo do Brasil e o do Japão, na Cidade de São Francisco da Califórnia, a 8 de setembro de 1951.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de maio de 1952.

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Tratado de Paz com o Japão

LICENÇAS ESPECIAIS

Considerando que as Potências Aliadas e o Japão estão resolvidos a que suas relações serão, doravante, as de nações que, igualmente soberanas, cooperam em amistosa associação para promover seu bem-estar comum e manter a paz e a segurança internacionais, e que estão, conseqüentemente, desejosos de concluir um Tratado de Paz que resolva questões ainda pendentes, como resultado da existência, entre eles, do estado de guerra;

Considerando que o Japão, de sua parte, declara seu propósito de pedir admissão como membro das Nações Unidas e de, em todas as circunstâncias, submeter-se aos princípios da Carta das Nações Unidas; de empenhar-se em realizar os objetivos da Declaração Universal dos Direitos do Homem; de procurar criar no Japão as condições de estabilidade e bem-estar tal como definidas nos artigos 55 e 56 da Carta das Nações Unidas, e já iniciadas pela legislação japonesa de após-guerra; e de submeter-se, no intercâmbio e no comércio públicos e privados, às práticas internacionalmente aceitas como corretas;

Considerando que as Potências Aliadas acolhem de bom grado as intenções do Japão manifestadas no parágrafo precedente;

As Potências Aliadas e o Japão decidiram, portanto, concluir o presente Tratado de Paz e, conseqüentemente, designaram os Plenipotenciários abaixo-assinados que, após haverem apresentado seus Plenos Poderes, julgados em boa e devida forma, convieram nas seguintes disposições:

CAPÍTULO I

PAZ

Artigo 1

O estado de guerra entre o Japão e cada uma das Potências Aliadas terminará na data da entrada em vigor do presente Tratado entre o Japão e a Potência Aliada em causa, conforme disposto no artigo 23.

("Diário Oficial" de 14-V-52.)

AVISO N. 311 — EM 20 DE MAIO DE 1952

Considerando a necessidade de atualizar o Aviso n. 118, de 11 de fevereiro de 1949, e que já se está procedendo aos indispensáveis estudos no sentido de se obter uma perfeita revisão do mesmo, a fim de escoimá-lo de incongruências;

Considerando que é muito elevado o número de oficiais e praças que se têm valido do que estabeleça o Decreto n. 30.119, de 1 de novembro de 1951, ao interpretar o art. 53 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, sobre averbação em dobro de tempo de licença especial não gozada, para desistir de licenças já concedidas;

Considerando, finalmente, que tem havido prejuízo para a boa marcha do serviço, e, ainda, dificuldade na fiscalização das datas de início e término das licenças máxime nas parceladas, concedidas de acordo com o art. 6º da Lei número 283-48, e letra c), do § 1º, do art. 9º e letra g), do art. 10 do Decreto n. 25.267, de 28 de julho de 1948,

Resolvo determinar que a concessão de licenças especiais para oficiais e praças seja suspensa, até 1 de julho do corrente ano, ficando, entretanto, assegurados aos que já têm seus requerimentos despachados e publicados no Boletim do Departamento Geral de Administração e estão aguardando vaga nas cotas respectivas, o direito ao gozo da licença especial, a critério do Chefe daquele Departamento. — General Cyro Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 21-V-52.)

* *

AVISO N. 313 — DE 20 DE MAIO DE 1952

Considerando que, somente aos militares que estão no Rio é dada a possibilidade de comparecer à audiência semanal que lhes concede o Ministro da Guerra;

Considerando a necessidade de estender tal oportunidade a todos

os militares, mesmo fora desta guarnição?

Considerando, ainda, que tal concessão decorre, principalmente, do dever que cabe ao Ministro da Guerra, como Chefe do Exército, de ouvir os seus subordinados e atender, dentro das leis e regulamentos às suas necessidades e anseios ao par da obrigação de pugnar junto às autoridades competentes, pelas necessidades da classe e de cada um;

Considerando, finalmente, que o estreitamento de contatos entre subordinados e superiores possibilita maior desenvolvimento da confiança mútua, condição imprescindível ao exercício do comando em todos os escalões, resolvo:

a) autorizar, aos militares que se acham fora do Rio de Janeiro, dirigirem, sob a forma de memorial ao Chefe do Gabinete do Ministro, a expressão de seus desejos procedendo assim como se estivessem em audiência a eles reservada;

b) recomendar, aos Comandos de Regiões, Chefias de Departamentos e Diretores, a concessão de idêntica oportunidade a todos militares cujas necessidades possam ser atendidas por esses escalões;

c) reafirmar que os casos de direito sejam pleiteados, como até agora, pelos trâmites legais;

d) proibir terminantemente, à vista do que foi exposto, que o militar se dirija a qualquer autoridade estranha ao Exército, para tratar de assunto que deva ser solucionado pelo titular da pasta da Guerra. — General *Cyro Espírito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 21-V-552.)

* *

ATRIBUIÇÃO DE ENCARGOS A OFICIAIS AFASTADOS DAS FUNÇÕES (SOLUÇÃO DE CONSULTA)

AVISO N. 314 — EM 20 DE MAIO DE 1952

Em radiograma n. 163-S.I.R., de 28 de março de 1951, o Comando da 7ª Região Militar consulta se

poderão ser cometidos encargos ao oficial afastado das funções.

2. Em solução, declaro que, face ao disposto no § 1º do art. 24 do Decreto-lei n. 9.698, de 2-IX-946 (Estatuto dos Militares), nenhuma atribuição poderá ser cometida ao militar afastado das funções, por incompatibilidade, antes do término do processo a que estiver sujeito. — General *Cyro Espírito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 21-V-553.)

* *

CESSÃO DE TERRENO

DECRETO N. 30.875, DE 19 DE MAIO DE 1952

Autoriza a cessão de um terreno da União à Prefeitura do Distrito Federal

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o art. 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei número 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1º. Fica autorizada a cessão à Prefeitura do Distrito Federal de terreno da União, sob a jurisdição do Ministério da Guerra, com a área de 1.891,26 metros quadrados, localizado em Deodoro, Distrito Federal, conforme planta anexada ao processo n. 17.378-51-Gab.M.G.

Art. 2º. A Prefeitura do Distrito Federal fica na obrigação de construir no citado terreno, por sua conta, o Mercado Regional de Deodoro, tornando-se nula essa cessão, independente de ato especial, se ao imóvel, no todo ou em parte, fôr dada aplicação diversa da que lhe tenha sido destinada.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1952; 131ª da Independência e 64ª da República.

GETULIO VARGAS.

Cyro Espírito Santo Cardoso.

Horácio Láfer.

("Diário Oficial" de 21-V-553.)

PROMOÇÕES

Decreto de 20-V-952 :

O Presidente da República resolve promover :

Ao posto de General de Brigada, o Coronel da Arma de Engenharia José Machado Lopes.

Ao posto de General de Brigada, o Coronel da Arma de Artilharia Oscar de Barros Falcão.

Ao posto de General de Brigada, o Coronel da Arma de Infantaria Arlindo Maurity da Cunha Menezes.

("Diário Oficial" de 23-V-952.)

* *

AJUDANTES DE ORDENS

LEI N. 1.608, DE 22 DE MAIO DE 1952

Altera o art. 59, do Decreto-lei número 9.120, de 2 de abril de 1946, referente a organização dos quadros efetivos do Exército

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. O Presidente da República, o Ministro da Guerra, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior do Exército, os comandantes das zonas militares e o Chefe do Departamento Geral de Administração do Ministério da Guerra, cada um dispõe de dois ajudantes de ordens. Cada um dos demais generais da ativa, quando em função de caráter essencialmente militar, ou enquanto aguarda comissão, terá um ajudante de ordens.

§ 1º. A função de ajudante de ordens do Presidente da República é exercida, indiferentemente por capitães ou maiores, e a desempenhada junto às demais altas autoridades militares por capitães.

§ 2º. Não terá ajudante de ordens o general em comissão de caráter permanente no estrangeiro.

§ 3º. O coronel, no exercício de função de comando correspondente

ao posto de general, dispõe de um oficial adjunto, em vez de um ajudante de ordens.

§ 4º. Cada oficial pode permanecer como ajudante de ordens ou adjunto somente até o prazo de três anos, consecutivos ou não, executados os que servirem junto ao Presidente da República, para os quais o tempo de permanência na função poderá corresponder ao período presidencial.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1952; 131ª da Independência e 64ª da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 24-V-952.)

* *

CLASSIFICAÇÕES DECORRENTES DE PROMOÇÃO

AVISO N. 324, EM 23 DE MAIO DE 1952

A vista do que dispõe o art. 3º do Decreto-lei n. 7.039, de 10 de novembro de 1944 (Lei de Movimentação dos Quadros), fica estabelecido o seguinte critério nas classificações decorrentes de promoção de oficiais das Armas e dos Serviços, inclusive Técnicos :

1º) os oficiais promovidos, pertencentes às 1ª, 2ª e 4ª R.M., ou servindo em unidades, estabelecimentos e repartições existentes no território destas Regiões, deverão ser movimentados com prioridade para as 3ª, 5ª e 9ª R.M., respeitadas, porém, as restrições do parágrafo único do art. 8º da mencionada lei ;

2º) nas demais Regiões Militares, os oficiais promovidos devem ser classificados, de preferência, nas unidades, repartições e estabelecimentos em que servem ;

3º) sempre que possível, deverá nessa situação ser aproveitada a especialidade do oficial nos Corpos de Tropa, Estados-Maiores e mais organizações ;

4°) os oficiais que exercem comissões estranhas ao Ministério da Guerra, exceto casos de necessidade do serviço e a critério do Governo, deverão reverter ao serviço ativo e ser classificados nas condições acima especificadas;

5°) aos instrutores de estabelecimentos de Ensino e aos oficiais estagiários, aplicar-se-á o disposto no § 5° do art. 19 da Lei de Movimento de Quadros;

6°) outrossim, permanece em vigor o constante da Nota n. 10 — Circular, de 25-I-52, que trata da classificação dos oficiais nos cargos vagos ainda existentes. — *Cyro Espírito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 24-V-52.)

AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO A QUE SE REFERE A LEI N. 1.558

PORTARIA N. 183, DE 23 DE
MAIO DE 1952

O Ministro de Estado da Guerra resolve atribuir ao Departamento Geral da Administração a averbação de tempo de serviço a que se refere a Lei n. 1.558, de 16 de fevereiro do corrente ano.

Aviso n. 144-4 de 3 de março de 1952, do Ministério da Guerra.

Assunto:

Militar; reforma; serviço em zona de guerra; efeitos de serviço civil na carreira militar.

Interpretação da Lei n. 1.156, de 12-VII-50.

Idem da Lei n. 1.125, de 7-VI-50.

De acordo, publique-se.

Em 28-IV-52. — *General Cyro Espírito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 24-V-52.)

reformados, nomeados para o exercício de função de atividade no Ministério da Guerra, resolvo suspender, até 30 de junho do corrente ano, a execução do Aviso n. 165, de 12-III-52. — *General Cyro Espírito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 27-V-52.)

* *

SOLUÇÃO DE CONSULTA

AVISO N. 227 — EM 15 DE ABRIL
DE 1952

Em solução à consulta feita pelo Exmo. Sr. General Comandante da 4ª Região Militar em seu Ofício n. 1.239-E-3 de 3-I-52, sobre distribuição dos alunos pelos diferentes cursos, resolvo, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército e até a aprovação das modificações em estudo pela Comissão encarregada de rever o Regulamento dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, que o pedido de transferência de curso, para os alunos que hajam sido reprovados no 1º ano, seja dirigido ao próprio Comandante do C.P.O.R. e deferido a critério do mesmo, na forma do art. 56, do citado Regulamento.

("Diário Oficial" de 29-V-52.)

* *

PALESTRAS OU CONFERÊNCIAS SOBRE ASSUNTOS DE NATUREZA RELIGIOSA (SOLUÇÃO DE CONSULTA)

AVISO N. 336 — EM 27 DE MAIO
DE 1952

1. Consulta o Tenente-Coronel Alfredo Molinaro, da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, se pode o oficial ou praça, sem declarar a sua qualidade de militar, proferir palestras ou conferências públicas, assim como escrever artigos, livros, etc., fora do quartel, estabelecimento ou repartição militar, sobre a religião que professar.

2. Em solução, aprovando o parecer do Estado-Maior do Exército, declaro que aquelas atividades poderão ser exercidas pelo militar, na

SITUAÇÃO DOS MILITARES DA RESERVA OU REFORMADOS NOMEADOS PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE NO M.G.

AVISO N. 328, EM 26 DE MAIO
DE 1952

Considerando que estão se processando estudos para regularizar a situação dos militares da reserva ou

forma do § 7º do art. 141 da Constituição, respondendo, porém, o oficial ou a praça pela prática da transgressão prevista no art. 13, n. 111 do Regulamento Disciplinar do Exército, se fôr o caso. — General Cyro Espirito Santo Cardoso. ("Diário Oficial" de 29-V-332.)

MOVIMENTAÇÃO DE PAPEIS, NESTE MINISTÉRIO

AVISO N. 332 — EM 26 DE MAIO DE 1932

1. Tem-se verificado que grande quantidade de documentos submetidos à minha apreciação vem transitando pelas diferentes Repartições com considerável atraso em seus encaminhamentos, contrariando, desse modo, disposições em vigor que regulam a matéria.

2. É de todo interesse que esses documentos não demorem em cada dependência, além do tempo necessário ao seu estudo e informação, e que esta seja fornecida no mais curto prazo, a fim de evitar possíveis prejuízos aos interessados.

3. Recomendo, pois, a todos os órgãos, repartições, serviços e tropa, a fiel observância das instruções sobre a movimentação de papéis, neste Ministério, e, mais, fixo o prazo máximo de 30 dias para permanência de documentos em Repartições que tenham outras dependências para prestarem esclarecimentos sobre o assunto.

4. A correspondência encaminhada às Repartições deverá ser recebida por estas, do início ao término do expediente. — General Cyro Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 29-V-332.)

LICENÇAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

AVISO N. 333 — EM 27 DE MAIO DE 1932

1. A concessão das vantagens estipuladas pelo art. 20 do C.V.V.M. (Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1931), continua sendo atribuição

do Departamento Geral de Administração, mediante requerimento dos interessados, devidamente informados e documentados conforme as prescrições em vigor.

2. As licenças para tratamento de saúde serão concedidas pelas autoridades especificadas no Decreto-lei n. 3.940, de 16 de dezembro de 1941, nos prazos arbitrados pelas Juntas Militares de Saúde, a partir da data da parte do doente, baixa ao H. M., ou data da inspeção quando não existirem os dois atos anteriores.

3. Os militares iniciarão a priori, com vencimentos integrais, as licenças para tratamento de saúde própria ou de pessoas da família.

4. É vedado transformar em licença especial as licenças obtidas para tratamento de saúde (art. 16 — Decreto 25.267, de 1943).

5. O diagnóstico será, nas inspeções de saúde para fins de licença, obrigatoriamente anotado em "Código", nas cópias de atas anexadas aos processos.

6. Fica revogado o Aviso n. 398, de 10-VIII-950. — General Cyro Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 29-V-332.)

FABRICA BANGÜ
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
no
Brasil



BANGÜ



Grande
sucesso
em
Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
BANGÜ-INDUSTRIA BRASILEIRA

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Professor Amaral Fontoura.
Gen. Dermeval Peixoto.
Gen. Silveira de Mello.
Cel. Adalardo Fialho.
Cel. Aluizio de Miranda Mendes.
Cel. J. H. Garcia.
Ten.-Cel. Moniz Aragão.
Ten.-Cel. Paulo Enéas F. Silva.
Major Cesar Neves.
Major Floriano Möller.
Major Floriano Moura Brasil Mendes.
Major Gerardo Lemos do Amaral.
Major Heraclides A. Nelson.
Major João Baptista Peixoto.
Major Luiz Wiedemann.
Cap. Alberto Freitas.
Cap. Fernando Valença.
Cap. João B. S. Wagner.
Capelão J. Busato.
Ten. Egon O. Bastos.
Ten. Iese Alves Neves.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1962